



# esboços

histórias em contextos globais

## DOSSIÊ/ISSUE

Migração laboral e produção de commodities na África: conexões globais  
Labor Migration and Commodity Production in Africa: Global Entanglements

2024  
maio/ago.

V. 31  
N. 57

ISSN  
2175-7976





# esboços

**histórias em contextos globais**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**Reitor**

Irineu Manoel de Souza

**Vice-Reitora**

Joana Célia dos Passos

**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**Diretor**

Alex Degan

**Vice-Diretora**

Michele Monguilhott

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**Chefe**

Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

**Coordenador do Programa de Pós-Graduação**

Henrique Espada Rodrigues Lima Filho

## Catálogo na fonte pela DECTI da Biblioteca da UFSC

Esboços: histórias em contextos globais / Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.-- v. 1, n. 1 (1994). – Florianópolis : PPGH/UFSC, 1994 -

Semestral 1994-2018; Quadrimestral 2019 –

Resumo em inglês e espanhol

A partir de 2008, disponível no portal de periódicos da UFSC em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/>

ISSN 1414-722x

E-ISSN 2175-7976

1. História – Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História.

CDU: 9

Elaborado pelo bibliotecário Jonathas Troglio – CRB 14/1093

### **Publicação indexada em:**

CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades Dialnet

DOAJ - Directory of Open Access Journals Diadorim - Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras

ERIH PLUS - European Reference Index for the Humanities and Social Sciences

Genamics JournalSeek

LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

LIVRE - Revistas de Livre Acesso

PKP – Public Knowledge Project Index

Portal de Periódicos – CAPES

Redalyc - Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal

REDIB - Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

Scopus

Sumarios.org - Sumários de Revistas Brasileiras



## **EDITOR-CHEFE**

Jo Klanovicz, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR, Brasil

## **CONSELHO EXECUTIVO**

Alex Degan, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil  
Beatriz Mamigonian, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil  
Fabio Morales, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil  
Flávia Florentino Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil  
Tiago Kramer de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil  
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

## **CONSELHO EDITORIAL**

Aldo Marchesi, Universidad de la Republica, Montevideú, Uruguai  
Edmé Dominguez, University of Gothenburg, Gotemburgo, Suécia  
Thiago Nicodemo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil  
João Júlio Gomes dos Santos Júnior, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil  
Uiran Gebara da Silva, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil  
Eunice Sueli Nodari, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil  
Henrique Espada Lima Filho, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil  
Rafael Chambouleyron, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

## **CONSELHO CONSULTIVO**

Adriene Baron Tacla, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil  
Aldrin Moura de Figueiredo, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil  
Aline Dias da Silveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil  
Ana Livia Bomfim Vieira, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil  
Andréa Doré, Universidade Federal do Paraná, Paraná, PR, Brasil  
Benito Bisso Schmidt, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil  
Cristina Scheibe Wolff, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil  
Élio Cantalício Serpa, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil  
Erick Assis de Araújo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil  
Hugo Antonio Fazio Vengoa, Universidad de los Andes, Bogotá, Colômbia  
João José Reis, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil  
José Antonio Piqueras, Universitat Jaume I, Castelló de la Plana, Espanha  
Karin Hofmeester, University of Amsterdam, Amsterdã, Holanda  
Kostas Vlassopoulos, University of Crete, Creta, Grécia  
Leandro Duarte Rust, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil  
Mateus de Faria Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil  
Norberto Luiz Guarinello, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil  
Paulo Fontes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
Rafael de Bivar Marquese, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil  
Sebastian Conrad, Freien Universität Berlin, Berlim, Alemanha  
Sergio Serulnikov, Universidad de San Andrés, San Fernando, Argentina  
Tamar Hodos, Bristol University, Bristol, Inglaterra

## **CAPA**

William B. Correa

## **PROJETO GRÁFICO**

Megatrad

## **DIAGRAMAÇÃO**

William B. Correa



## REVISÃO DE PORTUGUÊS, ESPANHOL E NORMALIZAÇÃO

Megatrad

## REVISÃO DE INGLÊS

Megatrad

## APOIO

Programa de Pós-Graduação em História – UFSC

### Avaliação dos originais

Visando garantir a qualidade e a idoneidade do processo de avaliação, a *Esboços*: histórias em contextos globais adota a avaliação “duplo-cega” na qual nem o nome do autor, nem o nome do parecerista são revelados. A revista mantém uma comissão permanente de avaliadores em seu Conselho Consultivo e conta também com revisores *ad hoc*, convidados conforme sua especialidade e reconhecimento na área, para emitir parecer sobre as contribuições recebidas.

As opiniões expressas nos textos publicados são de responsabilidade dos/as autores/as.

### Esboços

Programa de Pós-Graduação em História  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Campus Universitário – Bairro Trindade  
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
CEP 88.040-900  
Telefones: + 55 48 3721 4136  
*Website*: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos>  
*E-mail*: [esbocos@contato.ufsc.br](mailto:esbocos@contato.ufsc.br)  
ISSNe 2175-7976  
Periodicidade: Quadrimestral



# LABOR MIGRATION AND COMMODITY PRODUCTION IN AFRICA: GLOBAL ENTANGLEMENTS

Migração laboral e produção de commodities na África:  
conexões globais

Felipe Barradas Correia Castro Bastos <sup>a</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-2790-3571>

Email: felipebccbastos@gmail.com

Kerem Duymus <sup>b</sup>

 <https://orcid.org/0009-0006-8404-6808>

E-mail: keremduymus@gmail.com

<sup>a</sup> Universidade Estadual do Centro-Oeste, Department of History, Guarapuava, PR, Brazil.

<sup>b</sup> Universität Leipzig, Department of African Studies, Leipzig, Germany.

DOSSIÊ/ISSUE

MIGRAÇÃO LABORAL E PRODUÇÃO DE COMMODITIES NA ÁFRICA: CONEXÕES GLOBAIS  
LABOR MIGRATION AND COMMODITY PRODUCTION IN AFRICA: GLOBAL ENTANGLEMENTS

## ABSTRACT

This introductory article presents the objectives, scope and contents of the Special Issue titled *Labor Migration and Commodity Production in Africa: Global Entanglements*. By congregating a diverse team of scholars from Brazil, Turkey, Germany, France, the United States, and Cameroon, all at different stages of their careers, this Special Issue seeks to build upon current trends in the fields of Global and African History to expand our current understanding of the centrality of African subjects in the making of the contemporary, densely globalized yet deeply unequal world. This introduction sets the theoretical framework that guided our call for papers, summarizes the key findings of each article, and situates their individual contributions within the topics related to the agency of African subjects in the creation of increasingly interconnected societies. We argue that the articles in this Special Issue offer a path to further strengthen and expand both fields of African and Global History by incorporating the analysis of understudied sources from diverse linguistic backgrounds, such as Arabic, Turkish, Portuguese and German, as well as legal documents produced by contemporary African states.

## KEYWORDS

Global History. African History. Labor migration. Commodity production.

## RESUMO

Este artigo introdutório apresenta os objetivos, o escopo e o conteúdo do Dossiê Temático intitulado *Migração Laboral e Produção de Commodities na África: Conexões Globais*. Ao congregar uma equipe diversificada de estudiosos oriundos do Brasil, Turquia, Alemanha, França, Estados Unidos, e Camarões, todos em diferentes estágios de suas carreiras, este Dossiê Temático se alicerça sobre tendências atuais nos campos da História Global e da África para expandir nossa compreensão sobre a centralidade de sujeitos africanos na formação do mundo contemporâneo – densamente globalizado, mas profundamente desigual. Esta introdução estabelece o enquadramento teórico que orientou nossa chamada de artigos, resume os principais achados de cada artigo e situa suas contribuições individuais dentro da temática relativa à agência de sujeitos africanos na criação de sociedades cada vez mais interconectadas. Argumentamos que os artigos deste Dossiê Temático oferecem um caminho para fortalecer e expandir ambos os campos da História da África e Global, incorporando a análise de fontes pouco estudadas de diferentes procedências linguísticas, como árabe, turco, português e alemão, bem como documentos legais produzidos por estados africanos contemporâneos.

## PALAVRAS-CHAVES

História Global. História da África. Migração laboral e produção de commodities.



**H**uman mobility across cultural, political, and social boundaries is nothing new in African History. In fact, anthropologists and historians have consistently argued that people moved beyond their immediate horizons since immemorial times, spurring numerous historical transformations that shaped landscapes and identities for millennia along the way (Kopytoff, 1989; Vansina, 1989). While acknowledging the timeless existence of human mobility in Africa may help in destroying the enduring myth of African societies as ahistorical entities responsive only to external forces, it is important not to gloss over fundamental changes in the circumstances and nature of migratory movements, especially as African societies created and engaged with ever-broadening networks of commercial exchange since the early Modern Age.

This Special Issue was conceived as an endeavor to improve our current understanding on both these propositions, namely, that African societies were never cloistered away from global events but were rather indispensable to their making in the first place, which includes the expansion of commodity markets catering for increasingly industrialized economies. It draws on recent historiographical developments in the fields of Global History as well as African History to posit that the connections established by African historical subjects have been a centerpiece in the creation of the modern world. By focusing on the relationship between a specific, but increasingly pervasive form of human mobility – labor migration – that toiled in producing trade goods extracted from minerals, animals or plants in Africa, the articles in this Special Issue deal with the myriad of ways in which African subjects shaped the commercial networks of commodity production from the Sahelian states in the seventeenth-century to (post)colonial flows of raw materials and laborers that keep the whole global economy afloat.

The focus on the relationship between labor migration and commodity production is by no means incidental to the propositions above. For too long have studies on labor migration and commodity production in Africa effaced the agency of African subjects as peripheral, responsive only to external pressures set by colonial agents or “central” drivers (Atkins, 1993; Sunseri, 2002; Tallie, 2019). And as Samir Amin once put it, many takes on labor migration failed to be more than tautologies that explain the phenomena of labor migration by merely indicating the existence of people who are likely to migrate (Amin, 1995). More recently still, many scholarly investigations on labor migration in Africa have been deadlocked in tailoring cases to fit into a typological “spectrum” of coerced labor ranging from chattel slavery to “free” contract labor, rather than describing how the commodification of labor itself unfolded along the multiple fault lines of modern capitalism (Martino, 2022). Thus, a cursory glance over the burgeoning field of Global History since the last two decades of the twentieth century may offer invaluable insights to historians and analysts wishing to make sense of the connections that undergirded globalization as a historical phenomenon, as well as help us in devising ways to deepen our understanding on how commodity markets – themselves a foundational feature of global capitalism – were created, either in Africa or elsewhere.

It is known that the increasingly interconnected present prompted historians in the late twentieth-century to take a deeper look at the reciprocal influences and the multiple historical connections established between different societies in a global scale (Kocka, 2006). Researchers specialized in the field of African History greatly impacted these historiographical debates by demonstrating not only the centrality of African societies in global processes that were once viewed merely as developments of European history (Thornton, 2016), but also by rejecting narratives of globalization as the corollary of a unilateral and unstoppable “modernization” of non-Western subjects (Cooper, 2007; Inikori, 2007; Conrad, 2013). Moreover, as the protracted abolition of slavery gained traction around the world along the nineteenth century and coexisted with a booming global economy based on the mass



consumerism of industrialized countries that were fed, dressed, and stimulated by tropical commodities, the transformations in the mobility of African subjects who were engaged in supplying such globalized commodities has also received attention from historians (Frankema; Haas, 2022).

The emergence of these analytical trends has particularly favored reinterpretations of the role played by non-European societies in the development of capitalism in a way that critically challenges the metanarratives based on the description of “centers” and “peripheries”, as well as the notion that capitalism arose as a singularity of European/North American history to which the rest of the world was eventually subjected, whether by the force of macroeconomic pressures based on technological supremacy or by the exercise of political and military power grounded in colonial domination. While such concerns figured prominently in African and Latin American academic discourses from the mid-1960s onwards, as indicated by studies originating from the dependency theory and critical perspectives on the paradigm of modernization on a global scale (Ramos, 1967; Amin, 1972; Rangel, 1981; Rodney, 1981), more recent analyses have shifted towards emphasizing the agency of African historical subjects in establishing these interconnections, notwithstanding the fact that their structurally unequal character, in terms of economic value, culminated in the long-term production of underdevelopment and – most importantly – without foregoing a moral critique of modern capitalism (Bosch, 1997; Green, 2019).

Thus, historians have faced the challenge of explaining how the world has become simultaneously (and increasingly) interconnected and unequal without, however, giving undue emphasis to the agency of European subjects (Berg, 2013; Edwards *et al.*, 2020). In this sense, the critical use of the concept of capitalism as a global historical phenomenon has, in turn, allowed African historians to pay attention to the complexities of African societies without overlooking their capacity to establish their own connections with the outside world despite deepening inequalities (Alpers, 2014; Cooper, 2014; Eckert, 2016). However, this appeal for a shift in perspective requires historians to engage with sources in the marginalized languages. Historically, the sources that have been predominantly utilized were authored by British and French agents, as well as colonial officials, who often, whether intentionally or unintentionally, marginalized or neglected the contributions and significance of African agents (Yusha, 2011; Kavas; Tandoğan, 2019). In this regard, uncovering new sources in languages such as Hausa, Swahili, Arabic, Turkish, German, and Portuguese are becoming essential standards for contemporary research projects.

It is our contention that this Special Issue contributes to these recent historiographical developments by congregating scholars from Brazil, Cameroon, Turkey, the United States, Germany and France, all at different stages of their academic careers, who responded to the call of taking a closer look at the global interconnectedness between African societies and the world from a historical perspective, with each author singling out how specific commodities were procured through labor migration networks. Taken together, the seven articles contemplate all regions of the African continent, from the trans-Saharan connections between West Africa and the Middle East, to the Atlantic and Indian Ocean worlds encompassing Senegambia, Central West-Africa, East Africa and beyond. Chronologically, this Special Issue spans from the seventeenth-century to the present, and each paper shares a common thread of articulating a diverse array of documentary material and oral account collections which remain underexplored in African studies, such as Swahili, Arabic, Turkish, German, and Portuguese sources as well as policy and legal documents governing the international relations between independent African countries.

The articles were arranged in a chronologically ascending order which, as the reader shall see, also expands into a broader spectrum of historical relations deeply intertwined with the global mobility of African subjects. The first three contributions were written by Brazilian

historians and cover the pre-colonial period up to the imperialist scramble for Africa in the late nineteenth century. Felipe Silveira de Oliveira Malacco's paper deals with the production of Arabic gum in northern Senegambia, a region deeply connected to the Atlantic world since the first half of the fifteenth century. His article stresses how this commodity, sought by markets in early modern Europe for its manifold pharmaceutical uses as well as in the manufacturing of textiles and tinctures, remained firmly in control of local Wolof powerbrokers. By analyzing French, British, Dutch and Cape Verdean travelers' accounts written in the seventeenth century, Malacco identifies how commercial networks regulated and taxed by Wolof rulers connected the Atlantic coast and trade hubs along the Senegal River to a much wider Saharan region, further fleshing out the complexities in the commercial interactions between European and African agents before the onset of colonial rule.

Ivan Sicca Gonçalves also looks at commercial networks hinging on the globalized Atlantic economy with the African interior but focusing on a crucial component of commodity production rather than a commodity *per se*: the transportation sector. Gonçalves analyses African commercial agents, known in Portuguese sources from modern-day Angola as *pombeiros*, who were responsible for brokering trade relations between caravan porters, local African chiefdoms such as the Kingdom of Bié, and European merchants by mid-nineteenth century. His paper observes how the rising global demand for products such as ivory, coffee, wax and rubber came with intensified contacts between Portuguese-operated trading caravans, generously financed with credit offered by commercial firms in Luanda and Benguela, and African societies situated as far as Kasai and Barotseland. By examining the agency of African *pombeiros* in crisscrossing the central Angolan plateau to recruit thousands of African porters and play ambiguous, conflict-ridden roles in such trading caravans, Gonçalves examined how greatly expanding markets in West-Central Africa by the mid-1800s were initially met with the rise of autochthonous communities of affluent African traders, yet all in a historical context of deepening inequalities and the spread of violent forms of dependency and labor regimentation thrust by these expanding markets.

The participation of African itinerant workers in the procurement of ivory is also the topic explored by Silvio Marcus de Souza Correa in his article, but under the very different circumstances created by the onset of colonial rule since the late nineteenth-century. Like Malacco and Gonçalves, Correa's article builds upon sources not sufficiently explored in the writing of Africa's central place in Global History – namely, German texts produced during the Wilhelmine era. The vigorous expansion of bourgeois consumerism in Europe greatly influenced increasing demands for brute ivory, a commodity required for appeasing new aesthetic predilections in artistry, musical instruments and decorations across Europe and North America. While only truly describable with reference to widespread pillaging and social terror, the development of a global market for African ivory during the colonialist period described by Correa did not entirely preclude the agency of migrant workers in shaping these commercial connections, including in transforming processes of ethnogenesis and the creation of colonial cities along the East African coast and elsewhere.

Aside from these three initial articles in Portuguese, the remaining papers are written in English and further explore the entanglements between African labor migration and commodity production from the nineteenth through the twentieth century up until our contemporary era. Felipe Bastos and Clara Torrão Busin engage with scholarly debates on migratory labor during colonialism by studying the circulation of tens of thousands of persons from northernmost Portuguese East Africa and British Tanganyika, respectively modern-day Mozambique and mainland Tanzania, and their participation in the world's largest producer of sisal fiber. While labor migration under colonial rule in Africa was generally composed by men and kept under the watchful eye of European authorities, Bastos and Busin explore how Makonde migrants crisscrossed the borders between the backwaters of different colonial

empires in their efforts to make a livelihood since the early twentieth century until shortly before the outbreak of the Mozambican liberation war. The authors interweave archival records consulted in several countries with oral testimonies collected in Dar es Salaam to discuss how migrants' complex life stories, when set against colonial records, renders a complex picture of migrant agency far outstripping and outwitting colonial administrators' and industrial pundits' plans for orderly, quantified and controlled labor migration networks.

Mona Rudolph's article is another piece that explores German sources to write an insightful history on how the labor migration from the Ovambo region, which encompasses present-day northern Namibia and southern Angola, was essential in facilitating diamond extraction by German colonial mining enterprises in the early twentieth century. In her analysis, Rudolph underscores the agency of the people from the Ovambo region who, while not directly subjected to the colonial authority of the German Empire, engaged in seasonal labor within the mines under German colonial oversight, concurrently managing their agricultural activities in their homelands. This perspective challenges the prevailing colonial narrative that depicts the German Empire as an all-powerful entity exerting control over a vast territory. Instead, Rudolph illustrates that colonial administrators and mining companies were compelled to negotiate with these seasonally migrating workers, as well as with local intermediaries, concerning labor conditions and remuneration. The absence of these workers would have rendered both colonial governance and mining operations unviable, as they were essential to the workforce. In this regard, it was mainly the determination and initiative of the Ovambo people that enabled diamond extraction, rather than solely the ambitions of German companies and colonial authorities. These findings elucidate the intricate power dynamics and socio-economic contexts surrounding diamond extraction under colonial rule, highlighting the collaborative efforts and negotiations among various actors involved in the process.

The remaining two contributions to this Special Issue deal with the migratory networks between contemporary African countries and beyond Africa. Mahir Saul and Kerem Duymus adopt a *longue durée* perspective to explore the migratory networks and economic ties between present-day Turkey and West Africa, thereby facilitating a thematic transition from historical analysis to contemporary sociopolitical relations within the Special Issue. Their focus is on the evolving economic and migratory dynamics primarily between West Africa and Turkey. Uncovering Arabic and Turkish archival documents from Turkey and Libya, the authors investigate the mobility networks that existed between West Africa and the Ottoman Empire, thereby linking historical trends to current patterns. Based on further anthropological and sociological field research, the authors reveal both disruptions and continuities in the context of labor migration. While prevailing narratives surrounding so-called "migration crises" predominantly emphasize the European perspective on African mobility, the authors offer an alternative viewpoint that highlights Turkey's policies and interactions with African states, as well as the economic dynamics from the standpoint of African immigrants.

The final paper was authored by Herman Bonabé, a West African scholar engaged with current labor mobilities in Africa and who focuses squarely on the governance of human mobility by African states by the turn of the twenty-first century. Bonabé approaches the topic of labor mobility from an alternative perspective and disciplinary framework: he highlights beneficial aspects of labor migration for both individuals seeking employment and for states requiring labor in underutilized sectors. From this vantage point, Bonabé analyzes the intricate legal frameworks and dynamics surrounding labor migration to assess whether the existing laws among African states confer advantages to both immigrants and the states themselves. Consequently, the author delineates a complex negotiation landscape involving international entities such as the United Nations and the African Union, as well as regional organizations like the Economic Community of Central African States (ECCAS) and the Intergovernmental Authority on Development (IGAD), alongside national governments within Africa. Through his

comprehensive analysis, Bonabé elucidates the multifaceted nature of the legal dynamics pertaining to labor migration among African states, further cementing our current understanding on migratory networks in African History by transcending presentist perspectives based on European-centered narratives of “migration crises”.

Taken together, we believe that the articles in this Special Issue provide an insightful expansion of perspectives, sources, and methods to discuss topics that have been profoundly influential in shaping the contemporary world, particularly within the disciplinary fields of Global History and African History. Aside from sparking debates that help overcome prevailing linguistic limitations in Brazilian academia through dialogue with researchers from Africa, Europe, and Turkey, the Special Issue also contributes to the ongoing effort to situate the mobility and agency of African subjects at the center of the historiographical debate on phenomena constitutive of our increasingly interconnected societies. We thus wish you a good reading!

## REFERENCES

- ALPERS, Edward A. *The Indian Ocean in World History*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- AMIN, Samir. Underdevelopment and Dependence in Black Africa — Origins and Contemporary Forms. *The Journal of Modern African Studies*, v. 10, n. 4, p. 503–524, dez. 1972.
- AMIN, Samir. Migrations in Contemporary Africa: A Retrospective View. In: BAKER, Jonathan; AINA, Tade A. *The Migration Experience in Africa*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 1995. p. 29-40.
- ATKINS, Keletso E. *The Moon is Dead! Give Us Our Money!: The Cultural Origins of an African Work Ethic, Natal, South Africa, 1843-1900*. Portsmouth: Heinemann, 1993.
- BERG, Maxine. Global history: approaches and new directions. In: BERG, Maxine (ed.) *Writing the History of the Global: Challenges for the 21st Century*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 1-18.
- BOSCH, Gerald R. Eric Williams and the Moral Rhetoric of Dependency Theory. *Callaloo*, v. 20, n. 4, p. 817-827, 1997.
- CONRAD, Sebastian. Kritik und Grenzen der Globalgeschichte. In: *Globalgeschichte: eine Einführung*. Munique: C.H.Beck, 2013. p. 87-111.
- COOPER, Frederick. Was nützt der Begriff der Globalisierung? Aus der Perspektive eines Afrika-Historikers. In: CONRAD, Sebastian; ECKERT, Andreas; FREITAG, Ulrike (eds.) *Globalgeschichte: Theorien, Ansätze, Themen*. Frankfurt am Main: Campus, 2007. p. 131-161.
- COOPER, Frederick. *Africa in the World: Capitalism, Empire, Nation-State*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

- ECKERT, Andreas. Capitalism and Labor in Sub-Saharan Africa. In: KOCKA, Jürgen; LINDEN, Marcel van der. *Capitalism: The Reemergence of a Historical Concept*. Oxford: Bloomsbury Academic, 2016. p. 165-186.
- EDWARDS, Andrew David; HILL, Peter; NEVES-SARRIEGUI, Juan. Capitalism In Global History. *Past & Present*, v. 249, n. 1, p. e1–e32, 2020.
- FRANKEMA, Ewout; HAAS, Michiel de (eds.) *Migration in Africa: Shifting Patterns of Mobility from the 19th to the 21st Century*. Londres: Routledge, 2022.
- GREEN, Toby. *A Fistful of Shells: West Africa from the rise of the slave trade to the age of revolution*. Londres: Penguin Books, 2019.
- INIKORI, Joseph E. Africa and the globalization process: Western Africa, 1450-1850. *Journal of Global History*, v. 2, n. 1, p. 63-86, 2007.
- KAVAS, Ahmed; TANDOĞAN, Muhammed. *Afrika'nin Önder Şahsiyetleri*. Istanbul: Alelmas Yayıncılık, 2019.
- KOCKA, Jürgen. Sozialgeschichte im Zeitalter der Globalisierung. *Merkur: Deutsche Zeitschrift für europäisches Denken*, v. 4, n. 60, p. 305-316, 2006.
- KOPYTOFF, Igor (ed.) *The African Frontier: The Reproduction of Traditional African Societies*. Bloomington: Indiana University Press, 1989.
- MARTINO, Enrique. *Touts: Recruiting Indentured Labor in the Gulf of Guinea*. Oldenbourg: De Gruyter, 2022.
- RAMOS, Alberto G. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. *Revista de Administração Pública*, v. 1, n. 2, p. 7-a, 1967.
- RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 1, n. 4, 1981.
- RODNEY, Walter. *How Europe Underdeveloped Africa*. 2.ed. Washington: Howard University Press, 1981.
- SUNSERI, Thaddeus. *Vilimani: Labor Migration and Rural Change in Early Colonial Tanzania*. Londres: Heinemann, 2002.
- TALLIE, T. J. "The Myth Is Dead! Give Us Our History!" Reassessing Black Labor in African History The Moon Is Dead! Give Us Our Money! The Cultural Origins of an African Work Ethic, Natal, South Africa, 1843-1900, by Keletso E. Atkins. *The American Historical Review*, v. 124, n. 5, p. 1758-1768, 2019.
- THORNTON, John K. The Kingdom of Kongo and the Thirty Years' War. *Journal of World History*, v. 27, n. 2, p. 189-213, 2016.
- VANSINA, Jan. Deep-Down Time: Political Tradition in Central Africa. *History in Africa*, v. 16, p. 341-362, 1989.

YUSHA, Bashir Qasim. *Madinahu Ghadames Eabr Al-Asur*. Tarablus: Al-Markaz al-wataniya li-Imahfuzat wa-Idirasat, 2011.

## AUTHOR'S NOTES

### AUTHORSHIP

**Felipe Barradas Correia Castro Bastos:** Ph.D., Assistant Professor in Global History, Midwestern Paraná State University (UNICENTRO), History Department, Guarapuava, PR Brazil.

**Kerem Duymus:** PhD Candidate in the University of Leipzig, Department of African Studies, Graduate School of Global and Area Studies, Germany.

### CORRESPONDING ADDRESS

Beethovenstr. 15, 04107 Leipzig, Germany

### SOURCE OF THE ARTICLE

Not applicable.

### FUNDING

Not applicable.

### ACKNOWLEDGMENTS

Not applicable.

### IMAGE CONSENT

Not applicable.

### AUTORSHIP CONTRIBUTION

**Conceptualization and elaboration of the manuscript:** Felipe B. C. C. Bastos, Kerem Duymus.

**Data collection:** Felipe B. C. C. Bastos, Kerem Duymus.

**Results discussion:** Felipe B. C. C. Bastos, Kerem Duymus.

**Revision and approval:** Felipe B. C. C. Bastos, Kerem Duymus.

### ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

### CONFLICT OF INTEREST

There is no conflict of interest.

### PREPRINT

This paper is not a preprint.

### LICENSE OF USE

© Felipe Barradas Correia Castro Bastos and Kerem Duymus. This article is licensed under the Creative Commons License CC-BY. With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

### PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.



## EDITOR

Jo Klanovicz.

## HISTORY

Received on: July 29, 2024.

Approved on: August 4, 2024.

How to cite: BASTOS, Felipe B. C. C.; DUYMUS, Kerem. Labor migration and commodity production in Africa: global entanglements. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 142-341, 2024.



# MIGRAÇÃO LABORAL E PRODUÇÃO DE COMMODITIES NA ÁFRICA: CONEXÕES GLOBAIS

Labor migration and commodity production in Africa: global entanglements

Felipe Barradas Correia Castro Bastos <sup>a</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-2790-3571>

Email: felipebccbastos@gmail.com

Kerem Duymus <sup>b</sup>

 <https://orcid.org/0009-0006-8404-6808>

E-mail: keremduymus@gmail.com

<sup>a</sup> Universidade Estadual do Centro-Oeste, Departmento de História, Guarapuava, PR, Brasil.

<sup>b</sup> Universität Leipzig, Department of African Studies, Leipzig, Germany.

DOSSIÊ/ISSUE

MIGRAÇÃO LABORAL E PRODUÇÃO DE COMMODITIES NA ÁFRICA: CONEXÕES GLOBAIS

LABOR MIGRATION AND COMMODITY PRODUCTION IN AFRICA: GLOBAL ENTANGLEMENTS



## RESUMO

Este artigo introdutório apresenta os objetivos, o escopo e o conteúdo do Dossiê Temático intitulado Migração Laboral e Produção de Commodities na África: Conexões Globais. Ao congregar uma equipe diversificada de estudiosos oriundos do Brasil, Turquia, Alemanha, França, Estados Unidos, e Camarões, todos em diferentes estágios de suas carreiras, este Dossiê Temático se alicerça sobre tendências atuais nos campos da História Global e da África para expandir nossa compreensão sobre a centralidade de sujeitos africanos na formação do mundo contemporâneo – densamente globalizado, mas profundamente desigual. Esta introdução estabelece o enquadramento teórico que orientou nossa chamada de artigos, resume os principais achados de cada artigo e situa suas contribuições individuais dentro da temática relativa à agência de sujeitos africanos na criação de sociedades cada vez mais interconectadas. Argumentamos que os artigos deste Dossiê Temático oferecem um caminho para fortalecer e expandir ambos os campos da História da África e Global, incorporando a análise de fontes pouco estudadas de diferentes procedências linguísticas, como árabe, turco, português e alemão, bem como documentos legais produzidos por estados africanos contemporâneos.

## PALAVRAS-CHAVES

História Global. História da África. Migração laboral e produção de commodities.

## ABSTRACT

This introductory article presents the objectives, scope and contents of the Special Issue titled Labor Migration and Commodity Production in Africa: Global Entanglements. By congregating a diverse team of scholars from Brazil, Turkey, Germany, France, the United States, and Cameroon, all at different stages of their careers, this Special Issue seeks to build upon current trends in the fields of Global and African History to expand our current understanding of the centrality of African subjects in the making of the contemporary, densely globalized yet deeply unequal world. This introduction sets the theoretical framework that guided our call for papers, summarizes the key findings of each article, and situate their individual contributions within the topics related to the agency of African subjects in the creation of increasingly interconnected societies. We argue that the articles in this Special Issue offer a path to further strengthen and expand both fields of African and Global History by incorporating the analysis of understudied sources from diverse linguistic backgrounds, such as Arabic, Turkish, Portuguese and German, as well as legal documents produced by contemporary African states.

## KEYWORDS

Global History. African History. Labor migration and commodity production.



**A** mobilidade humana através de fronteiras culturais, políticas e sociais não é novidade alguma na história africana. De fato, antropólogos e historiadores têm argumentado consistentemente que as pessoas se locomoveram para além de seus horizontes imediatos desde tempos imemoriais, impulsionando, ao longo do caminho, inúmeras transformações históricas que moldaram paisagens e identidades por milênios (Kopytoff, 1989; Vansina, 1989). Ainda que reconhecer a existência atemporal da mobilidade humana na África possa ajudar a destruir o mito persistente de que as sociedades africanas são entidades ahistóricas que respondem apenas a forças externas, é importante não ignorar as mudanças fundamentais nas circunstâncias e na natureza dos movimentos migratórios, especialmente à medida que as sociedades africanas criaram e se envolveram em redes cada vez mais amplas de intercâmbio comercial desde o início da Idade Moderna.

Este Dossiê Temático foi concebido como um esforço para aprimorar nossa compreensão atual sobre ambas essas proposições, isto é, que as sociedades africanas nunca estiveram isoladas de eventos globais, mas que foram, na verdade, indispensáveis à sua formação desde o início – o que inclui a expansão dos mercados de commodities voltados para economias cada vez mais industrializadas. O Dossiê se baseia em desenvolvimentos historiográficos recentes nos campos da História Global e da África para argumentar que as conexões estabelecidas por sujeitos históricos africanos foram fundamentais na criação do mundo moderno. Ao focar na relação entre uma forma específica, mas historicamente cada vez mais disseminada, de mobilidade humana – a migração laboral – envolvida na produção de bens comerciais extraídos de minerais, animais ou plantas na África, os artigos deste Dossiê tratam das diversas maneiras pelas quais os sujeitos africanos moldaram as redes comerciais de produção de commodities, desde os estados sahelianos no século XVII até os fluxos (pós)coloniais de matérias-primas e trabalhadores que mantiveram a economia global em funcionamento.

O foco na relação entre migração laboral e produção de commodities não é de forma alguma incidental às proposições acima. Por muito tempo, os estudos sobre migração laboral e produção de commodities na África apagaram a agência dos sujeitos africanos, tratando-os como sujeitos periféricos que respondiam apenas a pressões externas estabelecidas por agentes coloniais ou fatores 'centrais' (Atkins, 1993; Sunseri, 2002; Tallie, 2019). E como já afirmou Samir Amin, muitas abordagens sobre a migração laboral não foram mais do que tautologias que explicam o fenômeno da migração laboral simplesmente ao indicar a existência de pessoas predispostas a migrarem (Amin, 1995). Mais recentemente, muitas investigações acadêmicas sobre a migração laboral na África têm se detido a adaptar casos para se encaixarem em um "espectro" tipológico de trabalho coercitivo, variando da escravidão de propriedade ao trabalho "livre" regido por contrato, em vez de descrever como a mercantilização do próprio trabalho se desenvolveu ao longo das múltiplas contradições do capitalismo moderno (Martino, 2022). Assim, uma análise superficial do campo emergente da História Global nas últimas duas décadas do século XX pode oferecer perspectivas valiosas a historiadores que desejem compreender as conexões que sustentaram a globalização como um fenômeno histórico, bem como ajudar-nos a desenvolver maneiras de aprofundar nossa compreensão sobre como os mercados de commodities – eles próprios uma característica fundamental do capitalismo global – foram criados, seja na África ou alhures.

É sabido que o presente cada vez mais interconectado levou historiadores no final do século XX a examinar mais profundamente as influências recíprocas e as múltiplas conexões históricas estabelecidas entre diferentes sociedades em escala global (Kocka, 2006). Pesquisadores especializados no campo da História da África impactaram significativamente

esses debates historiográficos ao demonstrar não apenas a centralidade das sociedades africanas em processos globais que antes eram vistos meramente como desdobramentos da história europeia (Thornton, 2016), mas também ao rejeitar narrativas acachapantes da globalização enquanto corolário de uma “modernização” unilateral e irrefreável de sujeitos não-ocidentais (Cooper, 2007; Inikori, 2007; Conrad, 2013). Além disso, à medida que a protelada abolição da escravidão ganhou força ao redor do mundo ao longo do século XIX e coexistiu com uma economia global em expansão baseada no consumismo em massa dos países industrializados – os quais eram alimentados, vestidos e estimulados por commodities tropicais – as transformações na mobilidade dos sujeitos africanos envolvidos no fornecimento dessas commodities globalizadas também receberam a atenção dos historiadores (Frankema; Haas, 2022).

O surgimento dessas tendências analíticas favoreceu particularmente as reinterpretações do papel desempenhado por sociedades não-europeias no desenvolvimento do capitalismo, de forma a desafiar criticamente as metanarrativas baseadas na descrição de “centros” e “periferias”, bem como a noção de que o capitalismo teria surgido como uma singularidade da história europeia/norte-americana à qual submeteu-se o restante do mundo, seja pela força de pressões macroeconômicas baseadas na supremacia tecnológica ou pelo exercício do poderio político e militar fundamentado na dominação colonial. Embora essas preocupações tenham figurado de forma proeminente nos discursos acadêmicos africanos e latino-americanos a partir de meados da década de 1960, como indicado por estudos oriundos da teoria da dependência e de perspectivas críticas sobre o paradigma da modernização em escala global (Ramos, 1967; Amin, 1972; Rangel, 1981; Rodney, 1981), análises mais recentes têm enfatizado a agência dos sujeitos históricos africanos na criação dessas interconexões, sem ignorar, contudo, o fato de que seu caráter estruturalmente desigual, em termos de valor econômico, culminou na produção de subdesenvolvimento a longo prazo e, mais importante, sem abrir mão de enunciar uma crítica moral ao capitalismo moderno (Bosch, 1997; Green, 2019).

Assim, historiadores têm enfrentado o desafio de explicar como o mundo se tornou cada vez mais interconectado e simultaneamente desigual sem, no entanto, conferir uma ênfase indevida à agência dos sujeitos europeus (Berg, 2013; Edwards *et al.*, 2020). Nesse sentido, o uso crítico do conceito de capitalismo como um fenômeno histórico global permitiu, por sua vez, que historiadores africanos prestassem atenção às complexidades das sociedades africanas sem negligenciar sua capacidade de estabelecer suas próprias conexões com o mundo exterior, apesar das crescentes desigualdades (Alpers, 2014; Cooper, 2014; Eckert, 2016). No entanto, esse apelo por uma mudança de perspectiva exige que os historiadores se envolvam com fontes em idiomas marginalizados. Historicamente, as fontes predominantemente utilizadas foram escritas por agentes britânicos e franceses, bem como por oficiais coloniais, que muitas vezes, intencionalmente ou não, marginalizaram ou negligenciaram as contribuições e a importância dos agentes africanos (Yusha, 2011; Kavas; Tandogan, 2019). Nesse sentido, a descoberta de novas fontes em idiomas como hauçá, suaíli, árabe, turco, alemão e português está se tornando um caminho essencial para projetos de pesquisa contemporâneos.

Defendemos que este Dossiê Temático contribui para esses recentes desenvolvimentos historiográficos ao reunir acadêmicos do Brasil, Camarões, Turquia, Estados Unidos, Alemanha e França, todos em diferentes estágios de suas carreiras acadêmicas, que responderam ao chamado de examinar mais de perto a interconectividade global entre as sociedades africanas e o mundo a partir de uma perspectiva histórica, com cada autor destacando como determinadas commodities foram obtidas por meio de redes de migração laboral. Tomados em conjunto, os sete artigos deste Dossiê contemplam todas as regiões do continente africano, desde as conexões transaarianas entre a África Ocidental e

o Oriente Médio, até os mundos do Atlântico e do Oceano Índico, abrangendo a Senegâmbia, a África Centro-Occidental, a África Oriental e além. Cronologicamente, o Dossiê abrange fenômenos do século XVII até o presente, e cada artigo compartilha um fio-condutor comum ao articular uma ampla gama de materiais documentais e orais que permanecem pouco explorados nos estudos africanos e na História Global, como fontes em suaíli, árabe, turco, alemão e português, além de documentos políticos e jurídicos que regem as relações internacionais entre países africanos independentes.

Os artigos foram organizados em uma ordem cronológica ascendente que, como o(a) leitor(a) verá, também se expande para um espectro mais amplo de relações históricas profundamente entrelaçadas com a mobilidade global dos sujeitos africanos. As três primeiras contribuições foram escritas por historiadores brasileiros e cobrem o período pré-colonial até a corrida imperialista pela África no final do século XIX. O artigo de Felipe Silveira de Oliveira Malacco trata da produção de goma-arábica no norte da Senegâmbia, uma região profundamente conectada ao mundo atlântico desde a primeira metade do século XV. Seu artigo destaca como essa mercadoria, cobiçada pelos mercados na Europa moderna por seus múltiplos usos farmacêuticos, bem como na fabricação de têxteis e tinturas, permaneceu firmemente sob o controle de intermediários jalofos. Ao analisar relatos de viajantes franceses, britânicos, holandeses e cabo-verdianos escritos no século XVII, Malacco identifica como redes comerciais reguladas e taxadas por governantes jalofos conectavam a costa atlântica e os centros comerciais ao longo do rio Senegal a uma região saariana muito mais vasta, aprofundando ainda mais as complexidades nas interações comerciais entre agentes europeus e africanos antes do início do domínio colonial.

Ivan Sicca Gonçalves também examina redes comerciais vinculadas à economia atlântica globalizada com o interior africano, mas focando em um componente crucial da produção de commodities em vez de uma commodity em si: o setor de transportes. Gonçalves analisa agentes comerciais africanos, conhecidos em fontes portuguesas da atual Angola como *pombeiros*, que eram responsáveis por intermediar as relações comerciais entre carregadores de caravanas, chefias africanas locais como o Reino do Bié e comerciantes europeus em meados do século XIX. Seu artigo observa como a crescente demanda global por produtos como marfim, café, cera e borracha intensificou os contatos entre as caravanas comerciais operadas pelos portugueses, generosamente financiadas com crédito fornecido por firmas comerciais em Luanda e Benguela, e as sociedades africanas situadas em lugares tão distantes da costa atlântica como Kasai e o Barotse. Ao examinar a agência dos *pombeiros* africanos na travessia do planalto central de Angola para recrutar milhares de carregadores africanos e desempenhar papéis ambíguos e conflituosos nessas caravanas comerciais, Gonçalves analisou como os mercados em grande expansão na África Centro-Occidental em meados do século XIX foram inicialmente acompanhados pelo surgimento de comunidades autóctones de comerciantes africanos abastados, mas tudo em um contexto histórico de crescentes desigualdades e da disseminação de formas violentas de dependência e arregimentação de trabalho impulsionadas por tais mercados em expansão.

A participação de trabalhadores itinerantes africanos na obtenção de marfim também é o tema explorado por Silvio Marcus de Souza Correa em seu artigo, mas sob as circunstâncias muito diferentes criadas pelo estabelecimento do domínio colonial desde o final do século XIX. Assim como Malacco e Gonçalves, o artigo de Correa baseia-se em fontes insuficientemente exploradas na escrita sobre o lugar central da África na História Global – a saber, textos alemães produzidos durante o Reich guilhermino. A vigorosa expansão do consumismo burguês na Europa influenciou enormemente o aumento da demanda por marfim bruto, uma mercadoria necessária para satisfazer predileções estéticas emergentes na arte, instrumentos musicais e decorações na Europa e nas Américas. Embora

só seja verdadeiramente descritível com referência ao saque generalizado e ao terror social, o desenvolvimento de um mercado global para o marfim africano durante o período colonial descrito por Correa não excluiu inteiramente a agência dos trabalhadores migrantes na formação dessas conexões comerciais, incluindo a transformação dos processos de etnogênese e na criação de cidades coloniais ao longo da costa da África Oriental e alhures.

Além desses três primeiros artigos em português, os demais artigos estão escritos em inglês e também exploram a fundo as interações entre a migração laboral africana e a produção de commodities do século XIX ao XX até a era contemporânea. Felipe Bastos e Clara Torrão Busin abordam debates historiográficos sobre o trabalho migratório durante o colonialismo europeu na África, estudando a circulação de dezenas de milhares de pessoas do extremo norte da chamada África Oriental Portuguesa e do Tanganyika britânico, respectivamente correspondentes a Moçambique e Tanzânia continental, e o envolvimento dessas pessoas na maior indústria produtora mundial de fibra de sisal. Enquanto a migração laboral sob domínio colonial na África era geralmente composta por homens e mantida sob o olhar atento das autoridades europeias, Bastos e Busin exploram como migrantes macondes atravessaram as fronteiras entre os recantos de diferentes impérios coloniais em seus esforços para ganhar a vida desde o início do século XX até pouco antes do início da guerra de independência de Moçambique. Os autores entrelaçam registros arquivísticos consultados em vários países com depoimentos orais coletados em Dar es Salaam para discutir como as complexas histórias de vida dos migrantes, quando contrastadas com os registros coloniais, oferecem um quadro complexo da agência africana que em muito ultrapassou os limites dos planos de administradores coloniais para a criação de redes de migração laboral ordenadas, quantificadas e controladas.

O artigo de Mona Rudolph é outro que explora fontes alemãs para escrever uma história perspicaz sobre como a migração laboral da região Ovambo, que engloba a atual porção setentrional da Namíbia e o sul de Angola, foi essencial para facilitar a extração de diamantes pelas empresas coloniais alemãs no início do século XX. Em sua análise, Rudolph destaca a agência dos povos da região Ovambo que, embora não estivessem diretamente sujeitos à autoridade colonial do Império Alemão, participaram do trabalho sazonal nas minas sob a supervisão colonial alemã ao mesmo tempo em que gerenciavam suas atividades agrícolas em suas terras natais. Essa perspectiva desafia a narrativa colonial predominante que retrata o Império Alemão como uma entidade onipotente exercendo controle homogêneo sobre um vasto território africano. Em vez disso, Rudolph ilustra que os administradores coloniais e as empresas de mineração foram obrigados a negociar com esses trabalhadores migrantes sazonais, bem como com intermediários locais, sobre as condições de trabalho e remuneração. A ausência desses trabalhadores teria tornado tanto a governança colonial quanto as operações de mineração inviáveis, pois eles eram essenciais para a prestação de mão-de-obra. Nesse sentido, foi principalmente a determinação e a iniciativa do povo Ovambo que possibilitaram a extração de diamantes, e não apenas as ambições das empresas alemãs e das autoridades coloniais. Esses resultados elucidam as complexas dinâmicas de poder e contextos socioeconômicos que cercam a extração de diamantes sob o domínio colonial, destacando os esforços colaborativos e as negociações entre os vários atores envolvidos no processo.

As duas contribuições restantes para este Dossiê Temático tratam das redes migratórias entre países africanos contemporâneos e territórios situados fora da África. Mahir Saul e Kerem Duymus adotam uma perspectiva de longa duração para explorar as redes migratórias e os laços econômicos entre a atual Turquia e a África Ocidental, facilitando assim uma transição temática da análise histórica para as relações sociopolíticas contemporâneas dentro do Dossiê. Seu enfoque se dá nas dinâmicas econômicas e migratórias em constante evolução principalmente entre a África Ocidental e a Turquia. Lidando com documentos

arquivísticos pouquíssimo estudados de fontes árabes e turcas da Turquia e da Líbia, os autores investigam as redes de mobilidade que existiam entre a África Ocidental e o Império Otomano, conectando assim tendências históricas aos padrões atuais. Com base em pesquisas antropológicas e sociológicas, os autores revelam, na sequência, tanto rupturas quanto continuidades no contexto da migração laboral entre essas regiões. Enquanto as narrativas predominantes sobre as chamadas “crises migratórias” enfatizam predominantemente a perspectiva europeia sobre a mobilidade africana, os autores oferecem um ponto de vista alternativo que destaca as políticas da Turquia e suas interações com os estados africanos, bem como as dinâmicas econômicas do ponto de vista dos próprios imigrantes africanos.

O artigo final foi escrito por Herman Bonabé, um acadêmico dos Camarões, na África Ocidental, envolvido com redes de migração laboral atualmente em curso na África e que foca especificamente na governança da mobilidade humana pelos estados africanos na virada do século XXI. Bonabé aborda o tema da mobilidade laboral a partir de uma perspectiva alternativa e de um enquadramento disciplinar distinto: ele destaca aspectos benéficos da migração laboral tanto para indivíduos em busca de emprego quanto para estados que necessitam de mão de obra em setores subutilizados. A partir dessa perspectiva, Bonabé analisa os complexos marcos legais e as dinâmicas diplomáticas em torno da migração laboral para avaliar se as leis existentes entre os estados africanos conferem vantagens tanto para os imigrantes quanto para os próprios estados. Consequentemente, o autor delinea um complexo cenário de negociação envolvendo entidades internacionais como as Nações Unidas e a União Africana, bem como organizações regionais como a *Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC)* e a *Autoridade Intergovernamental sobre o Desenvolvimento (IGAD)*, juntamente com os próprios governos nacionais na África. Por meio de sua análise abrangente, Bonabé elucida a natureza multifacetada das dinâmicas legais relacionadas à migração laboral entre estados africanos, aprofundando nossa compreensão atual sobre as redes migratórias na História Africana ao transcender perspectivas presentistas baseadas em narrativas europeias de “crises migratórias”.

Tomados em conjunto, consideramos que os artigos deste Dossiê propiciam uma expansão salutar de perspectivas, fontes e métodos para se discutir temas que têm sido profundamente impactantes na formação do mundo contemporâneo, sobretudo nos âmbitos disciplinares da História Global e da História da África. Para além de suscitar debates que favorecem a superação de limitações linguísticas prevalentes na academia brasileira por meio do diálogo com pesquisadores africanos, europeus e turcos, o Dossiê também promove avanços na empreitada de recolocar a mobilidade e agência de sujeitos africanos no centro do debate historiográfico sobre fenômenos constitutivos de nossas sociedades cada vez mais interconectadas. Desejamos-lhes, assim, uma boa leitura!

## REFERÊNCIAS

ALPERS, Edward A. *The Indian Ocean in World History*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

AMIN, Samir. Underdevelopment and Dependence in Black Africa — Origins and Contemporary Forms. *The Journal of Modern African Studies*, v. 10, n. 4, p. 503–524, dez. 1972.



- AMIN, Samir. Migrations in Contemporary Africa: A Retrospective View. In: BAKER, Jonathan; AINA, Tade A. *The Migration Experience in Africa*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 1995. p. 29-40.
- ATKINS, Keletso E. *The Moon is Dead! Give Us Our Money!: The Cultural Origins of an African Work Ethic, Natal, South Africa, 1843-1900*. Portsmouth: Heinemann, 1993.
- BERG, Maxine. Global history: approaches and new directions. In: BERG, Maxine (ed.). *Writing the History of the Global: Challenges for the 21st Century*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 1-18.
- BOSCH, Gerald R. Eric Williams and the Moral Rhetoric of Dependency Theory. *Callaloo*, v. 20, n. 4, p. 817-827, 1997.
- CONRAD, Sebastian. Kritik und Grenzen der Globalgeschichte. In: *Globalgeschichte: eine Einführung*. Munique: C.H.Beck, 2013. p. 87-111.
- COOPER, Frederick. Was nützt der Begriff der Globalisierung? Aus der Perspektive eines Afrika-Historikers. In: CONRAD, Sebastian; ECKERT, Andreas; FREITAG, Ulrike (ed.). *Globalgeschichte: Theorien, Ansätze, Themen*. Frankfurt: Campus, 2007. p. 131-161.
- COOPER, Frederick. *Africa in the World: Capitalism, Empire, Nation-State*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.
- ECKERT, Andreas. Capitalism and Labor in Sub-Saharan Africa. In: KOCKA, Jürgen; LINDEN, Marcel van der. *Capitalism: The Reemergence of a Historical Concept*. Oxford: Bloomsbury Academic, 2016. p. 165-186.
- EDWARDS, Andrew David; HILL, Peter; NEVES-SARRIEGUI, Juan. Capitalism In Global History. *Past & Present*, v. 249, n. 1, p. e1–e32, 2020..
- FRANKEMA, Ewout; HAAS, Michiel de (ed.) *Migration in Africa: Shifting Patterns of Mobility from the 19th to the 21st Century*. Londres: Routledge, 2022.
- GREEN, Toby. *A Fistful of Shells: West Africa from the rise of the slave trade to the age of revolution*. Londres: Penguin Books, 2019.
- INIKORI, Joseph E. Africa and the globalization process: Western Africa, 1450–1850. *Journal of Global History*, v. 2, n. 1, p. 63–86, mar. 2007.
- KAVAS, Ahmed; TANDOĞAN, Muhammed. *Afrika'nin Önder Şahsiyetleri*. Istanbul: Alelmas Yayıncılık, 2019.
- KOCKA, Jürgen. Sozialgeschichte im Zeitalter der Globalisierung. *Merkur: Deutsche Zeitschrift für europäisches Denken*, v. 4, n. 60, p. 305–316, 2006.
- KOPYTOFF, Igor (ed.) *The African Frontier: The Reproduction of Traditional African Societies*. Bloomingtons: Indiana University Press, 1989.

MARTINO, Enrique. *Touts: Recruiting Indentured Labor in the Gulf of Guinea*. Oldenbourg: De Gruyter, 2022.

RAMOS, Alberto Guerreiro. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. *Revista de Administração Pública*, v. 1, n. 2, p. 7-a, 1967.

RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 1, n. 4, 1981.

RODNEY, Walter. *How Europe Underdeveloped Africa*. 2ª Ed. Washington: Howard University Press, 1981.

SUNSERI, Thaddeus. *Vilimani: Labor Migration and Rural Change in Early Colonial Tanzania*. Londres: Heinemann, 2002.

TALLIE, T. J. "The Myth Is Dead! Give Us Our History!" Reassessing Black Labor in African History. *The Moon Is Dead! Give Us Our Money! The Cultural Origins of an African Work Ethic, Natal, South Africa, 1843-1900*, by Keletso E. Atkins. *The American Historical Review*, v. 124, n. 5, p. 1758-1768, 2019.

THORNTON, John K. The Kingdom of Kongo and the Thirty Years' War. *Journal of World History*, v. 27, n. 2, p. 189–213, 2016.

VANSINA, Jan. Deep-Down Time: Political Tradition in Central Africa. *History in Africa*, v. 16, p. 341-362, 1989.

YUSHA, Bashir Qasim. *Madinahu Ghadames Eabr Al-Asur*. Tarabulus: Al-Markaz al-wataniya li-Imahfuzat wa-Idirasat, 2011.

## NOTAS DE AUTOR

---

### AUTORIA

**Felipe Barradas Correia Castro Bastos:** Doutor, Professor colaborador na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Departamento de História, Guarapuava, Paraná, Brasil.

**Kerem Duymus:** Doutorando na Universidade de Leipzig, Departamento de Estudos Africanos, Alemanha.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Afonso Botelho, 1688, Apto 602, Bairro Santa Cruz, 85015-000, Guarapuava, Paraná, Brasil.  
Beethovenstr. 15, 04107 Leipzig, Alemanha.

### ORIGEM DO ARTIGO

Não aplica.

### AGRADECIMENTOS

Não aplica.





## **CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA**

Concepção do estudo, coleta de dados, análise dos dados, discussão de resultados, revisão e aprovação: Felipe B. C. C. Bastos e Kerem Duymus.

## **FINANCIAMENTO**

Não se aplica.

## **CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM**

Não se aplica.

## **APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Não se aplica.

## **CONFLITO DE INTERESSES**

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

## **DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS**

Não se aplica.

## **PREPRINT**

O artigo não é um preprint.

## **LICENÇA DE USO**

© Felipe Barradas Correia Castro Bastos e Kerem Duymus. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

## **PUBLISHER**

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## **EDITOR**

Jó Klanovicz.

## **HISTÓRICO**

Recebido em: 29 de julho de 2024.

Aprovado em: 4 de agosto de 2024.

Como citar: BASTOS, Felipe B. C. C.; DUYMUS, Kerem. Migração laboral e produção de commodities na África: conexões globais. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 152-161, 2024.





# **GOMA-ARÁBICA: PRODUÇÃO SAHELIANA, DEMANDA ATLÂNTICA, PODER SENEGAMBIANO (SÉC. XVII)**

Gum Arabic: Sahelian Production, Atlantic Demand, Senegambian Power  
(17<sup>th</sup> Century)

Felipe Silveira de Oliveira Malacco <sup>a</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-4773-9470>

E-mail: fmalacco@hotmail.com

<sup>a</sup> Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

**DOSSIÊ/ISSUE**

**MIGRAÇÃO LABORAL E PRODUÇÃO DE COMMODITIES NA ÁFRICA: CONEXÕES GLOBAIS**

**LABOR MIGRATION AND COMMODITY PRODUCTION IN AFRICA: GLOBAL ENTANGLEMENTS**

## RESUMO

Este artigo analisa a produção e comércio de goma arábica na região da Senegâmbia, destacando o papel dos poderes políticos locais na condução das transações comerciais com os agentes atlânticos e com agentes comerciais de outras regiões do continente africano, baseado nas reflexões de autores como Philip Curtin e James Weeb e utilizando como fontes primárias, relatos de viagem produzidos no século XVIII. A commodity, extraída de árvores de acácia, era uma mercadoria versátil utilizada na Europa e na África para diversos fins, desde a manufatura têxtil até a fabricação de alimentos e medicamentos. Agentes saarianos traziam a goma para os portos do rio Senegal, onde era comercializada com europeus. Embora os poderes senegambianos não estivessem envolvidos diretamente na produção da goma, eles se beneficiavam do comércio em seu território, impondo taxas e impostos aos comerciantes saarianos e atlânticos. A complexa dinâmica comercial entre agentes atlânticos e africanos vai além do comércio de escravos, e a goma-arábica destaca-se como uma importante mercadoria no comércio atlântico na África Ocidental durante a Era Moderna. Com esta análise, busca-se revelar a influência dos poderes políticos locais na condução do comércio atlântico e evidencia a importância econômica da goma-arábica na região, bem como sua relevância como um produto de comércio internacional.

## PALAVRAS-CHAVES

Goma-Arábica. Senegâmbia. Comércio.

## ABSTRACT

This article analyzes the production and trade of gum arabic in the Senegambia region, highlighting the role of local political powers in conducting commercial transactions with Atlantic agents and commercial agents from other regions of the African continent, based on the reflections of authors such as Philip Curtin and James Weeb and using travel reports produced in the 17th century as primary sources. The commodity, extracted from acacia trees, was a versatile commodity used in Europe and Africa for various purposes, from the textile manufacture to the production of food and medicines. Saharan agents brought the gum to the ports of the Senegal River, where it was traded with Europeans. Although the Senegambians powers were not directly involved in the production of the gum, they benefited from the trade in their territory by imposing fees and taxes on Atlantic and Saharan traders. The complex commercial dynamics between Atlantic and African agents go beyond the slave trade, and gum arabic stands out as an important commodity in Atlantic trade in West Africa during the Modern Era. With this analysis, the aim is to reveal the influence of local political powers in conducting Atlantic trade and highlight the economic importance of gum arabic in the region, as well as its relevance as a product of international trade.

## KEYWORDS

Gum Arabic. Senegambia. Trade.



**E**ste artigo visa evidenciar a produção de goma-arábica na África Ocidental, especificamente na região do Sahel; como essa produção encontrou vazão na demanda de comerciantes atlânticos, mormente franceses, e como os poderes senegambianos se aproveitaram desta relação comercial. Essa demanda europeia pela goma-arábica advinha, sobretudo, de seus diversos usos no processo de industrialização da Europa. O argumento central é que os poderes políticos locais senegambianos conseguiram ganhos econômicos na troca de *commodities* com agentes atlânticos, mesmo quando não possuíam ingerência na produção das mesmas. Embora o argumento de que os poderes políticos africanos possuíam preponderância perante os europeus nas transações atlânticas no início da era moderna já seja um ponto pacífico na historiografia especializada (Thornton, 2004), não se pode dizer o mesmo sobre como esses poderes políticos locais agiam perante as redes locais de comércio, em especial quando as trocas comerciais envolviam especificamente a goma-arábica.

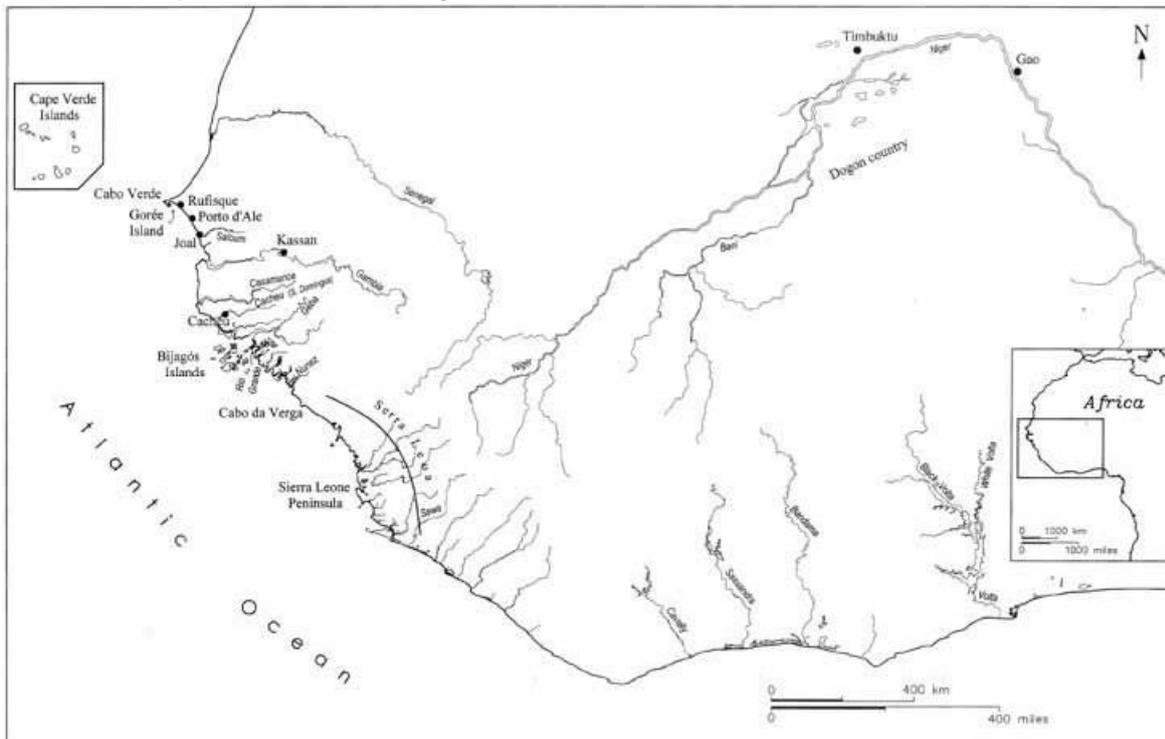
Isso evidencia a preponderância do poder político senegambiano não apenas perante agentes atlânticos, mas também para outras regiões da África, mostrando como grupos políticos locais conseguiram se fortalecer a partir das variadas demandas de uma economia-mundo que ia se consolidando na Era Moderna. Assim, pensamos, de maneira articulada, a produção no Sahel, a demanda europeia e a apropriação do comércio goma-arábica pelos poderes senegambianos. A proposta aqui se encaixa na definição que Alexander Gebara e Leonardo Marques dão para a História das Mercadorias, de superar o que chamaram de nacionalismo metodológico: “ao propor que se percorra todas as etapas da existência histórica de uma mercadoria, a história das mercadorias nos permite superar o contraste entre dinâmicas ‘internas’ e ‘externas’; assim “ela oferece uma oportunidade para análises integradas de processos ecológicos, econômicos, políticos, geopolíticos e socioculturais” (Gebara; Marques, 2023, p. 14).

Assim, acreditamos que ao estudar a dinâmica de produção, de comércio e de consumo de mercadorias em específico, não leva, necessariamente, a ignorarmos o papel dos estados e das sociedades. Conforme argumentado por Steven Topik, Carlos Marichal, e Zephyr Frank (2006, p. 9), “vemos os mercados não como leis naturais que se impõem aos humanos, mas antes como construções humanas que são determinadas por valores e instituições sociais e políticas”.<sup>1</sup>

Para isso, é importante evidenciar o que entendemos por Senegâmbia. Trata-se de uma região na África Ocidental limitada pelo rio Senegal ao norte; pelo Futa Toro e Futa Djallon a leste; Serra Leoa ao sul, e o Oceano Atlântico a oeste. O que confere um certo grau de unidade à região são as mais diversas rotas de comércio que interligam diferentes espaços, fazendo da Senegâmbia um espaço de complementariedade e transição (Dias; Horta, 2007; Malacco, 2023).

<sup>1</sup> Tradução nossa: we see markets not as natural laws that impose themselves on humans but rather as human constructs that are determined by social and political values and institutions.

Mapa 1 - A Grande Senegâmbia/Guiné do Cabo Verde no Noroeste Africano



Fonte: Horta; Mark (2011).

Neste artigo, trataremos da parte mais setentrional da Senegâmbia, a margem norte do rio Senegal. Isso porque era para lá que comerciantes levavam a goma-arábica para ser trocada por diversas mercadorias oferecidas pelos agentes atlânticos,<sup>2</sup> uma vez que o produto era recolhido no Sahel e, por proximidade geográfica, são estes portos os locais onde a mercadoria era mais comumente encontrada no mercado senegambiano. Para isso, utilizaremos relatos de viagens produzidos por agentes atlânticos ao longo do século XVII como fontes primárias para nossa análise, em conjunto com uma historiografia especializada sobre as trocas comerciais na África Ocidental.

O povo senegambiano que habitava a região eram os Wolof ou Jalofos – grafia que aparece mais comumente nas fontes de língua portuguesa e que, portanto, será utilizada neste artigo. Esses povos se organizavam em uma espécie de confederação de unidades políticas, chamadas Caior, Baol, Saalum, Ualo e Siin e eram coordenadas por um poder central, o Gran-Jalifo, localizado no interior senegambiano, próximo ao Futa Toro. Os Jalofos passaram a ter contato direto com agentes atlânticos desde 1440, e essa presença comercial estrangeira na costa mudou a correlação de forças. Antes do advento do comércio atlântico, o poder econômico e político era localizado no interior, com o Gran-Jalifo controlando politicamente a região costeira. Com a nova possibilidade comercial e consequente fortalecimento econômico das unidades políticas em contato direto com o comércio atlântico, como o Siin e o Caior (Barry, 2002; Boulègue, 2013). No caso da margem norte do Senegal, nos portos em que mais comumente se comercializava a goma-arábica, a unidade política jalofa era o Caior.

A *commodity* que trabalharemos neste artigo é a goma-arábica. Ela é uma mercadoria com muitas utilidades. Atualmente, encontramos referências científicas para o uso do produto no processamento de extrato de erva-mate, com adição de goma-arábica

<sup>2</sup> A utilização da nomenclatura “agentes atlânticos” neste trabalho é para se referir a comerciantes, majoritariamente europeus, que comercializavam na Senegâmbia a partir dos seus portos atlânticos. Utilizamos este termo porque, para este trabalho, as informações sobre de onde no continente europeu vinham estes agentes não é relevante.

(Valduga *et al.*, 2003), no auxílio da inoculação de nitrogênio na terra quando se utiliza material biodegradável inerente aos restos de cana de açúcar após a produção de açúcar e álcool que advém desta cultura (Silva *et al.*, 2009), na otimização das condições de processo de secagem de polpas de frutas com alto teor de açúcar (Krumeich *et al.*, 2016), e na estabilização tartárica do vinho, processo químico necessário para engarrafa-lo (Marinho *e. al.*, 2016). Importante salientar que entidades internacionais como o Banco Mundial e a Organização Educacional, Científica e Cultural do Mundo Islâmico (ICESCO), tem tratado a goma-arábica como mercadoria que pode contribuir sensivelmente para o desenvolvimento econômico de países sahelianos como a Mauritânia, incentivando o manejo sustentável da *commodity* (Ribeiro, 2023, p. 12).

Na Europa da Era Moderna, encontramos referências para o uso da goma-arábica no processo de transformação do açúcar para criar cenas decorativas com alimentos (Stols, 2004, p. 249-250; Strum, 2014, p. 271). Há também pesquisas que evidenciam a utilização da goma-arábica para “enrijecimento de chapéus, a preparação de alimentos e a preparação de cola, cosméticos, papel e tinta” (Ribeiro, 2023, p. 9). Na historiografia africanista especializada, Idrissa Bah argumenta que a goma-arábica, para além de sua utilização na indústria têxtil, também tinha utilidades na indústria farmacêutica da Europa na Era Moderna (Bah, 2020, p. 347). Sendo um produto de tantas utilidades, James Webb afirma que agentes atlânticos importavam cerca de cinco a seis mil toneladas de goma-arábica por ano (Webb, 1985, 149). Com relação a seus usos na Senegâmbia, em recente monografia, Lucas Ribeiro argumenta que as “sociedades oeste-africanas utilizavam [a goma-arábica] tradicionalmente para engrossar bebidas, envernizar paredes de barro, pinturas em madeira, preparar alimentos, produzir cola, cosméticos e, até mesmo, tratar certas enfermidades, como a diarreia” (Ribeiro, 2023, p. 8). Importante ressaltar, contudo, que os estudos de Ribeiro estão inseridos em outra temporalidade, na virada do século XVIII para o XIX. Para o século XVII, com embasamento nas fontes que dispomos até então, é importante ressaltar que o uso da Goma Arábica internamente à Senegâmbia era majoritariamente na forma de alimentos e enquanto medicamento.

Apresentamos a definição do espaço, bem como o contexto interno senegambiano, e a importância da goma arábica enquanto mercadoria e matéria prima para os europeus no início da Era Moderna. Nos próximos tópicos argumentaremos sobre a forma de produção da *commodity* na Senegâmbia, bem como seu uso interno à região, além de entender como os jalofos do Caio, ainda que não se envolvessem na colheita e beneficiamento da goma, tinham agência importante nas transações comerciais entre os comerciantes saarianos que traziam a goma arábica do Sahel e vendiam aos agentes atlânticos nos portos do rio Senegal.

## A PRODUÇÃO DE GOMA-ARÁBICA NO SAHEL E SEUS USOS

A goma-arábica era encontrada no Sahel. Trata-se de uma palavra de origem árabe que significa “borda” ou “margem”, que atravessa o continente africano do Oceano Atlântico ao Mar Vermelho. Ao Norte, está o deserto do Saara e ao Sul as zonas de savana. Trata-se, efetivamente, de uma zona de transição e separação entre estes dois domínios morfoclimáticos.

A forma de acesso à goma-arábica era o extrativismo e, no caso daquela comercializada nos portos do rio Senegal, eram produzidas em uma região específica do Sahel. Conforme elucidado por Philip Curtin (1975, p. 216), “a goma era produzida apenas em uma parte restrita da Senegâmbia. Provém de várias espécies de acácias, sendo a mais

importante a Acácia Senegal, que cresce ao longo da orla sul do Saara”.<sup>3</sup> François Froger, em 1698, evidencia este local de produção, quando informa que o norte do Caior “é habitado por mouros, que vêm dos desertos do Saara por caravanas, e que todo o comércio da goma carregam em seus camelos” (Froger, 1698, p. 16-17).<sup>4</sup> Jacob Le Marie, também em 1695, escreveu que estes “mouros” “a colhem nos desertos da Líbia Interior. Ela cresce nas árvores que a carregam, como a que vem para cerificadores e ameixas na França. Eles vendem um mês ou seis semanas antes da inundação do Níger” (Marie, 1695, p. 72-73).<sup>5</sup>

Infelizmente, é pouco evidente nas fontes e historiografia exatamente quem eram estes “mouros”. Trata-se de uma palavra de cunho pejorativo, proferida por europeus, para designar muçulmanos. Sobre os comerciantes que faziam o comércio saariano, enquanto Edward Bovill afirma que a estrada Sijilmasa-Walata que leva às áreas auríferas do Senegal e do alto Níger era controlada pelos Tuaregs (Bovill, 1958, p. 52), John Wright afirma que a ligação com estas áreas era controlada pelos Berberes (Wright, 2007, p. 17). Foi na companhia de nômades do deserto que Ibn Batuta percorreu o caminho entre de Sijilmāsa, Taghāza e Walāta. O viajante afirma que as caravanas só viajavam sob a proteção de tribos berberes (Batuta, 2010, p. 972). De qualquer maneira, sobre os agentes que vendiam a goma-arábica nos portos do rio Senegal, não há indícios diretos que nos permita afirmar se eram tuaregs ou berberes ao longo dos 1600.

Independente deste melhor entendimento sobre quais agentes levavam a goma para comercializar no rio Senegal, fato é que sua importância econômica era evidente e a *commodity* tinha usos na Europa e usos internos às sociedades africanas. Ralph Austen (2010, p. 47) afirma que:

A goma arábica duplicou até certo ponto o papel do ouro ao desviar o comércio do Saara. Esta resina veio de árvores de acácia na Mauritânia, ao norte do rio Senegal, onde o Saara encontra o Oceano Atlântico. De acordo com uma tradição oral local, os europeus aprenderam pela primeira vez sobre o valor da goma arábica em Gibraltar, onde conheceram um jovem mauritano que atravessou o deserto para buscar aprendizado muçulmano e disse que permaneceu saudável seguindo o conselho de sua mãe “comer três pedaços antes de cada refeição. Esse relato capta o apelo inicial e limitado da goma arábica tanto no mundo islâmico quanto no ocidental como alimento, remédio, cosmético e componente de atividades manufactureiras. A demanda entre os europeus explodiu em 1700, quando começaram a fabricar tecidos de algodão em competição com a Índia e precisavam de goma arábica para produzir as cores vibrantes necessárias. O aumento subsequente nas exportações de goma proporcionou uma grande renda para os povos que vivem na orla do Saara, e foi exportado para o exterior quase inteiramente por navios do Atlântico e não por caravanas do deserto.”<sup>6</sup>

<sup>3</sup> Tradução nossa: But gum was produced only in a restricted part of Senegambia. It comes from several different species of acacia, the most important of which is the Acacia Senegal, growing along southern fringe of Sahara.

<sup>4</sup> Tradução nossa: Est habité par des Maures, qui y viennent des Deserts du Zaara par Caravanes, & qui sont tout le Commerce de la Gomme dont ils chargent leurs Chameaux.

<sup>5</sup> Tradução nossa: C’est de ces Maures que nous avons la Gomme Arabique. Ils la cueillent dans les deserts de la Lybie interieure. Elle croît aux Arbres qui la portent, comme celle qui vient aux Cerifiers & aux Pruniers en France. Ils la viennent vendre un mois ou six semaines avant l’inondation du Niger. On leur donne en échange du Drap bleu, de la Toile de la même couleur, & quelque peu de Fer. Ils viennent de cinq & six cent lieues dans les terres pour apporter, l’un un demy quintal de Gomme Arabique, & l’autre plus ou moins. Ils sont tous nus sur leurs Chameaux, Chevaux & Boeufs, dont ils se servent aussi souvent à porter leurs marchandises. Le plus considerâbels d’entr’eux ont une espece de Manteau fait de peau fourée, qui ressemble assez a la Chappe de nos Chantres. Les autres n’ont qu’ine méchante piece de cuir qui cache leur nudité. Ils ne se nourrissent tous que de lait & de Gomme qu’ils font dissoudre dedans.

<sup>6</sup> Tradução nossa: One such item, gum arabic, duplicated to some extent the role of gold by diverting trade from the Sahara. This resin came from acacia trees in Mauritania, north of the Senegal River where the Sahara meets the Atlantic Ocean. According to a local oral tradition, Europeans first learned about the value of gum arabic in Gibraltar, where they met a

Pela análise de Austen (2010), percebemos importantes fatores: em primeiro lugar, que a goma-arábica possuía tamanha importância que era uma mercadoria que podia aumentar os lucros de caravaneiros do deserto que transportavam mercadorias de alto valor agregado, como o ouro; em segundo lugar, que a goma-arábica tinha os mais variados usos nas sociedades saarianas e na África Ocidental, sendo usada de alimento a remédio, de cosmético até matéria-prima em manufaturas; finalmente, em terceiro lugar, que a demanda atlântica pela *commodity* elevou ainda mais sua importância econômica.

Os indícios de todos estes usos e da importância da goma-arábica são abundantes nas fontes primárias. Como dito, internamente, a goma arábica era utilizada como alimento. Conforme argumentamos em citação anterior do texto de Ralph Austen, existem tradições orais do norte de África que afirmam que a força para agentes caravaneiros conseguirem atravessar o deserto do Saara adivinham do consumo da goma (Austen, 2010, p. 47). E este consumo da goma-arábica por parte de agentes saarianos é atestado nas fontes que consultamos, assim como de outros alimentos, nomeadamente o amendoim. De acordo com Michel de La Courbe, agente atlântico que escreve um relato em 1685, descrevendo a compra de grandes quantidades de goma-arábica, afirmou que “como eles [agentes caravaneiros que traziam a goma] eram obrigados a alimentar aqueles a quem pertenciam, porque não traziam nada para comer, perguntei, portanto, como eles conseguiam sobreviver. Eu aprendi que eles vinham comendo a goma, sempre com uma bola na boca” (La Courbe, 1685, p. 158-159).<sup>7</sup> Jacob Le Marie descreve também este costume de se alimentar de leite misturado com goma (Marie, 1695, p. 72-73).

La Courbe também descreve a utilização da goma-arábica com fins medicinais. De acordo com o agente atlântico, “os Mouros, sabendo que eu estava doente, vieram me visitar e me ensinaram um remédio que costumam usar em tais ocasiões: é esmagar a goma, dissolvê-lo no leite e engolir um pouco quente, o que eu fiz desde aquele momento e me encontrei muito bem” (La Courbe, 1685, p. 166).<sup>8</sup> Aqui podemos perceber que o agente atlântico não apenas afirmou sobre o uso interno da goma como medicamento, mas ele mesmo a utilizou, com sucesso, para este fim.

A mercadoria era levada por agentes saarianos para ser vendida a agentes atlânticos. Sua importância era tamanha que Philip Curtin enumera a goma-arábica como uma das mercadorias – em conjunto com marfim e couro – para seu argumento de que a Senegâmbia nunca foi uma região que teve seu comércio atlântico dependente exclusivamente da venda de pessoas escravizadas (Curtin, 1975, p. 3-4). André Almada, em 1594, afirma que ingleses e franceses compravam várias mercadorias, dentre elas a goma-arábica, de agentes wolofs no rio Senegal (Almada, 1594, p. 251). A mesma afirmação faz João Batista Lavanha, acrescentando os holandeses como compradores de goma-arábica de agentes locais no rio Senegal (Lavanha, 1600, p. 370).

---

young Mauritanian who had crossed the desert to pursue Muslim learning and said he remained healthy by following his mother's advice “to eat three pieces before each meal.”<sup>8</sup> This account captures the early, limited appeal of gum arabic in both the Islamic and Western worlds as food, medicine, cosmetic, and a component of manufacturing. Demand among Europeans exploded in the 1700s, when they began manufacturing cotton textiles in competition with India and needed gum arabic to produce the needed vibrant colors. The subsequent rise in gum exports provided major income for peoples living on the edge of the Sahara, but it was exported overseas almost entirely by Atlantic ship rather than by desert caravan.

<sup>7</sup> Tradução nossa: comme on étoit obligé de nourir ceux a qui elle appartenoit, parcequ'ils n'apportoient rien pour manger, je m'informay donc comment ils faisoient par le chemin pour vivre. J'appris qu'ils se nourrissoient de gomme, en ayant toujours une boule dans la bouches.

<sup>8</sup> Tradução nossa: Les Maures, ayant sceu que j'estois malade, me vinrent rendre visite et m'enseignèrent un remède dont ils ont coutume de se servir en pareille occasion : c'est de piler de la gomme, de la faire dissoudre dans du lait et l'avalier un peu chaud, ce que j'ay expérimenté depuis et m'en suis fort bien trouvé.



É a partir da segunda metade do século XVII que a goma-arábica aparece com mais recorrência como mercadoria a ser comprada na Senegâmbia. Philip Curtin (1975, p. 215-216) explicita que:

Goma arábica, goma de acácia ou goma do Senegal foi um dos primeiros exóticos a serem importados regularmente para a Europa. Primeiro veio da Arábia e do Sudão nilótico, passando pelo Mar Vermelho e pelo Egito para o mundo mediterrâneo dos tempos clássicos, e os europeus o usaram quando puderam obtê-lo a partir de então, para fabricação de papel, doces e confeitaria, e a indústria têxtil. A goma da África Ocidental começou a substituir a goma oriental no século XVI, e a Senegâmbia gradualmente abasteceu cada vez mais o mercado até que, no século XVIII, tornou-se o único fornecedor significativo para a Europa.<sup>9</sup>

Deste excerto, percebemos que a goma era uma mercadoria já conhecida e utilizada na Europa desde a Idade Média. Porém, foi com o desenvolvimento da manufatura têxtil, que estava em expansão contínua ao longo do século XVII, que a mercadoria vai se tornando cada vez mais demandada. Em 1643, Claude Jannequin afirmou que comprou goma-arábica no rio Senegal (Jannequin, 1643, p. 66-67). Francisco Lemos Coelho afirma que naus francesas compravam muita goma-arábica no rio Senegal e na cabotagem que faziam em Rufisque, Porto D’Ale e Jola (Coelho, 1669, p. 8). Nicolas Villault também afirma sobre a compra de goma-arábica na Costa dos Jalofos, principalmente em Rufisque (Villault, 1669, p. 59). Estes vastos indícios de compra da *commodity* no rio Senegal, mormente por agentes franceses, elucidam a importância econômica da goma para a África Ocidental e a grande demanda europeia pela mercadoria. Como veremos no próximo tópico, seu comércio não mobilizava apenas os jalofos do Caior, mas também agentes comerciais sahelianos, que levavam a mercadoria até os portos fluviais no rio Senegal e aos portos atlânticos.

## REDES INTERNAS E REGULAÇÃO JALOFA

Dentre as fontes que consultamos para a escrita deste artigo, Michel de La Courbe é a principal fonte de informações sobre a compra de goma-arábica por agentes atlânticos na Senegâmbia. Afirmando que a mercadoria era uma das que poderiam ser obtidas no rio Senegal (La Courbe, 1685, p. 29), o agente atlântico explicita que era no local próximo a uma localidade chamada Terra Vermelha, no médio curso deste rio, o local de encontro com caravanas de agentes saarianos que traziam as mercadorias. De acordo com La Courbe (1685, p. 145-146):

Tendo enviado imediatamente o Sr. de Ronsy [agente atlântico que era subalterno à La Courbe] de volta à Terra Vermelha, para continuar o comércio de goma, peguei o caminho para o Deserto onde, tendo chegado, escolhi um local adequado para a minha escala. Este lugar é apropriadamente chamado de deserto, pois é uma grande planície estéril, que tem para cada árvore apenas uma grande árvore latente plantada na beira do rio; é limitado a pequenas colinas de areia vermelha, nas quais

<sup>9</sup> Tradução nossa: Gum Arabic, gum acacia, or gum Senegal was one of the earliest of exotics to be imported regularly into Europe. It first came from Arabia and Nilotic Sudan, by way of the Red Sea and Egypt into the Mediterranean world of classical times, and Europeans have used it when they could get it from then on, for papermaking, candy and confectionary, and the textile industry. West African gum began to replace eastern gum in the sixteenth century, and Senegambia gradually supplied more and more of the market until, in the eighteenth century, it had become the only significant supplier to Europe.

aparecem alguns arbustos. É neste lugar que é costume tratar a goma arábica com os mouros.<sup>10</sup>

Pela descrição da vegetação do território, percebemos que se trata de uma zona de transição, entre o deserto e as zonas de savana. Michel de La Courbe afirma que estes “mouros” que traziam a goma arábica, traziam também couros<sup>11</sup> de animais que conseguiam abater em sua travessia (La Courbe, 1685, p. 147). O agente atlântico explicita como foi seu encontro com os agentes saarianos:

No dia 5 de abril, começamos a medir a goma, feita sem confusão, ao contrário do que ocorria normalmente; Cobrei então o que havia sido medido, para que os mouros ficassem muito felizes. Depois de apenas um dia chegou da goma. Vinham caravanas de dez, vinte ou trinta camelos, ou bois, com aqueles que os guiaram que é habitual alimentar até que tenham sido pagos. É um prazer vê-los chegar; Eles são feitos como criaturas selvagens com cabelo espetado, e tendo, na maior parte, apenas a pele de um bode que cobre seus traseiros. As mulheres são morenas e vestidas com pano preto; elas têm uma espécie de coroa na cabeça e tingem as bochechas e as unhas de vermelho; as meninas têm uma saia de pele cortada em tiras, com a largura de um dedo, e quando se movem dá para ver todas as coxas através dessa malha; seus cabelos estão presos em um pente no topo, e o resto é trançado pendurado por trás até a cintura, sendo diferente nisso das negras que os têm bem curtos e parecido com lã, e eles não são menos pintados que suas mães. Elas trazem, como eu disse, sua goma em sacos de couro de vaca sem costura, e por isso nos vendem alguns couros, com o qual também fazem sapatos e cordas. Quando medimos, só deixamos entrar quem tinha participação na venda do quintal, enquanto os outros olhavam. Quando não havia goma suficiente para encher o quintal, E quando não havia chiclete suficiente para encher o quintal, era um prazer vê-los discutindo sobre quem colocaria [mais goma]; Eles faziam estranhos gritos, posturas e contorções, e quando foram pagos, não tinham menor dificuldade em dividir seus panos entre eles (La Courbe, 1685, p. 151-152).<sup>12</sup>

<sup>10</sup> Tradução nossa: Ayant aussitost renvoyé le Sr. de Ronsy au Terrier rouge, pour y continuer la traite de gomme, je pris le chemin du Désert, ou estant arrivé, je choisis un lieu propre a faire mon escale. Cet endroit est bien nommé le Désert, car c'est une grande plaine stérile qui n'a pour tout arbre qu'un grand latanier planté sur le bord de la rivière ; elle est bornée, a perte de veuë, de petites colines de sable rouge, sur lesquelles il paroît quelques arbustes ; c'est en ce lieu qu'on a coutume de traiter la gomme arabique avec les Maures.

<sup>11</sup> Importante ressaltar que o couro era a principal mercadoria exportada da Senegâmbia para o mundo atlântico entre os séculos XV e XVII (Malacco, 2019). Isto evidencia, em primeiro lugar, a diversidade de mercadorias de circulação atlântica que existiam na Senegâmbia. Em segundo lugar, mostra que é complexo proceder com separações específicas de *commodities* neste espaço, sem incorrer no risco de generalizações ou de criar padrões irreais. Afinal, em muitas das vezes, estes artigos eram vendidos em conjunto para os mesmos mercadores, não havendo necessariamente um comércio de uma mercadoria em específico.

<sup>12</sup> Tradução nossa: Le 5e avril, nous commençames a mesurer la gomme, ce qui se fit sans confusion, contre l'ordinaire; je fis payer ensuite ce qu'on avoit mesuré, en sorte que les Maures furent très contents. Depuis ce tems, il ne se passa point de jour qu'il n'arrivât de la gomme. Vous voyiez venir de loing des caravanes de dix, vingt ou trente chameaux, ou boeufs porteurs, avec ceux qui les conduisoient qu'on a coutume de nourrir jusqu'à ce qu'on les ayt payé. C'est un plaisir de les voir arriver ; ils sont faits comme des sauvages les cheveux hérissés et n'ayant, la plus part, qu'une peau de chèvre qui leur couvre le derrière. Les femmes sont de couleur olivastre et sont vestues de toile noire ; elles ont sur la teste une espèce de couronne et se teignent les joues et les ongles avec du rouge ; les filles ont une jupe de peau tailladée par lanières, larges d'un doigt et, lorsqu'elles remuent, on leur voit toutes les cuisses au travers de ce treillis ; elles ont les cheveux élevés en crête et le reste est natté pendant par derrière jusqu'à la ceinture, estant différentes en cela des négresses qui les ont fort court et com me de la laine, et elles ne sont pas moins fardées que leurs mères. Ils apportent, comme j'ay dit, leur gomme dans des sacs de cuir de boeuf sans couture, cela est cause qu'ils nous vendent peu de cuirs, outre qu'ils en font des souliers et des cordes. Lorsqu'on mesuroit, on ne laissoit entrer que ceux qui avoient part au quintal, pendant que les autres regardaient. Et quand il n'y avoit pas assez de gomme pour remplir le quintal, c'estoit un plaisir de

Deste excerto, percebemos características importantes. Os agentes que vendiam a goma-arábica vinham em caravanas, utilizando-se de camelos e bois para carregar as mercadorias, e eram fisicamente diferentes dos agentes com que La Courbe fazia comércio em outros portos do rio Senegal. Trata-se de uma descrição que evidencia que não eram agentes que habitavam a Senegâmbia às proximidades da Terra Vermelha, e sim de agentes que viviam no Sahel ou que faziam a travessia do deserto.

Além disso, estes agentes não vendiam a goma-arábica apenas nas margens do rio Senegal. De acordo com La Courbe, seu subalterno que havia sido deixado em Terra Vermelha quando foi se encontrar com os agentes saarianos não teve o mesmo sucesso que ele em adquirir grandes quantidades de goma-arábica, tendo obtido apenas cem quintais de marfim. Isto porque os agentes com que eles iam comercializar já haviam parado em Portandic, localidade na costa atlântica da atual Mauritânia, e comercializado a maior parte de sua goma-arábica e com agentes atlânticos holandeses que foram ao local (La Courbe, 1685, p. 175). De fato, Jacob Le Marie afirma que agentes portugueses, no momento que tiveram posse da ilha de Arguin, costumavam comercializar com “azenegues, árabes ou mouros” inúmeras mercadorias na costa atlântica do deserto, dentre elas a goma-arábica (Marie, 1695, p. 52). George Brooks afirma que com a construção de um forte na ilha de Arguim, que ficava a apenas seis quilômetros da costa, ainda no século XV, agentes atlânticos conseguiam manter um lucrativo comércio com agentes que viajavam pelas rotas saarianas, mencionando a goma arábica como uma das mercadorias que podia ser obtida (Brooks, 1993, p. 125).

O mesmo Le Marie afirma que uma das vantagens que os franceses tinham em ter construído o enclave comercial de Saint Louis no rio Senegal era a possibilidade de se comercializar a goma-arábica no local, e que o comércio movido pelos agentes atlânticos ali era muito lucrativo (Marie, 1695, p. 72-73). Com relação ao comércio atlântico de goma-arábica, acrescentamos ainda que para além do comércio da mercadoria na costa dos jalofo e no rio Senegal, também era possível encontrar a mercadoria nos portos do rio Nunez, que ficava muito ao sul do rio Senegal (Fields-Black, 2008, p. 46). Isto evidencia que agentes locais compravam a mercadoria nos portos saarianos e a levavam para diferentes pontos na Senegâmbia.

Não há indícios nas fontes que agentes senegambianos se deslocavam até as bordas do Saara para extrair a goma-arábica e levar para vender para agentes atlânticos nos portos fluviais e marítimos. Isso é evidenciado em Michel de La Courbe, que afirma que em uma conferência com o Brac do Saalum “perguntei-lhe onde os negros não estavam tirando proveito desta goma-arábica, já que tendo em seu país, porque eles não vão pegá-la, ele me disse, por toda razão, que seus pais e avós nunca haviam feito esse comércio” (La Courbe, 1685, p. 167).<sup>13</sup> Como se percebe, quando o francês trata com o máximo mandatário do Saalum o motivo de seus subordinados não irem extrair a goma-arábica para vender aos franceses, o Brac associa ao simples fato de que não era um costume de seus antepassados.

Isso não significa, porém, que os agentes senegambianos não eram diretamente beneficiados por este comércio, mesmo sem dele participar diretamente. Michel de La Courbe, descrevendo uma conferência que teve com a esposa do Brac, afirmou:

---

les voir disputer a qui en mettroit ; il faisoient des cris, des postures et des contorsions estranges, et lorsqu'on les avoit payés, ils n'avoient pas moins de difficultés de diviser leur toille entre eux.

<sup>13</sup> Tradução nossa: Je me souviens, a ce propos, qu'ayant entendu dire la même chose au roy Brac, je luy demanday d'où vient que les nègres ne profitoient pas de cette traite de gomme arabique, puisque en ayant dans leur pays, il ne tenoit qu'a eux de l'aller cueillir, il me dit pour toute raison que leurs pères ny leurs grands pères n'avoient jamais fait ce commerce.

Depois de fazê-los entrar na corte, fiz com que ficassem abaixados e sentassem-se diante deles; ela me fez dizer que seu filho lhe mostrou a boa recepção que eu lhe fizera, ela resolveu vir e me ver, a fim de manter o bom entendimento que havia entre nós, e que ela me trouxera um boi de que ela me fez presente; sua nora me fez seu elogio e todo o resto se seguiu até a guia; Eles me disseram que o rei logo viria me ver e me trazer uma grande caravana de goma arábica (La Courbe, 1685, p. 171).<sup>14</sup>

Temos aí uma evidência importante. Embora não mandasse seus subordinados irem buscar a goma-arábica, os agentes senegambianos, como o Brac, tinham goma-arábica para ser vendida. Ainda descrevendo suas tratativas com o mandatário do Saalum, afirmou Michel de La Courbe (1685, p. 171-175):

No dia 16 de maio, o rei Brac, tendo vindo me ver com várias grandezas, trouxe-me seis cativos; ele me fez acreditar que eles estavam com ele, que eles tinham idade suficiente para ganhar o que eu prometi a ele, caso ele me trouxesse para lá; ele me pediu também o pagamento de seus quintais de goma; pois em cada quintal que é medido, ele tem o direito de levar cinco bolas de goma do maior e ele coloca um homem para ela, e quando ele tem um quintal, ele pede o pagamento, ele me pediu também dar a ele o valor de três ou dois quintais, sob a condição do que pode pertencer a ele, e o valor de um cativo. Tive dificuldade em resolvê-lo, porque dar a essas pessoas é tão perdido, mas me atormentou tanto que não pude dispensar.<sup>15</sup>

O Brac não mandava seus subordinados irem extrair a goma-arábica, mas a possuía. Isto porque a cada tratativa da mercadoria, ele tinha direito de recolher uma quantidade do produto como imposto. O mesmo La Courbe afirma que os agentes atlânticos tinham que pagar impostos anuais ao Brac, na quantia de dez quintais de goma a cada ano (La Courbe, 1685, p. 176). Isto nos evidencia que além de cobrar impostos dos agentes europeus para fazer comércio em seu território, os mandatários senegambianos também se utilizavam desta seara com agentes saarianos.

Essa prática de taxar a utilização dos portos para realização de comércio é uma evidência tanto do poder econômico quanto do poder político das chefaturas africanas na era Moderna. Essa taxação independia da origem do comerciante estrangeiro. O cabo-verdiano André Donelha afirma que: “detendo-se aqui dois dias [no porto de Jagra no rio Gâmbia para comerciar], deixando alguma pessoa do navio com fazenda para resgatar, pagando ao rei a dádiva que é os direitos ordinários, que é uma peruleira de vinho ou sua valia” (Donelha, 1625, p. 142). Em seu relato sobre uma viagem aos rios Senegal e Gâmbia, os ingleses Richard Rainolds e Thomas Dassel fazem uma descrição semelhante: “eu fui para a via de Rufisque: onde eu enviei aos alcaides interpretes, que vieram abordo, e

<sup>14</sup> Tradução nossa: Les ayant fait entrer dans la cour, je les fis asseoir sous un petit abry et m'assis devant elles ; elle me fit dire que son fils luy ayant témoigné la bonne réception que je luy avois fait, elle avoit pris resolution de me venir voir, pour entretenir la bonne intelligence qui estoit entre nous, et qu'elle m'avoit amené un boeuf dont elle me fais oit présent ; sa bru me fit aussy son compliment et toutes les autres ensuite, jusqu'à la guiriote ; elles me dirent que le roy devoit bientost me venir voir et m'amener un grand caravanne, ou chemin de gomme arabique.

<sup>15</sup> Tradução nossa: Le 16 May, le roy Brac, estant venu me voir avec plusieurs grands, m'amenas six captifs ; il me fit croire qu'ils estoient a luy, quoyqu'ils fussent assez grands afin de gagner ce que je luy avois promis en cas qu'il m'en amenast ; il me demanda aussy le payement de ses quintaux de gomme ; car, sur chaque quintal qui se mesure, il a droit de prendre cinq boules de gomme des plus grosses et il met un homme pour ela, et lors qu'il en a un quintal, il en demande le payement, il me pria aussy de luy prester la valeur de trois ou deux quintaux, sur état de ce qui luy pouroit appartenir et la valeur d'un captif. J'eus de la peine a m'y résoudre, parce que de prester a ces gens la, c'est autant de perdu, mais il me tourmenta tant que je ne pus m'en dispenser.

receberam de mim os impostos do rei para ter tráfico livre com os negros”<sup>16</sup> (Rainolds; Dassel, 1591, p. 3).

O flamengo Pieter de Marees escreveu sobre o pagamento de impostos para a ancoragem aos Mandingas no rio Gâmbia “quando qualquer navio vem ao continente, vem um superior à bordo de uma canoa, para ter o pagamento de ancoragem, o que fazemos comumente com três barras de ferro”<sup>17</sup> (De Marees, 1605, p. 3). O francês Claude Jannequin também teve que pagar os impostos ao Damel do Kaajor: as “condições acordadas, ele [o capitão da embarcação] reenviou esses embaixadores aos seus mestres, dando ao Damel os costumes ordinários que ele lhe dá”<sup>18</sup> (Jannequin, 1643, p. 61).

Este aspecto da cobrança de impostos por parte dos mandatários senegambianos era tão premente que é recorrente também nas tradições orais. Em um relato que narra a história da unidade política de Wuli, no rio Gâmbia, especificamente sobre o comércio dos diula, há a informação de que o mandatário local coletava impostos em roupas, dinheiro, armas e vinho. Na mesma tradição, o informante diz que quando as vendas acabavam, os navios concediam ferro ao Mansa de Wuli e era assim que o mandatário obtinha riqueza<sup>19</sup>. A informação de que o Mansa de Wuli obtinha riqueza coletando impostos se repete em outra tradição oral, acrescentando-se que se obtinha impostos dos comerciantes marítimos e dos comerciantes locais que vinham por terra<sup>20</sup>.

Esses pagamentos de direitos por parte dos europeus aos mandatários senegambianos são descritos à parte dos escritos sobre as trocas comerciais. Isso serve também para entendermos a soberania política e comercial dos mandatários africanos. Não existem imposições europeias para a realização do comércio, que era feito de comum acordo e sujeito ao pagamento dos direitos por parte dos comerciantes europeus. Esta taxação era parte das normas internas para a realização do comércio na Senegâmbia. Esta argumentação é corroborada pela análise de Toby Green, que escreve que os europeus precisavam pagar impostos na chegada aos portos senegambianos e que essas taxas eram aproximadamente um quarto do valor total das mercadorias em cada navio (Green, 2019, p. 80-81).

Não era diferente com o comércio de goma-arábica. A *commodity*, apesar de não ser extraída por agentes senegambianos, os beneficiava diretamente. Em específico, os mandatários senegambianos, mormente os wolofs, se beneficiavam do comércio da mercadoria ocorrer em seu território, ao recolher taxações que podiam ser pagos em goma-arábica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A argumentação deste artigo é que mesmo no comércio de *commodities* cuja produção não era realizada pelos agentes que habitavam ou tinham poder político na Senegâmbia, como é o caso da goma-arábica, era perceptível a força do poder político dos mandatários locais. Isto se evidencia ao passo que os agentes europeus e agentes de

<sup>16</sup> Tradução nossa: “I went to the road of Refisca: where I sent for the alcaldes interpreters, who came thither aboard, and received of me the kings duties for to haue free traffike with the Negros”.

<sup>17</sup> Tradução nossa: “quand quelques navires abordat viennent incontinent telz superieurs a bord avec une canoe, pour avoir l’argent d’ancreage, on donne comunement troix barres de fer”.

<sup>18</sup> Tradução nossa: “Conditions accordées, il renvoya ces Ambassadeus, vers leurs maistres, donnant à celuy de Damel, les coustumes ordinaires qu’il souloit luy donner”.

<sup>19</sup> NCAC, Department of Literature, Performing and Fine Arts. Tape 163/A. Informante: Não informado; Tópico: Mandinka History/ Music Wuli. National Troupe; Date: S/D; Local da entrevista: Não informado, p. 9 e 35.

<sup>20</sup> NCAC, Department of Literature, Performing and Fine Arts. Tape 163/A. Informante: S. Jaata. Tópico: Mandinka History/ Famous Invididuals/ Berendingf family; Date: S/D; Local da entrevista: Não informado, p. 8.



outras regiões do continente africano tinham que ceder e pagar impostos e tributos pela simples realização de comércio em seus portos.

Uma conclusão secundária é evidenciar a complexidade do comércio entre agentes atlânticos e agentes africanos. Embora, naturalmente, o comércio de pessoas escravizadas movido pela demanda branca seja um dos maiores traumas coletivos da história da humanidade e deva ocupar um local de destaque nos estudos sobre a África, os africanos e sua relação com agentes atlânticos, é necessário ressaltar que este não foi o único comércio realizado no continente africano durante o período Moderno. As *commodities* que circulavam neste comércio eram variadas: na Senegâmbia, além da goma-arábica, podemos pontuar o couro, o marfim, o ouro, o sal, o algodão, os panos de algodão e a cera de abelha como mercadorias de intensa circulação entre os séculos XV e XVIII.

Ainda assim, precisamos também pensar em como essas mercadorias compradas por europeus em África por vezes eram produzidas por pessoas que eram escravizadas no continente. Falando sobre o século XIX, em um artigo que pensa o comércio de Goma Arábica como uma espécie de prelúdio à colonização francesa no Senegal, James Webb (1985, p. 154) argumenta que:

A colheita e venda da goma era responsabilidade dos grupos de pastores zawayá e de seus clientes. Os bosques de goma ficavam muitas vezes a alguma distância dos acampamentos zawayá e dos seus rebanhos, e um padrão comum era os zawayá enviarem grupos de cinquenta escravos, para os bosques onde se estabeleceriam perto de um poço. Lá eles construíam cabanas, comiam e dormiam durante a colheita. Os mestres geralmente forneciam animais leiteiros, um balde de couro e uma corda para tirar água do poço. Mas as semanas nos bosques de goma eram muitas vezes de escassez, e os escravos comiam a goma das árvores durante a colheita.<sup>21</sup>

Como se percebe, Webb (1985) está argumentando que eram pessoas escravizadas que realizavam a colheita de goma. Embora as fontes que trabalhamos para o século XVII não nos permita ter certeza de que eram pessoas escravizadas que extraíam a goma, é notório que agentes do comércio de longa distância, como os jaxanke, traziam consigo escravizados que tinham como função servi-los em tarefas básicas (Jobson, 1621, p. 121). Além disso, também há evidências que trabalhos agrícolas eram realizados majoritariamente por pessoas escravizadas na Senegâmbia, como no caso das plantações de algodão na região de Cacheu (Marie, 1695, p. 202-203). Neste sentido, Philip Curtin argumenta que dentre os jaxanke, o cultivo de algodão e a tecelagem eram realizados por pessoas escravizadas (Curtin, 1975, p. 213). Judith Carney, por sua vez, argumenta que escravizados eram utilizados em plantações de arroz e cereais (Carney, 2001, p. 69). Podemos, assim, inferir que não é improvável que pessoas escravizadas fossem utilizadas internamente também na extração de Goma Arábica.

Além disso, é muito importante ter o entendimento de que mesmo mercadorias de demanda atlântica, como é o caso da goma arábica, podiam possuir usos internos ao continente africano e que a demanda atlântica não inviabilizava, de maneira alguma, que estas *commodities* permanecessem sendo importantes e utilizadas no continente africano.

<sup>21</sup> Tradução nossa: The harvesting and sale of the gum was the province of the zawayá herding groups and their clients. The gum groves were often at some distance from the zawayá camps and their herds, and a common pattern was for the zawayá to send groups of slaves, numbering up to fifty or so, to the groves where they would establish themselves near a well at the grove's perimeter. There they built huts, ate, and slept for the duration of the harvest. Masters generally provided milch animals and a leather bucket and rope to draw water from the well. But the weeks at the gum groves were often lean ones, and the slaves ate gum off the trees as they harvested.

Por fim, é importante ressaltar que por muito tempo, os estudos sobre a África e sobre os africanos no período moderno foram confinados no “local da cultura” (Bhabha, 1998) ou sempre pelo prisma da escravidão. Considero importante evidenciar estes outros aspectos da História africana, como aqueles encerrados dentro do campo político e do campo econômico *per si* e do comércio para além do comércio de pessoas escravizadas. Ainda que pareça uma obviedade, permanece sendo importante evidenciar a História da África em sua complexidade e em seus mais diversos aspectos.

## REFERÊNCIAS

- ALMADA, André Á. Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde dêz do Rio Sanagá até os Baixos de Santa Ana. IN: BRÁSIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana*, s. II, v. 3, d092, 1594.
- AUSTEN, Ralph. *Trans-saharan Africa in World History*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- BAH, Idrissa. Le commerce transsaharien et ses logiques d’accommodation par rapport au commerce transatlantique entre le XVe et le XIXe siècle. *Varia Historia*, v. 36, n. 71, p. 329-360, 2020.
- BARRY, Boubacar. *Senegambia and the Atlantic Slave Trade*. Cambridge: University Press, 2002.
- BATUTA, Ibn. The Country of the Blacks. In: GIBB, H; BECKINGHAM, C. *The Travels of Ibn Batuta*. London: The Hakluyt Society, 2010.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- BOULÈGUE, Jean. *Les royaumes wolof dans l’espace sénégalais (XIIIe-XVIIIe siècle)*. Paris: Editions Karthala, 2013.
- BOVILL, Edward. *The Golden Trade of the Moors*. London: Oxford University Press, 1958.
- BROOKS, George. *Landlords & Strangers: Ecology, Society, and Trade in Western Africa, 1000-1630*. Colorado: Westview Press, 1993.
- CARNEY, Judith. *Black Rice: The Origins of Rice Cultivation in the Americas*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.
- COELHO Francisco. *Duas descrições seiscentistas de Guiné*. Lisboa: Academia de História Portuguesa, [1669-1684] 1953.
- CURTIN, Phillip D. *Economic Change in Precolonial Africa: Senegambia in the Era of the Slave Trade*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1975.
- DE MAREES, Pieter. Description et récit historial du riche royaume d’or de Guinea, autrement nommé la Coste d’or de Mina, gisante en certain endroit d’Africque. Amsterdã: Comille Cheflon, 1605.
- DIAS, Eduardo C.; HORTA, José da S. La SÉNÉGAMBIE: un concept historique et socioculturel et un object d’étude réévalués, *Mande Studies*, n. 9, 2007.
- DONELHA, André. Memorial de André Donelha a Francisco Vanconcelos da Cunha. IN: BRÁSIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana*, s. II, v. 5, d036, 1625.

FIELDS-BLACK, Ezra. *Deep Roots: Rice Farmers in West Africa and the African Diaspora*. Indianapolis: Indiana University Press, 2008.

FROGER, François. *Relation D'Un Voyage Fait en 1695, 1696, & 1697, aux Côtes d'Afrique, Détroit de Magellan, Brezil, Cayenne & Isles Antilles, par une Escadre des Vaisseaux du Roy, Commandée par M. De Gennes*. Paris: Michel Brunet, 1698.

GEBARA, Alexsander; MARQUES, Ricardo. Introdução: uma pequena coleção de história das mercadorias. In: GEBARA, Alexsander; MARQUES, Ricardo. *História das Mercadorias: trabalho, meio-ambiente e capitalismo mundial (Séculos XVI-XIX)*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2023.

GREEN, Toby. *A Fistfull of Shells: West Africa from the Rise of the Slave Trade to the Age of Revolution*. Chicago: Chicago University Press, 2019.

HORTA, José da S.; MARK, Peter. *The Forgotten Diaspora: Jewish Communities in West Africa and The Making of the Atlantic World*. New York: Cambridge University Press, 2011.

JANNEQUIN, Claude. *Voyage de Libye au royaume de Senegal, le long du Niger : avec la description des habitants qui sont le lon de ce fleuve, leurs coùtumes et façons de vivre, les particularités les plus remarquables de ces pays*. Paris: Gallica, 1643.

KRUMREICH, Fernanda *et al.* Análises físico-químicas e estabilidade de compostos bioativos presentes em polpa de uvaia em pó obtidos por métodos de secagem e adição de maltodextrina e goma arábica. *Revista Thema*, v. 14, n. 2, p. 4-17, 2016.

LA COURBE, Michel. *Le premier voyage du sieur de La Courbe Fait à la Coste d'Afrique en 1685*, Paris: Société d'Histoire des Colonies Françaises, 1913.

LAVANHA, João B. Relação do Porto de Rio Senegal. In: FARIA, Francisco. Relação do Porto de Rio Senegal por João Baptista Lavanha. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa*, v. XIX, n. 55, p. 359-371, [1600], 1959.

LE MAIRE, Jacob. *Les voyages du sieur Le Maire aux Isles Canaries, Cap Vert, Sénégal et Gambie*, Paris: Jacques Collombat, 1695.

MALACCO, Felipe. O Comércio Atlântico de Couro na Senegâmbia: 1580-1700, *Abe-Africa: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, v. 3, n. 03, p. 237-258, 2019.

MALACCO, Felipe. *História Social do Comércio na Senegâmbia: Espaço e Agência Local*. 2023. 279 f. Tese (Doutorado em História Social de Cultura). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

MARINHO, Christine *et al.* Efeito da adição de goma arábica e carboximetilcelulose na estabilização tartárica e características do vinho branco monovarietal da casta Avesso. *Vinhos do Alentejo*, p. 1-2, 2016.

NCAC, Department o of Literature, Performing and Fine Arts. *Tape 163/A*. Informante: S. Jaata. Tópico: Mandinka History/ Famous Invididuals/ Berendinfg family; Date: S/D.

RAINOLDS, Richard; DASSEL, Thomas. *The Voyage of Richard Rainolds and Thomas Dassel to the Riuers of Senega and Gambra Adioning Vpon Guinea, 1591 with a Discourse of the Treasons of Certaine of Don Antonio his Seruants and Followers*. Disponível em: <https://ebooks.adelaide.edu.au/h/hakluyt/voyages/v11/chapter66.html>.



RIBEIRO, Lucas. *As Sociedades Gomeiras do Vale do Rio Senegal (1785-1840)*. 2023. 65 f. Monografia (Bacharelado em História). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2023.

SILVA, Marinete *et al.* Inoculantes formulados com polímeros e bactérias endofíticas para a cultura da cana-de-açúcar. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, v. 44, n. 11, p. 1437-1443, 2009.

STOLS, Eddie. The Expansion of the Sugar Market in Western Europe. In: SCHWARTZ, Stuart. *Tropical Babels: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450–1680*. London: The University of North Carolina Press, p. 237-288, 2004.

STRUM, Daniel. *O Comércio do Açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)*, Rio de Janeiro: Versal Editores, 2014.

TOPIK, Steven; MARICHAL, Carlos; FRANK, Zephyr. *From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500-2000*. Durham: Duke University Press, 2006.

VALDUGA, Alice *et al.* Secagem de Extratos de Erva-Mate em Secador por Atomização. *Ciência e Tecnologias Alimentares*, v. 23, n. 2, p. 194-189, 2003.

VILLAULT, Nicolas. Relation des costes d'Afrique appelées Guinée: avec la description du pays, moeurs et façons de vivre des habitans, des productions de terre et des marchandises qu'on en apporte... le tout remarqué dans le voyage qu'il y a fait en 1666 et 1667. Paris. 1669.

WEBB, James. The Trade in Gum Arabic: Prelude to French Conquest in Senegal. *The Journal of African History* v. 26 n. 2-3, p. 149-168, 1985.

WRIGHT, John. *The Trans-Saharan Slave Trade*. London: Routledge, 2007.

## NOTAS DE AUTOR

---

### AUTORIA

**Felipe Silveira de Oliveira Malacco:** Doutor, Professor Substituto, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, MG, Brasil.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua João Samaha, 1385, apto 402, bloco 2, Bairro São João Batista, 31520-100, Belo Horizonte, Minas Gerias, Brasil.

### ORIGEM DO ARTIGO

Extraído da tese *História Social do Comércio na Senegâmbia: Espaço e Agência Local*, apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2023.

### AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Vanicléia Silva Santos, orientadora de doutorado, e as (aos) professoras(es) Lucilene Reginaldo, Mariana Pinho Cândido, Jose Augusto Nunes da Silva Horta, Toby Green e Thiago Henrique Mota, pelas ricas observações enquanto membros da banca de avaliação do doutorado, bem como pelas trocas durante todo o processo de confecção da tese.

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo, coleta de dados, análise dos dados, discussão de resultados, revisão e aprovação: Felipe Silveira de Oliveira Malacco.



## **FINANCIAMENTO**

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

## **CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM**

Não se aplica.

## **APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Não se aplica.

## **CONFLITO DE INTERESSES**

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

## **DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS**

Não se aplica.

## **PREPRINT**

O artigo não é um preprint.

## **LICENÇA DE USO**

© Felipe Silveira de Oliveira Malacco. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

## **PUBLISHER**

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## **EDITOR**

Fabio A. Morales.

## **HISTÓRICO**

Recebido em: 9 de fevereiro de 2024

Aprovado em: 29 de abril de 2024

Como citar: MALACCO, Felipe S. de O. Goma-arábica: produção saheliana, demanda atlântica, poder senegambiano (séc. XVII). *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 162-178, 2024.





# **OS “INCORRIGÍVEIS”: TRABALHO E COMÉRCIO DOS POMBEIROS NAS CARAVANAS DE ANGOLA CENTRAL, SÉCULO XIX**

The "Incorrigibles": labor and commerce of 'pombeiros' in the caravans of  
Central Angola, 19th century

Ivan Sicca Gonçalves<sup>a</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-8223-2715>

E-mail: ivansiccag@gmail.com

<sup>a</sup> Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História,  
Campinas, SP, Brasil.

**DOSSIÊ/ISSUE**

**MIGRAÇÃO LABORAL E PRODUÇÃO DE COMMODITIES NA ÁFRICA: CONEXÕES GLOBAIS**

**LABOR MIGRATION AND COMMODITY PRODUCTION IN AFRICA: GLOBAL ENTANGLEMENTS**

## RESUMO

A formação do mundo atlântico abriu espaço para diversas rotas de circulação de mercadorias no continente africano, tanto aquelas vindas de outros continentes e altamente valorizadas entre as sociedades africanas do interior, quanto aquelas que eram produzidas na África e exportadas pelo Oceano. Tão fundamentais quanto a mão de obra envolvida na produção desses gêneros de exportação foram os contingentes de trabalhadores responsáveis pelo transporte dessas mercadorias pelas rotas de longa distância, em especial os carregadores de caravanas, sujeitos incontornáveis à realização do comércio em territórios sem grandes rotas marítimas e fluviais ou sem a possibilidade de uso de tração animal. Esse texto pretende refletir sobre agentes essenciais para o recrutamento desses carregadores em Angola Central, os pombeiros, mercadores africanos provenientes de feiras comerciais do interior que, durante o século XIX, comandavam pequenas frações das caravanas dos comerciantes portugueses, controlando o recrutamento, segurança e disciplinamento dessas comitivas. Em uma posição ambígua como parceiros de negócio e trabalhadores contratados, estudar a agência dos pombeiros e suas disputas com os colonos ajuda a repensar o cotidiano do comércio angolano oitocentista e a reconsiderar a história do trabalho na região.

## PALAVRAS-CHAVES

Pombeiros. Comércio de Longa Distância. Angola Central.

## ABSTRACT

The formation of the Atlantic World opened various routes for the circulation of commodities in Africa, for both of those came from other continents and with high value inside the African societies in the hinterland, and those produced inside Africa and exported by the Ocean. So fundamental as the workforce involved in the production of these genders of exportation were the workers responsible for the transport of the commodities through the long-distance commercial routes, especially the caravan porters, unavoidable agents to carrying out trade in regions without big maritime or fluvial routes, or without the possibility of using animal traction. This paper aims to reflect about the pombeiros, essential agents for the recruitment of these porters in Central Angola. The pombeiros were African traders from the main commercial outpost in the countryside that, during the 19th century, commanded small fractions inside the Portuguese caravans, controlling the recruitment, safety, and discipline of these crews. In an ambiguous position as business partners and wage workers, studying the agency of pombeiros and their struggles with the settlers helps to reconsider the everyday life of the Angolan commerce during 19th century and to reconsider de labor history in the region.

## KEYWORDS

Pombeiros. Long-Distance Trade. Central Angola.



O processo de formação do mundo atlântico, para além da abertura de novas redes e oportunidades comerciais em diversas áreas do continente africano, também resultou na intensificação da produção de diversas mercadorias nestes territórios. De forma análoga à construção de redes transcontinentais em outras partes do continente, na África Atlântica, ao longo dos séculos de contato, quantidades crescentes de trabalhadores foram envolvidos na comercialização de mercadorias produzidas para a exportação aos mercados europeus e americanos, envolvendo, para além do comércio de escravos, a venda de produtos agrícolas, minerais e extrativos – a exemplo do ouro, marfim, oleaginosas, couros, cera de abelha, ferro e muitos outros (Thornton, 2004, 2020; Alfagali, 2018; Green, 2019; Malacco; Gonçalves, 2020; Alves, 2022). Somando aos trabalhadores envolvidos com a produção dessas mercadorias para exportação pelo oceano, em boa parte dessas regiões houve o recrutamento massivo de trabalhadores para assegurar o transporte de cargas – como remadores nas redes marítimas e fluviais, carroceiros, e, principalmente, carregadores, que muitas vezes eram os únicos capazes de atravessar longas rotas interioranas. São bastante recorrentes os registros nos observadores de época e entre a própria historiografia da completa dependência do comércio africano frente a esses trabalhadores, pelo menos até a instalação das principais ferrovias até os anos 1930 (Coquery-Vidrovitch; Lovejoy, 1985; Bellucci, 2019, p. 195-203).

Stephen Rockel (2006, p. 5-7), em estudo sobre os carregadores das rotas terrestres da África Oriental que passavam pelo centro da atual Tanzânia, defendeu que é necessário entender o trabalho nas caravanas como setor importante para a própria história do trabalho migratório africano – tendo sido nessa região, durante o período pré-colonial, a principal profissão não-agrícola que envolvia as populações locais. No lugar de associar necessariamente o trabalho migratório aos circuitos econômicos criados pelos grandes impérios europeus na virada para o século XX, as dimensões do comércio caravanero também justificam para este autor um foco para entender configurações sociais e culturas laborais nos séculos anteriores. Como outros estudos também mostraram, esses trabalhadores, que trabalhavam enquanto migravam, o faziam partindo de regiões específicas e por eixos sazonais, transportando mercadorias, mas também ideias e práticas culturais, trazendo assim grandes transformações nas dinâmicas econômicas e sociais dos territórios para onde iam e por onde passavam, para além das suas próprias comunidades de origem (Rockel, 2006; Margarido, 1978; Heywood, 1984, 1985; Henriques, 1997; Santos, 1998; Heintze, 2004; Santos, 2016; Gonçalves, 2021).

Esse era o caso de Angola. Apesar da área sob domínio mais direto dos portugueses ter sido até o século XX basicamente uma faixa territorialmente restrita à costa e entornos de algumas fortalezas no interior, suas atividades econômicas sempre envolveram a circulação de mercadorias para além das fronteiras reais e imaginárias do domínio português. Isso consistia em grande parte no envio para o interior de mercadorias importadas como tecidos manufaturados (fazendas), bebidas alcoólicas e armas de fogo, trocadas de forma generalizada por pessoas escravizadas, além de marfim e cera de abelha. A exportação desses dois últimos gêneros, que não se deslocavam com as próprias pernas, também demandava o transporte por terra desde regiões distantes dos portos atlânticos (Birmingham, 1966; Heywood, 1984; Miller, 1988; Henriques, 1997; Curto, 2004; Ferreira, 2012; Candido, 2011, 2013; Vellut, 1979; Alves, 2022). Sendo a zona atlântica de Angola, assim como boa parte da África Central, desprovida de grandes eixos de rios navegáveis e imprópria para a construção de rotas baseadas em tração animal, desde o início da colonização portuguesa foi desenvolvida uma enorme dependência da economia colonial frente ao recrutamento de carregadores de longa distância, principalmente a partir de regras e práticas sociais africanas, o que gerou recorrentes apreensões por parte dos

administradores portugueses (Margarido, 1978; Heywood, 1985; Santos, 1998; Heintze, 2004; Ribeiro, 2013, p. 75-93).

As condições jurídicas e relações de trabalho a que estavam sujeitos os carregadores nos territórios da atual Angola envolviam uma série de zonas cinzentas entre relações que podemos classificar como escravidão ou trabalho livre. A grande demanda por trabalhadores para as caravanas que alimentavam os mercados atlânticos geralmente era atendida por múltiplas estratégias de coerção econômica e política dos súditos dos mandatários locais, os sobas, fosse por iniciativa desses mesmos soberanos, ou fosse por imposição de agentes estrangeiros (Torres, 1991, p. 78-79; Heintze, 2004; Ribeiro, 2013; Alfagali, 2021). Ao mesmo tempo, a atividade comercial e mobilidade geográfica inerente ao trabalho itinerante traziam oportunidades excepcionais de mobilidade social para aqueles que se associavam ao comércio de longa distância, dando origem a novas elites locais, principalmente após a expansão do volume do dito comércio durante o século XIX (Heywood, 1984; Henriques, 1997; Dias, 2007). Assim, as contradições ligadas a esses arranjos sociais podem ser melhor analisadas em diálogo com as chamadas abordagens gradacionistas nos estudos da escravidão, que encaram os tipos de escravidão como formas de dependência análogas a um *continuum* de estratégias de dominação e sujeição (Rossi, 2021, p. 92–94; Miller, 2012), não vendo o trabalho livre como uma oposição absoluta e binária às condições de vida e trabalho dos sujeitos escravizados (Steinfeld, 1991, 2001; Brass; Linden, 1997; Linden; Rodríguez García, 2016; para contextos africanos, ver: Cooper, 2005; Bellucci; Eckert, 2019, p. 10–12).

Tendo em vista essas questões e a relevância de entender o recrutamento e controle dos trabalhadores das caravanas para o próprio entendimento da expansão comercial na Zona Atlântica de Angola durante o século XIX, esse texto pretende realizar uma breve reflexão acerca da atuação de agentes mercantis africanos, os chamados pombeiros, que eram os responsáveis pela intermediação entre comerciantes locais e estrangeiros com os carregadores de suas caravanas, a partir de acordos sociais e práticas culturais endógenas às sociedades angolanas que se envolveram com os mercados atlânticos. Nosso foco será no contexto de reconfiguração da economia angolana, de uma exportadora de pessoas escravizadas para uma exportadora de gêneros que permaneceram lícitos após a proibição do tráfico, especialmente marfim, cera e café. Uma fonte privilegiada para o entendimento desse processo são os diários de um dos portugueses que se estabeleceu no interior do Planalto Central de Angola, especificamente na corte do reino do Bié, o comerciante António Francisco Ferreira da Silva Porto, que narrou suas viagens e seu cotidiano como negociante nos sertões, seus parceiros e rivais, seus interlocutores e trabalhadores nas caravanas, e uma imensa quantidade de informações sobre o meio político e natural por onde passava (Santos, 1998; Ceita, 2014; Gonçalves, 2021; Amaral, 2022). A partir desses diários, que foram escritos desde a década de 1840 até a morte de Silva Porto em 1890, serão feitas considerações sobre as posições contraditórias e ambivalentes dos pombeiros dentro das comitivas, assim como sobre os conflitos que estes se envolviam no cotidiano, enquanto atuavam tanto como parceiros de negócio, quanto como trabalhadores contratados.

## UM EQUÍVOCO HISTORIOGRÁFICO

Em balanço recente, Stefano Bellucci (2019) destacou que os trabalhadores do setor de transporte em contextos africanos tiveram centralidade para a expansão e generalização de formas de trabalho assalariado em várias partes do continente, principalmente após a introdução de setores modernos de transporte, baseados no motor à combustão. Como já foi comentado, Rockel (2006, p. 3–5) considera importante recuar no tempo para pensar

essa correlação, apontando o quanto as caravanas – na África Oriental – eram majoritariamente formadas por trabalhadores que eram pagos de acordo com o tempo ou a viagem a ser realizados. Dessa forma, sendo setor que envolvia quantidade crescente de pessoas nos vários cantos da atual Tanzânia ao longo do século XIX, as caravanas generalizaram formas de trabalho livre e pago antes da implantação de políticas coloniais de expansão do assalariamento – como a cobrança de impostos, instalação de colonos e apropriação por estes das terras nativas.<sup>1</sup>

Esse era o caso da porção Centro-Occidental do continente, onde se localizava a Zona Atlântica de Angola. A proibição do tráfico atlântico de escravos em 1836, e a subsequente expansão da exportação de marfim, cera, café e borracha, aumentaram consideravelmente a demanda de carregadores para as caravanas durante o século XIX. Um balanço tradicional realizado por Alfredo Margarido supõe que ao final do século seriam necessários ao menos 200.000 trabalhadores empregados todos os anos para as caravanas – o que corresponderia a cerca de 4% da população total estimada para os territórios que formam a atual Angola (Margarido, 1978). Uma estimativa mais recente para o ano 1800, portanto anterior à expansão do comércio de gêneros, sugere que o cálculo de Margarido tenha sido conservador, estimando cerca de 193.000 carregadores por toda a atual Angola – correspondendo a cerca de 10% da população economicamente ativa na época (Matos; Vos, 2013, p. 827–828). É verdade que parte do fluxo de carregadores na região do Kwanza sofreu uma redução com a instalação de rotas fluviais à vapor em meados do século, mas houve, em especial no Planalto Central, uma expansão brutal da demanda por carregadores após o início do ciclo da borracha nos anos 1870 – um registro impressionante nesse sentido, referente a 1907, sugere a passagem 200.000 carregadores por Benguela somente naquele ano. Mesmo que um mesmo carregador possa ter passado mais de uma vez por Benguela no mesmo ano, o dado é espantoso se considerarmos que a estimativa da população total do Planalto para o período seja de 500.000 pessoas (Heywood, 1985, p. 261–262).

Se fica evidente com esses dados a importância relativa do setor caravaneiro para se entender os mundos do trabalho na Angola Oitocentista, cabe discutir então como funcionava o recrutamento destes trabalhadores. Na historiografia sobre Angola tem sido feitas referências a dois modelos de recrutamento: um referente a Luanda, e outro referente à Benguela e regiões adjacentes. No primeiro caso, os administradores locais – os capitães-mores – poderiam cobrar dos sobas aliados uma quantidade de súditos para o trabalho forçado em caravanas dos portugueses, como cláusula do tratado de vassalagem à coroa portuguesa que era imposto a cada um desses soberanos. Em oposição a este modelo, no caso de Benguela e suas cercanias, áreas de menor controle militar português, supostamente desde a aplicação de um regimento pombalino do governo local de 1796, o recrutamento de carregadores seria feito de forma contratual e livre pelos comerciantes, sendo cada carregador pago individualmente por carga (Couto, 1972, p. 231–234; Margarido, 1978, p. 378–382; Torres, 1991, p. 78–79). Esse raciocínio dualista também foi utilizado em 1856 pelos abolicionistas portugueses, quando procuraram abolir o recrutamento forçado nas áreas sob o “modelo de Luanda”, utilizando regiões do interior com recrutamento livre de carregadores como prova da viabilidade de tal abolição (Souza, 2017, p. 77–80; Gonçalves, 2021, p. 189–190).

<sup>1</sup> Bellucci (2019, p. 196) reconhece que existem estudos como o de Rockel, que apontam tais trabalhadores como elementos embrionários para o trabalho assalariado africano, mas menospreza as notáveis dimensões do recrutamento de carregadores no período pré-colonial, em especial na África Central. Vale o destaque aqui de que, mesmo com a expansão do assalariamento durante o período colonial, durante todo o século XX este foi um tipo minoritário de relação de trabalho em contextos africanos, principalmente se comparado com o trabalho doméstico, tributário e formas não-livres de trabalho (Bellucci; Eckert, 2019, p. 12; Martino, 2022, p. 3).

Na região do Planalto Central, onde era adotado o “modelo de Benguela”, o recrutamento de carregadores não era por contrato individual e muito menos regulado por um regimento pombalino. Como bem defendeu Maria Emília Madeira Santos (1998, p. 63–64), muito mais do que disposições oficiais do governo colonial, nessas regiões de domínio mais frágil, não havia recrutamento forçado de carregadores entre os súditos dos reinos africanos do Planalto Central, pois não havia formas dos capitães-mores pressionarem os estados poderosos e centralizados que comandavam a região a coagirem seus súditos. Os comerciantes da colônia que se estabeleciam nesses espaços eram assim obrigados a formar suas caravanas de acordo com as regras sociais africanas do comércio pré-existente na região (Santos, 1998; Heintze, 2004; Santos, 2016; Gonçalves, 2021). Para tal, como será detalhado na seção seguinte, os colonos que se instalavam nas cortes desses reinos tinham que se associar a comerciantes africanos nascidos localmente, os pombeiros, e estes ficavam responsáveis por recrutar carregadores entre seus dependentes pessoais – emprestando parcelas de suas cargas a cada pombeiro de acordo com quantos carregadores cada um conseguisse contratar, o que resultava na arregimentação de centenas ou mesmo milhares de carregadores.<sup>2</sup>

## O RECRUTAMENTO DOS POMBEIROS

Recentemente Enrique Martino (2022, p. 1–6) apontou que, apesar do estudo de grupos sociais e estados que serviram como intermediários das relações entre estrangeiros e habitantes locais terem sido um dos mais importantes avanços nos estudos de história social e econômica de contextos africanos, os mediadores da oferta de mão de obra – os recrutadores –, responsáveis em grande parte pela formação desses mesmos mercados de trabalho que abasteceram as colônias europeias com trabalhadores assalariados, foram muito pouco estudados. Não só sua quase completa ausência nos estudos de história do trabalho apaga ações e redes que foram fundamentais para as operações coloniais, mas o entendimento das origens e ações desses sujeitos, muitas vezes feitas às margens das leis, para Martino, são centrais para entender os campos de influência e os próprios contornos geográficos dos fluxos de trabalho migratório característicos das economias imperiais.

Nesse sentido, como foi defendido até agora, de ter havido na formação de caravanas a generalização de uma tipologia de recrutamento laboral com base nas práticas do comércio de longa distância africano, os pombeiros detiveram uma função social de responder a demanda por mão de obra dos mercados atlânticos de forma análoga à dos recrutadores no trabalho migratório do período colonial. Foi na parceria com esses negociantes locais que os comerciantes vindos do Atlântico conseguiram viabilizar a circulação de quantidade crescente de mercadorias para dentro e fora do interior do continente. Alguns desses comerciantes vindos da colônia que se instalavam no sertão, por isso chamados de sertanejos, poderiam usar nas caravanas parte de seus escravos como carregadores, mas geralmente precisavam contratar pombeiros para aumentar a capacidade de carga e assim tornar viáveis as longas viagens das caravanas. O que sugerem os cadernos de Silva Porto (1879-1889) é um padrão pulverizado no qual boa parte dos membros de cada caravana eram subordinados de pombeiros, que sublocavam parte dos carregamentos até estes serem trocados no destino da comitiva, tendo que pagar o empréstimo de volta ao sertanejo após realizarem as permutas previstas. As dimensões

<sup>2</sup> Isabel Castro Henriques (1997, p. 402, 412–416) tentou sistematizar uma distinção entre caravanas europeias e caravanas africanas; no entanto, com exceção de uma distinção mais clara sobre quem comandava cada caravana (apesar de que a maioria dos colonos em Angola não serem “europeus”), em ambos os casos sobrepuja-se uma necessidade de seguirem as regras africanas para a formação das caravanas.



de quantas cargas poderiam ser emprestadas a cada pombeiro eram medidas de acordo com quantos dependentes esse pombeiro seria capaz de mobilizar entre seus escravos, familiares e clientes, geralmente encarregando-se em uma média de 10 fardos cada pombeiro – separadas nominalmente por cada carregador recrutado –, mas com casos registrados de pombeiros de Silva Porto responsáveis por mais de 20 ou 30 fardos.

Mas afinal quem eram os pombeiros? Muitos historiadores já escreveram sobre eles em um longo recorte temporal, desde o início das operações portuguesas na África Centro-Ocidental durante o século XVI até esse contexto do comércio lícito na segunda metade do século XIX (Bal, 1965; Heywood, 1984, 1985; Miller, 1988; Santos, 1998; Zeron, 1999; Heintze, 2004; Candido, 2011; Ferreira, 2012; Silva, 2017; Gonçalves, 2021; Bonciani; Silveira, 2021; Amaral, 2022). Ao longo desse amplo recorte, tal termo ganhou sentidos muito diversos, sendo inicialmente associado às feiras comerciais da região do Congo (originalmente à feira do lago Mpumbu, conhecido posteriormente como Stanley Pool, atualmente lago Malebo), com seu sentido se expandindo para os sujeitos envolvidos de forma geral nas atividades do comércio itinerante, sendo mais recorrente que o termo designasse os brancos, e depois cada vez mais os seus funcionários e emissários de confiança (Bal, 1965).<sup>3</sup> Durante o século XVIII, com esforços de autoridades políticas portuguesas e africanas de cercear a circulação de sertanejos pelo interior e assim diminuir as tensões ligadas à sua atuação no tráfico de escravos, negociantes itinerantes autóctones que faziam parcerias com esses sertanejos foram o grupo social cuja denominação de “pombeiro” tornou-se hegemônica, organizando pequenas caravanas que levavam as mercadorias vindas do Atlântico para serem trocadas em feiras e regiões às quais os brancos eram impedidos de se instalarem. Estes sujeitos até poderiam ser pessoas escravizadas, mas geralmente não eram escravos dos comerciantes (Ferreira, 2012, p. 58–65). É a partir dessas parcerias que no século XIX, os sertanejos, com maior mobilidade no interior, passaram a utilizar os pombeiros como intermediários das suas próprias caravanas, com esses negociantes africanos tornando-se os responsáveis por boa parte da mão de obra envolvida.

Para entender o papel dos pombeiros na formação do mercado de trabalho para as caravanas, um dos principais pontos é a origem destes. Em um caderno pessoal de Silva Porto, seu Livro de Cargas (Silva Porto, 1879-1889), o sertanejo registra nominalmente, para cada viagem realizada após 1879, cada um dos carregadores responsáveis por cada carga da sua caravana, registrando-os de acordo com o pombeiro responsável, além de haver também o registro do seu sítio de origem e a descrição do conteúdo de cada fardo. Em geral todos os carregadores de cada pombeiro vinham do mesmo sítio, que pode ser estimado que seja o da origem do próprio pombeiro, que os arrematava entre seus dependentes pessoais. Em geral os pombeiros contratados por Silva Porto eram do próprio Bié, dada a proximidade e conveniência da própria feira comercial, além da especialização crescente após décadas de atividade mercantil na região. Após o ano de 1852, no entanto, os sertanejos do Bié protagonizaram o estabelecimento da paz deste estado com o seu poderoso rival a oeste, o Bailundo, o que significou não só a passagem segura das caravanas desses sertanejos pelos territórios do Bailundo, mas também a possibilidade de

<sup>3</sup> Carlos Zeron (1999) utilizou o termo “pombeiro” como uma noção ampla de agentes marginais locais do comércio de escravos na região de Angola, ora referindo a eles como escravos de confiança ou forros dos brancos, ora como chefes de caravanas que passavam por áreas hostis, tomando como intercambiáveis sentidos distintos do termo para fontes do século XVI, XVII e XVIII, sem dar a devida atenção ao fato que esse termo foi usado inicialmente para designar os próprios brancos (Bal, 1965, p. 126–128). Essa imprecisão, no entanto, não invalida seu argumento central, no qual os pombeiros, assim como os tangomãos da Senegâmbia, ao atuarem como mediadores obrigatórios (na sua metáfora, sendo ao mesmo tempo filtro e barreira), geravam incertezas no debate teológico sobre a legitimidade da escravização dos africanos. Apesar do autor trabalhar com os debates sobre esses dois grupos em conjunto, cada termo era originalmente específico à sua origem geográfica.

recrutamento crescente de pombeiros vindos do Bailundo (Silva Porto, 1846-1854b, p. 233-238, 1854-1862, p. 389-391, 1863-1866, p. 359, 1868-1869, p. 248).<sup>4</sup> Apesar da normalização das relações entre os dois estados, uma das consequências recorrentes dessa mudança, era a de conflito e rivalidade entre os carregadores das duas origens, mesmo que, principalmente nos momentos de negociação com a chefia da caravana, os trabalhadores utilizassem a identidade profissional comum como forma de reivindicação, como será apontado na sequência (Silva Porto 1854-1862, p. 384-387, 1863-1864, p. 59, 69, 1868-1869, p. 283-284; Santos, 2016; Gonçalves, 2021).

## OS CHEFES E O “POVO DA CARAVANA”

A intermediação dos pombeiros era essencial para a própria existência das caravanas sertanejas a partir de meados do século XIX. Considerando a necessidade de manter a sua lavoura e geralmente administrar mais de uma caravana simultaneamente, Silva Porto admite que raramente chegava a dispor de mais de 50 escravos pessoais para servirem de carregadores, sendo um número insuficiente para as cargas mínimas e necessárias para tornar viável a viagem (Silva Porto, 1863-1864, p. 80, 81). Com deslocamentos que podiam durar mais de 11 meses, os sertanejos procuravam montar caravanas enormes, com milhares de carregadores, que poderiam assim trazer grandes quantidades de marfim e cera de regiões distantes do litoral, como era o caso do Alto Zambeze e Kasai. Quanto maior a fração da capacidade da caravana era usada para comprar marfim, de maior valor por peça, maior a lucratividade da operação, tentando permutar diretamente com os grandes estados monopolistas das áreas de caça de elefante, como o Barotse, Katanga e a Lunda (Gonçalves, 2021, p. 167; Santos, 1998, p. 234–235; Silva Porto, 1863-1864, p. 101).

Recebendo vultuoso financiamento das casas comerciais do litoral – geralmente envolvidas também com o tráfico ilegal de escravos para o Brasil e Cuba – contraído na forma de carregamentos de mercadorias importadas emprestadas como adiantamento, os sertanejos puderam fazer caravanas de dimensões sem paralelos até então (Heywood, 1984, p. 129–130; Miller, 1988, p. 174–175; Heintze, 2004, p. 280–282). Com esses empréstimos, podiam contratar ao mesmo tempo dezenas de pombeiros, de acordo com a necessidade. Para levar cargas do Bié até Benguela, uma viagem que podia durar em média menos de três meses (ida e volta), podiam montar caravanas menores – a exemplo de 1866, com uma caravana tendo levado 209 fardos para a cidade, enquanto outra em 1869 carregou cerca de 170 fardos (Silva Porto, 1866-1868, p. 46, 1868-1869, p. 283). Por contraste, viagens para as regiões produtoras de marfim demoravam mais da metade de um ano, tornando necessário o contrato de comitivas maiores, tendo registros de Silva Porto contratar 90 pombeiros para uma viagem ao Barotse em 1868, e ter montado em 1853 uma caravana conjunta com outros sertanejos com mais de 5000 pessoas para a mesma região – tais números se tornavam possíveis se considerarmos que cada carregador também podia ser acompanhado por esposas, filhos e dependentes, aumentando as oportunidades de negócio para trocas de pecúlio pessoal ao fazerem uma travessia mais segura junto à caravana (Silva Porto, 1868-1869, p. 29, 1846-1854a, p. 126-127; Heywood, 1985, p. 251, 257).

<sup>4</sup> No entanto, nas décadas que se seguiram, manteve-se a quase exclusividade de origem dos carregadores destes dois reinos, tendo os sertanejos poucas oportunidades de recrutar carregadores no meio do caminho, o que aumentava o poder de barganha dos trabalhadores durante a viagem. Em 1864, Silva Porto comenta ter recrutado carregadores adicionais em uma torna viagem vinda do Barotse, tendo o sertanejo que lidar com deserções desses carregadores poucos dias após saírem das fronteiras do reino (Silva Porto, 1863-1866, p. 333-334).

Para além da intermediação no momento do recrutamento, pombeiros, que ganhavam experiência e se profissionalizavam ao fazer recorrentes viagens ao longo de suas carreiras, geralmente ocupavam cargos intermediários para hierarquia interna dentro das caravanas, servindo de comandantes das caravanas (*macotas*) na ausência dos sertanejos,<sup>5</sup> intérpretes (*kaleys*) ou *kesongos*, que eram os guardas avançados que abriam o caminho para a passagem da comitiva (Heintze, 2004, p. 274–275). Durante a duração da viagem, os pombeiros dividiam com os chefes das caravanas os vínculos sociais de responsabilidade, sendo responsáveis por manterem a disciplina e a segurança dos carregadores sob seu encargo, podendo, de acordo com as leis sociais da região, serem punidos por contravenções realizadas por seus dependentes. Dessa forma, quando Silva Porto percebeu que houve um roubo por um carregador do conteúdo de missangas de seu fardo em 1868, o sertanejo alertou o pombeiro responsável para caso se confirmasse o crime (Silva Porto, 1868-1869, p. 14; Santos, 2016, p. 142–175). O compartilhamento das responsabilidades também poderia ocorrer com os sobas para a proteção dos seus súditos contra eventuais processos judiciais, o que motivou que em 1862 o soba do Bailundo enviasse a Silva Porto um boi e uma cabaça de óleo de palma para compensar roubos de dois carregadores provenientes de suas terras, que tinham roubado fazendas e pólvora (Silva Porto, 1860-1862, p. 270-271).

No entanto, os pombeiros não eram os únicos responsáveis pela manutenção dos carregadores. O sertanejo pagava pessoalmente a cada carregador antes da partida, no momento da distribuição dos fardos. Os pagamentos eram por viagem, independentemente da duração real que cada um dos trajetos passaria a ter. No entanto, também era acordado o pagamento periódico de rações para alimentação ao longo do caminho, fossem elas pagas diretamente em comida, ou em gêneros para permuta no caminho – o que fazia com que uma viagem de maior duração resultasse em mais rações pagas. No caso das rações, foi recorrente que Silva Porto pagasse um pano (*jarda*) de fazenda por carregador, e dois por pombeiro (Silva Porto, 1863-1864, p. 63). Em um dos poucos registros explícitos que encontramos dos valores dos pagamentos iniciais aos carregadores é de 1863, no qual Silva Porto pagou a um conjunto de trabalhadores do Bailundo 25 panos de fazenda sortida cada um (sendo estes 20 de dentro do fardo que carregavam, dois de ata e dois de cinta, com um pano entregue “gratuitamente” para o carregador comprar *capata* – uma bebida alcoólica local). Nessa ocasião, o “pombeiro chefe” – provavelmente o comandante dessa comitiva – foi pago com 100 panos de fazenda sortida e 60 panos foram pagos para cada um dos outros pombeiros (Silva Porto, 1863-1864, p. 69). Ao final da viagem, também era comum um pagamento suplementar no momento da entrega das mercadorias, servindo como incentivo para evitar o risco dos carregadores abandonarem seus fardos quando se encontrassem perto de suas casas. Por fim, de forma quase ritual, era entregue para a caravana um presente coletivo, fosse um boi ou uma ancoretta de aguardente, para serem consumidas em comemoração grupal pela realização de uma boa viagem (Silva Porto, 1866-1868, p. 39, 1860-1862, p. 128-129).

Essa dupla organização, por um lado segmentada pelo controle de cada pombeiro sobre os seus dependentes diretos, e por outro entre membros da caravana e a chefia geral, também abria espaços para contendas de acordo com a situação. Nos momentos de quebra de confiança e de reivindicações coletivas – seja por pagamentos suplementares, recusas de avanço ou mudanças de rota – era comum que os carregadores como um todo decidissem interromper as marchas e, em franca maioria numérica e sendo dificilmente

<sup>5</sup> O termo *macota* é derivado do vocabulário político, referindo-se literalmente aos mais velhos, mas sendo recorrentemente utilizado para designar conselheiros e administradores do reino, motivo pelo qual os sertanejos reproduziam tal termo para designar seus homens de confiança que chefiavam as caravanas nas quais aqueles não estavam presentes (Candido, 2013, p. 229, 287; Thornton, 2020, p. 302-303).

substituíveis, defendiam seus posicionamentos como um conjunto único, como “povo da caravana”, em oposição aos chefes da comitiva (Santos, 1998, p. 1–47; Gonçalves, 2021, p. 198–220).<sup>6</sup> Até o momento não encontramos com clareza se nestas situações os pombeiros se uniam a seus dependentes ou não, mas os fracionamentos internos da caravana também podiam ser tensionados de outras formas.

Em um caso esclarecedor sobre esses cálculos, em 1858, a caravana que era comandada pelo sertanejo açoriano Luiz Albino Rodrigues foi interrompida por causa da morte de seu comandante em um acidente de caça. Quando Silva Porto passou pela região, encontrou a comitiva paralisada, pois, além da necessidade de realizar os devidos rituais para evitar represálias do espírito do sertanejo falecido, os membros da caravana exigiam uma divisão equânime dos fardos, que tinham sido apropriados pelo séquito pessoal de Rodrigues. Silva Porto acabou distribuindo quatro panos por pessoa até satisfazer a demanda dos trabalhadores, que exigiam seu vínculo comum ao empreendimento do comerciante falecido, não sendo justo que só os seus dependentes diretos concentrassem o espólio (Silva Porto, 1854-1862, p. 32-33).

## NEGOCIAÇÃO E CONFLITO

Se nos momentos de reivindicação coletiva do povo da caravana não são claras as formas como os pombeiros participavam, as relações dos pombeiros com os seus chefes sertanejos estavam distantes de serem pacíficas ou harmônicas. Não sendo obrigados a carregar nenhum fardo nas próprias costas, a distinção da relação destes sujeitos com os sertanejos frente a dos outros membros da comitiva será o último ponto deste texto. No ensaio introdutório de coletânea clássica sobre o tema, Catherine Coquery-Vidrovitch e Paul Lovejoy dissertam sobre um processo comum a trabalhadores do comércio de várias regiões da África de, ao serem, via de regra, pagos em espécie e terem considerável mobilidade espacial, agiam eles próprios como pequenos comerciantes durante as viagens, fazendo também as próprias trocas nos principais mercados e perseguindo os próprios projetos de acumulação (Coquery-Vidrovitch; Lovejoy, 1985, p. 7–8, 12–14, 16–19). Críticas importantes foram feitas a essa tese e a trabalhos com conclusões parecidas, tanto pelo viés da construção entre esses sujeitos de uma identidade mercantil e não laboral, “pequeno-burguesa” nos termos de Coquery-Vidrovitch e Lovejoy, quanto às considerações sobre uma ascensão coletiva quase automática dos trabalhadores, ignorando segmentações internas às sociedades caravaneiras e superestimando as possibilidades reais de acumulação dos carregadores, muitas vezes detentores de pequenos pecúlios em gêneros de difícil acumulação (majoritariamente fazendas e contarias), sendo melhor sucedidos aqueles que conseguiam trocá-los por fontes mais rentáveis de capital, como escravos e marfim (Rockel, 2006, p. 56, 65–66, 74–76; Henriques, 1997, p. 410–411).

Mas de fato havia sim no Planalto Central grupos autóctones que, ao se envolverem com o comércio de longa distância, acumularam riqueza e prestígio, formando novas elites políticas (Heywood, 1984). Um caso interessante é o de Joaquim Mariano, que foi caixeiro de Silva Porto, atuando como pombeiro na década de 1840 e sendo um dos comandantes das primeiras caravanas do sertanejo até o Barotse entre 1845 e 1848. Em 1853, ele já atua como intérprete pessoal do sertanejo para se comunicar com a elite do Barotse, na ocasião da primeira viagem de Silva Porto para a região e, em 1858, aparece nos diários como um mandatário de povoação no Bié, em um lugar chamado Cabire (Silva Porto, 1891, p. 16–18, 1846-1854a, p. 190-191, 207-211, 249, 1854-1862, p. 18, 23-24, 38-40).

<sup>6</sup> Conforme analisado nesses trabalhos, nos cadernos de Silva Porto a expressão “o povo da caravana” é recorrente, tanto nas descrições do sertanejo, quanto nos registros de falas dos próprios carregadores.

A primeira característica que salta aos olhos do historiador que analisa as descrições de Silva Porto na sua relação com os pombeiros é a profunda distinção moral que este faz entre lidar com estes em contraponto com os carregadores. Apesar dos frequentes filtros racistas e etnocêntricos que marcam a sua escrita na descrição dos africanos em geral, em várias ocasiões, quando se refere ao pagamento de carregadores, considera este como o recurso mais bem empregado que utiliza no interior, apontando para a dureza do serviço e o merecimento dos carregadores como completamente dignos de recompensa (Silva Porto, 1860-1862, p. 192, 1863-1864, p. 8). Contornos bastante distintos são utilizados para descrever o pagamento dos pombeiros: com bastante frequência o sertanejo reclamava da dificuldade de conseguir cobrar dos pombeiros até o final da viagem os valores correspondentes dos fardos que lhes tinha emprestado. Em geral, para além das acusações destes tentarem fugir às obrigações do pagamento, são recorrentes as alegações do mau uso dos recursos emprestados, com os pombeiros supostamente comprando pouco marfim e gastando seus fardos com cera e escravos. Em uma passagem bastante marcante, Silva Porto se refere aos pombeiros como "incorrigíveis", que sempre estavam em dividados e "vivendo de trapaças" (Silva Porto, 1863-1864, p. 58). A autonomia de escolha dos pombeiros para as suas trocas era constante motivo para a apreensão do sertanejo, reduzindo consideravelmente a sua margem de lucro quando se diminuía a proporção de marfim que era carregado no final da viagem – com o valor individual da cera sendo consideravelmente inferior, e o do escravo nem mesmo servindo para pagar as faturas no litoral.<sup>7</sup>

De fato, havia uma preferência dos pombeiros por comprarem escravos com os seus recursos angariados. É recorrente que se aponte que nas sociedades da África Equatorial o principal indicativo de riqueza de um sujeito era a sua capacidade de acumular dependentes – seja qual fosse a estratégia de sujeição – ou, na acepção mais recorrente, a sua riqueza em pessoas (*wealth in people*, em inglês) com as quais poderia agremiar poder político e econômico (Guyer; Eno Bellinga, 1995, p. 91–95, 103–110). Dessa forma, era atrativo para os pombeiros aproveitarem os recursos emprestados e o próprio deslocamento geográfico da caravana para negociar a compra de escravos para poder assim enriquecer na sociedade de origem. Como o próprio Silva Porto (1891, p. 24) afirma, quando um sujeito conseguia comprar quatro ou seis escravos, trocando pelo menos um deles por seis cabeças de gado, essa pessoa "já saiu da classe plebeia para a nobre", conseguindo unir-se a várias "concubinas" e passando a fazer parte da elite no Bié. Assim, a compra de escravos pelos pombeiros gerava clara tensão entre os objetivos individuais dos pombeiros com os do sertanejo.<sup>8</sup> As pistas que temos sobre o resultado quantitativo do empreendimento no final da viagem mostram impacto considerável dessa disputa: em viagem ao Barotse em 1868, Silva Porto afirma ter em mãos 4.689 libras de marfim, sendo 2.267 libras suas e as outras 2.422 libras, mais da metade do total, resultantes diretas das permutas dos pombeiros. O resultado foi visto como negativo, já que no ano anterior, os

<sup>7</sup> Não se deve, no entanto, entender que os comerciantes do litoral não compravam mais escravos após a proibição do tráfico em 1836; a afirmação aqui é que eles não estavam aceitando dos sertanejos do Bié esse tipo de pagamento da fatura; podendo conseguir cativos por outras estratégias ligadas aos métodos de escravização nos entornos de Benguela, sendo demandados tanto para o tráfico ilegal para as Américas, quanto para a própria economia formal da colônia, em plena expansão agrícola (Candido, 2011, p. 155–203; Silva Porto, 1891, p. 22–23). Deve-se, no entanto, relativizar a reclamação de Silva Porto sobre a venda dos pombeiros por escravos como uma simples perda de investimento, já que os cativos detinham valor de troca em praticamente qualquer ponto no interior do continente, como o próprio sertanejo reconhece em 1868, quando instrui seu macota a levar escravos recebidos de pagamentos dos pombeiros para serem vendidos no Mbukushu (Silva Porto, 1868-1869, p. 232).

<sup>8</sup> Em uma reclamação análoga, o viajante Max Buchner afirmou que "Esta é uma das razões por que não é aconselhável aligeirar os carregamentos [individuais de cada trabalhador]. Caso contrário, os carregadores atulham -se com os seus próprios trastes", denunciando os membros da caravana de aproveitarem as viagens para fazerem seus próprios negócios (Buchner, 1999 *apud* Heintze, 2004, p. 44–45).

pombeiros teriam pagado 1.624 libras a mais, tendo recebido a mesma fatura em ambas as viagens (Silva Porto, 1868-1869, p. 214-215). Em 1866, sem sabermos com precisão o quanto há de exagero em sua afirmação, Silva Porto alegou estar com 5.000 libras de marfim enquanto esperava o fim de viagens subsidiárias pelo Barotse, tendo conseguido mais recursos negociando 1/5 dos fardos originalmente trazidos para aquele território do que até o momento os pombeiros tinham conseguido com os 4/5 restantes (Silva Porto, 1863-1866, p. 585-587).

Além do que os pombeiros negociavam na viagem, outro motivo de ansiedade dentre os sertanejos era acerca dos mecanismos de crédito que eram acionados pelos “incorrigíveis”. Diferentemente das viagens marítimas e do que sugerem leituras mais clássicas sobre a história da região leste da atual Angola, a passagem recorrente de caravanas por essas terras, mesmo que estivessem longe de serem pacíficas e desprovidas de tensões, também significaram a criação de acordos interpessoais que poderiam ser convenientes para as operações dos mercadores de passagem. Com capacidade restrita de carregamento e eventuais inconvenientes de circulação com caravanas cheias, era recorrente que pombeiros depositassem seus produtos já permutados nas mãos de mandatários e parceiros comerciais do caminho, aumentando a mobilidade da comitiva e o potencial de acumulação de gêneros ao fim do empreendimento, o que gerava reclamações do sertanejo já que nem sempre os moradores do caminho cumpriam suas promessas de devolver as cargas (Silva Porto, 1866-1868, p. 25-26, 223-225, 1868-1869, p. 226). Vale apontar que o próprio Silva Porto fazia a mesma prática, geralmente deixando com o soberano do Cuchibi os resultados de suas primeiras permutas, a ser recuperado no trajeto da volta para o Bié (Silva Porto, 1866-1868, p. 218).<sup>9</sup>

Para além de tentar controlar o que os pombeiros faziam com os recursos antes do pagamento dos empréstimos devidos, Silva Porto tentava ao máximo forçar que estes pagassem suas dívidas com o sertanejo no início do trajeto de retorno ao Bié, temendo que, quando esses sujeitos estivessem de volta ao Planalto, eles teriam maior facilidade de fugir das suas cobranças (Silva Porto, 1866-1868, p. 234-235). Em novembro de 1864, Silva Porto, já no Bié, recusou o pagamento de alguns pombeiros ao apresentarem valor insuficiente de suas dívidas, exigindo que voltassem posteriormente para cumprirem o total dos débitos (Silva Porto, 1863-1866, p. 368). No mês anterior, o sertanejo já tinha demonstrado considerável poder de pressão sobre seus subordinados ao ter ameaçado prender dois pombeiros que entregaram, em cera e escravos, somente um terço do valor neles investidos – obrigando-os a trazer no mínimo mais um terço, senão os prenderia. No dia seguinte, o comerciante cumpriu a ameaça e fez com que seus prisioneiros mandassem os familiares quitarem as dívidas no terceiro dia, em troca da libertação dos pombeiros (Silva Porto, 1863-1866, p. 354-355).

Por vezes o sertanejo podia utilizar de outros tipos de ameaças para impor suas vontades. Acionando ligações interpessoais, os sertanejos também aprendiam a utilizar do compartilhamento de vínculos sociais com os sobas como instrumento de poder sobre os trabalhadores. Em 1861, após uma reclamação do soba do Bié de que a aguardente que recebia como imposto estava aguada, o sertanejo constatou que o conteúdo original de duas ancoretas tinha sido retirado e misturado à água. Como esses dois fardos tinham vindo sob responsabilidade de pombeiros do Bailundo, Silva Porto mandou emissários para aquela terra para cobrar do soba uma indenização pela contravenção – o que,

<sup>9</sup> No entanto, as redes de aliança interpessoal e o potencial de ameaça eram distintos entre os sertanejos e os pombeiros, como percebe-se em episódio de 1866 no qual, ao chegarem em Cangilla com a notícia da morte do soba da terra, Silva Porto reagiu de acordo com as regras sociais locais e solicitou para a corte o carregamento de cera que tinha deixado em posse do falecido soberano. Comenta que recebeu de volta seu carregamento por “merecer alguma consideração”, mas os aristocratas locais se recusaram a pagar a cera que tinha sido deixada pelos pombeiros de sua comitiva (Silva Porto, 1866-1868, p. 33-34).

provavelmente de forma calculada, acabou por não se concretizar –, sendo os emissários interrompidos ao passarem pela povoação de residência dos ditos pombeiros, que suplicaram que a questão não chegasse ao soberano, o que poderia resultar para eles em severa punição. Dessa forma, os pombeiros retornaram ao Bié em companhia dos emissários de Silva Porto e pagaram a condenação e os prejuízos da fraude (Silva Porto, 1860-1862, p. 187-188, 193). Cinco anos depois, o sertanejo se utilizaria da mesma tática, ao lidar com um roubo de missangas pelo carregador responsável do fardo e, após cobrar uma restituição ao pombeiro, ameaçou enviar emissários para o soba do Bailundo, o que motivou o pombeiro recalcitrante a pagar uma grande cabaça de óleo de palma para evitar o envolvimento do soba na contenda (Silva Porto, 1866-1868, p. 94).

## NOTAS CONCLUSIVAS

O setor de transportes foi parte fundamental da história do trabalho africano, mesmo antes da instalação do controle colonial europeu do interior do continente e a subsequente instalação de estradas, ferrovias e complexos portuários. A própria história da expansão do comércio transcontinental foi marcada por uma arregimentação crescente de mão de obra para caravanas, canoas e cáfilas que atravessavam diversos territórios. Com a intensificação da exportação de gêneros coloniais para os mercados europeus e americanos durante o século XIX, não só houve crescimento da mão de obra envolvida na produção dessas mercadorias agrícolas, minerais e extrativas, mas a própria circulação delas envolveu quantidades enormes de trabalhadores, especialmente em regiões sem grandes alternativas de transporte fluvial ou animal.

Esse foi o caso do comércio caravaneiro que operava no centro de Angola, durante a conversão das exportações dessa região do tráfico escravista para o comércio lícito de marfim, cera e borracha. A história dos pombeiros dessa região, principais responsáveis pela formação de caravanas, levanta questões sobre a generalização de trabalho pago e contratual sob moldes africanos, o qual não envolveu qualquer recusa à continuidade da escravidão. Como outras formas de trabalho autônomo desenvolvido em diversos contextos espaciais e temporais, as contradições envolvidas nas carreiras desses sujeitos que não tinham que carregar nenhuma carga nas próprias costas, mas que marchavam e estavam no dia a dia do carregamento e das trocas comerciais, os colocam em uma zona cinzenta de classificação. Por um lado, deram origem a uma crescente comunidade mercantil autóctone, que tensionaria ao longo do século o jogo político regional. Por outro, as disputas e tentativas de controle de seus padrões sobre suas trocas e investimentos relativizavam consideravelmente a real autonomia que os pombeiros poderiam de fato ter durante cada viagem.

Se pensarmos nestes sujeitos como trabalhadores pagos, que em geral entravam de forma voluntária em seus contratos e se apropriavam destes para seguir seus próprios projetos comerciais e de acumulação de riquezas, veremos práticas bastante violentas de colonos para imposição do cumprimento de suas obrigações, passando por ameaças ou mesmo coerção física. Décadas antes de ser imposto o controle europeu sobre essa região, vemos estratégias desenvolvidas por sertanejos que aprendiam as regras sociais e hierarquias políticas africanas não só para conseguir montar as próprias caravanas, mas também controlar e disciplinar seus trabalhadores, que eram reunidos a partir de vários tipos de relações de dependência.

## REFERÊNCIAS

- ALFAGALI, Crislayne G. M. *Ferreiros e Fundidores da Ilamba. Uma História Social da Fabricação de Ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do séc. XVIII)*. Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2018.
- ALFAGALI, Crislayne G. M. “Capazes de trabalhar”: domínio, política e cultura nas relações de trabalho do Atlântico Sul (séculos XVII e XVIII). *Topoi*, v. 22, n. 47, p. 387–407, 2021.
- ALVES, Rogéria C. *No rastro do Marfim: o comércio e a circulação do marfim africano no mundo atlântico (Século XVIII)*. Curitiba: Brazil Publishing, 2022.
- AMARAL, Ana R. Um Portuense em África: Notes for a Biography of a Luso-African Archive. *e-journal of Portuguese History*, v. 20, n. 2, p. 47–67, 2022.
- BAL, Willy. Portugais Pombeiro “Commerçant Ambulant du <Sertão>”. *Annali Dell’Istituto Universitario Orientale - Sezione Romanza*, v. VII, n. 2, p. 123–162, 1965.
- BELLUCCI, Stefano. Transport. In: BELLUCCI, Stefano; ECKERT, Andreas. (ed.). *General Labour History of Africa: Workers, Employers and Governments, 20th-21st Centuries*. Woodbridge; New York: James Currey, 2019. p. 195–219.
- BELLUCCI, Stefano; ECKERT, Andreas. The “Labour Question” in Africanist Historiography. In: BELLUCCI, Stefano; ECKERT, Andreas. (ed.). *General Labour History of Africa: Workers, Employers and Governments, 20th-21st Centuries*. Woodbridge; New York: James Currey, 2019. p. 1–13.
- BIRMINGHAM, David. *Trade and conflict in Angola: the Mbundu and their neighbours under the influence of the Portuguese, 1483-1790*. Oxford: Clarendon Press, 1966.
- BONCIANI, Rodrigo F.; SILVEIRA, Amanda S. Um Pombeiro nas Origens do Atlântico: o processo contra Aires Fernandes, o Dinga Dinga. *Afro-Ásia*, n. 64, p. 520–591, 2021.
- BRASS, Tom; LINDEN, Marcel van der (eds.). *Free and unfree labour: the debate continues*. Bern; New York: Peter Lang, 1997.
- CANDIDO, Mariana P. *An African slaving port and the Atlantic world: Benguela and its Hinterland*. New York: Cambridge University Press, 2013.
- CANDIDO, Mariana P. *Fronteras de esclavización: Esclavitud, comercio e identidad en Benguela, 1780-1850*. México: El Colegio de México, 2011.
- CEITA, Constança do N. da R. F. *Silva Porto na África Central – Viye / Angola: História Social e Transcultural de um Sertanejo (1839-1890)*. Tese (Doutoramento em Estudos Portugueses) — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014.
- COOPER, Frederick. Condições Análogas à Escravidão: Imperialismo e ideologia da mão de obra livre na África. In: COOPER, Frederick; SCOTT, Rebecca; HOLT, Thomas. (org.) *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 201–270.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine; LOVEJOY, Paul E. (ed.). *The Workers of African Trade*. Beverly Hills: Sage Publications, 1985.



COUTO, Carlos. *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII - subsídio para o estudo da sua actuação*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972.

CURTO, José C. *Enslaving Spirits: The Portuguese-Brazilian Alcohol Trade at Luanda and its Hinterland, c. 1550-1830*. Leiden - Boston: Brill, 2004.

DIAS, Jill. Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel V.; FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 315–343.

FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the era of the slave trade*. New York: Cambridge University Press, 2012.

GONÇALVES, Ivan S. *Comércio, política e trabalho nos sertões de Angola: sertanejos e centro-africanos nas páginas de António da Silva Porto, (1841-1869)*. Dissertação (Mestrado em História) — Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

GREEN, Toby. *A Fistful of Shells: West Africa from the Rise of the Slave Trade to the Age of Revolution*. Chicago: The University of Chicago Press, 2019.

GUYER, Jane I.; ENO BELINGA, Samuel M. Wealth in People as Wealth in Knowledge: Accumulation and Composition in Equatorial Africa. *Journal of African History*, v. 36, p. 91–120, 1995.

HEINTZE, Beatrix. *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004.

HENRIQUES, Isabel C. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.

HEYWOOD, Linda M. *Production, Trade and Power: the political economy of central Angola, 1850-1930*. Thesis (PhD in History) — School of Arts and Sciences, Columbia University, New York, 1984.

HEYWOOD, Linda M. Porters, Trade and Power: The Politics of Labor in the Central Highlands of Angola, 1850-1914. In: COQUERY-VIDROVITCH, Catherine; LOVEJOY, Paul E. (ed.). *The Workers of African Trade*. Beverly Hills: Sage Publications, 1985. p. 243–268.

LINDEN, Marcel van der; RODRÍGUEZ GARCÍA, Magaly (ed.). *On Coerced Labor: Work and Compulsion after Chattel Slavery*. Leiden - Boston: Brill, 2016.

MALACCO, Felipe S. de O.; GONÇALVES, Ivan S. Entre Senegâmbia e Angola: comércio atlântico, protagonismo africano e dinâmicas regionais (séculos XVII e XIX). *Afro-Ásia*, v. 62, p. 41–92, 2020.

MARGARIDO, Alfredo. Les Porteurs: forme de domination et agents de changement en Angola (XVIIe-XIXe siècles). *Revue française d'histoire d'outre-mer*, v. 65, n. 240, p. 377–400, 1978.

MARTINO, Enrique. *Touts: Recruiting Indentured Labor in the Gulf of Guinea*. Berlin / Boston: de Gruyter, 2022.

MATOS, Paulo T.; VOS, Jelmer. Demografia e relações de trabalho em Angola c. 1800: um ensaio metodológico. *Diálogos*, v. 17, n. 3, p. 807–834, 2013.

MILLER, Joseph C. *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1740-1830*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

MILLER, Joseph C. *The Problem of Slavery as History: A Global Approach*. New Haven: Yale University Press, 2012.

RIBEIRO, Elaine. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda*. São Paulo: Alameda, 2013.

ROCKEL, Stephen J. *Carriers of Culture: Labor on the Road in Nineteenth-Century East Africa*. Portsmouth: Heinemann, 2006.

ROSSI, Benedetta. Reflections on public slavery and social death. *Bulletin of the Institute of Classical Studies*, v. 64, p. 92–104, 2021.

SANTOS, Elaine R. da S. *Sociabilidades em Trânsito: os carregadores do comércio de Longa Distância na Lunda (1880-1920)*. Tese (Doutorado em História Social) — Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SANTOS, Maria E. M. *Nos caminhos de África: Serventia e Posse (Angola-Século XIX)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.

SILVA, Daniel B. D. *The Atlantic Slave Trade from West Central Africa 1780-1867*. New York: Cambridge University Press, 2017.

SILVA PORTO, António F. F. *Viagens e Apontamentos de Um Portuense em África, 1º Volume*. Sociedade de Geografia de Lisboa, Res. 2-C-6, 1846-1854a.

SILVA PORTO, António F. F. *Viagens e Apontamentos de Um Portuense em África, 1º Volume*. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 1235, 1846-1854b.

SILVA PORTO, António F. F. *Viagens e Apontamentos de Um Portuense em África, 2º Volume*. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 1236, 1854-1862.

SILVA PORTO, António F. F. *Viagens e Apontamentos de Um Portuense em África, 2º Volume*. Sociedade de Geografia de Lisboa, Res. 2-C-6, 1860-1862.

SILVA PORTO, António F. F. *Viagens e Apontamentos de Um Portuense em África, 3º Volume*. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 1237, 1863-1866.

SILVA PORTO, António F. F. *Viagens e Apontamentos de Um Portuense em África, 3º Volume-BIS*. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 1238, 1863-1864.

SILVA PORTO, António F. F. *Viagens e Apontamentos de Um Portuense em África, 4º Volume*. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 1239, 1866-1868.

SILVA PORTO, António F. F. *Viagens e Apontamentos de Um Portuense em África, 5º Volume*. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 1240, 1868-1869.

SILVA PORTO, António F. F. *Livro de Cargas*. Sociedade de Geografia de Lisboa, Res. Ms. 2-B-31, 1879-1889.

SILVA PORTO, António F. F. *Silva Porto e Livingstone: Manuscrito de Silva Porto encontrado no seu espólio*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1891.

SOUZA, Maysa E. *A Liberdade do Contrato: o trabalho africano na legislação do Império Português, 1850-1910*. Dissertação (Mestrado em História Cultural) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

STEINFELD, Robert J. *The Invention of Free Labor: The Employment Relation in English & American Law and Culture, 1350-1870*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1991.

STEINFELD, Robert J. *Coercion, Contract, and Free Labor in the Nineteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

THORNTON, John K. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

THORNTON, John K. *A History of West Central Africa to 1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

TORRES, Adelino. *O império português entre o real e imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.

VELLUT, Jean-Luc. Diversification de l'économie de cueillette: miel et cire dans les sociétés de la forêt claire d'Afrique centrale (c. 1750-1950). *African Economic History*, v. 7, p. 93–112, 1979.

ZERON, Carlos A. Pombeiros e tangomau, intermediários do tráfico de escravos na África. Em: LOUREIRO, Rui M.; GRUZINSKI, Serge (org.). *Passar as fronteiras. Actas do II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais. Séculos XV a XVIII*. Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1999. p. 15–38.

## NOTAS DE AUTOR

---

### AUTORIA

**Ivan Sicca Gonçalves**: Mestre em História. Doutorando em História, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Campinas, SP, Brasil.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua João Batista Grigol, 260 – casa 1, CEP 13085-335, Campinas, SP, Brasil.

### ORIGEM DO ARTIGO

Parte da pesquisa de doutorado em andamento – “Vidas nos Sertões: redes comerciais do Planalto Central de Angola - século XIX”, realizada junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, desde o ano de 2021.

### AGRADECIMENTOS

Agradeço ao convite realizado pelos organizadores do dossiê “Migração laboral e Produção de Commodities na África: Conexões Globais”. Parte dessa reflexão foi produto dos debates realizados na conferência “Resistance to Slavery in Africa: Past and Present”, realizada na School of Oriental and African Studies, em Londres em outubro de 2023.

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito, Coleta de dados, Análise de dados, Discussão dos resultados e Revisão e aprovação: Ivan Sicca Gonçalves



## FINANCIAMENTO

Essa pesquisa contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2021/09791-7. Em período anterior, também contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo nº 141195/2021-5.

## CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

## APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

## CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

## DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

## PREPRINT

O artigo não é um preprint.

## LICENÇA DE USO

© Ivan Sicca Gonçalves. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

## PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## EDITORA

Beatriz G. Mamigonian

## HISTÓRICO

Recebido em: 10 de fevereiro de 2024

Aprovado em: 1 de abril de 2024

Como citar: SICCA GONÇALVES, Ivan. Os "incorrigíveis": trabalho e comércio dos pombeiros nas caravanas de Angola Central, século XIX. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 179-196, 2024.





# MARFIM E TRABALHADORES ITINERANTES DURANTE A “PARTILHA DA ÁFRICA”

Ivory and Itinerant Workers During The 'Scramble for Africa'

Silvio Marcus de Souza Correa <sup>a</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-0364-6590>

E-mail: [silvio.correa@ufsc.br](mailto:silvio.correa@ufsc.br)

<sup>a</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de História,  
Florianópolis, SC, Brasil.

**DOSSIÊ/ISSUE**

**MIGRAÇÃO LABORAL E PRODUÇÃO DE COMMODITIES NA ÁFRICA: CONEXÕES GLOBAIS**

**LABOR MIGRATION AND COMMODITY PRODUCTION IN AFRICA: GLOBAL ENTANGLEMENTS**

## RESUMO

O período convencional da chamada “Partilha da África” (1884-1914) coincide com um grande afluxo de marfim bruto para as metrópoles. Enquanto mercadoria de uma economia colonial em expansão, o comércio de marfim dependeu de uma série de grupos de trabalhadores africanos itinerantes. Desde a extração das presas até a armazenagem, o transporte terrestre e o embarque em portos marítimos, vários grupos de africanos (guias, caçadores, batedores e carregadores) eram necessários até que o marfim chegasse às mãos dos trabalhadores europeus que, depois do desembarque e da distribuição da matéria-prima por diferentes países, o transformariam em joias, teclas de piano, bolas de bilhar, etc. A partir de alguns exemplos como a principal fábrica de marfim da Alemanha do II Reich, busca-se retrair a cadeia produtiva do marfim com enfoque para os vários grupos de trabalhadores africanos itinerantes. Com destaque para as fontes da imprensa colonial alemã e a partir de uma história entrelaçada (*verflochtene Geschichte*) entre a extração, o transporte, o armazenamento e a transformação do marfim, a proposta deste artigo visa conectar o trabalho de africanos itinerantes com o lazer da burguesia europeia sedentária em torno de uma mesa de bilhar ou de um piano.

## PALAVRAS-CHAVES

Trabalhadores itinerantes. Marfim. Partilha da África.

## ABSTRACT

The conventional period of the so-called “Scramble for Africa” (1884-1914) coincides with a large influx of raw ivory into the metropolises. As a commodity in an expanding colonial economy, the ivory trade depended on a series of itinerant African labor groups. From the extraction of tusks to storage, land transport and boarding in seaports, several groups of Africans (guides, hunters, batsmen, porters) were needed until the ivory reached the hands of European workers who, after disembarking and from the distribution of the raw material across different countries, they would transform it into jewelry, piano keys, billiard balls etc. From some examples such as a ivory factory in Germany during the Second Reich, the aim is to retrace the ivory production chain with a focus on the various groups of itinerant African workers. With emphasis on sources from the German colonial press and based on an entangled history (*verflochtene Geschichte*) between the extraction, transport, storage and transformation of ivory, the purpose of this article aims to connect the work of itinerant Africans with the leisure of sedentary European bourgeoisie around a pool table or a piano.

## KEYWORDS

Itinerant workers. Ivory. Scramble for Africa.

O comércio de marfim bruto no mundo atlântico teve um aumento significativo durante a chamada “Partilha da África”, quando os impérios coloniais tentaram fazer prevalecer seus interesses comerciais sobre uma série de commodities. O marfim bruto foi um dos principais produtos de exportação do chamado Estado Independente do Congo (EIC).<sup>1</sup> Mas alguns decretos visando criar um monopólio comercial não tiveram efeito e o escoamento de marfim continuava em grande quantidade pelas rotas da África oriental.

Entre 1892 e 1894, as campanhas militares da Força Pública do EIC surtiram algum efeito.<sup>2</sup> Ao mesmo tempo, a presença alemã e britânica na África oriental concorreu para a deliquescência da hegemonia árabe-suaíli no comércio do marfim. Assim, toneladas de presas de elefante passaram a chegar aos portos marítimos da Europa. Entre 1890 e 1910, o principal abastecedor de marfim africano para o mercado mundial era o Congo.

A *Société Anversoise du Commerce au Congo*, a *Anglo-Belgian Rubber India Company* e o *Comptoir Commercial Congolais* foram as principais companhias a atuar no EIC.<sup>3</sup> Contrário ao livre comércio que havia sido um argumento para avalizar a criação do EIC durante a Conferência de Berlim, o rei belga tornou-se o proprietário de quase todo território do EIC e concedeu a sociedades comerciais o direito de explorar suas riquezas (Reybrouck, 2010, p. 107).<sup>4</sup> Em 1914, Albert Schweitzer (2010, p.123) reconhecia que o sistema de concessões levava a deploráveis abusos no Congo belga. No Congo francês, a *Compagnie Forestière du Haut-Congo* (CFHC) comercializava toneladas de marfim por ano, embora a venda de presas de elefantes não fosse a principal atividade da companhia de exploração florestal (Coquery-Vidrovitch, 1972, p. 422). Nota-se que o modelo de empresas concessionárias favoreceu uma verdadeira pilhagem dos recursos naturais africanos.

O marfim bruto era levado por carregadores africanos itinerantes desde o interior do Congo até os entrepostos comerciais. Ainda por via terrestre ou por via fluvial, o marfim era escoado até os portos de Matadi e Boma, ambos próximos à embocadura do rio Congo.<sup>5</sup> A mercadoria chegava ao porto da Antuérpia nos navios de carga de uma sucursal da companhia marítima *Elder Dempster*, de Liverpool. Essa empresa tinha um contrato para a importação e exportação de produtos do Congo (Hochschild, 2007, p. 297).

Como “objeto global” desde o século XVII (Silva, 2018, p. 16), o marfim tinha uma rede de circulação por demais ramificada.<sup>6</sup> Não obstante, a repressão ao tráfico atlântico de escravos impactou o comércio de marfim e outras atividades que envolviam trabalhadores itinerantes. Em 1885, o advento de um estado terrorista na África central fomentou a retomada da exportação do marfim bruto para a Antuérpia.<sup>7</sup> O Estado Independente do Congo teve uma vida curta (1885-1908). No entanto, o terror que a sua Força Pública e que algumas empresas concessionárias impuseram às comunidades e a sua forma predatória de exploração dos recursos naturais e humanos são por demais conhecidos (Hochschild, 2007; Reybrouck, 2010).

<sup>1</sup> Organização política criada com a anuência dos delegados internacionais que participaram da então chamada Conferência do Congo, realizada em Berlim entre dezembro de 1884 e fevereiro de 1885.

<sup>2</sup> A Força Pública foi uma das principais formas de integração institucional entre os jovens nativos e o EIC. De regiões distantes foram recrutados soldados. Boma não era apenas a capital do EIC, mas a principal concentração militar da África central (Reybrouck, 2010, p. 96-97).

<sup>3</sup> Esta última companhia explorava a borracha e o marfim (Adriaenssens, 2006, p. 69).

<sup>4</sup> Sobre o comércio do marfim e a falácia do livre comércio no EIC, cf. Bornhaupt (1902).

<sup>5</sup> Outrora conhecido como rio Zaire, trata-se do segundo maior rio do continente africano com uma extensão total de mais de 4.500 km.

<sup>6</sup> Tratar o marfim africano como objeto global não significa validar o conceito de “globalização” para séculos anteriores. Sobre o anacronismo de análises que pretendem identificar a “globalização” para séculos anteriores, cf. Cooper, 2016, p. 175.

<sup>7</sup> Para o terrorismo praticado com a anuência do Estado independente do Congo, ver o capítulo intitulado “*une immonde saloperie*” de David van Reybrouck (2010, p. 77-120).

A partir de um par de exemplos do comércio do marfim bruto, destaca-se a agência dos trabalhadores africanos itinerantes para uma melhor compreensão histórica de uma das pontas da materialização de certos recreios aristocráticos e lazeres burgueses da chamada *Belle Époque*. O uso do marfim em objetos *Art Nouveau* e na produção de teclados e bolas de bilhar parece o nó de uma trama, cuja urdidura dos fios revela histórias entrelaçadas de metrópoles europeias, colônias africanas e outros espaços culturais (Correa, 2021).

## O MARFIM BRUTO AFRICANO E ALGUNS DOS SEUS USOS

No último quartel do século XIX, o marfim era ainda muito usado pelas comunidades locais no interior da África. Artefatos de uso cotidiano como cachimbos e apitos foram feitos de marfim.<sup>8</sup> Pendentes e amuletos são outros exemplos dos múltiplos usos do marfim entre as populações africanas. Alguns distintivos de poder tinham forma em marfim.<sup>9</sup> Na segunda expedição pelo continente africano de Henry Morton Stanley (1890, p. 53-54), o instrumento favorito de Hamadi, o guia-chefe da caravana, era uma trompa de marfim “prodigiosamente comprida” que ele se servia ao buscar um local para acampar ou para sinalizar ao grupo um perigo na dianteira. Esse instrumento de marfim era também o único distintivo que pertencia à sua profissão. Para algumas realezas da África ocidental, presas inteiras de elefante foram esculpidas com figuras em alto relevo. Nelas foram gravados acontecimentos numa narrativa épica. Com a conquista militar dos britânicos e dos franceses na região da Nigéria e do antigo Daomé, muitas dessas peças esculpidas em marfim entraram no circuito comercial.<sup>10</sup>

Mas se o comércio atlântico de marfim lavrado não tinha mais o fluxo de outros tempos, a oferta e a demanda por marfim bruto aumentaram no último quartel do século XIX. Uma estimativa para o período entre 1879 e 1883 dava uma média anual de 850.000 kg de marfim africano exportado. A África ocidental representava um 1/3 do total, sendo o restante exportado desde os portos do Egito até os de Moçambique (Meyer, 1889, p. 19).

O aburguesamento das sociedades europeias favoreceu novas utilidades ao marfim. Ele foi matéria-prima para utensílios masculinos como escovas, pentes para os bigodes, piteiras, cabos para calçadeiras ou punhos de bengalas. Em marfim houve, igualmente, uma produção de utensílios femininos como estojos ou guarda-joias, cabos de espelhos e de ganchos para desabotoar as botas e acessórios como leques, broches e diademas. Ainda em marfim havia cabos de colheres, garfos e facas de prata, além de outras peças para serviços de mesa.

Ao passo que crescia a população urbana na Europa, aumentava-se a demanda por esses acessórios. A mimese social fazia com que novos segmentos sociais buscassem os mesmos objetos de pretensão ou distinção social. A raridade do marfim tinha contribuído para o seu valor no mercado de artes. Ao mesmo tempo, utensílios com marfim de menor qualidade eram produzidos para torná-los mais acessíveis. Outras gemas orgânicas podiam também substituir o marfim em alguns casos. Com as novas tendências *fin-de-siècle* na arte decorativa, o marfim passou a estar presente em muitos objetos, inclusive joias numa revalorização da escultura criselefantina.

<sup>8</sup> REYBROUCK, p. 216-221 (ilustrações 335 a 340).

<sup>9</sup> Cf. Felix, 2010, p. 125-172 (ilustrações 130-218).

<sup>10</sup> No final do século XIX, havia ainda uma produção artesanal de produtos em marfim na Costa do Loango (Bridges, 2009). No entanto, o mercado europeu tinha preferência pelo marfim bruto. Somente nas primeiras décadas do século XX, um incipiente setor do mercado de arte passaria a valorizar a então chamada “arte negra”.



## O MARFIM NA ARTE NOVA

Entre 1885 e 1910, o marfim foi uma das principais matérias-primas de uma “arte colonial” (Correa, 2021; Jarrassé, 2016; Flynn, 1998). Em estilo *Art Nouveau*, as criselefantinas de joalheiros como o francês René Lalique (1860-1945) e o belga Philippe Wolfers (1858-1929) são exemplos da renovação artística europeia para o uso do marfim africano.<sup>11</sup> A arte decorativa foi vista pelas autoridades belgas como uma alternativa para ampliar o mercado das matérias-primas provenientes do Estado Independente do Congo. Não apenas madeiras nobres da selva africana foram usadas por marceneiros e ebanistas belgas na produção de mobiliário com design Arte Nova, o marfim foi amplamente utilizado na arte decorativa exibida ao público durante as exposições universais da Antuérpia (1894) e de Bruxelas (1897). Em 1894, Phillipe Wolfers e uma dezena de artistas belgas assinaram as primeiras peças de renovação da arte decorativa em marfim.<sup>12</sup> Os trabalhos foram exibidos na Seção Congoleza da Exposição Universal da Antuérpia. Por ordem do rei Leopoldo II, o administrador geral do EIC, Edmond Van Eetvelde, forneceu marfim bruto para os artistas belgas (Correa, 2021, p. 619).

O rei belga foi um mecenas das artes decorativas, mas também um dos responsáveis pela monumentalização de Bruxelas. Uma obra em sua homenagem por um dos seus protegidos, o artista belga Thomas Vinçotte (1850-1925), encontra-se no *Africa Museum* de Tervuren. Trata-se de um busto de Leopoldo II em marfim. Do mesmo escultor, há uma estátua equestre do rei Leopoldo II no segundo piso do Museu *Art & Histoire* de Bruxelas. Num aviso para os visitantes, pode-se ler o seguinte:

O museu Art & Histoire é um lugar dedicado à fascinação do belo e à compreensão do passado. O aspecto glorificador desta estátua equestre é indefensável. Decidiu-se, no entanto, de não retirá-la do local. A aversão pelos horrores do passado pode ser também um ensinamento para o presente.<sup>13</sup>

Nota-se que a posição da curadoria do museu *Art & Histoire* de Bruxelas foi diferente da nova museologia do *Africa Museum* de Tervuren, antigo *Musée royal de l'Afrique centrale*. As esculturas “coloniais” desse museu foram simplesmente removidas e não estavam mais exibidas ao público em 2023.<sup>14</sup> Embora nada indique a relação entre a estátua equestre e as demais obras de arte que se encontram no segundo piso do museu *Art & Histoire*, cabe informar que todas ou quase todas as criselefantinas que se pode admirar naquele lugar foram realizadas por mãos de artistas belgas que receberam marfim para as suas esculturas numa iniciativa de mecenato das autoridades belgas.

Para ficar num exemplo, tem-se uma obra de arte do lado oposto da estátua equestre do rei belga. Exibida individualmente, ela acusa o uso do marfim nas obras de Phillippe Wolfers.<sup>15</sup> Conhecida sob o nome de “*la caresse du cygne*”, essa obra de Phillippe Wolfers, datada de 1897, é composta de uma parte em marfim lavrado, outra em bronze e uma base em mármore. A fundição é atribuída a Jacques Petermann.<sup>16</sup> Ela foi apresentada na Seção

<sup>11</sup> Algumas das mais expressivas obras em marfim de Philippe Wolfers se encontram na coleção de arte decorativa do Museu *Art & Histoire* de Bruxelas.

<sup>12</sup> A lista completa de nomes se encontra no *Guide de la Section de l'État indépendant du Congo*, Bruxelles: Imprimerie Veuve Monnom, 1897, p. 11.

<sup>13</sup> Tradução livre do autor.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.brusselstimes.com/595740/africa-museum-removes-several-colonial-statues-from-its-tour-route> Acesso em: 18 jan. 2024.

<sup>15</sup> Em 2017, a Fundação Rei Balduino adquiriu mais de 150 obras, bem como um fundo dos arquivos de Philippe Wolfers.

<sup>16</sup> Jacques Petermann fundou a sua própria casa de fundição em 1870. No início do século XX, ela passou a se chamar Fundação nacional dos bronzes e prestou serviço de fundição para diversos artistas como Phillippe Wolfers e Auguste Rodin.

Congolesa da Exposição Universal de Bruxelas (1897) e no Salão da Secessão de Munique (1899). Fez parte da antiga coleção de Frantz de Schaezzen, depois, entrou para o Museu de Arte e História de Bruxelas em permuta com o antigo *Musée royal de l'Afrique centrale* (1967).

Figura 1: *La caresse du cigne* (Wolfers, 1897)



Fonte: Fotografia do autor (novembro de 2023).

Em 1897, a Exposição Universal de Bruxelas consagrou o trabalho artístico de Philippe Wolfers. Ele recebeu uma medalha de ouro e a empresa familiar Wolfers Frères o grande prêmio do certame (Adriaenssens, 2006, p. 65). Das dezenas de artistas que produziram obras em marfim para a seção colonial das exposições da Antuérpia (1894) e de Bruxelas (1897), Philippe Wolfers foi quem melhor soube trabalhar a matéria leitosa dessa gema orgânica. Assim como outros artistas belgas, Wolfers contou com a oferta de marfim pelas autoridades belgas do Congo.

Nos finais de 1912, a joalheria Wolfers Irmãos foi inaugurada na rua Arenberg em Bruxelas. O projeto arquitetônico foi assinado por Victor Horta, o mais renomado arquiteto do estilo Arte Nova de Bruxelas. A luxuosa boutique foi reproduzida numa das salas do museu *Art & Histoire* de Bruxelas, na qual pode-se ver algumas obras em marfim como a “Esfinge misteriosa” (1897) do artista belga Charles Van Der Stappen.

Nota-se que as obras do joalheiro Wolfers utilizava gemas orgânicas, pedras preciosas, mas também prata e ouro. O trabalho de argentearia e ourivesaria, além da

fundição em bronze, exigia uma divisão do trabalho nas oficinas dos irmãos Wolfers e mesmo fora delas. Em prol da notoriedade de um joalheiro como Phillippe Wolfers ou de uma casa de fundição como a de Jacques Petermann, a notoriedade ou o reconhecimento do trabalho artístico era individualizado em detrimento da rede anônima de trabalhadores envolvidos.

Além da divisão social do trabalho na oficina de um joalheiro ou numa casa de fundição numa metrópole europeia, deve-se levar em conta outras formas de trabalho para obtenção das matérias-primas. No caso do marfim africano, caçadores especializados eram encarregados de abater elefantes. Ajudantes eram responsáveis por retirar as presas do animal abatido. Carregadores transportavam o marfim desde os confins da África até um porto fluvial ou marítimo. Esses trabalhadores itinerantes eram fundamentais para o escoamento de recursos naturais como o marfim, mas também madeiras nobres e ainda metais preciosos utilizados nas artes decorativas e também na fabricação de pianos.

## TECLAS DE PIANO EM MARFIM

Com o seu teclado em marfim e ébano, o piano era o instrumento preferido das famílias burguesas. Houve uma enorme produção de pianos na Europa desde meados do século XIX. Segundo as estimativas de David Crombie (1995, p. 49), foram produzidos pouco mais de 30.000 pianos na Europa em 1850. Em 1910, a produção europeia já superava a cifra anual de 200.000 pianos.

O aumento da produção de pianos dependeu, entre outros fatores, das inovações no instrumento não apenas na tecnologia, mas sobretudo no seu formato. As principais casas de piano eram alemãs, austríacas e inglesas. Em 1884, estimava-se em 424 fábricas de piano na Alemanha que empregavam 7.834 trabalhadores (Ehrlich, 1990, p. 77). Na altura, a Alemanha chegou a produzir 70.000 pianos por ano (Meyer, 1889, p.33). Nos Estados Unidos, um imigrante alemão e o seu filho seriam os responsáveis por uma das casas mais famosas de piano do mundo: Steinway & Son. Não tardou para a produção de pianos norte-americana representar quase a metade da oferta mundial. Em 1890, a produção anual norte-americana era em torno de 70.000 pianos e a europeia na casa dos 140.000. Na primeira década do século XX, a produção anual de pianos norte-americana superaria a europeia.

Se o crescimento demográfico na Europa industrial favoreceu o mercado de instrumentos musicais, a grande migração para as Américas também expandiu o mercado de exportação de pianos. Havia um grande número de famílias alemãs na Argentina e no Brasil. A exportação alemã de pianos visou ainda outras comunidades de imigrantes europeus, como nos Estados Unidos e na Austrália.

Na África do período colonial, igrejas, associações, agremiações, escolas, hotéis e restaurantes podiam ter seus pianos. Algumas famílias possuíam o seu próprio piano, como a família de Helena von Falkenhausen. Em suas reminiscências da África, entre 1893 e 1904, ela lembra que seu pai recebia regularmente a visita de funcionários, oficiais e comerciantes alemães. Nessas ocasiões de sociabilidade, alguns cantavam e ela os acompanhava no piano. O capitão Samuel Herero costumava frequentar a casa dos Falkenhausen e chegou, uma vez, oferecer a jovem 4 Marcos para ela tocar algo no piano (Falkenhausen, 1910, p. 43).

Alguns anúncios de jornais da imprensa colonial permitem inferir a procura por aulas de piano.<sup>17</sup> Se havia quem ensinava, deveria haver também quem reparava e afinava pianos. Uma notícia no *Usambara-Post*, em sua edição de 21 de junho de 1913, informava

---

<sup>17</sup> Stellen-Angebote. *Kolonie und Heimat*, n. 9, Berlin, 19.01.1908, p.15.

que o reparador profissional e afinador de piano M. Froese estaria em breve em Dar es Salaam. Em seu livro sobre a questão feminina nas colônias alemãs, Clara Brockmann (1910, p.7), sugeriu o seguinte para as suas compatriotas na “África alemã”:

A esposa do fazendeiro também pode cultivar a música se sentir necessidade. Esta pode até se tornar seu entretenimento e diversão mais agradável. Eu penso, obviamente, não na música mecânica, no gramofone, que pode ser encontrado em muitas fazendas como substituto do concerto alemão, mas sim no piano, nos instrumentos de corda, etc. Os pianos tropicais serão os melhores, pois respondem melhor à influência do clima, às enormes diferenças de temperatura.<sup>18</sup>

A informação de Clara Brockmann indica uma produção de pianos adaptados ao clima tropical. Assim como havia máquina fotográfica para os trópicos, o piano para “países quentes” buscava atender uma demanda de imigrantes europeus. Os pianos alemães se exportavam aos milhares em 1890 (Ehrlich, 1990, p. 70). No final de abril de 1913, o doutor Albert Schweitzer recebeu as dezenas de caixas desembarcadas no porto fluvial próximo do seu posto na selva africana. Para buscá-las, precisou de carregadores. “Preocupava-me bastante o transporte do meu piano com pedais de órgão, construído especialmente para os trópicos” (Schweitzer, 2010, p. 38).

Figura 2: Uma jovem ao piano



Fonte: Koloniales Bildarchiv | Frankfurt am Main (Bildnummer 003-1044b-16)  
<https://sammlungen.ub.uni-frankfurt.de/kolonialesbildarchiv> Acesso em: 18 jan. 2023

<sup>18</sup> No original: Auch die Musik kann die Farmersfrau pflegen, wenn sie das Bedürfnis dazu verspürt. Sie kann sogar zu ihrer schönsten Unterhaltung und Zerstreuung werden. Ich denke hier natürlich nicht an die mechanische Musik, das Grammophon, das man auf vielen Farmen als Ersatz für das heimische Konzert findet, sondern vielmehr an das Piano, Streichinstrumente usw. Am besten wird sich ein tropensicher gebautes Klavier bewähren, da es dem Einfluß der enormen Temperaturunterschiede Widerstand entgegensetzt.

Uma fotografia de Kurt von Schleinitz mostra um piano numa casa alemã na África oriental. Embora o acervo fotográfico da Sociedade Alemã de Colonização tenha mais de mil negativos de vidro de Kurt von Schleinitz, com datação entre 1907 e 1914, tem-se apenas esta imagem de um piano. Trata-se de um instrumento fabricado em Kiel por Reese & Haase. Nota-se que o marfim bruto era exportado para a Europa e voltava para a África nas teclas de um piano.

O mesmo acontecia com o ébano cujas achas eram exportadas para a Europa e voltavam nas teclas pretas do piano. Assim como o comércio do marfim, a exploração florestal era predatória e enorme foi o desperdício. No final de julho de 1914, Albert Schweitzer escreve de Cabo Lopez sobre as madeiras na selva africana.<sup>19</sup> Relata o médico humanista vários casos de desmatamento com perda parcial ou total das toras por falta de logística para escoamento das madeiras etc. Perdas financeiras também foram relatadas como o caso de uma companhia estrangeira. Na baía de Libreville, um jovem negociante inglês estava incumbido de comprar madeira de ébano para a sua empresa e foi ludibriado pelos nativos cuja esperteza em “matéria de fraude no comércio da madeira atinge um grau inacreditável” (Schweitzer, 2010, p. 106).

Assim como o marfim, a atividade de extração e exportação do ébano e de outras madeiras nobres demandava trabalhadores itinerantes. Na África equatorial, “os exploradores florestais e os plantadores não contratam de modo algum a gente das redondezas; engajam por um ano rapazes pertencentes a tribos afastadas, fazendo-os vir por via fluvial” (Schweitzer, 2010, p. 120). Esses jovens trabalhadores itinerantes ficavam em acampamentos na selva durante as atividades de derrube das árvores e de transporte das toras pelo rio abaixo.

A enorme produção de pianos se beneficiou da oferta de marfim e de madeiras nobres à época dos impérios coloniais. Ébano, mogno, acaju e outras madeiras eram usadas para confecção de pianos cujas teclas brancas eram quase sempre de marfim e as pretas de ébano. A qualidade do marfim para teclas podia variar. A firma Meyer, por exemplo, produzia teclas de marfim de quatro tipos: a) de marfim espesso e branco; b) de diferente marfim; c) de marfim duro; d) mistura de marfim variado com leve defeito (Meyer, 1889, p. 37). Ainda para momentos de sociabilidade burguesa, uma série de objetos era produzida em marfim para o lazer e entretenimento, como bolas de bilhar ou peças de dominó e de xadrez.

## **BOLAS DE BILHAR E O MARFIM AFRICANO**

O marfim africano em bolas de bilhar é um outro exemplo dessas histórias entrelaçadas, pois a fabricação metropolitana dependia da matéria-prima colonial. Na Alemanha, a principal fábrica de bolas de bilhar foi a do hamburguês Henrich Adolph Meyer. Herdeiro da firma do seu pai, H. A. Meyer importava não apenas marfim, mas também borracha. O aumento da demanda por produtos em marfim motivou Meyer a abrir um entreposto comercial em Zanzibar. Em 1889, a campanha militar sob o comando de Hermann von Wißmann garantiu o domínio alemão na África oriental. Mas não foi suficiente para assegurar os negócios de Meyer.

Em Hamburgo, a firma Meyer chegou a ter um estoque de marfim no valor de 500.000 Marcos (Figura 3). A maior presa de elefante em posse da firma Meyer tinha 2,60 metros de altura e pesava 94 quilogramas. Um dos pares de presas mais preciosos foi adquirido em 1882 no Zambezi. O par pesava quase 145 quilogramas e tinha quase 2,30 metros de

<sup>19</sup> Na altura, a exportação de madeira de Cabo Lopez era em torno de 150.000 toneladas por ano (SCHWEITZER, 2010, p.113).

altura cada um. A circunferência mediana era de 60 centímetros. Outro par perfeito se encontrava também na firma Meyer e o seu valor era de 3.775 Marcos.<sup>20</sup>

Henrich Adolph Meyer chegou a publicar um livro sobre o marfim em 1889, no qual informa sobre o processo de fabricação de bolas de bilhar. As bolas precisavam secar por cerca de 90 dias num local com temperatura estável, antes do polimento (Meyer, 1889, p.40). Assim como as teclas de marfim para piano, as bolas de bilhar podiam ter qualidade variada (Meyer, 1889, p. 42). Na fabricação das bolas de bilhar, observava-se a massa e a circunferência distintas, por conseguinte, alcançava-se diferentes preços (Meyer, 1889, p.45).

Para a fabricação de pentes, teclas de piano e bolas de bilhar, o melhor marfim era o proveniente da África oriental. Calculava-se o valor médio do quilo em 30 Marcos. Além de bolas de bilhar, a firma Meyer fabricava outros produtos em marfim como cabos de talheres, de bengalas e de guarda-chuvas, pentes e teclas para piano.

Figura 3: Armazém da firma Meyer em Hamburgo



Fonte: *Kolonie und Heimat* (n. 36, Berlin, 26.05.1912, p.3)

<https://sammlungen.ub.uni-frankfurt.de/variaperiodika/periodical/pageview/7812625>

Acesso em: 12 jan. 2023.

Para a produção de bolas de bilhar, o marfim preferido era pequeno e de elefante fêmea. Chamado de “dente-bola”, o seu peso raramente excedia 10 quilogramas e sua origem era a região dos Grandes Lagos (Meyer, 1889, p.41). Diante da redução das manadas de paquidermes, subia o valor do marfim.<sup>21</sup> Uma fotografia da oficina de bolas de bilhar da firma Meyer (Figura 4) permite ter uma ideia da sua produção. Nela havia 20.000 bolas de bilhar num valor de 400.000 Marcos.

<sup>20</sup> Von Elefantenzahn zur Billardkugel. Bilder vom Hamburger Elfenbeinmarkt. *Kolonie und Heimat*, n. 36, Berlin, 26.05.1912, p. 2.

<sup>21</sup> Von Elefantenzahn zur Billardkugel. Bilder vom Hamburger Elfenbeinmarkt. *Kolonie und Heimat*, n. 36, Berlin, 26.05.1912, p.3.

Figura 4: Oficina da Firma Meyer



Fonte: *Kolonie und Heimat* (n.36, Berlin, 26.05.1912, p.3)

<https://sammlungen.ub.uni-frankfurt.de/variaperiodika/periodical/pageview/7812625>

Acesso em: 12 jan. 2023

Na proximidade da firma Meyer havia 12 casas para os melhores trabalhadores casados. Conforme as palavras do patrão (Meyer, 1889, p. 55):

Cada moradia, solidamente construída com os melhores materiais e equipada com todas as comodidades, contém três quartos, uma cozinha luminosa, despensa, adega e um espaço parcialmente dividido, uma varanda coberta e um pequeno jardim com respectiva saída.<sup>22</sup>

O aluguel das doze moradias próximas da firma Meyer era subsidiado, uma vez que havia a preocupação em proporcionar “habitação saudável e barata aos bons trabalhadores” (Meyer, 1889, p. 56). Se a firma tinha alguma preocupação com um grupo seleto de seus empregados em Hamburgo, parece que nenhuma preocupação demonstrou pelos trabalhadores itinerantes que integravam as suas caravanas pelo interior da África oriental.

## OS TRABALHADORES AFRICANOS ITINERANTES

Durante o domínio colonial na África subsaariana, relações de trabalho análogas à escravidão foram reproduzidas em diferentes contextos regionais. Para ficar num exemplo, a revista alemã *Kolonie und Heimat* ilustrou uma matéria sobre a vida de apenados nas

<sup>22</sup> No original: Jede Wohnung, durchaus solid aus bestem Material hergestellt und mit allen Bequemlichkeiten versehen, enthält drei Zimmer, helle Küche, Speisekammer, Keller und teils in Kammern abgeteilte Bodenräume, bedeckte Veranda nebst kleinem Garten resp. Austritt.

colônias com fotografias dos prisioneiros acorrentados a prestar serviços públicos como para nivelamento de ruas em Mpapua e varredura de ruas em Tabora na África oriental ou para a construção civil em Dikoa no norte dos Camarões.<sup>23</sup>

Outras formas de trabalho implicavam uma constante mobilidade espacial. Entre os trabalhadores itinerantes, destacam-se os carregadores africanos. Havia entre eles homens escravizados e libertos. Da ilha de Zanzibar se organizavam muitas caravanas para o interior do continente africano. O explorador Henry Morton Stanley fez notar que os termos *watuma* (escravo) e *wangwana* (liberto) eram empregados na cultura árabo-suaíli. Entretanto, a distinção entre muçulmanos e pagãos se confundiu com aquela percepção de classe. Assim, tornou-se o termo *wangwana* quase etnônimo para designar o liberto ou nativo de Zanzibar.<sup>24</sup> Por isso, Stanley (1890, p.30) utiliza *wangwana* indistintamente para libertos e escravizados de Zanzibar. Os mais pobres entre eles, vendem os seus préstimos “para transportarem fardos, caixas e mercadorias da alfândega para a embarcação ou armazém, ou vice-versa, e como bestas de carga para todo o serviço, pois os camelos são poucos e as viaturas de rodas são inexistentes” (Stanley, 1890, p. 32). É ainda Stanley (1890, p.32-33) quem informa o seguinte:

Há uma classe dos *wangwana* que vive em Ngambu, nas pequenas hortas do interior da ilha e ao longo da costa do continente, que prefere a vida errante oferecida pelos comerciantes árabes e pelas expedições científicas a estar sujeita aos caprichos, à tirania e à mesquinhez dos pequenos proprietários de terras. Queixam-se que os Árabes são arrogantes, gananciosos e demasiado exigentes, abusam e pagam mal [...] Dizem, por outro lado, que quando acompanham expedições comerciais ou de outra natureza, são bem pagos, comem bem, e comparativamente, tem pouco trabalho.

Segundo o intrépido explorador que atravessou o continente africano, “é aos *wangwana* que Livingstone, Burton, Speke e Grant devem em grande parte o sucesso nos seus objetivos e, ao serviço destes exploradores, esta raça prestou grandes favores à Geografia” (Stanley, 1890, p. 33).

Desde antes da primeira travessia da África, de sua costa do Índico até a do Atlântico, realizada pela expedição de Stanley entre 1874 e 1877, a ilha de Zanzibar concentrava grande parte da exportação de marfim da África oriental, sendo famosas a quantidade e a qualidade do marfim comercializado. Desde meados do século XIX, a firma hamburguesa O'Swald tinha feitorias na costa da África oriental, mais precisamente em Mombasa, Bagamoyo, Dar es Salaam, Muanza e Tanga (Schwidder, 20004, p. 52-94).

Em 1886, o sultão de Zanzibar firmou um acordo com autoridades alemãs e, no ano seguinte, com britânicas em prol dos negócios destes dois impérios coloniais. Malgrado a presença europeia e também norte-americana em Zanzibar, os comerciantes indianos como Alidina Wisram tinham a prevalência no comércio de marfim.

No último quartel do século XIX, o comerciante hamburguês Heinrich Adolf Meyer tinha os seus representantes comerciais na África oriental.<sup>25</sup> Todavia, as vicissitudes do comércio numa região multicultural e os conflitos gerados pela exploração colonial obrigaram a firma Meyer a concentrar as suas atividades em Zanzibar e fechar o seu

<sup>23</sup> Freiheitsstrafen in den Kolonien. Bilder aus dem Leben der Kettengefangenen. *Kolonie und Heimat*, n. 10, Berlin, 02.02.1908, p. 6-7.

<sup>24</sup> Para a África oriental, Felipe Bastos (2022, p.75) deu um outro exemplo a partir do nome pejorativo *mawia* que “permaneceu elusivo e envolto em ambiguidades ao longo dos períodos coloniais alemão e britânico e foi transformado em etnônimo utilizado com finalidades classificatórias no Tanganyika britânico.”

<sup>25</sup> Der Kaufmann in den Kolonien. Der Elfenbeinhandel Deutsch-Ostafrikas einst und jetzt. *Kolonie und Heimat*, n. 11, Berlin, 16.02.1908, p. 5-6.



empório em Tabora em 1886 e a sua feitoria em Bagamoyo em 1892. As duas firmas hamburguesas O'Swald e Meyer chegaram a ter operações conjuntas (Schwidder, 2004, p. 14-15). Com um entreposto em Zanzibar, a firma Meyer buscava independência do mercado inglês de marfim. Ela chegou a organizar caravanas com até 600 carregadores (Meyer, 1889, p. 27). Contudo, a concorrência indo-britânica no comércio do marfim, entre outros fatores, impactava negativamente nas atividades e mesmo na parceria das firmas hamburguesas. No final do século XIX, os mercados de Londres e Antuérpia concentravam grande parte da importação de marfim africano e superavam em muito o volume comercializado no mercado de Hamburgo.

Porém, a exportação do marfim pelos portos marítimos da costa africana, ocidental e oriental, dependia dos carregadores. Esses trabalhadores itinerantes podiam se engajar voluntariamente para integrar uma caravana como podiam ser recrutados por intermédio dos chefes locais. Alguns traficantes de marfim negociavam diretamente com os chefes locais o número de carregadores de que precisava. De Zanzibar, as caravanas contavam com os chamados *wangwana*, mas também com os *wanyamwezi*. Extraí-se do relato de Henry M. Stanley (1890, p.33-34):

Há outro grupo do interior da África que começam a ser notados e que, embora tenham um temperamento mais difícil, estou convencido que serão favorecidos em relação aos *wangwana*, quando se tornarem mais conhecidos. Refiro-me aos *wanyamwezi*, ou nativos de Unyamwezi [...] Se bem que os exploradores costumem preferir os *wangwana* como escolta, por estarem mais familiarizados, os *wanyamwezi* são de longe superiores como carregadores. A maior resistência às doenças, a grande força e vigor e o orgulho no ofício de carregador são traços que os tornam viajantes natos de incalculável utilidade e vantagem para África [...] Tippu-Tib chefiou 500 destes homens até a distante Bisa e as planícies de Rua. Juma Merikani foi escoltado por eles até o coração das regiões para lá do Tanganica, Khamis bin Abdallah comandou uma grande força na sua busca de marfim nas regiões interlagos. O inglês que descobriu o lago Tanganica e, finalmente, eu próprio estamos igualmente em dívida para com eles, quer na minha primeira expedição quer na última.

Para Stanley, os *wanyamwezi* não tinham apenas qualidades para serem reconhecidos como os melhores *pagazis* (carregadores), mas também para se tornarem “uma grande nação africana”. Décadas depois desses elogios de Stanley, destacavam-se os carregadores *wanyamwezi* na imprensa colonial alemã.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> Trata-se de um dos principais grupos linguísticos da atual Tanzânia. O nome tem origem suaíli e significa “povo do oeste”.

Figura 5: Carregadores *wanyamwezi* em Bagamoyo



Fonte: Kolonie und Heimat (n.11, Berlin, 16.02.1908, p. 6)

<https://sammlungen.ub.uni-frankfurt.de/variaperiodika/periodical/pageview/13467885>

Acesso em: 12 jan. 2023.

A literatura colonial alemã também registrou o ocaso das grandes caravanas pelo interior do continente de comerciantes suaílis de escravos e de marfim. Por outro lado, informava que “suaílis da costa” ainda forneciam grande contingente de carregadores para as caravanas de indianos ou europeus (Meyer, 1909, p. 95). Na exposição do Museu Colonial em Berlim, na sessão da África oriental, havia uma cena do comércio de marfim, onde se via carregador e comprador de presas de elefantes.<sup>27</sup>

Mas foi no Congo que a exportação da borracha e do marfim teve o maior impacto ecológico, inclusive na demografia das comunidades locais. Com a criação do Estado Independente do Congo, houve um esforço em “drenar” o escoamento de marfim para o porto marítimo no Atlântico. Um número expressivo de carregadores era necessário para lograr êxito, além de uma legislação para impor um monopólio comercial sobre o marfim. Como observou Jelmer Vos (2008, p.89), apesar deste regime de domínio real se desenvolver plenamente somente depois de 1891, as bases já estavam lançadas nos primeiros anos do EIC.<sup>28</sup>

A exportação do marfim bruto para a Europa atendeu uma nova demanda da sociedade em processo de aburguesamento. Dessa maneira, as redes internas do comércio africano e suas conexões com portos marítimos podem oferecer novas

<sup>27</sup> Das deutsche Kolonialmuseum in Berlin. *Kolonie und Heimat*, n. 20, Berlin, 19.06.1910, p.4-5.

<sup>28</sup> Christian von Bornhaupt (1902, p. 107) concluiu a sua conferência na Sociedade Alemã de Colonização de Berlim afirmando que o EIC “estatizou” os recursos naturais do Congo na contramão do livre comércio.

perspectivas para uma história global do marfim. Trata-se de um jogo de escalas que permite conectar os atores locais e alguns de seus fornecedores nos sertões da África aos principais destinos de exportação do marfim africano para o mundo.

Embora a maioria dos trabalhadores itinerantes de uma caravana tenha permanecido anônima, alguns nomes foram registrados por exploradores como Henry M. Stanley ou Serpa Pinto. Também fotógrafos amadores ou profissionais registraram essas personagens africanas como o senhor John Phillips que fotografou alguns homens da expedição de Stanley em Cabinda.<sup>29</sup> Uma gravura a partir dessa fotografia se encontra na edição portuguesa do relato de viagem *Através do Continente Negro* (1874-1877).<sup>30</sup>

Outra gravura retrata Stanley com os membros da expedição em *Simon's Town* na África do Sul. A partir de outra fotografia, tem-se o retrato coletivo de doze mulheres da expedição de Stanley. A identificação dessas mulheres a partir dos nomes dos seus respectivos maridos confirma uma organização própria das caravanas nas quais alguns trabalhadores itinerantes traziam consigo suas mulheres e sua prole.<sup>31</sup> Cabe ressaltar que as doze mulheres anônimas “pertenciam” a homens com importantes cargos na expedição de Stanley.

Também a expedição de Serpa Pinto tinha homens que escaparam ao anonimato como Veríssimo e Augusto. Mulheres e crianças participaram, igualmente, das expedições portuguesas. “[...] todas as comitivas levam inúmeras crianças que, com cargas proporcionais às suas forças, acompanham os pais ou parentes nas mais longínquas correrias” (Serpa Pinto, 1881, p. 139). Uma gravura do seu livro *Como eu atravessei a África* (1877-1879) registra o explorador com as pessoas que restavam ao final da expedição. Entre elas, vê-se uma mulher e dois meninos.<sup>32</sup>

Nem sempre homens e mulheres errantes voltavam para a sua terra natal depois de participarem de uma caravana. A expedição de Stanley entre 1874 e 1877 foi excepcional. Menos de um terço do total que partiu de Zanzibar acompanhava ainda o explorador ao chegar do outro lado do continente.<sup>33</sup> A centena de pessoas que restava com ele ao chegar em Boma não acreditava poder ver o mar novamente e muito menos retornar para as suas casas. Mesmo depois da partida de retorno pelo porto de Luanda, muitos estavam desanimados e desacreditados. A chegada dos sobreviventes em Zanzibar foi descrita por Stanley (1890, p. 628) nesses termos:

Para quem estava na praia era uma surpresa ver tantos homens de túnica branca e turbante a desembarcar de um navio de guerra inglês. Seriam escravos ou o quê? Não. Não podiam ser escravos porque estavam bem vestidos. O que poderiam ser então? [...] A boa notícia correu por toda praia: “É a expedição do *Bwana* Stanley que retornou.” [...] Os homens saltam literalmente para os braços dos seus e muitos têm os olhos lacrimosos quando alguns tomam a incumbência de contar de imediato algumas histórias de morte e desastre. Os menores detalhes, que se contam aos milhares, serão contados amanhã, no dia seguinte, no próximo e pelos dias e anos a vir.

<sup>29</sup> John Phillips era o agente principal da feitoria da firma inglesa Hatton & Cookson situada na baía de Cabinda.

<sup>30</sup> A edição inglesa usada para as citações de *Through the Dark Continent* (London, 1890) não contém algumas ilustrações que se encontram no segundo volume da edição do mesmo livro das Publicações Europa-América (Lisboa, 2008).

<sup>31</sup> Outro trabalhador itinerante, o *askari* (soldado) tinha também a possibilidade de trazer consigo mulheres e famílias como demonstra uma série de documentos, inclusive fotografias. Aos soldados da Força Pública no EIC também era admitido que suas mulheres os acompanhassem (Reyboruck, 2010, p. 97).

<sup>32</sup> Trata-se da figura 137 do segundo volume da edição de 1881.

<sup>33</sup> A caravana que partiu de Zanzibar em 1874 contava 356 pessoas (Stanley, 1890, p. 53)

As informações de Henry M. Stanley sobre o recrutamento de carregadores em Zanzibar e as de Alexandre de Serpa Pinto sobre o mesmo caso em Luanda mostram as dificuldades para a organização dessas expedições científicas pelo interior do continente africano. Segundo Serpa Pinto (1881, p.15):

Desde a minha saída de Lisboa, uma preocupação constante me perseguia. A nossa bagagem era enorme, e tinha de ser ainda muito aumentada, com fazendas, missangas e outros gêneros, que seriam a nossa moeda no sertão.

Depois de não conseguir carregadores em Luanda, Serpa Pinto (1881, p. 22) buscou carregadores para a sua expedição no então chamado Congo português, onde obteve a seguinte informação:

Disseram-me, que seria, talvez, possível obtê-los, se os chefes locais indígenas me quisessem auxiliar; mas que, o melhor meio para mim, era resgatar, e em seguida contratá-los para o serviço que eu exigia. Repugnou-me a ideia de comprar homens, embora fosse para os libertar em seguida. E depois, quem sabe se eles me queriam acompanhar sendo livres?

As expedições de Stanley e de Serpa Pinto, como tantas outras, não tinham a finalidade de resgatar escravos nem marfim.<sup>34</sup> No entanto, as informações sobre a organização das caravanas e o recrutamento de trabalhadores itinerantes revelam muito das relações de trabalho que já estavam consolidadas no sertão africano. Assim como os sertanejos como António Francisco Ferreira da Silva Porto mercadejavam até o Alto Zambeze, traficantes como Rumaliza resgatavam escravos e marfim até a região oriental do Congo. As caravanas de sertanejos e de árabo-suaílis não foram apenas a base de atividades de muitos dos trabalhadores itinerantes que seriam recrutados pelas expedições científicas, mas também a base das rotas que alguns exploradores seguiram pelo continente africano.<sup>35</sup> O encontro de Silva Porto com Livingstone resta emblemático e o manuscrito redigido pelo primeiro em 1868 demonstra o conhecimento empírico que se tinha dos caminhos da África central.<sup>36</sup>

Alexandre de Serpa Pinto chegou a reclamar de certas práticas pré-existentes no sertão da África central. Segundo ele, o sertanejo do Bié, na cobiça de obter o marfim, chega a dar-lhe a roupa que veste ao régulo e volta para a sua terra seminu com os seus carregadores. Reclama também do costume dos sertanejos de entregar tudo ao régulo e esperar que este último lhes desse em troca o que entendesse suficiente. Por isso, deplorava que o explorador que ali chegasse e não fizesse o mesmo, estaria perdido (Serpa Pinto, 1881, p. 59, v. 2). Nota-se que o próprio explorador português deu várias mostras de sua desconfiança durante o seu périplo pela África. Compreende-se, portanto, a sua dificuldade em compreender certos costumes, inclusive o comércio de marfim como monopólio do régulo em determinadas áreas como no Lui.

A ultrapassagem de certas fronteiras ou a entrada por terras incógnitas ou fora das rotas de comércio já conhecidas pode explicar a debandada de muitos trabalhadores nas

<sup>34</sup> Mas o marfim passou pelas mãos deles durante suas viagens uma vez que algumas trocas e pagamentos eram feitas por fazendas etc.

<sup>35</sup> Para ficar num exemplo, no seu estudo sobre o transporte na África oriental sob domínio colonial alemão, Johann Gottfried Benndorf (1918, p. 62) afirma que as rotas dos árabes e seus pontos de comércio foram utilizados pelos alemães, sendo a base para a expansão das rotas, inclusive com meios de transporte modernos como a ferrovia etc.

<sup>36</sup> Cf. Sociedade de Geografia de Lisboa. *Silva Porto e Livingstone. Manuscrito de Silva Porto encontrado no seu espólio*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1891.

expedições de Cameron, Stanley e Livingstone, além daquelas de Capelo, Ivens e Serpa Pinto. Cabe ressaltar que essas “deserções”, termo que se encontra na literatura de viagem, não eram comuns nas caravanas dos sertanejos e traficantes árabo-suaílis. Para ficar num exemplo, Silva Porto aconselha Serpa Pinto a respeitar a divisão do trabalho dos carregadores de acordo com suas áreas geográficas. Desse modo, deveria contratar carregadores bailundos de Benguela até o Bié e dali contratar novos carregadores para os pontos mais remotos da hinterlândia (Serpa Pinto, 1881, p. 36).

As expedições dos *Muzungo* ou *Bwanas* foram também ocasiões para homens marginalizados nas sociedades locais buscarem um ganha-pão ou simplesmente se evadirem. A propósito, o explorador Stanley reconheceu falhas no controle seletivo durante o recrutamento dos homens para a sua segunda expedição. Em Bagamoyo, ouvia-se em toda parte o rumor: “O homem branco trouxe todos os gatunos, rufias e assassinos de Zanzibar para se apoderar de nossa localidade” (Stanley, 1890, p. 46).

As caravanas dependiam, no entanto, do consentimento das comunidades locais para atravessar seus territórios. Ao tratar do transporte na África oriental sob domínio colonial alemão, Johann Gottfried Benndorf (1918) referiu-se às rotas das caravanas e deu alguns exemplos das dificuldades que os trabalhadores itinerantes enfrentavam para o seu abastecimento em água e em víveres. Reconheceu, no entanto, a animosidade das populações locais, pois os carregadores das caravanas cometiam abusos, como espoliação e roubo, por onde passavam (Benndorf, 1918, p. 62).

A organização de uma caravana obedecia a uma divisão interna do trabalho. Cozinheiro, intérprete, guia, batedor, caçador e carregador eram algumas dessas atividades exercidas por trabalhadores itinerantes que integravam as caravanas pelo interior da África e sem os quais o marfim bruto não chegaria nas mãos do joalheiro belga Phillipe Wolfers ou nas fábricas de teclas de piano e de bolas de bilhar como da firma alemã Meyer.

## AMBIGUIDADES DO TRABALHO ITINERANTE

As joias em marfim de Phillipe Wolfers, assim como as teclas dos pianos de Reese & Haase ou as bolas de bilhar Meyer, são obras de civilização, mas também de barbárie, pois o comércio de marfim fomentou uma brutal exploração colonial nos confins da África. Escritores como Mark Twain e Arthur Conan Doyle denunciaram os crimes do Congo. Por seu turno, Albert Schweitzer constatava em 1914 que a colonização exigia “a mobilização do maior número possível de homens, a fim de tirar o rendimento máximo das fontes naturais das regiões” (Schweitzer, 2010, p. 121). Na África equatorial, diante da atividade florestal das concessionárias, alertava ainda o médico francês que “corre-se o risco de ver o trabalho obrigatório se transformar sub-repticiamente numa espécie de escravidão” (Schweitzer, 2010, p. 123).

É verdade que o marfim lavrado ou teclas de piano ou bolas de bilhar pode conter tantas histórias tenebrosas quanto a novela *Heart of Darkness*, de Joseph Conrad. Por outro lado, as caravanas das rotas árabo-suaílis contavam, igualmente, com carregadores itinerantes e foram sobre a base desse comércio de longa distância que os impérios coloniais procuraram penetrar no interior do continente africano.<sup>37</sup>

Extraí-se do relato do explorador português Serpa Pinto (1881, p.136-137) que os homens do Bié “são dados a viajar” e “atrevem-se a ir comerciar nos remotos sertões onde

<sup>37</sup> Edward A. Alpers (1975) demonstrou como o comércio de longa distância iniciado pelos árabes no século XV inseriu a África oriental num sistema comercial mais amplo no Oceano Índico que, mais tarde, seria integrado ao sistema capitalista mundial.

vão traficar em marfim e escravos”. “Aproveitando estas disposições”, acrescenta Serpa Pinto, negociantes sertanejos como Silva Porto, Pernambucano e Ladislau Magiar começaram a empregar os naturais do Bié em suas caravanas.<sup>38</sup> Não raro, encontra-se no Bié, “um branco português escapado dos presídios da costa, secretário de um preto comerciante rico” (Serpa Pinto, 1881, p. 138)

As expedições científicas, as caravanas esporádicas de caçadores europeus, os trabalhos para aberturas de estradas-de-ferro e para construções de pontes e ainda para a ação repressiva das tropas coloniais durante a Partilha da África ensejaram o aumento de trabalhadores itinerantes. Se havia de sobremaneira recrutamento compulsório e formas análogas à escravidão durante o colonialismo, forçoso é reconhecer que muitos africanos viram no trabalho itinerante uma nova oportunidade.

Ao tratar dos problemas sociais da selva, Albert Schweitzer analisou a propalada falta de mão-de-obra relacionada ao engajamento “ocasional” do africano. Para ele, o africano era um “trabalhador ocasional” (Schweitzer, 2010, p. 117). Os trabalhadores itinerantes eram, igualmente, trabalhadores ocasionais. Uma vez atingido seus objetivos pessoais, esses trabalhadores se desengajavam e retornavam para as suas aldeias. Os inúmeros casos de “fuga” de trabalhadores africanos que pululam na literatura de viagem, mas também nos relatos de funcionários de feitorias no interior da selva podem estar relacionados àquilo que Schweitzer analisou como a cultura do “trabalhador ocasional”. Portanto, não se trata de mera “resistência africana” à colonização. Muito mais que um comportamento reativo à dominação colonial, o abandono ou a fuga dos trabalhadores africanos foi, em muitos casos, o simples desdobramento de um engajamento ocasional que obedecia a uma lógica interna a seus próprios interesses.<sup>39</sup> Muitas ações individuais racionais podiam ter um efeito inusitado, inclusive, contrário ao que almejam os indivíduos. A propalada resistência africana muitas vezes foi mero efeito agregado de ações individuais.

Inúmeros são os relatos de europeus sobre as trapaças, as fraudes ou as ardilezas das quais foram vítimas. Essas experiências interculturais indicam que muitas ações africanas foram além da mera resistência ao pretensão exclusivismo europeu enquanto agentes históricos. Em 1914, constatava Albert Schweitzer (2010, p.116): “o recrutamento de trabalhadores não apresenta em parte alguma tamanha dificuldade como entre os nativos [africanos], e em lugar nenhum também se paga mais caro, proporcionalmente, ao trabalho fornecido”. Nota-se o papel determinante da agência africana. Afinal, “as riquezas da região não podem ser exploradas, pois o negro não tem nisso senão um interesse mínimo” (Schweitzer, 2010, p. 118). Em suma, esse “interesse mínimo” é que vincularia o “trabalhador ocasional” a buscar marfim no interior para vendê-lo aos brancos ou derrubar toras de madeiras para os mesmos. Porquanto fosse preciso o emprego para satisfazer o seu “interesse mínimo”, o “trabalhador ocasional” se engajaria.

A ambiguidade do trabalho itinerante repousa na possibilidade de mais de uma leitura das relações de trabalho em contexto colonial.<sup>40</sup> Sobrepõem-se novas formas de trabalho àquelas pré-existentes, amalgamam-se atividades laborais sob a ordem colonial a certas

<sup>38</sup> Se Silva Porto é por demais conhecido da historiografia, Pernambucano e Ladislau Magiar restam quase desconhecidos. A alcunha do primeiro indica que ele tenha sido um daqueles “luso-brasileiros” que vieram de Pernambuco para colonizar Moçâmedes, no sul de Angola, nos meados do século XIX. Já o segundo, trata-se de um aventureiro húngaro.

<sup>39</sup> Em determinados casos, o trabalho itinerante ou ocasional era uma continuidade de uma tradição euro-africana na África centro-ocidental ou árabo-suaíli na África centro-oriental do comércio de escravizados, do marfim e de outros produtos ancilares.

<sup>40</sup> Beatrix Heintze (2002) destacou o protagonismo dos carregadores das caravanas da África centro-ocidental da segunda metade do século XIX. O percurso de milhares de macondes de Moçambique cujo trânsito pelo Tanganyika britânico para trabalhar na indústria do sisal pode ser um outro exemplo (Bastos, 2022).

práticas pré-coloniais. Sobre o trabalho itinerante das caravanas, o explorador português Serpa Pinto (1881, p.32) informou que essas caravanas são de duas espécies:

Umas, dirigidas por agentes das casas comerciais, trazem às mesas casas que os despacham os produtos do seu tráfico no interior; outras, exclusivamente compostas de gentio, descem a negociar por conta própria onde melhor ganho encontram.

O tráfico com o gentio faz-se por permutação direta do gênero por fazenda de algodão, branco, riscado ou pintado. Os outros produtos europeus são objeto de uma segunda permutação pela fazenda recebida; e assim, depois da primeira troca do marfim ou cera pelo algodão, é este trocado por armas, pólvora, aguar-ardente, miçanga etc., à vontade do comprador; porque a fazenda de algodão é, por assim dizer, a moeda corrente neste tráfico.

O comércio está entre mãos de europeus e crioulos e felizmente já ali encontramos muitos desses rapazes que, aventureiros, deixam pátria e família, para ir em terras longínquas buscar fortuna.

O que afirmou Serpa Pinto às vésperas da Partilha da África foi confirmado por Albert Schweitzer ao final da mesma. Para o médico francês, a maioria dos rapazes que deixava suas aldeias para vir trabalhar para as madeireiras buscava fortuna, ou seja, “o dinheiro necessário para a aquisição duma esposa” (Schweitzer, 2010, p. 120).<sup>41</sup>

Sobre os trabalhadores itinerantes de sua expedição, Serpa Pinto chegou a reconhecer os limites de seu comando. “Todos os dias apresentavam novas exigências, todos os dias levantavam querelas entre si; e eu não podia ser demasiado severo, de receio que me desertassem todos” (Serpa Pinto, 1881, p. 43). Nota-se o quão temerário poderia ser um ato coletivo dos trabalhadores itinerantes. “Desmancha-se no ar” a pretensa superioridade europeia ao ler atentamente as fontes históricas e atentar para as ambiguidades do trabalho itinerante ou do trabalho ocasional. O material empírico demonstra que a burocratização da sociedade metropolitana não se reproduziu na sociedade colonial. Para ficar num exemplo, o relato de Albert Schweitzer sobre as atividades produtivas e administrativas das madeireiras na selva africana demonstra o quanto essas grandes empresas estrangeiras não reproduziam nas colônias a eficácia ou a eficiência nos termos da burocracia weberiana.<sup>42</sup> Por conseguinte, perde-se muito em termos heurísticos tomar aprioristicamente a dominação colonial por uma “gaiola de ferro” da qual nada se escapa, reduzindo assim a alteridade africana à mera vítima do colonialismo.<sup>43</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos livros de história da arte, o movimento *Art Nouveau* não pode ser abordado sem menção às capitais europeias como Bruxelas ou Paris. Já os locais africanos como Stanley Pool (atual Malebo), Matadi ou Boma nunca são associados às artes decorativas da

<sup>41</sup> Para Joseph, seu auxiliar de enfermagem, o Dr. Schweitzer (2010, p.82) teria arranjado um cofre “para compra duma mulher”. Dentro do cofre eram depositadas “todas as gratificações provenientes de plantões noturnos, serviços extraordinários e gorjetas dos doentes brancos.”

<sup>42</sup> Para Max Weber, a burocracia seria um processo racional em torno de uma autoridade legal, de regras e procedimentos impessoais, de uma divisão racional do trabalho e de uma seleção formal baseada na competência adquirida e não atribuída.

<sup>43</sup> A expressão “gaiola de ferro” (*Iron Cage*) atribuída a Max Weber em seu estudo sobre o processo de racionalização no Ocidente, onde a burocracia podia ser cada vez mais eficiente e, ao mesmo tempo, opressora, ganhou notoriedade a partir de sua tradução inglesa. No entanto, o termo original em alemão é outro: *stahlhartes Gehäuse*, literalmente jaula de aço duro. Para a metáfora da “gaiola de ferro” ou da “jaula de aço”, cf. Baehr (2002); Löwy (2013).

chamada *Belle Époque*. Entretanto, esses locais africanos foram entrepostos do comércio de marfim, matéria-prima das esculturas criselefantinas de Phillipe Wolfers e de tantos outros joalheiros. Também a história das fábricas de piano na Europa e nos Estados Unidos pouca ou quase nenhuma referência faz sobre as relações de trabalho desde a busca por marfim no sertão africano até o seu carregamento, armazenamento e exportação pelos portos marítimos da África. Por sua vez, a história dos lazeres burgueses na Europa ignora a faina dos trabalhadores itinerantes para recolher e carregar marfim bruto, matéria-prima de bolas de bilhar etc.

Outrossim, o marfim africano estava inserido num comércio pré-colonial de longa distância e sob a prevalência árabo-suaíli e indiana. Com a conquista militar dos europeus durante a “Partilha da África”, uma boa parte das toneladas anuais de marfim bruto passou a ter por destino os portos europeus. Mas o marfim já era um “objeto global” – assim como o cravo e o açúcar –, ao menos para uma outra realidade histórica integrada a um comércio de longa distância e sobre a qual historiadores como Edward Alpers (1975) e Frederick Cooper (1977) propuseram interpretações promissoras muito antes do modismo da história global

## REFERÊNCIAS

ADRIAENSSENS, Werner. L’or blanc du Congo. L’influence de la politique coloniale sur le rayonnement de Philippe Wolfers. In: ADRIAENSSENS, Werner; STEEL, Raf (orgs.) *La dynastie Wolfers. De l’Art Nouveau à l’Art Déco*, Anvers: Pandora, 2006. p. 67-82.

ALPERS, Edward A. *Ivory and Slaves: Changing Pattern of International Trade in East Central Africa to the later Nineteenth Century*. Berkeley: University of California Press, 1975.

BASTOS, Felipe B. C. C. “As fontes dos Wamakonde”: migração laboral, associativismo e anticolonialismo na indústria sisaleira do Tanganyka (1880-1960). Tese (Doutorado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2022.

BAEHR, Peter. The “Iron Cage” and the “Shell as Hard as Steel”: Parsons, Weber, and the Stahlhartes Gehäuse Metaphor in the Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism. *History and Theory*, v. 40, n. 2, p. 153-169, 2001.

BENNENDORF, Johann G. *Der koloniale Verkehr Deutsch-Ostafrikas: ein wirtschaftsgeographischer Versuch*. Weida i. Thüringen: Thomas & Hubert, 1918.

BORNHAUPT, Christian von. *Die Kongo-Akte und der Freihandel*. Verhandlungen der Abteilung Berlin-Charlottenburg der DKG., Berlin: Verlag von Dietrich Reimer, 1902. p. 80-109.

BRIDGES, Nichole. *Contact, Commentary, and Kongo Memory: Souvenir Ivories from Africa's Loango Coast, ca. 1840-1910*. PhD. Dissertation. University of Wisconsin, 2009.

BROCKMANN, Clara. *Die deutsche Frau in Südwestafrika. Ein Beitrag zur Frauenfrage in unseren Kolonien*. Verlegt bei Ernst Siegfried Mittler und Sohn Königlich Hofbuchhandlung: Berlin, 1910.

COOPER, Frederick. Para que serve o conceito de globalização? In: COOPER, Frederick. *Histórias de África*. Capitalismo, modernidade e globalização. Lisboa: Edições 70, 2016. p. 173-210.

COOPER, Frederick. *Plantation Slavery on the East Coast of Africa*. New Haven: Yale University Press, 1977.



CORREA, Sílvio M. de S. Marfim africano em objetos Art Nouveau: Impérios coloniais e histórias entrelaçadas. In: HORTA, José da S.; ALMEIDA, Carlos; MARK, Peter (org.) *African Ivories in the Atlantic World, 1400-1900*. Lisboa: CHUL, 2021. p.614-640.

CORREA, Sílvio M. de S. Oceano Etiópico, elefantes e marfim em iconografias neerlandesas. In: SANTOS, Vanicleia Silva (org.) *O Marfim no mundo moderno*. Curitiba: Prismas, 2017. p. 75-106.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *Le Congo au temps des grandes compagnies concessionnaires (1898-1930)*, Paris-La Haye: Mouton, 1972.

CROMBIE, David. *Piano. Evolution, Design and Performance*. London: Miller Freeman Publications, 1995.

EHRlich, Cyril. *The Piano. A History*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

FALKENHAUSEN, Helene von. *Ansiedlerschicksale: 11 Jahren in Deutsch-Südwestafrika (1893-1904)*. Berlin: D. Reimer, 1905.

FELIX, Marc Leo. *White Gold, Black Hands: Ivory Sculpture in Congo*, Tervuren: Royal Museum of Central Africa, 2010.

FLYNN, Tom. Taming the tusk: The revival of chryselephantine sculpture in Belgium during the 1890s. In: BARRINGER, Tim; FLYNN, Tom (orgs.). *Colonialism and the Object: Empire, Material Culture and the Museum*. New York: Routledge, 1998. p.188-204.

HEINTZE, Beatrix. *Afrikanische Pioniere: Trägerkarawanen im westlichen Zentralafrika (ca. 1850-1890)*. Lembeck: Frankfurt am Main, 2002.

HOCHSCHILD, Adam. *Les fantômes du roi Léopold. La terreur coloniale dans l'Etat du Congo, 1884-1908*, Paris : Ed. Tallandier, 2007.

JARRASSE, Dominique. Art nouveau ou art congolais à Tervuren? Le musée colonial comme synthèse des arts. *Gradhiva - Musée du quai Branly*, n. 23, Collections Mixtes, p.122-145, 2016.

LÖWY, Michael. *La cage d'acier. Max Weber et le marxisme wébérien*. Paris: Stock, 2013.

MEYER, Hans (org.) *Das deutsche Kolonialreich: eine Länderkunde der deutschen Schutzgebiete*. Band 1. Ostafrika und Kamerun. Leipzig: Verlag des Bibliograph. Inst., 1909.

MEYER, Heinrich Adolph. *Elfenbein. Gewerbe- und Industrie-Ausstellung*. Leipzig: Druck von Rudolf Loës, 1889.

REYBROUCK, David van. *Congo. Une histoire*. Paris: Actes Sud, 2010.

SCHWEITZER, Albert. *Entre a água e a selva. Narrativas e reflexões de um médico nas selvas da África equatorial*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SCHWIDDER, Lutz. *Das Hamburger Kolonialhandelshaus Wm. O'Swald & Co. und die Einführung von "Techniken" in die Kolonien 1890 – 1914*, Diplomica Verlag, 2004.

SERPA PINTO, Alexandre. *Como eu atravessei a África. Do Atlântico ao Índico, determinações geográficas e estudos etnográficos*. Volumes 1 e 2, Londres: Sampson Low, Marston, Searle e Rivington Editores, 1881.

SILVA, Vanicléia S. O marfim como objeto global. Uma introdução. In: SILVA, Vanicléia S.; PAIVA, Eduardo F.; GOMES, René L. (orgs.) *O comércio de marfim no mundo: circulação e produção (séculos XV a XIX)*. Belo Horizonte: Clio, 2018. p.15-40.

STANLEY, Henry M. *Through the Dark Continent*. London: Sampson Low, 1890.

VOS, Jelmer. The Economics of the Kwango Rubber Trade, c. 1900. In: HEINTZE, Beatrix; OPPEN, Achim von (orgs.) *Angola on the Move. Transport Routes, Communications and History*. Frankfurt am Main: Verlag Otto Lembeck, 2008. p. 85-94.

## NOTAS DE AUTOR

---

### AUTORIA

**Silvio Marcus de Souza Correa**: Doutor em Sociologia pela Westfälische Wilhelms-Universität Münster (Alemanha). Professor associado, Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

[silvio.correa@ufsc.br](mailto:silvio.correa@ufsc.br)

### ORIGEM DO ARTIGO

Projeto de Pesquisa Imagens da África.

### AGRADECIMENTOS

O autor agradece ao CNPq pela bolsa de produtividade em pesquisa e ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e ao CESSMA da Université Paris-Cité pela acolhida durante a sua estadia como investigador visitante em 2023.

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo, coleta de dados, análise dos dados, discussão de resultados, revisão e aprovação: Silvio Marcus de Souza Correa.

### FINANCIAMENTO

CNPq (proc. [303543/2020-5](#))

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

### DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

### PREPRINT

O artigo não é um preprint.



## LICENÇA DE USO

© Silvio Marcus de Souza Correa. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

## PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## EDITOR

João J. G. dos Santos Junior.

## HISTÓRICO

Recebido em: 20 de janeiro de 2024

Aprovado em: 12 de junho de 2024

Como citar: CORREA, Silvio M. de S. Marfim e trabalhadores itinerantes durante a “Partilha da África”. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 197-219, 2024.



# THE LABOUR MIGRATION OF THE OVAMBO WORKERS TO THE DIAMOND FIELDS IN GERMAN SOUTH WEST AFRICA

A migração laboral de trabalhadores Ovambo às minas de diamante na  
Colônia Alemã do Sudoeste Africano

Mona Michaela Rudolph <sup>a</sup>

 <https://orcid.org/0009-0006-3995-0355>

E-mail: rudolph@histosem.uni-kiel.de

<sup>a</sup> Christian-Albrechts-Universität zu Kiel, Philosophische Fakultät, Historisches Seminar, Kiel,  
Deutschland.

DOSSIÊ/ISSUE

MIGRAÇÃO LABORAL E PRODUÇÃO DE COMMODITIES NA ÁFRICA: CONEXÕES GLOBAIS  
LABOR MIGRATION AND COMMODITY PRODUCTION IN AFRICA: GLOBAL ENTANGLEMENTS

## ABSTRACT

The extraction of several hundred thousand carats of rough diamonds per year in German South West Africa would have been inconceivable without indigenous workers from the Ovambo region. Each year, thousands of migrant workers from the north of the German colony migrated to the diamond fields to engage in diamond mining and wage labour. The Ovambo workers typically entered into short-term employment contracts for six or nine months before returning to their home regions to focus on farming and harvesting for the rest of the year. This article examines the migrant labour of the Ovambo on the diamond fields of German South West Africa from 1908 to 1914. It focuses on the agency of the indigenous miners, the reasons for their migration, and their social profile. Additionally, it explores the interconnections that arose due to the labour migration of the Ovambo between their home regions and the diamond fields, along with their resulting implications.

## KEYWORDS

Agency. Wage labour. Diamonds.

## RESUMO

A extração de várias centenas de milhares de quilates de diamantes brutos por ano na colônia alemã do sudoeste africano teria sido inconcebível sem os trabalhadores indígenas da região de Ovambo. Todos os anos, milhares de trabalhadores migrantes do norte da colônia alemã migravam para os campos de diamantes para se envolver na mineração de diamantes e no trabalho assalariado. Os trabalhadores Ovambo normalmente firmavam contratos de trabalho de curto prazo, de seis ou nove meses, antes de retornar às suas regiões de origem para se concentrar na agricultura e na colheita pelo restante do ano. Este artigo examina o trabalho migratório dos Ovambo nos campos de diamantes do Sudoeste Africano Alemão entre 1908 e 1914. Ele se concentra na agência dos mineiros nativos, nas razões para sua migração e em seu perfil social. Além disso, explora as interconexões que surgiram devido à migração laboral dos Ovambo entre suas regiões de origem e os campos de diamantes, juntamente com as implicações dela resultantes.

## PALAVRAS-CHAVES

Agência. Trabalho assalariado. Diamantes.



The German Empire became a colonial power relatively late in history, because the *Kaiserreich* established its first colony in Africa only in 1884: It was the territory south of the Portuguese-Angola colony and north of the Cape Colony in Africa (Zeller, 2008). The region was given the rather simple name German South West Africa and became the first official German colony. Chancellor Bismarck futilely hoped that natural resources would be quickly discovered in German South West Africa, allowing the colony to be financially independent from state subsidies. However, these hopes were not fulfilled. The colony instead became a financial burden for the *Kaiserreich*, because it requiring millions of *Goldmark* in subsidies every year.

This situation changed in April 1908 when an indigenous railway employee stumbled upon a colorless crystal during cleanup operations in the desert (National Archives Namibia, Windhoek, NAN, p. 79a-e). He found the stone so beautiful that he showed it to his supervisor, who hoped it might be a raw diamond. This suspicion proved to be true. The joy around the discoveries of the gemstones in German South West Africa and in the *Kaiserreich* was immense. The news of the diamond discoveries from the sites near *Lüderitzbucht* in German Southwest Africa spread quickly. In August 1908, the *Hamburger Nachrichten* headlined “The Diamond Discoveries in German Southwest Africa” stating:

From a respected source, we are informed from South Africa [...] In the south [of German South West Africa], the diamond discoveries of Lüderitz Bay, in the north, the resolution of the Ovambo issue – indeed, two events of far-reaching significance (BArch, p. 47).

At that time, the author of the article likely could not have anticipated the extent to which the indigenous population from the Ovambo region and diamond extraction would be interconnected.

The diamond deposits in German South West Africa were located near the surface, which meant that the diamond-bearing rock did not have to be laboriously mined out of the shafts underground. This characteristic not only made diamond extraction cheaper and faster compared to neighboring colonial South Africa’s underground mines but also necessitated extensive labour in German South West Africa. The only region in German South West Africa that was populous enough to provide the necessary labour force was the extreme northern part of, the Ovambo region. The other areas of the German colony were either not populated at all or too sparsely populated, especially after the conclusion of the colonial war against the Herero and Nama, which was fought between 1904 and 1907 and which resulted in the deaths of countless indigenous victims (Zimmerer, 2002, p. 177). After the discovery of the diamond deposits, several thousand indigenous workers from the northern protectorate – the Ovambo region – migrated to the distant diamond fields in the south of German Southwest Africa in search for work. This migratory work significantly shaped gemstone extraction on the diamond fields near *Lüderitzbucht* as well as the origin destination of the indigenous miners.

While the joy around the discoveries of the diamond deposits was great in the German colony, it was even greater at the Reich Colonial Office in Berlin. The Reich Colonial Office administered all seven German colonies and served as the direct supervisory authority for the administration in German South West Africa (Kundrus, 2005). The value of the mineral discoveries was immediately recognized by the Reich Colonial Office: the sites where the first stones were found were declared a *Sperrgebiet* (German Federal Archives Berlin-Lichterfelde, BArch, p. 1–2). Additionally, the raw diamonds were taxed, and a mandatory delivery obligation to Berlin was imposed (hrsg. von den Förderern, 1914, p. 32).

In Berlin, the *Diamanten-Regie-Gesellschaft* was established, a company exclusively tasked with selling raw diamonds from German South West Africa (BArch, p. 27-29, 32-34, 44). These far-reaching decisions laid the foundation for the commodity-chain of diamonds from colonial Namibia, spanning from Africa through Europe to the United States of America. In the German colony, the stones were mined and transported to Berlin where they were mostly sold to Belgium. In Belgium, they were refined and ultimately consumed in the United States of America.

The commodity-chain of diamonds was transcontinental, predicated on the division of labour, and highly labour-intensive. In German South West Africa, well over a thousand indigenous workers collected diamonds from the desert every month, while cutting shops in the *Kaiserreich* and in Belgium refined the stones from the German colony. The migrant workers from the Ovambo region were the true ‘bearers’ of the commodity-chain, because they ensured that the extraction of the diamonds, their trade and sale was constantly driven anew. But it remains questionable who these migrant workers were: to what extent did the migration of the indigenous Ovambo workers alter the respective spaces? Did the migration result in entanglements, and if so, what were the consequences? Lastly, what agency did the indigenous workers possess to resist the arbitrary, exploitive, and abusive practices of the colonial authorities and the mining companies? These are the questions I explore in my analysis, emphasizing the significance of migrant labour for the diamond fields near *Lüderitzbucht* and German South West Africa. In doing so, I demonstrate that the indigenous Ovambo workers were not merely the ‘pawns’ of the mining companies or the colonial authorities. They rather possessed significant agency to shape the diamond extraction according to their interests.

The majority of sources used for this essay is derived from the National Archives in Windhoek. Supplementary documents come from the archives of the Evangelical Lutheran Church in Windhoek and the German Federal Archives in Berlin-Lichterfelde. The documents primarily consist of official correspondences from colonial authorities. However, there is a lack of written testimonies from the Ovambo workers as they are virtually nonexistent. The perspectives of the miners, their working conditions, and their motives for the migration to the diamond fields had to be carefully ‘extracted’ from the colonial administrative records.

## THE OVAMBO REGION AND THE RECRUITMENT OF INDIGENOUS OVAMBO WORKERS

Shortly after the discovery of the first raw diamonds the first mining companies were founded in *Lüderitzbucht* (NAN, p. 72). The mining companies consisted of private individuals, who wanted to mine the stones more cost-effectively through communal financing. Most of the shareholders of the mining companies had no prior knowledge or expertise in diamond extraction. Additionally, the companies were established upon private funds and were thus often underfunded. The rough diamonds discovered in the German colony were not concentrated in the middle of the Namib Desert but were rather spread across the entire desert (BArch, p. 4–5). The most immediate question for the mining companies was, hence, where to find the urgently needed workers to gather all the rough diamonds. The shareholders could hardly collect the stones themselves as they were numerically weak, and more importantly, they were racist and thus showed no interest in picking up the stones (NAN, p. Anlage 1, 10). The only region that was populous enough in German South West Africa to provide the necessary labour force was the far north of the

German colony, the Ovambo region. The remaining areas of German Southwest Africa were either sparsely populated or not inhabited at all.

However, under German colonial rule, the Ovambo region had never been officially declared part of the so-called “sphere of influence.” This meant that the Ovambo region had never been officially occupied, and therefore, no colonial posts or other colonial infrastructure had been established there (Miescher, 2013, p. 45–47). Consequently, the mining companies could not force the Ovambo workers to undertake colonial labour; instead, they had to offer them incentives in the form of monthly wage payments.

The Ovambo region in the north and the diamond fields in the south of the German colony were separated by several hundred kilometers. To bridge the distance between the *Sperrgebiet* and the recruitment locations in the north of German South West Africa, the mining companies hired recruiters who positioned themselves at the borders of the Ovambo region (Moorsom, 1997, p. 29). These recruiters welcomed the indigenous men arriving from the north, who had migrated in the “sphere of influence” within German South West Africa in search for work. As the companies urgently needed indigenous miners, they recruited Ovambo workers with the help of four agents: Conrad, Stroka, Krefft, and Seibert (NAN, p. Anlage 1, 10).

All mining companies near *Lüderitzbucht* had joined in a newly established Mining Chamber to better organize the recruitment of the migrant workers from the Ovambo region (NAN, Anlage 1, 1-2). The Mining Chamber took full responsibility for the coordination of the recruitment and the payment of the recruiters. At least in theory, the recruitment process proceeded smoothly: first, the respective mining company reported to the Mining Chamber the number of workers needed. The Mining Chamber thereafter telegraphed this demand to the recruiters at the borders of the Ovambo region (Mantei, 2007, p. 153–157). The expenses for recruitment, including the wages for agents, provisions, and travel tickets for the indigenous workers on their way to the diamond fields, were covered by the Mining Chamber through communal funds of all mining companies (NAN, p. Anlage 1, 11). Once the indigenous migrant workers arrived in *Lüderitzbucht*, a representative from the Mining Chamber allocated the miners to the individual companies. The Mining Chamber was also responsible for the repartition of the migrant workers after the expiration of their contracts.

The Ovambo had to cover the majority of the journey to the diamond fields on foot and they were only able to use the railway and later the ship for a few sections—provided they possessed the necessary tickets. During the two-day train journey, the indigenous workers had to endure open freight cars, which resulted in the death of many workers (NAN, p. 123). Other migrant workers fall ill and arrived already weakened at their next destination (NAN, p. 123). The established ship connection between *Swakopmund* and *Lüderitzbucht* in 1912 was only a limited improvement, as many indigenous Ovambo had never been at sea and experienced seasickness (NAN, p. 14). If the recruiters did not provide the travel tickets to the migrant workers as intended, the miners were forced to cover the entire journey to the *Sperrgebiet* on foot. This, sometimes, entailed life-threatening issues for the migrant workers, as very few had enough water for the entire journey. Countless Ovambos died of thirst on the way to the diamond fields or on the return journey to the north (NAN, p. 16).

Some recruiters also held out provisions for the migrant workers, because they wanted to increase their own earnings. Since the recruiters received a bonus for every Ovambo worker, regardless of age or health condition, the agents also signed contracts with children, sick or weakened indigenous men (NAN, p. 4; NAN, p. 203). This practice was facilitated by the fact that the migrant workers did not require training or any prior knowledge to engage in diamond mining. In contrast to underground mining in colonial South Africa, entirely unskilled and inexperienced workers could extract rough diamonds in the *Sperrgebiet* of colonial Namibia.



However, the recruitment process rarely proceeded smoothly or without conflict. The mining companies were not the only employers with a high demand for indigenous workers in German South West Africa. Thus, the mining companies in *Lüderitzbucht* fiercely competed for indigenous workers at the border to the Ovambo region with other colonial employers. Since the Otavi Mines and Railway Company, the copper mines in Tsumeb, and also the marble mines urgently needed indigenous men, there were a total of ten recruiters vying for the favour of the indigenous Ovambo workers (NAN, p. Anlage 1, 11-12). The recruiters were first and foremost driven by the high bonuses they received in addition to their wages for every signed contract.

## ON THE DIAMOND FIELDS

In case the Ovambo survived the journey to the diamond fields, they often encountered even worse conditions in the *Sperrgebiet*, because the working conditions on the diamond fields were absolutely catastrophic. The miners primarily received cheap food, which contained far too few nutrients to provide the indigenous workers with sufficient energy for the physically demanding work in the desert (NAN, p. 83-84,87,92). The accommodations offered little protection from the weather and were extremely unhygienic. The lack of improvement in both the living conditions and nutrition of the indigenous workers by the mining companies was because of their racism. From the perspective of the companies, the migrant workers did not “need” better treatment (NAN, p. 150; NAN, p. 128–129). Additionally, the companies had a significant interest in keeping labour costs as low as possible. This latter aspect was a central and recurring motive for the exploitation of indigenous people. The malnutrition of the Ovambo on the diamond fields had consequences: the weakened miners were less productive and thus were not able to collect more stones. Therefore, the treatment of the indigenous workers directly affected the profits of the companies and the tax revenues of the colonial budget of German South West Africa. Even more drastic were the many deaths among the indigenous workers in the long run, because it reduced the number of indigenous people migrating to the fields.

The companies saved money on both, the accommodations for indigenous workers as well as their food supply. The *Sperrgebiet* was so isolated in the middle of the Namib desert, that some companies had to transport food to the fields using donkeys or indigenous workers (BArch, p. 7). Companies in the far north of the Namib-desert established provision depots to store food, because of the distance to *Lüderitzbucht* (NAN, p. 79). From these depots, the food had to be transported to the diamond fields:

Since it is hardly possible to transport larger quantities of goods by land through the difficult beach formations [...] the provisions are not insignificant. There are also constantly natives on the move to bring the goods to the fields in the smallest quantities through the dune crossings (NAN, p. 79).

The food resupply was time-consuming and laborious and also exacerbated the labour shortage in the *Sperrgebiet*, as mine workers were used to transport the provisions. Additionally, only a few products reached the fields in time, while others spoiled in the provision depots before they could be brought to the diamond fields.

Although there were food selection and rationing varied from company to company, all mining companies tried to provide their employees with cheap and durable food. Therefore, the basic food included flour and rice, supplemented with extensive rations of fat and sugar (NAN, p. 83-84,87,92). With these ingredients, migrant workers prepared “a thick, sticky porridge” three times a day, which was mostly eaten “raw” (NAN, p. 92–93) Many

indigenous workers fell sick from this diet. The fact that the workers were forced to “eat quickly between work shifts” and were not given the opportunity to prepare their meals took a toll on their often poor health condition (NAN, p. 87). Although some companies gave their miners canned meat, jam, legumes, or “occasionally some sauerkraut,” these rations were not enough to compensate for the otherwise vitamin-deficient diet (NAN, p. 82, 84, 87).

The German colonial physician Dr. Brenner diagnosed scurvy among mine workers on all mining fields in the *Sperrgebiet*. There were particularly many cases at the Charlottenthal Company: “6 natives were incapacitated by their Pontock, all of whom had severe scurvy. Among the rest of the 24 capable workers, I found 8 with mild scurvy” (NAN, p. 84). The situation was even more drastic at the Kyffhäuser Company, as Dr. Brenner diagnosed scurvy in 22 out of 25 cases (NAN, p. 86,88). Brenner noted in his report after his inspection: “among the occurring diseases, scurvy is by far the most common” (NAN, p. 92,94) In addition, Brenner concluded that scurvy was the most common cause of death among indigenous people on the diamond fields. However, the mining companies persistently refused to provide the migrant workers with larger portions or more vitamin-rich and fresh foods, because they wanted to save as much money as possible.

The indigenous Ovambo workers had to build their accommodations by themselves after arriving on the diamond fields in case there were not enough quarters available. As all mining companies sought to save as much money as possible on labour costs, the workers’ dwellings consisted of inexpensive materials, primarily tarpaulins, wood, jute sacks, or corrugated iron (NAN, p. 24). Although these building materials were cheap, they provided little protection against the extreme temperatures in the desert. Additionally, the quarters quickly became unhygienic. A colonial policeman characterized one company’s accommodations as “small dirty holes without air and light,” made of “old rusted corrugated iron [...] where one can reach through with hands at all corners and where the rough southwest wind sweeps through” (NAN, p. 28). He found it surprising that considering the “hygienic conditions [...] there are not more diseases” (NAN, p. 28). The lack of hygiene was also contributed to by the constant dismantling and rebuilding of the dwellings: once the foreman declared a mining field exhausted, they instructed the indigenous workers to dismantle their accommodations and rebuild them in another area of the *Sperrgebiet* (NAN, p. 86). In contrast to the Ovambo, the white supervisors lived in mobile residential houses that could be transported by pack animals and placed elsewhere when needed.

The companies regularly overcrowded the indigenous accommodations and thereby increased the risk of infection. On some diamond fields, more than ten indigenous people lived in a single room so that the mining companies could save costs on additional accommodations: “The indigenous housing rooms [...] are made of corrugated iron, 8m long, 3.50m wide, 2.50m high, with wooden bunks stacked on top of each other” (NAN, p. 13,86) The dormitories had neither windows nor a solid floor. While the latter served to further reduce labour and production costs, it led to a rapid spread of viruses and bacteria once a worker fell ill in the accommodation. In general, there was a lack of fresh water and sanitary facilities for the indigenous workers in the *Sperrgebiet*. At the Charlottenfeld Company, the latrines and garbage bins were erected next to the sleeping rooms and the kitchen for the mine workers:

A urine bucket and a garbage bin are placed close to the Pontock, swarming with flies. A little further away are 3 buckets for natives, the contents of which are buried by the natives in the dunes. The representative of the company manager is not informed about the frequency and control of emptying (NAN, p. 85).

The Charlottenfeld Company placed the garbage bins and urine buckets side by side to the accommodation of the indigenous workers to save money. The company likely placed latrines, kitchens, and garbage bins for the indigenous workers particularly close to each other to further shorten the lunch break of the Ovambo. Additionally, the racism of the mining companies prevented them from spending more money on hygienic accommodations for the indigenous mine workers.

The average monthly salary of adult indigenous workers was between 15 and 25 Mark, experienced miners received up to 35 Mark, while children and seriously ill miners often received only 5 Mark per month (NAN, p. 59). The mining companies especially took advantage of sick miners or children, because they exploited them to an even more extreme degree: “A large company employed a whole bunch of these 5-mark workers [...] I admit that among the above-mentioned little ones, there were some weak individuals, but most of them were sturdy fellows” (NAN, p. 59).

Who migrated from the Ovambo region to the diamond fields? What was the average age of the workers? Why did indigenous men leave their home region and engage in wage labour in the *Sperrgebiet*? And were there indigenous women among the recruited workers? Answers to these questions had to be “filtered” from the archival documents because the focus of the official colonial correspondences was not on the experiences of the indigenous workers. Even when the sources provided information about the indigenous people, the statements were strongly racially connoted. Nevertheless, colonial sources represent the only reliable testimonies that allow insights into the diamond extraction of the indigenous workers, as very few written documents or self-testimonies from the Ovambo themselves exist.

## **PUSH AND PULL FACTORS: MIGRATION MOTIVES OF THE OVAMBO WORKERS**

Numerous models and theories exist within the history of migration that help reconstruct potential reasons for migration. One of these models is the Push-Pull Theory, which illustrates motives for labour migration: “The basic idea is that there are factors that cause people to leave their place of residence (push), and others that attract them (pull)” (Schwenken, 2019, p. 73–74). Hence, pull factors refer to all the reasons in the destination region that were decisive for people to migrate, while push factors denote all the causes in the origin region that were significant for labour migration.

Four push factors and two pull factors can be identified with regard to the migration of Ovambo workers to the diamond fields. An essential push factor was extreme weather events in the northern part of German South West Africa. The indigenous populations in the Ovambo region were settled and primarily engaged in agriculture (NAN, p. 32–33). Due to the average field size of about two hectares, manual cultivation of the fields was time and labour-intensive. The Ovambo cultivated their fields in close proximity to their homes whenever possible (NAN, p. 33). During the winter months, indigenous Ovambo predominantly grew maize on their farmland and collected figs, melons, and peanuts in the surroundings to ensure their sustenance. All these tasks were assigned based on gender: while men performed physically demanding work, especially in agriculture and livestock farming, women focused on fruit harvesting and basket weaving (Moorsom, 1997, p. 47–48). However, the Ovambo region was regularly hit by extreme weather events: floods, drought periods, and resulting locust plagues led to food shortages, why indigenous men often tried to secure their livelihood through alternative means. Thus, extreme weather events constituted a significant push factor.

A second push factor was represented by wars or military conflicts within the Ovambo region (Moorsom, 1997, p. 35). There were 13 indigenous settlements in the Ovambo region around 1913, with only nine of these settlements located within the German colony. The remaining four settlements were situated on the colonial Portuguese territory in neighboring Portuguese Angola. Regardless of their location, each settlement was led by a chief, whose court consisted of a ten-member council and a military force called *elenga*. The *elenga* had three main tasks: first, to protect the chief; second, to collect taxes from the indigenous residents of the settlements; and third, to actively participate in warfare in case of military conflicts (Moorsom, 1997, p. 8). There were frequent conflicts in the Ovambo region between individual chiefs or entire settlements, especially when chiefs competed for local dominance in the Ovambo region (NAN, p. 78). In such cases, the *elenga* attacked other settlements, looted food supplies, and killed or abducted indigenous men, women and children. Some chiefs strategically used their *elenga* to raid neighboring settlements after crop failures to ensure the food supply in their own settlement. The indigenous inhabitants at the outskirts of settlements were particularly vulnerable during raids, as they were often the first victims. Those living on the margins of indigenous settlements were primarily families who did not belong to the closer or extended circles of the indigenous elite, were poorly integrated into the village community, and usually lived in precarious conditions (Moorsom, 1997, p. 8–9). Faced with these violent conflicts, indigenous men in the outskirts had a strong motive to leave their region to protect themselves from attacks or raids.

Closely linked to this aspect is the third push factor: conscription for military service. Chiefs recruited young men from their settlements for wars, raids, or looting through the *elenga* (Moorsom, 1997, p. 28–29). These men were expected to reinforce the *elenga* in times of war or conflict and also serve in the indigenous army. Ovambo men were reluctant to be recruited for military service, as they faced a high risk of injury and death during their military service. The diamond mining in the *Sperrgebiet* provided a way for eligible men to avoid military service for a certain period.

A fourth and final push factor was represented by the slave trade between German South West Africa and Portuguese Angola. Even long after the official abolition of slavery, traders in the German and Portuguese colonies continued to acquire slaves. Enslaving indigenous Ovambo people was a highly lucrative business for traders, because there was a high demand for cheap labour on the cocoa and sugar plantations of the West African islands of São Tomé and Príncipe (Moorsom, 1997, p. 4,7). Some chiefs in the Ovambo region exploited the slave trade in their region to their advantage and actively supported slave traders by providing them with indigenous people. In exchange for horses, cattle, weapons, ammunition, or alcohol, chiefs offered European merchants indigenous workers from their settlements (Gustafsson, 2005, p. 41; Moorsom, 1997, p. 7). The diamond extraction near *Lüderitzbucht* thus provided workers with the option to escape enslavement and abduction by their chiefs.

Besides the push factors, several pull factors can be identified. The most significant pull factor was the wage earnings on the diamond fields, which allowed indigenous men to realize their own interests in multiple ways (NAN, p. 44–45). With their salary, they could, for example, afford the dowry required for marriage or acquire land, crops, and livestock to better secure themselves against crop failures (Moorsom, 1997, p. 7). The financial means also provided the Ovambo with the opportunity to purchase essential or luxury items, thereby ensuring admiration from friends, relatives, or acquaintances. The second pull factor is closely related to this aspect, as wage employment in the colonial territory was considered particularly courageous in indigenous settlements and brought men much prestige upon their return (Zimmerer, 2002, p. 214). This also applied to the acquisition of livestock, as

livestock was expensive and reserved for wealthy individuals. Therefore, wage earnings upon their return allowed men to achieve a social advancement within their settlements.

## **SOCIAL PROFILE OF THE MIGRANT WORKERS FROM THE OVAMBO REGION**

But what else can be said about the indigenous migrant workers? Most indigenous Ovambo who migrated to the diamond fields were between 14 and 18 years old. Only a few workers were older and between 30 to 35 years old. These miners were experienced migrant workers, who had been working in the *Sperrgebiet* before and had been recruited again (Moorsom, 1997, p. 52; NAN, p. 47). Experienced Ovambo often served as so-called headmen and guided new or less experienced indigenous workers to the recruiters, negotiated salaries with the agents, and then escorted all miners to *Lüderitzbucht*. Indigenous women from the Ovambo region rarely embarked on migratory work to the diamond fields. However, colonial authorities prevented most indigenous women from entering the German colonial territory right at the border to the “sphere of influence”, especially if they stated their intention to engage in diamond mining (Moorsom, 1997, p. 15,22-23; NAN, p. 9,13). The mining companies considered the indigenous women to be undesirable workers and thus vehemently refused to employ women in the *Sperrgebiet*. In case one of the recruiters signed a contract with an indigenous woman from the Ovambo region, the mining company denied the recruiters their commission (NAN, p. 9). The companies justified this strict approach with the alleged lower physical capacity of women and the argument that indigenous women would distract men from diamond mining (NAN, p. 9).

The archival documents from the National Archive in Windhoek also provided insights into the religious affiliation of the employees. Names like Petrus, Paulus, and Johannes indicate that some miners were Christianized either before migrating to the diamond fields or after joining the Christian faith in the *Sperrgebiet* (*Archive of the Evangelical Lutheran Church in Namibia Windhuk*, p. 392). Given the presence of German missionaries from the evangelical *Rheinische Missionsgesellschaft* in both the Ovambo region and on the diamond fields, it is likely that many of the Christianized workers belonged to the evangelical faith. Missionary work made it challenging for colonial authorities and mining companies to locate indigenous people. Governor Seitz, among others, complained that the identification of indigenous individuals was hindered when missionaries renamed them after baptism (*Archive of the Evangelical Lutheran Church in Namibia Windhuk*, p. 392). Thus, Christianization of the indigenous workers limited official control over the indigenous population.

Lastly, the sources indicate that the indigenous workers remained closely connected to their home regions (NAN, p. 47). The Ovambo rarely signed contracts lasting longer than six or nine months and precisely embarked on migratory work in March or April and in September or October. In between these months the migration from the Ovambo region significantly slowed down (NAN, p. 47). This can be explained by the harvest season in the indigenous settlements, during which men had to harvest and then sow their fields again to ensure the livelihood of their families or relatives. Consequently, indigenous men predominantly migrated in the months when the crops in their fields ripened and when there was less agricultural work. During the absence of the miners, women in the indigenous communities took on the responsibility of farming.

## AGENCY OF INDIGENOUS WORKERS

The mining companies exploited the Ovambo, yet the indigenous workers were not entirely helpless against the arbitrary actions of colonial authorities and the mining companies. They possessed a considerable degree of agency, meaning the power to assert their interests and shape the conditions on the diamond fields according to their wishes.

Agency is a theory concept that has become established in various research areas, including history, sociology and philosophy (Ahearn, 2001; Davidson, 2011). While definitions of agency vary in these studies, they commonly explore forms or manifestations of the scope for action, power, or competence of individual actors or entire groups of actors. The growing popularity of the agency concept has also led to increasing criticism of the theory, often with the aim of expanding and making the concept more adaptable. Lynn Thomas, for instance, criticized in her essay “Historicising Agency,” an analytical flattening of the concept and advocated using agency not just descriptively but as an analytical starting point for further considerations (Thomas, 2016, p. 324–326). This paper follows this plea by exploring nuanced forms of agency, shedding light on manifestations of indigenous agency which was often overlooked in research.

The indigenous workers from the Ovambo region had a strong sense of community. This provided them with significant opportunities for action on the way to and from the diamond fields, as well as within the *Sperrgebiet*. Before the migrant workers embarked on migratory labour, they formed groups of up to 35 people under the leadership of an experienced headman (NAN, p. 203). This collective grouping of indigenous migrant workers increased the survival chances of each worker during the challenging march southward. They shared provisions, water rations, or clothing and sometimes collectively stayed behind if tickets were lost (NAN, p. 46–48). Additionally, they benefited from the headman’s experience in choosing the safest route to the diamond fields or a suitable location for a campsite. As not all indigenous workers possessed the same skills and knowledge, they benefited from each other’s expertise, when it came to kindling a fire on cold nights.

Upon arriving in *Lüderitzbucht*, some groups of indigenous workers refused to be distributed on different diamond fields. Instead, they insisted on being assigned to a mining company as a group (NAN, p. 47). This refusal disrupted the mining companies’ ability to meet the labour demand adequately, leading some companies to have too many workers, while others had too few (NAN, p. 184). Consequently, the Ovambo influenced not only whether but also to what extent the mining companies could meet their own labour demand.

The headman played a crucial role in various aspects, because of their experience in the German colonial territory. The headman was familiar with the working and living conditions in the *Sperrgebiet* and the earning opportunities (NAN, p. 9257). Moreover, some headmen even understood or spoke some German, as they negotiated contracts with the recruiters. Since the Ovambo entered the “sphere of influence” in larger groups, recruiters had a great interest in engaging with the headmen in negotiations. This allowed them to conclude multiple contracts at the same time and thus collect multiple premiums (NAN, p. 8,23-24). Due to their group size and the language skills of their headmen, the migrant workers increased the chances of higher wages, as they could persuade recruiters to make financial concessions. The migrant workers particularly benefited from the language skills of their headmen because the contracts were written in German and could only be read by the headman. Thus, the headmen reduced the often arbitrary actions of recruiters towards Ovambo workers, who were often promised higher wages than were fixed in the written contracts (NAN, p. Anlage 1, 11-12).

The subtlety of indigenous agency is illustrated by the example of word of mouth. A lot of information circulated about diamond mining and daily life in the *Sperrgebiet* in the Ovambo region. Indigenous migrant workers who returned to the north of the German colony

could reinforce negative impressions of diamond mining through their stories and experiences. Reports of mistreatment, unpaid wages, illness, and deaths could dissuade undecided indigenous people from migrating to *Lüderitzbucht*. The colonial authorities were aware of the poor reputation on labour recruitment in the Ovambo region; however, they failed to persuade the mining companies to treat migrant workers better in the long term (NAN, p. 57; NAN, p. 52). Accordingly, indigenous workers returning to their origin destination exerted agency by warning other men against from engaging in diamond extraction. Hence, word of mouth determined the “durability of the migration movement” and reduced the “vulnerability” of the Ovambo on the diamond fields (Oltmer, 2016, p. 15).

## ADMISSION OF INDIGENOUS RUNNERS IN THE OVAMBO REGION

The Mining Chamber had been pressuring the German government in Windhuk to allow so-called runners in the Ovambo region since 1910 (NAN, p. 5). These runners were indigenous Ovambo who were hired by the recruiters to cooperate with them. The runners had several advantages for recruiters and the mining companies: they spoke the indigenous languages, knew the routes to and between the settlements, and could guide the recruited Ovambo to the recruiting points. Additionally, the runners could provide valuable information to the indigenous people about wage labour, because they knew the monthly salary on the diamond mines (NAN, p. 225). The runners often played a decisive role in whether an undecided worker opted for or against wage labour. Since the runners were indigenous Ovambo, they enjoyed the trust of the local populations in the settlements. The recruiters and the mining companies had therefore been advocating for the so-called “runner service” for some time, but the German colonial authorities hesitated to allow indigenous runners for the Ovambo region. The Grootfontein district office feared that indigenous runners could shift the “conflicting interests” of the competing recruiters to the Ovambo region (NAN, p. 210). This fact was the reason why Governor Seitz had forbidden recruiters to collaborate with runners at the border to the Ovambo region.

After all other initiatives to attract more migrant workers to the *Sperrgebiet* had failed, the government in Windhuk finally allowed cooperation between recruiters and indigenous runners (NAN, p. 25). However, the colonial authority in Windhoek set a condition: recruiters were only allowed to collaborate with runners secretly, because the internal competition between the different recruiters should not be further fueled. Shortly thereafter, the Outjo district office reported that the “runner service” had “proved” itself and had not led to any “shortcomings” (NAN, p. 225). However, it remains questionable how much influence the runners actually had on migration.

The runners served as intermediaries: they held a crucial role between the colonized and the colonizers in German South West Africa, because they served as link between both groups of actors. This position was highly hybrid: on the one hand, the runners pursued their own interests, but on the other hand, they also supported colonial officials and the enforcement of colonial goals. Accordingly, they benefited from German colonial rule and simultaneously stabilized it, as they contributed to the maintenance of colonial structures. The runners could financially and materially benefit from German colonial rule, since they received a fixed salary from the recruiters (NAN, p. 225). Additionally, the runners exercised agency, because they shaped the recruitment efforts and thus also diamond extraction in the *Sperrgebiet*.

## AGENCY OF INDIGENOUS ELITES

Each settlement in the Ovambo region was led by a chief who governed the indigenous inhabitants of the respective settlement. One of the largest settlements in the Ovambo region was Ukuambi, managed by chief Ipumbu. Ipumbu recognized the migratory labour of indigenous men from his settlement as opportunity to enable him trade relations with the German colonial authorities.

In a letter written in *Sütterlin* to the “Honorable Imperial Government,” he inquired whether the money he had handed over to two colonial officials during their journey through the Ovambo region for the purchase of a horse had been sufficient (NAN, p. 183). He also requested in his letter:

[t]o inform three of my people, Schahama shAkapugulu, Nuusikuaa Lindi, and Schipanga shAmunue, who are on the diamond fields in Lüderitzbucht, [...] that [...] all Ovambos from Ukuambi should give all their money to Mr. Captain Streitwolf [...] for the mule wagon that Mr. Captain Streitwolf and Mr. Tönjes promised to buy for me. Here, I have no money for the wagon (NAN, p. 183).

Ipumbu’s letter is noteworthy not only as one of the extremely rare written testimonies of an indigenous chief but also because it is written in nearly flawless German. His language and writing skills suggest that he received education from German missionaries of the Rheinische Mission Society or the Finnish Mission Society in the Ovambo region. Moreover, Ipumbu obviously knew that men from his settlement engaged in labour migration and migrated to the diamond fields near *Lüderitzbucht*.

The government in Windhuk made intensive efforts to build and maintain peaceful relations with the chiefs in the Ovambo region (NAN, p. 89). This interest was due to strategic considerations, as the chiefs were expected to encourage indigenous Ovambo in their settlements to engage in wage labour in the colonial territory. The German government, hence, paid some chiefs a bounty of two Goldmark for each recruited worker from their respective settlements (NAN, p. 43). Other chiefs fulfilled personal consumption desires or tried to alleviate supply shortages in their settlements. In exchange for the commitment of chiefs to actively support labour migration to *Lüderitzbucht*, the government in Windhuk provided them with grain (NAN, p. 18). In some cases, the German colonial authorities also gifted chiefs with tobacco, hats, shirts, fabric handkerchiefs, pipes, or suits, hoping that they would advocate for the recruitment requests of the German colonizers and the mining companies (NAN, p. 84). The chiefs had the opportunity to promote, remain indifferent to, or counteract recruitment measures. Thus, they possessed agency, which allowed them to influence diamond mining and realize their own material interests. Moreover, their actions could positively or negatively impact the colonial economy by participating or prohibiting labour migration to the diamond fields.

However, German colonial officials could not verify whether the indigenous workers had actually embarked on labour migration at the behest of their chiefs or were intrinsically motivated. Similarly, they could not control whether the chiefs supported labour migration to the *Sperrgebiet* at all. It was, therefore, at the discretion of the indigenous chiefs to decide whether and to what extent they complied with the request of the German colonial authorities. These findings indicate that, in the context of German colonial rule, a simplistic characterization of colonial “oppressors” and indigenous “oppressed” should be avoided. Instead, it seems more appropriate to consider German colonialism in a more nuanced manner, as demonstrated by the fact that some indigenous people benefited from German



colonial rule and thereby contributed to the persistence of colonial structures in German South West Africa.

## CONCLUSION

The investigation into diamond mining has also shed light on the agency of indigenous workers. While previous studies on German colonial history primarily focused on simple forms of indigenous agency such as escape or resistance, the focus on the commodity-chain of diamonds revealed a much more nuanced aspect of agency. One example of this differentiated agency was the migrant workers networks. The migrant workers could directly influence their wages with a headman. These headmen had experience with migrant labour and sometimes even had rudimentary knowledge of the German language, enabling them to demand higher wages from the recruiters. Similarly, the indigenous workers managed to shape recruitment structures and living conditions on the diamond fields according to their needs. Consequently, the miners utilized their agency to resist the arbitrariness of the mining companies.

Most importantly, the diverse forms of indigenous agency demonstrate that the mining companies could not entirely pursue their economic interests without the cooperation or against the will of the migrant workers. Since the companies depended on indigenous labour, they had to make concessions. As a result, indigenous employees had a say in the employment conditions. Hence, the indigenous workers from the Ovambo region influenced diamond mining through their agency.

The mine workers from the Ovambo region also revealed the incapacity of German colonial administrators to control the German colony and its indigenous populations. The colonial authorities remained heavily reliant on the densely populated Ovambo region for diamond extraction. As the majority of the monthly well over 1,000 workers in the *Sperrgebiet* originated from the Ovambo region, diamond extraction would not have been feasible without the migration of indigenous workers from the northern territory. The labour migration from the Ovambo region and the dependence of colonial authorities and mining companies underscored the limitations of German colonial rule and the disparity between colonial claims of authority and the actual reality. Although the Ovambo region was never formally under direct German colonial rule, indigenous actors from the northern territory were closely with the colonial economy: labour migration from the Ovambo region not only shaped the economy of German South West Africa but also had a significant impact on German colonial rule.

## REFERENCES

AHEARN, Laura M. Language and Agency. *Annual Review of Anthropology*, y 30, p. 109-137, 2001.

ARCHIVE OF THE EVANGELICAN LUTHERAN CHURCH IN NAMIBIA WINDHUK. ELCIN Windhuk, II 5. 11-16., [s. l.].

DAVIDSON, Donald. *Essays on actions and events*. 2.ed. Oxford: Clarendon Press, 2011.

GERMAN FEDERAL ARCHIVE, BERLIN-LICHTERFELDE. R 1001/1341, [s. l.].

GERMAN FEDERAL ARCHIVE, BERLIN-LICHTERFELDE. R 1001/1358, [s. l.].



GERMAN FEDERAL ARCHIVE, BERLIN-LICHTERFELDE. R 1001/1398, [s. I.].

GERMAN FEDERAL ARCHIVE, BERLIN-LICHTERFELDE. R 1001/6550, [s. I.].

GUSTAFSSON, Kalle. The Trade in Slaves in Ovamboland, ca.1850-1910. *African Economic history*, y 33, p. 31-68, 2005.

HRSG. VON DEN FÖRDERERN. *Die deutschen Diamanten und ihre Gewinnung: eine Erinnerungsschrift zur Landesausstellung Windhuk 1914*. Berlin: Reimer, 1914.

KUNDRUS, Birthe. Das Reichskolonialamt zwischen nationalem Geltungsbewusstsein und Weltbürgertum. Die Staatssekretäre Friedrich von Lindequist und Wilhelm Solf. In: KUNDRUS, Birthe. "... *Macht und Anteil an der Weltherrschaft*": Berlin und der deutsche Kolonialismus. 1. ed., Münster: Unrast-Verl., 2005. p. 14-21.

MANTEI, Sebastian. *Von der "Sandbüchse" zum Post- und Telegraphenland: Der Aufbau des Kommunikationsnetzwerks in Deutsch-Südwestafrika (1884 - 1915)*. 1. ed., Windhoek, Namibia: Namibia Wiss. Ges, 2007. p. 246.

MIESCHER, Giorgio. *Die rote Linie: Die Geschichte der Veterinär- und Siedlungsgrenze in Namibia (1890er - 1960er Jahre)*, Basel: Basler Afrika Bibliographien, 2013. p. 378.

MOORSOM, Richard. *Underdevelopment and labour migration: the contract labour system in Namibia*. [https://open.cmi.no/cmi-xmlui/bitstream/handle/11250/2435915/WP%201997\\_10%20Richard%20Moorsom-07112007\\_1.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://open.cmi.no/cmi-xmlui/bitstream/handle/11250/2435915/WP%201997_10%20Richard%20Moorsom-07112007_1.pdf?sequence=2&isAllowed=y).

NATIONAL ARCHIVES OF NAMIBIA, WINDHOEK. ZBU 1484, [s. I.].

NATIONAL ARCHIVES OF NAMIBIA, WINDHOEK. ZBU 1518, [s. I.].

NATIONAL ARCHIVES OF NAMIBIA, WINDHOEK. ZBU 1618, [s. I.].

NATIONAL ARCHIVES OF NAMIBIA, WINDHOEK. ZBU 2037, [s. I.].

NATIONAL ARCHIVES OF NAMIBIA, WINDHOEK. ZBU 2038, [s. I.].

NATIONAL ARCHIVES OF NAMIBIA, WINDHOEK. ZBU 2049, [s. I.].

NATIONAL ARCHIVES OF NAMIBIA, WINDHOEK. ZBU 2064, [s. I.].

NATIONAL ARCHIVES OF NAMIBIA, WINDHOEK. ZBU 2065, [s. I.].

NATIONAL ARCHIVES OF NAMIBIA, WINDHOEK. ZBU 2066, [s. I.].

NATIONAL ARCHIVES OF NAMIBIA, WINDHOEK. ZBU 2068, [s. I.].

NATIONAL ARCHIVES OF NAMIBIA, WINDHOEK. ZBU 2069, [s. I.].

NATIONAL ARCHIVES OF NAMIBIA, WINDHOEK. ZBU 2070, [s. I.].

NATIONAL ARCHIVES OF NAMIBIA, WINDHOEK. ZBU 2072, [s. I.].

NATIONAL ARCHIVES OF NAMIBIA, WINDHOEK. ZBU 2073, [s. I.].

NATIONAL ARCHIVES OF NAMIBIA, WINDHOEK. ZBU 2075, [s. I.].

NATIONAL ARCHIVES OF NAMIBIA, WINDHOEK. ZBU 2077, [s. I.].

NATIONAL ARCHIVES OF NAMIBIA, WINDHOEK. ZBU 2079, [s. I.].

NATIONAL ARCHIVES OF NAMIBIA, WINDHOEK. ZBU 94, [s. I.].

OLTMER, Jochen. *Globale Migration: Geschichte und Gegenwart*. 2.ed. München: C.H. Beck, 2016.

SCHWENKEN, Helen. *Globale Migration zur Einführung*. Hamburg: Junius, set. 2019..

THOMAS, Lynn M. Historicising Agency. *Gender & History*, v. 28, n. 2, p. 324-339, 2016.

ZELLER, Joachim. *Das Deutsche Reich - der Nachzügler*. Ein Platz an der Sonne: Die Geschichte der Kolonialreiche, Stuttgart: Theiss, 2008. p. 238-253.

ZIMMERER, Jürgen. *Deutsche Herrschaft über Afrikaner: Staatlicher Machtanspruch und Wirklichkeit im kolonialen Namibia*. 2. ed., Münster, Hamburg, Berlin: Lit, 2002. p. 329.

## AUTHOR'S NOTES

---

### AUTHORSHIP

**Mona Michaela Rudolph:** Post-Doc, Kiel University, Philosophical Faculty, Historical Seminar, Kiel, S-H, Germany.

### CORRESPONDING ADDRESS

Leibnizstraße, 8, 24118 Kiel, S-H, Germany.

### SOURCE OF THE ARTICLE

Parts are extracted from the dissertation project – From Lüderitzbucht to Berlin and Beyond: The Diamond Commodity-Chain from Colonial Namibia, 1908-1929, submitted to the Philosophical Faculty in July 2021 at the University of Kiel, in 2021.

### FUNDING

Not applicable.

### ACKNOWLEDGMENTS

Not applicable.

### IMAGE CONSENT

Not applicable.

### ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

### CONFLICT OF INTEREST

There is no conflict of interest.

### PREPRINT

This pape is not a preprint.



## **LICENSE OF USE**

© Mona Michaela Rudolph. This article is licensed under the Creative Commons License CC-BY. With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

## **PUBLISHER**

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

## **EDITOR**

João J. G. dos Santos Junior.

## **HISTORY**

Received on: February 9, 2024

Aproved on: April 1, 2024

How to cite: RUDOLPH, Mona M. The labour migration of the Ovambo workers to the diamond fields in German South West Africa. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 220-236, 2024.



# **KUTAFUTA MAISHA: CONNECTIONS BETWEEN AGENCY AND STRUCTURE IN MAKONDE MIGRATORY LABOUR FROM MOZAMBIQUE TO TANZANIA (ca. 1907-1964)**

Kutafuta Maisha: conexões entre agência e estrutura na migração laboral de Macondes entre Moçambique e a Tanzânia (ca. 1907-1964)

Felipe Barradas Correia Castro Bastos <sup>a</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-2790-3571>

Email: felipebccbastos@gmail.com

Clara Torrão Busin <sup>b</sup>

<https://orcid.org/0009-0004-9906-6006>

Email: clara.torraobusin@ehess.fr

<sup>a</sup> Midwestern Paraná State University, Department of History, Guarapuava, PR, Brazil.

<sup>b</sup> École des Hautes Études en Sciences Sociales, Institut des Mondes Africains, Paris, France.

**DOSSIÊ/ISSUE**

**MIGRAÇÃO LABORAL E PRODUÇÃO DE COMMODITIES NA ÁFRICA: CONEXÕES GLOBAIS**

**LABOR MIGRATION AND COMMODITY PRODUCTION IN AFRICA: GLOBAL ENTANGLEMENTS**

## ABSTRACT

The drive for making colonial territories “profitable” through various means such as commodity production got entangled with complex events that stood well beyond the intervening capacity of colonial administrators, and labour migration was no exception. This article analyses Makonde migration from Northern Mozambique towards sisal plantations in neighbouring British Tanganyika during the twentieth century and argues that the interweaving of written and oral sources renders two contrasting pictures: one of an orderly planned commodity sector mediated by industrial pundits and sustained by a rhetoric of colonial “development”; and another of spontaneous, haphazard yet rational life decisions undertaken by migrant men and women. We challenge the conventional take on African labour migration by showing how the colonial labour migration system had to address the migrants’ needs and how migrants successfully subverted coercive structures for their own benefit. By doing so, Makonde migrants established their own transformative connections with global phenomena that extended far beyond their participation in commodity production chains.

## KEYWORDS

Labour migration. Sisal industry. Makonde.

## RESUMO

A busca por tornar territórios coloniais “rentáveis” por meio de iniciativas diversas, tais como a produção de commodities, se entrelaçou com eventos complexos que estiveram muito além da capacidade de intervenção de administradores coloniais, e a migração laboral não foi uma exceção. Este artigo analisa a migração dos macondes do norte de Moçambique para as plantações de sisal no Tanganyika britânico durante o século XX e argumenta que a abordagem conjunta de fontes escritas e orais gera dois quadros contrastantes: um de um setor de commodities planejado e ordenado, manejado por especialistas e sustentado por uma retórica de “desenvolvimento” colonial; e outro de decisões de vida espontâneas, desordenadas, mas racionais, tomadas por homens e mulheres migrantes. Desafiamos a visão convencional sobre a migração laboral africana ao mostrar como o sistema colonial de migração laboral teve necessariamente de atender às necessidades dos migrantes e demonstrar como os migrantes subverteram, com sucesso, estruturas coercitivas para seu próprio benefício. Ao fazer isso, os migrantes macondes estabeleceram suas próprias conexões transformadoras com fenômenos globais que se estenderam muito além de sua participação nas cadeias de produção de commodities globais.

## PALAVRAS-CHAVES

Migração laboral. Indústria Sisaleira. Macondes.



**E**conomic coercion in colonial Mozambique has long been identified as a major factor in promoting emigration by international observers and historians alike. Yet the migratory flows that connected northern Mozambique to other colonial territories in East Africa has received far less historiographical attention than its southern counterparts. Unlike labour migration between southern Mozambique and the settler-based economies in South Africa and South Rhodesia, which were strictly regulated by Portuguese, British and South African authorities, the movement of tens of thousands of Mozambican Makonde migrants to neighbouring Tanganyika occurred across imperial backwaters and was largely unmonitored until the mid-twentieth century.

Studies have shown that Makonde mobility across colonial borders fostered transcultural connections that were creatively interpreted by migrants, host societies, and their brethren upon the migrants' return, helping to transform traditions that had never been static in the first place (Bortolot, 2013; Israel, 2014). These northbound migratory movements were heavily influenced by Portuguese exactions; they grew alongside the booming sisal industry in British Tanganyika, and by the late 1950s, Makonde migrants were also deeply involved in the burgeoning global markets of African art (Dick-Read, 1964; Mohl, 1977; Kingdon, 2002; Laranjeira, 2017). Interviewing Mozambican Makonde carvers located in Dar es Salaam in the late 1960s, for instance, Elisabeth Grohs ascertained that the precarious economic outlook in northern Mozambique "forced" many people to cross the border. Yet the connections between mobility, work in sisal plantations, and woodcarving were made by her interviewees in less stark outlines. In their narratives such activities took place rather seamlessly alongside many other viable possibilities for securing a livelihood (Grohs, 1974).

So how does this picture of Makonde labour migration fit prevailing narratives of African labour migration during colonialism? With regard to labour migration in colonial Tanganyika's chief economic enterprise throughout the twentieth century, the export of hard fibres hinging on sisal plantations, analysts have focused on describing systems of economic coercion that propelled people to move towards sisal plantations across the territory, with migrant agency fading beneath the weight of structural exactions imposed by colonial rule (Gulliver, 1955; Iliffe, 1979; Rodney *et al.*, 1983; Maddox *et al.*, 2017).

Recent scholarship on labour migration within and beyond Africa has challenged the emphasis on structural aspects governing human mobility, emphasising the need to identify the ways labour migrants engaged and transformed their historical circumstances. While it is indeed impossible to shrug off "coercion" from any account of labour migration, theoretical insights spawning from the field of Global History have made it easier to study how migrants navigated through structures that facilitated or hampered their mobility across boundaries over time (Bernardi *et al.*, 2023), further helping to steer us away from dichotomic interpretations of "forced" vs. "voluntary", or "traditional" vs. "modern" mobility in colonial Africa (Haas; Frankema, 2022). Moreover, the very belief that African labour migration was one-sidedly determined by colonial demands for cheap labour has been justifiably questioned (Atkins, 1993; Harries, 1994; Delius *et al.*, 2014).

This paper builds on these historiographical developments by taking the migratory flows and labour on sisal plantations by Makonde groups transiting between contemporary Tanzania and Mozambique to study the tensions between structure and agency along decades of labour migration across colonial/imperial, and later national, boundaries. We argue that the multiple life stories behind Makonde mobility between contemporary Tanzania and Mozambique in the mid-twentieth century contradict the conventional take on African labour migration movements during colonialism: instead of looking at helpless and anonymous migrants making their way to the sisal plantations in response to external

pressures, what we see are colonial overlords and employers struggling to control highly mobile African populations. Unlike most labour migration networks in colonial Africa that were predominantly composed of male migrants (Harries, 1994; Martino, 2022), the flows of Makonde people across East African imperial borders consisted of women and children as well as men. Indicating the relative powerlessness of colonial authorities and plantation owners does not, however, mean taking an apologetic stance on colonialism. Rather, we wish to situate African agency against the backdrop of the historically precarious – and inherently violent – nature of colonial rule.

In other words, in searching for a better life, Makonde labour migrants made transformative connections that defied colonial structures in many ways, and these connections are best understood in terms of a global scenario of commodity production and (anti)colonialism. Our analysis of Makonde migrations pays heed to the imperative of moving beyond a descriptive view of labour migration as something mechanically produced by the relationships between labour supply and demand, focussing instead on how migrants in colonial Africa played a central role in shaping the growing interconnectivity of African territories with the global economy, be it through commodity production or otherwise.

In a literal formulation, the Swahili phrase in this paper's title, *kutafuta maisha*, may be translated as “to search [for a] life”. It is an expression widely used in contemporary Tanzania with reference to making important decisions in the quest for a secure livelihood. The meaning of *kutafuta maisha* also praises human mobility, namely in seeking better opportunities wherever they may be found (Monson, 2003; Billings, 2013). We adopt this expression for two reasons. First, it encompasses resourcefulness and mobility as key aspects of the life stories that constituted Makonde migration during the twentieth century. Recognising these two aspects is especially helpful in bridging the inconsistencies between documentary evidence – overwhelmingly produced by colonial observers – regarding these migratory networks, on the one hand, and oral testimonies collected from Makonde men and women who decided to migrate, on the other.<sup>1</sup>

Second, it nods to a pioneering study published forty years ago on the topic of Mozambican labour migration by Edward Alpers (1984). We seek to address gaps in Alpers's cursory, yet most stimulating investigation by examining sources located in archives in London, Dar es Salaam, Maputo, and Lisbon with the objective of writing a history of transimperial labour migration networks that critically intertwines human agency and structural limitations. We discuss the discrepancies between oral and written sources, and pay close attention to the strategies Makonde migrants deployed in “searching for life” abroad.

This paper is divided into two parts. The first section begins with a discussion of how in German East Africa a colonial labour market was created that relied on workers recruited over long distances and analyses how the British occupiers maintained and consolidated a structure geared to meet the colony's labour needs under the *kipande* system, a method of organising African labour that played an ambiguous role in fuelling the colonial labour market by being at once an instrument of coercion and autonomy. This section also situates the development of the sisal industry in the twentieth century up to and during the Second World War, indicating its increasing dependence on labour migration, including from northern Mozambique.

Following the establishment of the Tanganyika Sisal Growers Association (TSGA) in 1929, the second section delves into what we perceive as a “bureaucratisation” of a colonial labour migration structure. We focus on Tanganyika's Sisal Labour Bureau (SILABU) created by the TSGA in 1944 and its consolidation over the next two decades to identify how

<sup>1</sup> The oral sources studied in this paper were collected during Clara Torrão Busin's fieldwork, conducted in Dar es Salaam in December 2022 and October 2023.



industry pundits and colonial administrators endeavoured to control African migratory flows in Tanganyika. As the relative chronological contiguity between the historiographical present and this later period allows a greater use of oral sources, we argue that this bureaucratisation notwithstanding, Makonde migrants themselves saw their itineraries from Mozambique to Tanganyika and back in a very different light, while making their own connections to global markets along the way and subverting the very structure that created an African *manamba* [lit. “numbers”] workforce on colonial plantations.

## ORGANIZING LABOUR: THE CREATION OF A STRUCTURE

Historians of East Africa have posited for at least three decades that the drive for making colonial territories profitable through various means, especially through commodity extraction, got entangled in complex events that stood well beyond the intervening capacity of colonial administrators. This was the case for historical studies on contemporary Tanzania, as scholars increasingly focussed not only on African communities’ success in thwarting European interventions, but also by recognizing the kaleidoscopic nature of the multiple and conflicting interests vested in colonial administrations (Cooper, 1980; Koponen, 1994). While there existed some concerted efforts from metropolitan industries all the way to the European “men on the ground”, these efforts were often related to specific productive sectors and were not impervious to criticism within the colonial government, as Thaddeus Sunseri has argued for cotton production in German East Africa (Sunseri, 2002).<sup>2</sup> Moreover, many concerted efforts might produce disastrous failures, such as the Groundnuts Scheme in British Tanganyika (Hogendorn; Scott, 1981; Rizzo, 2006).

The historiography of such developments recalibrated the emphasis on describing structural forces that bent Africa and Africans into playing a subordinate role in the increasingly globalised capitalist economy (Cooper, 1994; Ochonu, 2013), an analytical strand best represented by Walter Rodney’s seminal book, *How Europe Underdeveloped Africa* (1972). This recalibration mattered for scholars concerned with labour migration. In a posthumous publication organised with the Tanzanian scholars Laurent Sago and Kapepwa Tambila, Rodney (1983) argued that African labour migration under colonialism epitomised colonial exploitation and rooted territorial dependence in an export-oriented plantation sector. The African workers who manned these plantations in Tanganyika came to be known as *manamba*, or “numbers” of people who migrated to plantations from regions that were planned to serve as labour reserves.

While Rodney’s work articulated “push-pull” descriptions of labour migration that prevailed in his day (cf. Asiwaju, 1976), it paid scant attention to migrant agency per se. His take on labour migrants as structural victims of economic exploitation was also shared by Tanzanian officials shortly after independence, who were keen on stamping out what were seen as the colonial legacies underpinning the existence of a vast *manamba* workforce across the country. In 1963 they abolished a cornerstone of plantation labour relations, the *kipande* system. Yet former labour migrants, including those hailing from Mozambique, decried the ensuing loss of autonomy as a return to “slavery” and rejected the notion of *manamba* as sheer exploitation (Sabea, 2000, p. 315). Tracing parallels between slavery and the labour migration networks in East African history was not uncommon, as will be discussed in the following section by looking at the appearance of the *kipande* system and the critical views that accompanied it.

<sup>2</sup> The “Tanganyika Territory” was created as a League of Nations mandate following the British occupation of German East Africa and historically corresponds to mainland Tanzania.

What became to be known as *kipande* was a card system created to regulate African labour in colonial plantations in German East Africa and almost universally applied in the late 1890s (Iliffe, 1979, pp. 153-159). Furthermore, as the abysmal working conditions and pay rates prevailing in the areas most densely inhabited by German settlers foreclosed the existence of a stable workforce, card systems were expanded further in 1907 to include not only plantation workers, but to compel all adult African men within Wilhelmstal, currently Lushoto, to work for European employers. These cards contained thirty empty spaces, each space being filled in at the end of a day's work. A worker was paid upon submitting a completed card within four months. Failing to meet this deadline could be framed as a breach of contract, leaving the cardholder liable to imprisonment and flogging (Bolton, 1980; Sabea, 2000; Liebst, 2021). Whether as the "Wilhelmstal card system" (Class, 1913; Schrader, 1919; Tetzlaff, 1970) or the earlier card systems applied in colonial plantations, such cards quickly became known across all German East Africa under the name of *kipande* (pl. *vipande*), Swahili for "piece".

To understand the reasons behind this expansion, it is necessary to recognize that despite having "impelled Africans to work for Europeans", this system "was flexible from the standpoint of all parties concerned" (Koponen, 1994, p. 400). As soon as this regime was increasingly implemented in German East Africa, workers began to exploit the inherent flexibility of the *kipande* system to pace their workdays on plantations and their displacement to/from plantations according to their own personal circumstances. African workers thus managed to negotiate the terms of their entry into the colony's labour market in accord with the rhythms of peasant social life by carving "realms of autonomy" within the colonial economy, as interpreted by Sunseri (2002, p. 157-158).

The conquest of German East Africa by the Entente in 1918 culminated in the creation of "Tanganyika Territory" by the United Kingdom. One of the major legacies of the German period was the economic preponderance of sisal plantations concentrated in the northeastern coastal region around Tanga, with secondary production hubs sprawling along the central railway between Dar es Salaam and Morogoro, as well as in the southeastern coast in Lindi and Mikindani/Mtwara. Such economic layout required the recruitment of migrant labour over long distances within the colony and beyond. Moreover, the British heavily relied on the German colonial legislation until specific regulations were promulgated by British officials in Dar es Salaam and the Colonial Office in London.

This meant that the *kipande* system that had prevailed on colonial plantations, regulated under the German labour ordinance of 1913, continued to be in force despite the wishes of Tanganyika's first governor, Horace Byatt, who attempted to abolish it several times during his tenure from 1916 to 1925. Byatt insistently argued vis-à-vis the Colonial Office that *kipande*'s flexibility bred "indolence and indifference" among Africans (Banton, 2004, p. 279), but to no avail. In 1926 his successor, Donald Cameron, passed Tanganyika's "Master and Native Servants Ordinance", which consolidated *kipande* as a legal form of contract. In a report submitted to the League of Nations in 1927, Cameron explained:

The principal result of the 1926 Ordinance is to give legal recognition to the existing practice by which a contract with locally engaged native labour was made, not for a definite time, but, in effect, for the performance of a certain number of days' work within a reasonable time. The contract, though it normally extended for longer than one month, was not reduced to writing, but evidenced by a 'kipande', or labour card (REPORT BY [...], 1927, p.21)

Cameron further explained to his superiors in London a year later that a worker contracted under a *kipande* "labour card" was "free to take more or less than the time of a

normal working day to perform” a day’s work (UKNA,<sup>3</sup> CO 691/99/1). A crucial point, then, relates to what constituted a “day’s work”: the British commissioner responsible for Lindi Province along the border with Mozambique wrote that the “length of a day’s work or the size of the daily task depends very largely on the individual employer”, adding that “[f]ew labourers complete their thirty days’ work-card in less than six weeks and many take longer than that” (Tanganyika Territory, 1940, p. 66).

While labour migrants used the flexibility afforded by the *kipande* system from the outset to their own advantage, what emerges from the colonial documents is indeed a coercive structure: employers had a major leeway in setting the terms of *vipande* contracts on their plantations, and the withholding of wages or the arbitrary suppression of a day’s work from a labourer’s *kipande* was a common occurrence throughout the colony (Iliffe, 1979, p. 158). Moreover, labour conditions worsened significantly in the aftermath of the Great Depression. By late 1930, many sisal estates were operating at a loss of 30 shillings per tonne of sisal fibre exported (UKNA, FCO 141/177299).<sup>4</sup> It should not be surprising that plantation owners banded themselves in a syndicate, the TSGA, and made concerted efforts to slash wages by about 50% per completed *kipande* – a reduction large enough to worry officials in Tanganyika and London about the capacity of African workers to afford paying taxes (UKNA, CO 691/114/7). Paradoxically, though, *vipande* were even used by labourers to avoid paying taxes altogether, as Dianne Bolton’s analysis of the workforce enrolled in sisal plantation at Tanga region indicated. By 1933, a plantation in Muheza had 1200 labourers on active *vipande*, yet only about 15% of them daily turned out to work, as most workers held several *vipande* for adjacent plantations. This “very leisurely pace” in completing a *kipande* hindered the capacity of colonial officials in collecting taxes from plantation workers on a regular basis, as the very low labour turnout meant that most of the workers on a plantation’s payroll – that is, active *vipande* – had no balance from which taxes could be deducted (Bolton, 1980, p. 97-98).

However, it must be noted that the strategy of simultaneously holding more than one *kipande* to avoid paying taxes may not have been as effective elsewhere in the colony. It is likely that the smaller concentration of sisal plantations in places such as Morogoro and the southern provinces foreclosed its viability. By 1937, for instance, labour conditions on plantations around Morogoro had deteriorated to alarming proportions – as far as the Colonial Office staff were concerned – and resulted in the deaths of many migrant labourers. At the behest of London, the Tanganyika Government investigated the matter, with the ensuing enquiry putting the *kipande* system and the recruitment of migrant labour under crosshairs. Tanganyika’s acting governor in 1938 lambasted the *kipande* system for carrying “within itself the seeds of trouble”, as the low labour turnout incentivised lax supervision of workers’ health conditions. Yet he recognized that the “... labourer [...] seems to prefer it and must, I suppose, be given some freedom in forming his contractual relationships” (UKNA, CO 691/167/2). One of the upshots regarding the recruitment of “unsuitable” workers over long distances was, according to the Governor, that the “Sisal Growers Association [TSGA] has at last realised that they must set up their own recruiting organisation, with depots at key points, in charge of a reputable Labour Agent” (UKNA, CO 691/167/2).

Prior to considering the creation of a recruitment branch by the TSGA, it is important to grasp how recruitment took place before it. For the Mozambican Makonde, the earliest written evidence sent to officials in London suggests that individual recruiters operated along the Rovuma River, the boundary between British and Portuguese territories. In December

<sup>3</sup> United Kingdom National Archives in Kew, London.

<sup>4</sup> The value of a tonne of sisal (c.i.f.) declined from approximately £38 in 1929 to £21 in 1930, dipping further to £14 in 1932 (TANGANYIKA TERRITORY, 1931, p. 217; Guillebaud, 1958, p. 9-10).

1929, Donald Cameron mentioned in a despatch to London that “an Indian firm operating in the Lindi Province” was considering “the employment of river craft in connexion [sic] with the development of their sisal estates”, in a reference to recruiting migrants along the Rovuma River. Visiting the border a few years later in 1935, a German traveller commented with regard to Mozambican Makonde migrants:

They make up a large percentage of workers in plantations all the way to Tanga. In Newala Chini [...] I met an Indian man, a “modern slave hunter” that recruited Wamavia [Mozambican Makonde] to estates in the north. Every day numerous whole families cross the Rovuma [river] during the dry season’s low tide attracted by the higher wages offered to these undemanding “bush negros” to work on sisal estates (Schlieben, 1941, p. 360-361).

Equating a labour recruiter to a “modern slave hunter” may throw light on how European observers interpreted the mobility of largely anonymous Africans headed toward sisal plantations. Yet as Enrique Martino has demonstrated for labour migration networks between the Bight of Biafra and the Spanish colony of Fernando Pó, such descriptions can be misleading, as they were often written by pundits deeply concerned with unchecked African mobility (Martino, 2022). Furthermore, unlike the compulsory contracts enforced by Spanish authorities upon the arrival of migrants in Fernando Pó, the *kipande* contract in Tanganyika was used by many Makonde migrants to leverage their position by capitalising on the sale of unfinished *vipande* in plantations located in southern Tanganyika at “present value” to other workers, thus accruing money required for travelling further north towards Tanga, where wages in the sisal industry were higher and labour conditions less appalling (UKNA, CO 691/187/1). Paying attention to the way African migrants engaged with different “contractual arrangements” during colonialism is thus fundamental to avoid indiscriminately labelling every instance of labour migration as coercive (Alexopoulou; Silva, 2022, p. 179).

On the Portuguese side of the border, Inspector Manuel Martello reported after conducting an inspection of the administration of the Cabo Delgado district in 1951/1952 that Makonde migration to what is now Tanzania began in 1935 (AHM<sup>5</sup>, ISANI cx. 91). His report offers no evidence for this claim but mentions the long-standing relationship of the coastal population with the neighbouring territory, the hinterland, and places across the Indian Ocean; he was evidently aware of the historical integration of this region into the wider economic network of the Indian Ocean and the continuing mobility that this entailed. Yet, as far as he was concerned, the Makonde remained outside these older patterns of mobility.

The Makonde people historically built a reputation of being a closed community, as reflected in the view of Inspector Martello. This characteristic has been described by scholars to be the result of a strategy to resist slave raids, dating from the 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> centuries (Liebenow, 1971; Alpers, 1984; Dias *et al.*, 1998; Laranjeira, 2017). While Alpers questions this narrative by pointing out that the Makonde in the early 20<sup>th</sup> century engaged in cross-border migration to southwestern Tanzania and were inserted in wider trade networks, he did not include Makonde migration in geographically wider migration patterns. His analysis is based on archival material, which is scarce for the turn of the century on both sides of the border.<sup>6</sup> As a result, it is exceedingly difficult to trace migration patterns through colonial sources prior to the late 1920s and early 1930s, not least because of the fact that up until the mid-1950s anyone crossing the border was “hindered by little more than crocodiles” (Tanganyika Territory, 1954, p. 13). Drawing upon oral history and recent

<sup>5</sup> Mozambican National Archives.

<sup>6</sup> Many German records were destroyed during the First World War (Koponen, 1994, p. 350), and the archive of the *Companhia do Niassa*, that administered northern Mozambique from 1894-1929, is lost.

scholarship, we will advance some evidence that Makonde labour migration is indeed “older” and was inserted into wider geographical migratory flows (Jamal, 2015; Ali, 2016; Basos, 2022).

During interviews conducted with members of the Makonde diaspora in Dar es Salaam in 2022 and 2023, the far-reaching cross-border family networks that Alpers (1984) mentioned for southern Tanzania appear in almost every life trajectory. For instance, Edward<sup>7</sup> states that, when he left his village in Cabo Delgado some fifty years ago, he first went to stay with an aunt in southern Tanzania, near Mtwara. At his aunt’s place, he met a *ndugu*<sup>8</sup> whom he had never seen before. This family member had come from Mafia Island and was lodging with the same aunt. Eventually, the two decided to look for work in Dar es Salaam and left together for the big city. Edward had a vast network of known and unknown family members to rely on when deciding to leave Mozambique. Moreover, his *ndugu* from Mafia suggests that a relative of Edward’s had earlier left the village and reached the island, expanding the family there, as Edward’s *ndugu* himself had been born in Mafia (Interview with [henceforth, Int. w.] Edward, Dar es Salaam [DSM], Dec. 12<sup>th</sup>. 2022).

Mafia Island had many plantations providing work opportunities for labourers from the continent, as the sisters Sofia and Ines, both currently in their 80s, recalled during an interview in Dar es Salaam in 2023. Their parents worked on a plantation in Zanzibar. While they could not remember when their parents arrived, they did mention that Ines was born on the island. It is likely that Ines was born between 1933 and 1943 and that her parents arrived in Zanzibar before this. The sisters could not recall whether their parents met on a plantation in Mozambique or had previously worked on plantations on the mainland (Int. w. Sofia and Ines, DSM, Oct. 15<sup>th</sup>-19<sup>th</sup> 2023). Yet it is likely that they followed the same path as other mainlanders, from the hinterland to the coast and thence to the islands, while working at one or multiple locations at the coast before making their trip to the islands (Conversation with Abdul Sheriff, DSM, Dec. 5<sup>th</sup>. 2022). While Ines was still little, her parents moved to Mafia, where they continued to work on a *shamba* until Sofia was born. Eventually, the family moved to Tanga and later to Dar es Salaam.<sup>9</sup>

These family histories suggest that the Makonde became part of wider and historically longer migration patterns that date from at least the early British period and/or the German period. Their presence on the islands of Zanzibar and Mafia in the stories told above is interesting. In Zanzibar, for instance, during the 19<sup>th</sup> century a large clove-growing industry developed. It first covered its need for manual labour with enslaved people and then, with the abolition of slavery in 1897, with migrants from the mainland. The Makonde are known to have been among the migrants that went to Unguja and Pemba to work on the plantations (Ali, 2016).

The hut tax was first introduced in Northern Mozambique in 1898 (Medeiros, 1997), and although during the first couple of decades the *Companhia do Niassa*’s grip over the hinterland was tenuous, the need to generate income was present. Possibilities to earn money were scarce in the *Companhia*’s territory, and hence it is likely that the Makonde went to neighbouring territories to seek income-generating activities on German or British plantations. As long as the location of the *Companhia do Niassa*’s documents remains unknown, there is only a handful of documents attesting to these migratory movements. One example is a letter written by the manager of the *O.A. Plantagengesellschaft Kilwa Ludland*

<sup>7</sup> To protect the interviewees, their names have been changed.

<sup>8</sup> Swahili word used to describe a younger sibling, cousin, or relative. Since the *Ujamaa* period it has also been widely used to denote a comrade. However, we believe that Edward used it to describe a relative he considered as his younger sibling or cousin, though not necessarily a consanguineous relative.

<sup>9</sup> Ines did not specify the kind of plantation she and her parents worked at, and as Mafia and Zanzibar were not primary sisal producers, it probably was not a sisal plantation. Nonetheless, her life story is a testimony to how the search for livelihood demanded a constant adaptation to exterior conditions.

*Mkoe*, in Lindi District in German East Africa, to the Portuguese local administrator in Negomano, in Northern Mozambique. The manager requested permission to recruit workers directly from Mozambique, as he noted that a significant number of workers from Portuguese territory had migrated to German territory during the year 1911 to work on the plantations (AHD<sup>10</sup>, S.13.1. E14 P06 82798 *Acontecimentos no Rovuma*, pp.105-106). Such extant sources are consistent with the especially pronounced demand for migrant workers in German East Africa since 1910, as identified in German records by Bernd Arnold (1994, p. 205).

Therefore, one could advance the hypothesis that what emerged in the early 1930s were the *manamba*, the labour migration statistically measured by British administrators, while Makonde labour migrants already existed and had formed a part of wider labour migration patterns. Still, more research is needed on this topic, especially inquiries based on archaeology, linguistics and cultural studies, which could shed light on the longevity of these labour migration networks, similar to the research already conducted about the Makua in Mozambique (Declich, 2007; Macuácuá, 2023).

## THE BUREAUCRATISATION OF THE LABOUR ORGANIZATION AND MIGRANT AGENCY

As the sisal industry in Tanganyika coalesced into a powerful lobbying association, the TSGA, and achieved substantial growth after the early 1930s, recruitment became a pressing issue among British administrators and mobilised numerous private actors into providing labour to the industry. Yet it was only during wartime that efforts to set up a bureaucratized recruitment agency came to fruition. The Sisal Labour Bureau, or SILABU, was formed in August 1944 and had wide powers to recruit workers, conduct medical examinations or provide motorised transport to and from sisal plantations. For workers willing to accept long contracts before departing for the plantations, the Bureau could offer amenities such as blankets, cookware, and food provisions for the journey to the plantations. (Gulliver, 1955; Guillebaud, 1958).

During its initial months, SILABU coexisted with the conscription of labourers to sisal plantations as part of Britain's war effort – itself another source of grave deterioration in work conditions across Tanganyika (Iliffe, 1979, p. 371; Rodney *et al.*, 1983). SILABU immediately made plans to recruit labour in neighbouring colonies, reaching out to the Belgian and British authorities by the end of 1944. As TSGA's chairman, Eldred Hitchcock, put it rather boldly to the Colonial Office: "One thing is clear, if we want sisal production there must be better arrangements for labour supply" (UKNA, CO 691/199). Yet unlike their counterparts in Southern Rhodesia, Nyasaland, and Ruanda-Urundi, the Portuguese authorities in Mozambique were never officially approached by SILABU. Instead, recruiters on SILABU's behalf – as well as clandestine labour agents – resorted "to the old method of recruiting from just over the border", to borrow the words of an experienced British labour officer in London (UKNA, CO 691/199).

Labour touting by SILABU and unlicensed recruiters along the Tanganyikan side of the Rovuma River caused much friction between Portuguese and British authorities over the following decade. Recruitment activities not only led to international quarrels; even within the colony they were a source of tension:

It was sincerely hoped, by Members of this Branch, that the advent of 'Silabu' in the province would solve all labour problems and put production on a

<sup>10</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Lisbon.

sound basis; this, however, has not been the case, and unfortunately 'Silabu' has helped materially to drain this Province of thousands of productions labourers (TNA<sup>11</sup>, Accession 16. File 36/4).

The above excerpt from the minutes of a meeting between the TSGA branch of the Southern Province and SILABU members, which took place in 1950 in Lindi, testifies both to the planters' hopes and frustrations with regard to SILABU. The organisation was not living up to expectation, and the local branch voiced its concerns to a group of SILABU employees from Tanga who were visiting the Southern Province at the time. The meeting must have been tense, as at some point Mr. Hitchcock himself, who was among the visitors, felt the need to state that:

they should not be considered as the "opposite" Party but as colleagues [...] [Hitchcock] stated that they were here to hear the Branch's views and difficulties and to decorticate them into a manageable solution. The Southern Province is not a reservoir of labour but a corridor for labour. (Id.)

Since, as previously shown, SILABU was a product of TSGA, it might seem surprising that Hitchcock was reminding fellow TSGA members to regard him as a colleague and not as an enemy. The recruiting situation in the Southern Province represented a particular challenge to private and administrative colonial actors alike; hence Hitchcock's insistence upon the Southern Province being not a labour reservoir but a labour corridor. Indeed, the Southern Province did not correspond to the typical case of a labour reservoir, as it simultaneously served both as departure and destination point of migrants seeking work. The division of regions into places providing labour and places needing labour in the colonial context created inequalities and tensions (Okia, 2023), yet in the case of the Southern Province, these tensions existed not only within one colony/protectorate but also within the same province. The sisal plantations and government projects such as the Groundnut Scheme in the coastal districts (Kilwa, Lindi and Mikindani/Mtwara) needed a steady flow of workers, whereas people in the interior districts, such as Masasi, Tunduru, and Newala, where wage labour was rare, needed opportunities to earn money. The population of the interior usually had two choices: to seek work in the coastal districts or on the Central Lines and in Tanga. The salaries being higher and the working conditions better in the latter, it was often the preferred destination for people from the interior districts (Rodney, 1983; Alpers, 1984; Jamal, 2015; Dinani, 2019).

The migrants' preferences, as the previously mentioned minutes illustrate, did not go unnoticed by the planters, who were in constant worry not to be able to meet the labour needs of their own industry. Yet the planters were not the only ones with an ambiguous attitude towards SILABU activities in the Southern Province. District officers complained multiple times to the Provincial Officer about the recruiters' activities in their districts. One of the most prominent cases is the district officer of Tunduru, who out of fear that his district would become empty and after complaining repeatedly to the Provincial Officer, took matters into his own hands and hindered the recruiters' work by refusing to let men leave his district (TNA, Accession 16, File 13/7, Vol XI). On the one hand, the Provincial Officer had to handle the complaints of the district officers from the interior saying they could not properly execute their tasks with most of the male population being absent (op.cit, Vol. XII); on the other side, the central government in Dar es Salaam required industries in Tanganyika to prosper and therefore needed the plantations in Tanga and on the Central Lines to be able to secure enough workers (TNA, Accession 460, File 541/18). The encouragement of migration while

---

<sup>11</sup> Tanzanian National Archives, Dar es Salaam.

at the same ordering its immobility is emblematic of the way colonial actors envisioned labour migration as something they could direct and manipulate (Okia, 2023, p. 264).

Frequent meetings of the TSGA, government officials and recruiters took place to discuss the labour question in the Southern Province. In the minutes of those meetings a strategy reveals itself. Makonde migrants were frequently used as bargaining chips to strike a balance among the different parties involved (TNA, Accession 16, File 36/4). This becomes particularly clear when one considers the measures taken by provincial officers and SILABU to limit the “exodus” of Southern Provincial inhabitants. There were different levels of limitation issued over time. Sometimes recruiting was forbidden for the entire province but only during a certain amount of time (*ibid.*), at other times recruiting in certain districts was restricted (TNA, Accession 16, File 13/7, Vol XI), or recruitment for work outside the province was temporarily forbidden or restricted by imposing an annual quota per recruiting agency and district (*op. cit.*, Vol XII). These measures were implemented to address the needs of the Southern Province, private and public alike. In order not to displease the planters of the Central Line and Tanga as well as the central government, Makonde migrants were deliberately kept mainly outside of these regulations. On the first recruiting permits issued, one can often find a restricted number of locals of the southern district but an unlimited number of Makonde from Mozambique, both residents and migrants to be recruited (*ibid.*). Besides, “voluntary” engagement remained permitted at all times. Migrants were allowed to go to the plantations and enter a work agreement by themselves as well as offer their workforce to a recruiter “voluntarily”. In those cases, though, they entered the number regulated by the quota. Thus, the measures put in place safeguarded the interests of the northern planters and ensured their labour needs were met.

At one of the meetings, a planter in the Southern Province raised the question whether the recruiting activities still guaranteed the “free will” of the migrant and whether, in the absence of recruiting structures in Newala, which was a main entry port for Makonde migrants, more of them would choose to seek work in the Southern Province (TNA, Accession 16, File 36/4). This led to the suggestion of closing down the SILABU office in Newala altogether. Yet, the planters quickly asked for the branch to be reopened, as they had considered neither recruiters from other plantations or agencies nor the migrants in their equation (*ibid.*). SILABU was the main recruiter for TSGA, but other plantations, such as Betty Beaty and Paulings & Co, had their own recruiters present in Newala (*ibid.*). Furthermore, the conditions were still better on the Central Lines and in Tanga; hence these destinations were still preferred by migrants, who continued to make their way northwards. The only consequence of closing the SILABU office in Newala was that the TSGA members without their own recruiting system found it harder to secure their labourers. One of the measures that would have probably redirected the migration flow was raising salaries to match those in the North, but this was seen as too expensive (Rodney, 1983, p. 20-25).

The concept of worker-recruiter permits hinged on the idea that headmen on leave in their home communities would persuade others to join them and return with them to the plantations. These activities, although illegal, are said to have taken place in Mozambique too (TNA, Accession 16, File 13/7, Vol XII). When asked about the circumstances that led to them leaving Mozambique, different reasons are named by the migrants. Isabel, for instance, recalls her brother asking her one day if she wanted to join him and others of his village to go and work in Tanganyika (Int. w. Isabel, DSM, 16.10.23). Francisca, on the other hand, said her husband had been active in the cross-border trade, selling chains bought in Tanganyika in his area in Mozambique. One day a neighbour warned them that the Portuguese police were on their way to arrest the husband on suspicion of “subversive



activity”.<sup>12</sup> On that same day, they took their child and fled northwards (Int. w. Francisca, DSM, Oct. 17<sup>th</sup>. 2023). Meanwhile, Beatriz remembers the news arriving in her village that the Portuguese were on their way to gather people for work. She recalls how all the young people fled into the bush for the night and then left together for Tanganyika (Int. w. Beatriz, DSM, Oct. 22<sup>th</sup>. 2023). Beatriz’s story reflects the brutal reality of forced labour that existed in colonial Mozambique (Allina, 2012; Alexopoulou; Silva, 2022). These experiences draw a different picture than the one gained through the colonial sources. Recruitment played a minor role in the reason for leaving. Isabel could have been part of a group recruited by a worker on leave, yet, if she was, she did not consider it worth mentioning.

In response to the question “how they knew where to go”, Beatriz and Isabel said that it was someone from their group who knew the way, and in Francisca’s case, her husband obviously knew it already. By the time these women migrated (ca. 1950-1964) many Makonde had already travelled to Tanganyika for seasonal or long-term plantation work. Therefore, it seems likely that someone in the groups with whom Beatriz and Isabel travelled had already undertaken the journey, or that one of their relatives, neighbours or other social contacts had provided them with directions, gathered during their own migratory trajectories. The sharing of knowledge and encouragement to leave was taking place without the bureaucratization of worker-recruiter permits and the inducements from SILABU. In many of the life stories collected, the interviewees mention that at least one other relative had already undertaken the journey or was still in Tanganyika.

While the motives for leaving were varied, none of the migrations were planned. They correspond to what Gregory and Piché (1983) describe as “spontaneous” migration. Although the use of this word is questionable, it has the advantage of avoiding the colonially charged term “voluntary migration”. Gregory and Piché use the term to express an active decision on the part of the migrant to leave, but they rightly insist that the conditions that led a migrant to make such a decision were deliberately created by colonial governments. In their words spontaneous labour migration “is the culmination of 50 years (or several hundred years, if we include slavery) of more strictly controlled forms of acquiring African labour.” (Gregory; Piché, 1983, p. 174).

The lack of adequate words to describe this labour migration may also be interpreted as a significant difference in ways of looking at life itself. The manner in which the interviewed women recalled their departure reflected a perspective where life is a sequence of happenings outside of one’s reach. Therefore, even in cases where there was no immediate threat, premeditation of the migration journey seems to have been rare. Isabel had not particularly thought about leaving before being asked by her brother and there was no urgent need to leave, even though the extra money would benefit her and her family. As she formulated it, the opportunity presented itself and she took it. Peaks in the number of migrants coming to Tanganyika, as British colonial officers noted, correlated with conditions in Portuguese East Africa, and the British could not predict or influence them. For instance, in 1947 the provincial officer for the Southern Province noted a reverse migration trend with many Makonde returning to Mozambique, and he correlated it with working conditions there improving (TNA, Accession 16, File 11/260). Makonde migrants did not integrate into the urban or semi-urban environment and generally wanted to return home to their rural lifestyle whenever conditions allowed it (Grohs, 1974).

The infrastructure provided by SILABU allowed migrants to reach their destination faster with motorised transport, but also counted them. Many migrants used the recruiting

<sup>12</sup> From the late 1950s and especially in the early 1960s, Portuguese authorities were afraid that the political movements across British and French African territories would spill over to their colonies. As MANU and later FRELIMO were known to sell membership cards in Northern Mozambique, it is likely that Francisca’s husband’s connections to Tanganyika raised suspicion.

office in Newala in the same way as Isabel and Beatriz. Isabel recalls seeing a bus the first time in her life, and Beatriz recalls people on her bus chanting in the Makonde language during the entire journey, as these buses were almost always carrying only Makonde people. However, an unaccounted number of migrants made their way independently northwards, either entering the recruiting structure in Kilwa or making their whole journey to Tanga or Morogoro on foot. This is the case of Francisca. After escaping the Portuguese, she and her husband first went to rest at a relative's house close to Mtwara and then went to look for work in Morogoro. A Tanzanian interview partner, having grown up just north of Newala, remembers seeing as a child the *manamba* passing on foot close to his village heading north (Int. w. Peter, DSM Oct. 21, 2023). Administrators mentioned groups of Makonde from Mozambique walking all the way to Kilwa or even farther north (TNA, Accession 460, File 541/18). Thus, despite the existing infrastructure, there were many migrants who preferred to make their own travel arrangements rather than using the means provided by SILABU. This specificity partially explains the lack of reliable figures for Mozambican Makonde migrants.<sup>13</sup> The trend of migrants opting for autonomy in forming their own contractual relationships, instead of relying on SILABU-brokered contracts, was observed by P. H. Gulliver in the 1950s (Gulliver, 1955) and was echoed in Francisca's trajectory.

Due to the lack of an international agreement on labour supply, the planters and colonial administrators were thus constantly forced to adapt their strategies to the preferences of the migrants (Sunseri, 1996). While acknowledging the colonial context in which this migration occurred and the suffering and pain that many migrants endured, the flexibility of the system allowed migrants to make the best of their situation and to improve their working conditions by seeking better opportunities elsewhere or exercising their bargaining power, and it should be noted that some 'Mawia' workers even led strikes (TNA, Accession 16, File 11/260).

## CONCLUSION

Although big in numbers, with an estimated 30.000 Mozambican Makonde located in Tanganyika by the early 1960s, Makonde migration has received scant attention from scholars. Many aspects of Makonde labour migration remain understudied, above all the role played by the Mozambican Makonde diaspora in Tanzania during the Mozambican liberation struggle (1962-1975). We hope to have addressed some of the gaps in our understanding of these migratory flows during the 20th century. By combining archival sources collected from colonial repositories with oral testimonies, we have demonstrated that colonial administrators were unable to tailor labour recruitment and African mobility as they saw fit, having to cater to the frequently conflicting needs of plantation owners, industry pundits, recruiters, and migrants themselves.

Colonialism deeply transformed the conditions in which waged labour took place. But the structures created by European overlords in what is now Tanzania to coerce Africans into providing labour, such as the *kipande* system, were widely used by migrants throughout the colonial era as an instrument to retain their autonomy. We have highlighted Makonde migrant workers' agency as a telling example of how colonial structures stopped well short of determining the destinations of migrant labour, as well as controlling the multiple outcomes of the migrants' mobility across imperial boundaries.

Furthermore, in drawing upon both oral and written evidence, we have questioned the idea of *manamba* – or how anonymous masses of migrant workers could be turned into

<sup>13</sup> Mozambican Makonde were only counted in the Native Censuses of Tanganyika in 1948 and 1958 under the derogatory ethnonym of "Mawia", thus limiting the usefulness of colonial censuses for studying Makonde labour migration (Alpers, 1984).

“numbers” in colonial Tanzania – as the byproduct of colonial structures aimed at regulating African mobility. In both the British and the Portuguese documentation, migration only started once the Makonde migrants became accounted for; yet, as we have pointed out, this migration was probably much older and geographically wider than colonial authorities assumed in the mid-twentieth century. Lastly, we have shown how Makonde men and women made their own transformative connections with an increasingly globalised world by engaging in colonial commodity production not as “numbers”, as colonial administrators and plantation owners would have them, but as people whose “search for life” brought about lasting effects wherever they set foot.

## REFERENCES

- ALEXOPOULOU, Kleoniki; SILVA, Filipa R. da. Governing Free and Unfree Labor Migration in Portuguese Africa, 19th–20th Century. In: DE HAAS, Michiel; FRANKEMA, Ewout (eds.) *Migration in Africa. Shifting Patterns of Mobility from the 19th to the 21st Century*. London: Routledge, 2022. p. 178-202.
- ALI, Almas. *A History of the Makonde Migration to Pemba from 1890 to 1963*. MA thesis – University of Dar es Salaam, Dar es Salaam, 2016.
- ALLINA, Eric. *Slavery by Any Other Name: African Life Under Company Rule in Colonial Mozambique*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012.
- ALPERS, Edward A. “To Seek a Better Life.” The Implications of Migration from Mozambique to Tanganyika for Class Formation and Political Behavior. *Canadian Journal of African Studies*, v. 18, n. 2, p. 367-388, 1984.
- ARNOLD, Bernd. *Steuer und Lohnarbeit im Südwesten von Deutsch-Ostafrika, 1891 bis 1916: Eine Historisch-Ethnologische Studie*. Münster & Hamburg: Lit Verlag, 1994.
- ASIWAJU, Anthony. Migrations as Revolt: The Example of the Ivory Coast and the Upper Volta Before 1945. *Journal of African History* v. 17, n. 4, p. 577-594, 1976.
- ATKINS, Keletso E. *The moon is dead! Give us our money! the cultural origins of an African work ethic*, Natal, South Africa, 1843-1900. Portsmouth: Heinemann, 1993.
- BANTON, M. K. The Colonial Office, 1820-1955: Constantly the Subject of Small Struggles. In: HAY, Douglas; CRAVEN, Paul (eds.) *Masters, servants, and magistrates in Britain and the Empire, 1562-1955*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004. p. 251-302.
- BASTOS, Felipe. “A Fonte dos WaMakonde”: Migração Laboral, Associativismo e Anticolonialismo na Indústria Sisaleira do Tanganyika (1880-1960). PhD thesis – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.
- BERNARDI, Claudia; SHAHID, Amal; ÖZBEK, Müge. Reconsidering labor coercion through the logics of Im/mobility and the environment. *Labor History*, v. 64, n. 6, p. 659–675, 2023.
- BILLINGS, Sabrina. 7. Kutafuta Maisha: “Looking for a Life” from the Edge of the Globe. In: *Language, Globalization and the Making of a Tanzanian Beauty Queen*. Bristol: Multilingual Matters, 2013. p. 180-193.
- BOLTON, Diane. *Government, Labour and Employees in the Tanzanian Sisal Industry, 1930-1976*. Ph.D thesis – University of Birmingham, Birmingham, 1980.

- BORTOLOTT, Alexander. Art on the Frontier: Sculpture and the Border Mentality along the Ruvuma River. In: VAN WYK, Gary (ed.) *Shangaa: art of Tanzania*. New York: QCC Art Gallery, 2013. p. 105-133.
- CLASS, Paul. *Die Rechtsverhältnisse der freien farbigen Arbeiter in den deutschen Schutzgebieten Afrikas und der Südsee*. Dissertation – Ruprechts-Karls Universität, Heidelberg, 1913.
- COOPER, Frederick. *From Slaves to Squatters. Plantation Labour and Agriculture in Zanzibar and Coastal Kenya, 1890-1925*. New Haven; London: Yale University Press, 1980.
- COOPER, Frederick. Conflict and Connection: Rethinking Colonial African History. *The American Historical Review*, v. 99, n. 5, p. 1516–1545, 1994.
- DA CONCEIÇÃO MEDEIROS, Eduardo. *História de Cabo Delgado e do Niassa (c.1836-1929)*. Maputo: Medeiros, 1997.
- DECLICH, Francesca. *Tradições culturais do Moçambique na Somália meridional*. Ilha de Moçambique, 21.08.2007.
- DELIUS, Peter; PHILLIPS, Laura L.; RANKIN-SMITH, Fiona (eds.) *A long way home: migrant worker worlds 1800-2014*. Johannesburg: Wits University Press, 2014.
- DIAS, Jorge; DIAS, Margot; GUERREIRO, Manuel V. *Os Macondes de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.
- DICK-READ, Robert. *Sanamu: Adventures in Search of African Art*. London: Rupert Hard-Davis, 1964.
- DINANI, Hussein. Gendered Migrant Labour: Marriage and the Political Economy of Wage Labour and Cash Crops in Late Colonial and Post- Independence Southern Tanzania. *Gender & History*, v. 31, n. 3, p. 565-583, 2019.
- GREGORY, Joel W.; PICHE, Victor. African Return Migration: Past, Present, and Future. *Contemporary Marxism*, n. 7, p. 169-183, 1983.
- GROHS, Elisabeth. “Wenn Mozambique frei wäre...” *Makonde Schnitzer erzählen*. In memoriam António Jorge Dias ed. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1974. p. 197-212. v. 3.
- GUILLEBAUD, Claude. *An Economic Survey of the Sisal Industry of Tanganyika*. Welwyn: James Nisbet & Co., 1958.
- GULLIVER, P. H. *Labour Migration in a Rural Economy: A Study of the Ngoni and Ndendeuli of Southern Tanganyika*. Kampala: East African Institute of Research, 1955.
- HAAS, Michiel de; FRANKEMA, Ewout (eds.) *Migration in Africa: shifting patterns of mobility from the 19th to the 21st century*. New York/London: Routledge/Taylor & Francis Group, 2022.
- HARRIES, Patrick. *Work, culture, and identity: migrant laborers in Mozambique and South Africa, c.1860-1910*. Portsmouth, Heinemann, 1994.
- HOGENDORN, J. S.; SCOTT, K. M. The East African Groundnut Scheme: Lessons of a Large-Scale Agricultural Failure. *African Economic History*, n. 10, p. 81–115, 1981.

ILIFFE, John. *A modern history of Tanganyika*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1979.

ISRAEL, Paolo. *In step with the times: Mapiko masquerades of Mozambique*. Athens, Ohio: Ohio University Press, 2014.

JAMAL, Badru. *A History of the Makonde Migration to Mtwara from 1860s to 1960s*. MA thesis – University of Dar es Salaam, Dar es Salaam, 2015.

KINGDON, Zachary. *A Host of Devils: The history and context of the making of Makonde spirit sculpture*. London: Routledge, 2002.

KOPONEN, Juhani. *Development for exploitation: German colonial policies in Mainland Tanzania, 1884-1914*. Helsinki/Hamburg: Lit Verlag, 1994.

LARANJEIRA, Lia D. Migração makonde, produção de esculturas e mercado de arte no Tanganyika: a questão do estilo Shetani (1950-60). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 25, n. 2, p. 141-162, 2017.

LIEBENOW, J. Gus. *Colonial rule and political development in Tanzania: the case of the Makonde*. Evanston: Northwestern University Press, 1971.

LIEBST, Michelle. *Labour and Christianity in the mission: African workers in Tanganyika and Zanzibar, 1864-1926*. Suffolk: James Currey, 2021.

MACUÁCUA, Elcídio R. *Slavery and Diaspora in the Indian Ocean: Relationship between Macuas from Ilha de Moçambique and Mayotte Island*. Dar es Salaam: International Conference on Slavery and Post-Slavery in Modern African History, 7.11. 2023.

MADDOX, H.; KIMAMBO, N.; NYANTO, Salvatory S. *A New History of Tanzania*. Dar es Salaam: Mkuki na Nyota Publishers, 2017.

MARTINO, Enrique. *Touts: recruiting indentured labor in the Gulf of Guinea*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2022.

MOHL, Max. *Meisterwerke der Makonde: eine ostafrikanische Dokumentation*. Heidelberg: Mohl, 1977.

MONSON, Jamie. *Maisha: Life History and the History of Livelihood along the TAZARA Railway in Tanzania*. In: FALOLA, Toyin; JENNINGS, Christian (eds.) *Sources and Methods in African History: Spoken Written Unearthed*. Rochester: University of Rochester Press, 2003, p. 312-328.

OCHONU, Moses. African Colonial Economies: Land, Labor, and Livelihoods. *History Compass*, v. 11, n. 2, p. 91-103, 2013.

OKIA, Opolot. Migration and Labor in Sub-Saharan Africa during the Colonial Period. In: BORGES, Marcelo J.; HSU, Madeline Yuan-yin (eds.) *The Cambridge history of global migrations*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2023. p. 261–279.

*REPORT by His Britannic Majesty's Government to the Council of the League of Nations on the Administration of Tanganyika Territory for the year 1926*. London: H.M.S.O., 1927.

RIZZO, Matteo. What Was Left of the Groundnut Scheme? Development Disaster and Labour Market in Southern Tanganyika 1946-1952. *Journal of Agrarian Change*, v. 6, n. 2, p. 205-238, 2006.

RODNEY, Walter. *How Europe underdeveloped Africa*. London: Bogle-L'Ouverture Publications, 1972.

RODNEY, Walter. Migrant Labour and the Colonial Economy. In: *Migrant Labour in Tanzania During the Colonial Period: Case Studies of Recruitment and Conditions of Labour in the Sisal Industry*. Hamburg: Inst. für Afrika-Kunde, p.4-28, 1983.

RODNEY, Walter; SAGO, Laurent; TAMBILA, Kapepwa. *Migrant Labour in Tanzania During the Colonial Period: Case Studies of Recruitment and Conditions of Labour in the Sisal Industry*. Hamburg: Inst. für Afrika-Kunde, 1983.

SABEA, Hanan. *Redefining the building of 'a new society' in Tanzania*. Ph.D Thesis – Johns Hopkins University, Baltimore, 2000.

SCHLIEBEN, Hans. *Deutsch Ost-Afrika einmal ganz anders: eine fünfjährige Forschungsreise*. Neudamm: J. Neumann, 1941.

SCHRADER, Rudolf. *Die Zwangsarbeit in Ostafrika nach deutschem und britischem Kolonialrecht*. Hamburg: Ackermann & Wulff, 1919.

SUNSERI, Thaddeus. Migration in Colonial Tanzania and the Hegemony of South African Historiography. *African Affairs*, v. 95, n. 381, p. 581–598, 1996.

SUNSERI, Thaddeus. *Vilimani: labor migration and rural change in early colonial Tanzania*. Portsmouth: Heinemann, 2002.

TANGANYIKA TERRITORY. *Annual Reports of the Provincial Commissioners on Native Administration for the year 1939*. Dar es Salaam: Government Printer, 1940.

TANGANYIKA TERRITORY. *A review of development plans in the Southern Province, 1953*. Dar es Salaam: Government Printer, 1954.

TANGANYIKA TERRITORY. *Blue Book for the year ended 31st December 1930*. Dar es Salaam: Government Printer, 1931.

TETZLAFF, Rainer. *Koloniale Entwicklung und Ausbeutung: Wirtschafts- und Sozialgeschichte Deutsch-Ostafrikas 1885-1914*. Berlin: Duncker & Humblot GmbH, 1970.

## AUTHOR'S NOTES

---

### AUTHORSHIP

**Felipe Barradas Correia Castro Bastos:** Ph.D., Assistant Professor in Global History, Midwestern Paraná State University (UNICENTRO), History Department, Guarapuava, PR Brazil.  
**Clara Torrão Busin:** MA., Ph.D. student, École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Institut des mondes africains, Paris, France.

### CORRESPONDING ADDRESS

Rua Salvatore Renna – Padre Salvador, 875, Bairro Santa Cruz, CEP 85.015-430, Guarapuava/PR, Brazil.



## SOURCE OF THE ARTICLE

Extracted from the authors' Ph.D. thesis. Clara Torrão Busin's ongoing thesis is titled *At the Crossing of Borders: The Southern Swahili Coast between Palma (Mozambique) and Mikindani (Tanzania), ca. 1870 -1975*, under the advisory of Catarina Madeira Santos (EHESS) and Hezron Kangalawe (UDSM – Tanzania). Felipe Bastos' thesis was submitted to the Graduate Program in History at the University of Campinas, in 2022.

Interviews collected by Clara Torrão Busin for her PhD thesis. The interlocutors have asked to remain anonymous. Therefore, in the text alternative names are used. The same names will appear here (with the exception of Abdul Sheriff):

Sheriff, Abdul, conversation (5.12.2022) with Clara Torrão Busin in Dar es Salaam for her PhD Project *At the Crossing of Borders: The Southern Swahili Coast between Palma (Mozambique) and Mikindani (Tanzania), ca. 1870 -1975*

Edward, interview, interviewed by Clara Torrão Busin in Dar es Salaam on the 12.12.2022, for her PhD Project *At the Crossing of Borders: The Southern Swahili Coast between Palma (Mozambique) and Mikindani (Tanzania), ca. 1870 -1975*

Sofia, interview, interviewed by Clara Torrão Busin in Dar es Salaam on the 15.10.2023, for her PhD Project *At the Crossing of Borders: The Southern Swahili Coast between Palma (Mozambique) and Mikindani (Tanzania), ca. 1870 -1975*

Ines, interview, interviewed by Clara Torrão Busin in Dar es Salaam on the 19.10.2023, for her PhD Project *At the Crossing of Borders: The Southern Swahili Coast between Palma (Mozambique) and Mikindani (Tanzania), ca. 1870 -1975*

Isabel, interview, interviewed by Clara Torrão Busin in Dar es Salaam on the 16.10.2023, for her PhD Project *At the Crossing of Borders: The Southern Swahili Coast between Palma (Mozambique) and Mikindani (Tanzania), ca. 1870 -1975*

Francisca, interview, interviewed by Clara Torrão Busin in Dar es Salaam on the 17.10.2023, for her PhD Project *At the Crossing of Borders: The Southern Swahili Coast between Palma (Mozambique) and Mikindani (Tanzania), ca. 1870 -1975*

Beatriz, interview, interviewed by Clara Torrão Busin in Dar es Salaam on the 22.10.2023, for her PhD Project *At the Crossing of Borders: The Southern Swahili Coast between Palma (Mozambique) and Mikindani (Tanzania), ca. 1870 -1975*

Peter, interview, interviewed by Clara Torrão Busin in Dar es Salaam on the 21.10.2023, for her PhD Project *At the Crossing of Borders: The Southern Swahili Coast between Palma (Mozambique) and Mikindani (Tanzania), ca. 1870 -1975*

## ACKNOWLEDGEMENTS

We would like to thank Professor Adam Jones (Universität Leipzig) for his attentive reading and suggestions on an earlier version of this manuscript, as well as the two anonymous reviewers for their thorough and insightful comments.

## AUTORSHIP CONTRIBUTION

**Conceptualization and elaboration of the manuscript:** F. B. C. C. Bastos, C. T. Busin.

**Data collection:** F. B. C. C. Bastos, C. T. Busin.

**Results discussion:** F. B. C. C. Bastos, C. T. Busin.

**Revision and approval:** F. B. C. C. Bastos, C. T. Busin.



## FUNDING

São Paulo Research Foundation, Grants nº 2017/24366-5 and 2019/05322-2; CAPES Grant nº 88887.644916/2021-00.

Contrat doctoral 2021-2024 EHESS, Fieldwork grants from: TEPSIS (2022), IMAf (2022 & 2023), IFRA-Nairobi (2023), IFAS-Johannesburg (2023)

## IMAGE USE AGREEMENT

Not applicable.

## ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

## CONFLICT OF INTEREST

Both authors attest that there are no conflicts of interest.

## LICENSE OF USE

This article is licensed under the [Creative Commons License CC-BY](#). With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

## PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

## EDITORS

João J. G. dos Santos Junior.

## HISTORY

Received on: February 9, 2024

Approved on: April 16, 2024

How to cite: BASTOS, Felipe B. C. C.; BUSIN, Clara T. Kutafuta Maisha: connections between agency and structure in Makonde migratory labour from Mozambique to Tanzania (ca. 1907-1964). *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 237-256, may/aug., 2024.







## **COMMODITY PRODUCTION AND AFRICAN MIGRATION TO TURKEY, NOW AND IN THE PREMODERN PAST**

Produção de commodities e migração africana para a Turquia, agora e no passado moderno

**Mahir Şaul**<sup>a</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-1000-5991>

E-mail: ayvesa12@gmail.com

**Kerem Duymus**<sup>b</sup>

 <https://orcid.org/0009-0006-8404-6808>

E-mail: keremduymus@gmail.com

<sup>a</sup> Retired professor of Social Anthropology, University of Illinois, Department of Anthropology, Urbana Campaign, Illinois, USA.

<sup>b</sup> Universität Leipzig, Department of African Studies, Leipzig, Germany.

**DOSSIÊ/ISSUE**

**MIGRAÇÃO LABORAL E PRODUÇÃO DE COMMODITIES NA ÁFRICA: CONEXÕES GLOBAIS**

**LABOR MIGRATION AND COMMODITY PRODUCTION IN AFRICA: GLOBAL ENTANGLEMENTS**

## **ABSTRACT**

African Migration in Turkey is an under-researched area despite the long history of migration between West Africa and the Ottoman Empire and the large number of African migrants in Turkey. The connection of this historical and contemporary migration movement with commodity production reveals not only the basic dynamics and patterns but also the global character of this mobility. While the flow of labor and commodities between Africa and Turkey continues, especially with Turkey's new Africa policy after 2002, African migrants are also implementing their own interests and agendas. Thus, an interdisciplinary approach encompassing history, economics, and anthropology reveals intertwined transformations and networks that provide a perspective for historical changes.

## **KEYWORDS**

West African migration. Turkey. Turkish African Policy.

## **RESUMO**

A migração africana na Turquia é uma área pouco pesquisada, apesar da longa história de migração entre a África Ocidental e o Império Otomano e do grande número de migrantes africanos na Turquia. A conexão entre esse movimento migratório histórico e contemporâneo e a produção de commodities revela não apenas as dinâmicas e padrões básicos, mas também o caráter global dessa mobilidade. Enquanto o fluxo de trabalho e commodities entre a África e a Turquia continua, especialmente com o surgimento de uma nova política africana da Turquia após 2002, os migrantes africanos também estão implementando seus próprios interesses e agendas. Assim, uma abordagem interdisciplinar que abrange história, economia e antropologia revela transformações e redes entrelaçadas que nos fornecem uma perspectiva para as mudanças históricas.

## **PALAVRAS-CHAVES**

Migração ocidental-africana. Turquia.



This paper has a double focus with discontinuity in time, discussions of two different phases of mobility from sub-Saharan Africa to the Mediterranean or more specifically to the north and eastern parts of it that is now Turkey. The common thread that recommends joining these observations together is *commodity*, its production and also all that is involved in its exchange. The early phase is the trans-Saharan trade, conducted in premodern conditions although in the nineteenth century the commodities involved in the import leg of it were industrial. This trade, starting in what is now northern Nigeria went through the desert, then the large towns lying on the northern edge of the Sahara, and reached the port cities of North Africa on the Mediterranean. From there on, a trip overseas of equal length (but involving considerably less hardship) brought the goods and the human subjects to the northern shore and the cities of the Ottoman realm. The tragic component of this phase is that the "commodities" included some of the subjects of the mobility, captured persons who under compulsion were taken to places where they were transacted as slaves. Slavery does not exhaust the discussion of this trade, of commodity and mobility, however, and we want to present the wider commercial context. The second phase in this article concerns a period that begins in the 1990s, when sub-Saharan Africans started migrating, with plans and designs in their head and hope in their heart, to the same shores. This part is written on the basis of several decades of anthropological research following ethnographic and archival methods in West Africa and, since 2010, qualitative research on African mobility to Turkey. The sub-Saharan migrants, when they are successful, become the traders and agents of the transactions. They were, and continue to be, the masters of the movement of goods, of money and human mobility.<sup>1</sup>

## MOBILITY AND TRADING DURING THE 18th AND 19th CENTURIES AND THE DAWN OF COLONIALISM

The 18th century witnessed the flourishing of the trans-Saharan trade, providing European economies with ivory and ostrich feathers, and the Ottoman territories with gold and enslaved individuals (Newbury, 1966; Jonson, 1976). While the origin of the gold was the zones of production close to the Atlantic coast and the trade networks converging on Timbuktu, enslaved people were conveyed from the Hausaland and southern Bornu. Thus, Tripolitania held a unique position for the Ottoman Empire in procuring enslaved individuals, who were eventually put to work in Izmir (as farm workers) and in Istanbul (as domestic servants) (Hilal, 1999, p. 141).<sup>2</sup> The city of Murzuq played a key role in this slave trade. For three hundred years, from 1250 to 1550, it had been ruled by the Kanem-Bornu political center and thus it was heavily influenced by Kanuri culture and language (Al-Dhikel, 2022, p. 188-189). This resulted in the historical oddity of the enslaved individuals from Hausaland being collectively called *Afnu* in Tripolitania and in the central Ottoman Empire (*Afnu* is the Kanuri ethnonym for Hausa). The reason was that this human chattel was registered in the court of Tripoli under this Kanuri term (D.M.T.L., p. 15/6). When they arrived in Istanbul or Izmir, the captives were once again officially recorded as *Afnu* and from then on referred to as such in the society. More generally, next to Hausa, the Kanuri language was powerfully present in the African society that came into existence and thrived in the central regions of

<sup>1</sup> The perspective that influences this account of modern sub-Saharan migration was explained, among other places, in Şaul and Pelican (2014).

<sup>2</sup> Izmir played a particularly significant part in the slave trade, receiving the largest number of enslaved individuals compared to other cities such as Istanbul, Alexandria, and Cairo. This resulted in the development of a distinct black folk culture in the city. See: Güneş, 1999; Şaul, 2015.

the Ottoman Empire (frequently, the Hausa language was called *Afnuca* and the Kanuri language *Bornoca* – see Şaul, 2015).

The interaction between Ottoman society and the interior regions of West Africa was not exclusively, or even primarily, based on the practice of slavery. Many Muslim rulers of the Sahara and the Sahel regions recognized the Ottoman sultan as their caliph and accorded the Ottomans religious prestige. A notable example was the sultanate of Agadez, where dynastic authority is wielded by a family known as *Istanbulawa*, which in Hausa means 'person from Istanbul'. This name is linked to a founding myth: in the beginning of the Agadez sultanate, in the 1400s, Tuareg communities had a quarrel during the selection of the sultan. They sent an envoy to Istanbul asking the Ottoman sultan to provide one of his sons as their ruler. The sultan is supposed to have sent a son, named Yusuf, who became the first ruler of Agadez (Hamani, 2006, p. 133-135). Istanbul also served as a significant economic and political center for the Kel Azgher Tuareg community in Ghat. They maintained a representative in Istanbul to provide regular updates on political and economic developments, which facilitated operations in the trans-Saharan trade network for the efficient management of their commercial activities (Çölgeçen, 2014, p. 414). Furthermore, as slavery in the Ottoman realm was restricted not by race but by religious affiliation, many Muslim Kanuri merchants engaged in commerce in Murzuq, in Tripoli, and in Istanbul, and some of these actually participated in slavery as traders (D.M.T.L., 1842).<sup>3</sup> Muslim sub-Saharan merchants, agents, and scholars visited Istanbul and Izmir regularly to pursue economic, political, and intellectual ends, yet it remains true that the majority of the sub-Saharan African population that lived in the heartland of the Ottoman Empire consisted of individuals of "non-Muslim" origin who had been brought as human chattel.

During the latter half of the 19th century the Ottoman administration's interactions with the Sahara societies entered a new phase. In the 1850s, the leaders of Ghat, Kawar, and Tibesti sought Ottoman suzerainty over their territories, and when this request was granted, they assumed the position of Ottoman governors.<sup>4</sup> This was the first time that the central Sahara region fell nominally under Ottoman rule. The Ottoman presence in this area persisted until the French invasion of the Sahara in 1903 and from 1850 to 1900 the Ottomans paid special attention to it. Abdulmejid I's 1857 treaty with London for the suppression of the Mediterranean slave trade prompted the merchants of Tripolitania to shift their focus on the sale of tanned skins, ivory, and ostrich feathers (Düstur, p. 368). As the volume of the slave trade in the Mediterranean was much lower than that of Atlantic slave trade, the suppression did not significantly impact overall commerce, and in fact its volume increased in the 1870s. It only collapsed after colonial invasion by France, Great Britain, and Italy (Tayseer, 1988, p. 158). The final years of Ottoman presence in the Sahara (1890s-1910s) form a notable period in West African history characterized by strategies of local agents to procure Ottoman support to resist European colonial invasions. For instance, in 1886 the sultans of Agadez and Zinder and the caliph of Sokoto sent a commission to propose a political and military alliance with the Ottoman government (B.O.A., 35/88). In 1896, the sultan of Wadai planned an Islamic federation of West Africa under the rule of the Ottoman Sultan (B.O.A., 122/121). In the 1900s discussions were held between Ottoman officers and the Sanussiyya leaders to establish an African state in the central Sahara under the rule of the Sanusiyyas and the protection of the Ottoman Empire (Al-Dajjani, 1967, p.

<sup>3</sup> The main difference from transatlantic slavery was that the grounds for enslavement in the Ottoman domain was not skin color but "not being a Muslim", and the majority of the enslaved in the Ottoman Empire were not sub-Saharan Africans but people from Eastern or Central Europe. The integration of enslaved East European in the Ottoman army and in some cases the bureaucracy was one of the oldest traditions, as the name "devşirme" indicates. See: *TDV İslâm Ansiklopedisi*, v. 9, p. 254-257.

<sup>4</sup> Ghat came under Ottoman rule in 1854, see: B.O.A., İrade Dahiliye, 915. Kawar and Tibesti accepted Ottoman rule in 1849, see: B.O.A., İrade Dahiliye, 15368.

229). Although the rapid expansion of European invasions thwarted these plans, during the colonial period local rulers continued to anticipate military intervention from the Ottomans for their protection. This left a legacy of Ottomans in West Africa as allies against colonial invasion and rule.

## **NEW COMMODITIES AND NEW MOBILITIES IN THE TWENTY-FIRST CENTURY**

Much of this legacy had been erased from memory when modern African migration to Turkey started in the 1990s.<sup>5</sup> The pioneers of the new mobility were a small number of graduate students who enrolled in doctoral programs in Turkish universities. Soon afterwards graduate student scholarships became available from Turkish government sources, adding to the networks that got going a continuing movement of student and non-student migration. In the twenty-first century, this initially meagre flow quickly grew into a more powerful and diversified current of migration. The connection to international trade, banking, and ultimately commodity production was present from the very beginning, but as time went by it became more pronounced and noticeable. Sub-Saharan African migration took a new turn and was amplified when a connection was established between the consumer goods demand of the African economies and the modest-sized but diverse manufacturing enterprises operating in Turkey. This part of the story needs some explanation because although it is not substantially different from other accounts of world migration, it seems unusual when compared to widespread narratives stressing poverty or compulsion as triggers for international migration or refugee studies perspectives that are influential in the research produced by western European institutions.

It would be beneficial to begin by examining the social context and the situation of African countries since the late 20th century, with a new perspective aimed at comprehending African migration beyond the continent. When African countries became independent, the earlier pattern of migration was for the former subjects to travel to the old colonial metropole. Generally, they meant to eventually return to their home country. Students intended to return after they received their diploma (and had indulged themselves a little bit) whereas for workers sending remittances to family members was often equally important, but they planned to return "home" when they possessed some savings. Linguistic boundaries were important and redirecting from Belgium to France was not quite a deviation. This pattern continues, but primarily for students seeking advanced degrees or for professionals. For common people who wish to take advantage of international migration, possible destinations for making a better income present a more diverse list. Important also to understand is that for sub-Saharan international migrants who want to achieve a better life, salaried work is not ideal. It is accepted reluctantly, for lack of something better. Different ways of achieving income, such as trading, self-employment, the provision of services independently, exporting goods at a small scale to the home country, or a combination of these activities are preferable.

Exporting goods from countries with more diversified and developed manufacturing sectors to sub-Saharan African countries is a key aspect of modern international migration. This link connects human movement with changes in global supply chains and the characteristics of activities in manufacturing hubs worldwide.

The demand for imported manufactured goods in sub-Saharan countries increased due to rising incomes in many of these nations, highlighting the urban sectors' inability to

---

<sup>5</sup> The memory of past African migrations to Turkey and a sense of its relevance for contemporary migrant mobility has since then it has been regained, with the rise of an Afro-Turk movement among Turkish people of African descent.

meet this demand. Despite stereotypes, most sub-Saharan economies are performing well. While they may not be undergoing radical transformations, diversifying or upgrading their technology, as development experts would like, they have achieved reasonable growth rates and seen improvements in per capita incomes over the past few decades. This was especially true in the present century up to 2014 (Acet, 2023) and in the last two decades of the twentieth century (Leke *et al.*, 2010), which is the time period when the outmigration and small-scale import trade pattern discussed in this article came into existence.<sup>6</sup> Growing family incomes resulted in some demand for consumer goods, building materials for home improvement, or motorized vehicle parts, which were imported. An important demand area was ready-made clothing, in modern styles but catering to various consumer types: different age groups and body builds; men and women; formal, highly stylish, or everyday wear, including replicas of international brands; and baby clothing. There was also a need for home and kitchen goods, tiles, kitchen and bathroom furnishings, medicines, machine and car parts, and furniture like sofas and easy chairs.

In the 1990s, numerous traders from West Africa journeyed to various regions globally in search of suppliers to meet local consumer demand with a favorable quality/price balance. The places where they could source such items were not in the former colonial metropolises. European industry could not meet the demands of these small traders who sought to supply manufactured goods in small quantities, due to the limited income base and the competitive, small-scale nature of the emerging foreign trade in sub-Saharan countries. A variety of actors engaged in trading volumes ranging from mid-sized to small-scale. Major Malian male merchants and Senegalese or East African female merchants could travel every other week or once a month, carrying tens of thousands of dollars for their business transactions, often in cash (more recently, the options in this regard have expanded). Dozens and later hundreds of shipping companies emerged to support these export activities, offering a full range of essential services. This included handling customs paperwork, obtaining export licenses, storage, packing bales, transferring to port facilities, and shipping goods by air or sea freight (the cargo or *kargo* stores that figure prominently in the accounts). At the opposite end of the spectrum, hundreds of female traders participate in infrequent journeys, known as "suitcase trade." They receive special offers from certain airlines that value this customer base. The committed trader-passenger in the suitcase trade may transport a significant number of packages as excess baggage, often weighing hundreds of pounds.

At the turn of the century Dubai was the most popular trade destination in Senegal and the other Francophone countries of West Africa. The city was not yet fully the luxury tourism paradise it is today, but it was already a vital regional and international trade hub and a global passenger transition center. African merchants could stay in hotels mainly for trade visitors like themselves. Here, they met fellow compatriots or other African migrants who spoke French or their native language, serving as guides and interpreters during shopping trips. Additionally, there were money bureaus for exchanging CFA francs or other African currencies with ease. At the beginning of my research all of this sounded fabulous, but with hindsight I see clearly that a model for a service infrastructure catering to the needs of small-scale export traders had emerged somewhere, was flourishing in Dubai, and in time it became established in other cities such as Istanbul. Dubai served mostly as an entrepot. Its wholesale firms serving the African traders were display stores and warehouses for merchandise imported from Far Eastern manufacturing centers. What needs to be

<sup>6</sup> See also for example: AFDB. Africa's economic growth to outpace global forecast in 2023=2024 - African Development Bank biannual report. <https://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/africas-economic-growth-outpace-global-forecast-2023-2024-african-development-bank-biannual-report-58293>; AFDB. Africa dominates list of the world's 20 fastest-growing economies in 2024 <https://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/africa-dominates-list-worlds-20-fastest-growing-economies-2024-african-development-bank-says-macroeconomic-report-68751>

highlighted is the complementary relationship and synergy between African migrants who establish themselves in global trade hubs like Dubai, offering essential services to international visitors, and the transient merchants and traders who visit briefly for sourcing trips.

Until 2010, travelers from Dakar, Bamako, and other major cities in West Africa were venturing not only to Dubai but also to manufacturing hubs in the Far East such as Hong Kong, Taiwan, Singapore, and Guangzhou. Some daring individuals, due to their social status, were exploring destinations like Indian cities or European capitals. It was during this time that Istanbul emerged as a potential source for various consumer goods. Initially, baby clothing, glass tableware, plastic containers, and kitchen items were among the first imports I noted from Istanbul. In 2010, I observed that the merchants I encountered in Bamako were welcoming, generous, and keen on maintaining connections upon learning about my ties to the USA and Turkey.

The trade connection established by merchant visitors in Turkey coincided with undocumented work migrations and the increasing number of African students in Turkish universities. Most migrants arrived with short-term visas, utilizing regular commercial flights. Traders and migrants often acquired short-term visas through intermediaries, wholesale store owners, and cargo office proprietors, who provided business trip invitation letters, even to unfamiliar individuals. These letters, received in Africa, were then submitted by applicants to the Turkish consulate for visa processing. Some visitors who transitioned to migrants later became irregular due to overstaying their visas. Depending on evolving Turkish policies, a portion of these migrants could apply for and secure residence permits before their initial visas expired. If granted, the residence permit shifted their status to partially regular (obtaining a work permit was rare and exceptional).

The rise of work migration from sub-Saharan Africa in Turkey can be reconstructed through interviews and personal accounts, although the absence of official documents makes precise tracking of the development difficult. Discrepancies between the entry and exit numbers at border checkpoints offer a crude measure of the increasing presence of irregular migrants opting to overstay their visas.<sup>7</sup> Beyond official documentation, during the 2010s, numerous Africans illicitly entered Turkey via its southern border with Syria. They were predominantly East Africans, and they traveled through Egypt, Israel, and Lebanon, often having worked as migrants in these countries. However, with the onset of the Syrian civil war in 2011, this route closed. The distance from the Syrian border to Istanbul, where African migrants seek employment and shelter, spans approximately 1200 km—a challenging 13-hour drive without breaks. For those who illegally crossed the border, the journey was considerably longer and fraught with danger. While the exact proportion of African migrants entering Turkey this way remains unclear, it appears to have been relatively minor.<sup>8</sup>

Sub-Saharan African migrants in Istanbul often find employment in daily jobs, particularly in workshops within the metropolitan area that produce various goods. During the 2010s, the Kumkapı-Laleli-Aksaray area emerged as a significant work and living hub for them. For instance, a number of individuals I spoke with were employed in Gedikpaşa workshops specializing in handbag manufacturing and the production of shoes, including sports, men's, women's, baby shoes, sandals, slippers, and imitation brands. Others worked

<sup>7</sup> For these statistics, please refer to my project's website at <https://afirmig2tr.com/tr/kaynaklar/ytb-burs-istatistikleri/>.

<sup>8</sup> One also meets African migrants who mention beginning their journey by obtaining a visa to Iran, where they traveled before illegally entering Turkey by crossing the land border in the east between Iran and Turkey. This route, characterized by mountainous terrain and a challenging walk, including a strenuous climb, is more commonly used by migrants coming from Afghanistan or Pakistan, located to the east of Iran. While the figures for sub-Saharan migrants taking this route may be limited, this data highlights the surprisingly indirect paths some migrants take.

in recycling centers, as porters, in construction, or at car washes. Despite having diverse professional backgrounds and relatively good education levels, they are willing to undertake any type of manual labor.<sup>9</sup> A notable portion of Nigerians had college degrees. Similarly, many Francophone migrants had started college but not finished or had finished high school. While seeking work in daily or weekly wage jobs, they aspired to move into independent roles like vendors, commission agents, or self-employed traders. Most sub-Saharan migrants work in the clothing sector. Despite being a minority, young women among West African migrants could find jobs in ready-made clothing stores selling women's apparel and work as salespeople/interpreters, displaying different styles to potential customers. With some luck and ingenuity, men were able to transition from wage work to becoming guides and sales agents in stores or small cargo freight offices. They earned money by charging fees to African tradespeople and receiving commissions from wholesale vendors. Some also maintained a network of customers among store owners in African cities, serving as agents for goods consignments between sourcing trips. This was seen as the pinnacle of success for migrants in Turkey, achieved after years of toiling in low-paying jobs, learning Turkish, and becoming familiar with markets catering to small-scale merchants from Africa and other countries.

Some of the newly arrived migrants attempted to skip the wage work phase and move directly to self-employed retail sales in the city. Senegalese migrants perform as itinerant urban vendors not only in Istanbul but also in other migrant destinations, as revealed by a growing body of literature on Senegalese migration to western European and northern American cities. Belonging to the Muridiyya brotherhood helps a migrant by placing them within networks of solidarity from the outset. Senegalese migrants specialize in selling wristwatches and cologne, setting up makeshift stalls on the bustling sidewalks of city streets and squares. Many Istanbul residents first encountered African migrants through these vendors, associating sub-Saharan migration primarily with this occupation. However, in reality, self-employed individuals make up only a small fraction of African migration to Turkey, with street vendors constituting an even smaller proportion.

Migrants from various countries often arrive at their destination with some savings, hoping to start an independent money-making venture right away. However, they often underestimate the challenges of adapting to local conditions and learning the Turkish language, and they are unprepared for the level of social rejection they may encounter. Their savings are quickly depleted as they fall victim to scams and exploitation, even from more experienced fellow migrants. The watch and cologne business of the Senegalese, however, requires only a small initial investment to set up a well-stocked display stand. Established migrants guide newcomers in finding vending locations and navigating the city using public transportation. The success of sidewalk hawking depends on the tolerance of municipal authorities. Over the years, the places and hours available to migrants for work as independent vendors have significantly decreased. Senegalese migrants now also find employment in the periodic neighborhood markets, which meet on different days of the week or in different locations for merchandise sales (as in flea markets) or for fresh produce. You can meet them both as stand owners who pay a daily license fee or as employees working for Turkish operators with more capital. This kind of work allows them to have free days to engage in trade on their own or guide visiting African merchants.

Street vending is not something all sub-Saharan migrants like to do. For example, Nigerian migrants (mostly people originating in the southwest and of Igbo origin) do not do it, even if they find themselves unemployed. Many Nigerian migrants arrive in Turkey with more substantial funds. Those among them who can start small export businesses

<sup>9</sup> For the range of income-generating activities of Sub-Saharan migrants in Istanbul, Şaul (2014).



sometimes bring in poorer compatriots or relatives who work for a period for them as dependents. We also find contractual agreements or partnerships in businesses such as hairdressers, restaurants, or bars that serve the migrant community. One observation is that these work connections among the migrants are often established as partnerships or as the sharing of proceeds, or depend on the payment of a commission per transaction. The Nigerians also have also a reputation for including individuals who take the risk of engaging in underworld transactions to achieve higher incomes, although the risks they are taking are very high.

The perspective of almost all migrants I interacted with is to make savings which they could later use as capital to return to the home country and establish a business. I wrote about a migrant who went about this as a determined "plan" executed with great discipline and another who was able to establish a large enterprise in an occupation that he had learned in his migrant work experience (two instances of successful accomplishment). Others were able to pass to Western Europe as irregulars after having spent years in Turkey, and once in the Western Europe apply for and receive refugee status, but continue to engage in export trade from Turkey by keeping active the connections that they had established when they lived there. The goal of achieving the savings to establish at the home country a business that would bring prosperity, and the very thought of the prestige of returning from migration with this kind of achievement was what justified the great sacrifices made for the migration trip and the privations endured along the way.

The discovery of Turkey as a migration destination for sub-Saharan Africans happened in a relatively short period in the 1990s as the result of multiple coinciding factors. One was the migration to the old metropolises and other countries of Western Europe. In the last decades of the twentieth century political asylum had become an imaginable way to realize the objective of migration, and the migrants were learning how to handle the refugee system. One interesting source of early migration to Istanbul derived, for example, from the stream of migration that had been established between Burkina Faso to northern Italy -which had started in the 1970s in an incidental manner with the developmental aid programs of Italy (IOM, 2016). Burkinabe migrants who came to Istanbul as a way of joining acquaintances or relatives in Italy discovered that they could find opportunities for work and business in this city and altered their original plans. Among my interlocutors they were among the earliest migrants from West Africa in Istanbul. Many others aimed to go to Germany which had a reputation for generous payments to asylum seekers.

Another element in the discovery of Turkey was the growing visibility of the country in the current affairs of the world. One unexpected domain – for me, when I started my research – was professional football. Several Senegalese interlocutors mentioned the FIFA World Cup of 2002. In that competition, the Senegalese national team had a legendary performance and reached the quarter finals, after defeating France (the colonial metropole, the glory!) and two-time champions Uruguay. Then they were eliminated with a loss to the Turkish team. Ten years later Senegalese migrants in Istanbul vividly remembered these games and said that they thought Turkey was an important player in the world and started "conducting research" on the country as a possible emigration destination. In addition, there was the international soccer stars market, where some famous African players were contracted by major Turkish teams with fabulous salaries, the news making the headlines in the African newspapers. These reports fed a flow of sports aspirants coming to Turkey with great hopes, and invariably getting frustrated to discover that without a contract from the start as an international player, and especially in the position of an irregular migrant already in the country, it was impossible to find a spot in one of teams in the professional leagues.

The broader framework that stimulated sub-Saharan migration to Turkey was the groundbreaking political and diplomatic initiatives of Turkey to reposition itself in the wider

world vis-a-vis non-western countries. This reorientation started with the first neoliberal civilian government of the 1980s and gained strength in the 21st century. In 1998 the "Opening to Africa" program of the Foreign Ministry served as a clarion call. Since 2002 Justice and Development Party (AKP) ruled the country and its successive governments used every channel of diplomacy, trade, investment, education, health, security, and military cooperation along with soft power tools like culture and history to pursue connections with African countries. 2005 was declared as the Year of Africa and in that year African Union (AU) granted Turkey observer status in its general assembly. In subsequent years mutual visits took place at the levels of head of state and below. Three Africa-Turkey summits were organized under AU patronage: Istanbul in 2008, Malabo, Equatorial Guinea in 2014, and Ankara in 2021. Turkey now has an embassy in 43 African countries, an office of the developmental aid agency TIKA in 22 countries, 175 Turkish private schools sponsored by the Minister of Education in 26 African countries. Turkish Airlines schedules flights to 61 African destinations in 40 countries. The country also has security agreements with some African countries and appoints military attaches to at least 22 of them.

The large number of African students in Turkey is part of this expansion, but because of its special relevance for our topic it is worth expanding upon this development. The first graduate level students arrived in Turkey in the 1990s with scholarships that had been issued by the Islamic Development Bank to support work toward PhD degrees in technical domains. The Turkish government programs emulated the international initiatives and broadened them. Then private foundations established by religious movements, which were favored by the government, started giving out scholarships and thus provided mobility to an even greater number of African (and other foreign) students. They went about this task in unaccustomed ways, by including not only university students but designing programs targeting high school students and religious training as well.

The main government scholarship program is administered by a special office [*Yurtdışı Türkler ve Akraba Topluluklar Başkanlığı*] and grants scholarships for undergraduate, masters' and doctoral students under the label YTB (*Türkiye* Scholarships). Between 2012-2021 this office granted a total of slightly under 10,000 multi-year scholarships to sub-Saharan university students of all levels (renewable for up to five years if the student doesn't leave the program); at any one year more than 15,000 sub-Saharan students were on these scholarships.<sup>10</sup> In addition, there were tens of thousands more, fed by the private Turkish schools established in the different African countries (originally by the Gülen religious movement which was originally part of the Islamist coalition but ran afoul of the AKP party and government in the 2010s). They were brought with the fellowships of the Foundation of the Office of Religious Affairs (Diyanet Vakfı) and the private foundations of religious *tariqa* formations (such as the Aziz Mahmud Hüdayi order that has its Istanbul headquarters in the Üsküdar district) which proliferated and prospered, especially after the Gülen movement's fall from grace.

Eventually the number of students expanded way beyond the scholarship opportunities. Now the majority of students from sub-Saharan countries studying in Turkish universities are financed by their families. Another unexpected development is that these families are not necessarily in Africa, sometimes they are migrants who received in refugee status in Western European countries.

The sub-Saharan university students I encountered in Istanbul in the course of my research (dozens of interviews and acquaintanceships or friendships in 13 years) invariably

<sup>10</sup> The data on the number of scholarships statistics are not published, but are occasionally revealed in aggregate form in official declarations or periodical press releases. Some data are made available to researchers by special arrangement. The scholarships granted to sub-Saharan countries yearly and by country are listed for the decade in my project's website <https://afirmig2tr.com/tr/kaynaklar/ytb-burs-istatistikleri/>

want to participate in international trade in their student years, in order to increase their modest income but also as apprenticeship and entry into it as a profession later on, after they graduate.<sup>11</sup> With some guidance many of them are able to start, by visiting the wholesale store neighborhoods, meeting store owners and other people engaged in the same activity. If they study in universities outside of Istanbul, they travel to Istanbul in their vacation periods either serving as guides to visiting African trades people or by supplying a business partner or acquaintance in Africa. As already mentioned, the new communication technologies and quick international money transfer services such as Western Union and MoneyGram allow to conduct this kind of trade at a very small personal scale by developing a social media following and posting consumer items photographs and taking individual orders which are filled by mail. At a larger scale, then famous cargo companies enter the circuit.

The situation in Istanbul with regards to both work migrants who arrive in Turkey with varying degrees of savings and human capital and the students in the universities is similar to what African migrants do in other migration destinations in the world. I find the comparison especially compelling with the circumstances of sub-Saharan migrants in non-European or North American countries. Sub-Saharan migration to China and its connection to manufacturing, supply chains and international commerce is best documented in the literature (Bertoncello; Bredeloup, 2007, 2009; Bodomo, 2018, 2010; Braun, 2019; Le Bail; H el ene, 2009; Li *et al.*, 2008; Li *et al.*, 2012; Lyons; Brown; Li, 2008, 2012). A study of university students as entrepreneurs also exists (Bredeloup, 2014).

The nature of Turkish manufacturing activity created the opportunities for this migration. A dynamic and diversified production activity emerged in the last decades of the twentieth century as thousands of small-scale firms energetically pursued export outlets. The medium to small-size scale of these enterprises made them suitable for the personal enterprises of sub-Saharan traders. The clothing stores can produce styles and models that can be changed frequently, adapt to different body sizes and builds and consumer preferences. Machine shops can produce specialized equipment on demand. I know of an educated sub-Saharan migrant who worked for a woman entrepreneur producing pasta for packaging and sale with equipment that she could fit in her large home kitchen, and he did this to learn the ropes of the business – one of many skills he was able to acquire during the years he spent in Istanbul before relocating to Germany as an asylum seeker. One can find metal shops that can produce five tires (one for a spare) of particular car model and year and African traders pass this kind of order for a particular customer. This sort of production capacity, diversity, at this modest scale is not to be found in many other places and resulted in a fit with the needs for international migrant work and consumer market demand in sub-Saharan countries.

To compare this activity with the earlier premodern mobility of sub-Saharan Africans which included the compulsory (slave trade) component, the contrast is not only that commodity production in the past involved less manufacturing and incomparably more limited transportation and financing resources, but also that the goods flowed in the opposite direction. The northern shore of the Mediterranean received not only the human subjects of mobility, free or enslaved, but also the products of commodity production (ostrich feathers, gum Arabic, skins, etc.). In the modern period and for now the commodities flow primarily the other way.

---

<sup>11</sup> The exceptions are perhaps the few advanced researchers in doctoral programs who hopefully will become researcher-instructors after they earn their degree. A Senegalese doctoral student in Ankara University that I met several years ago, however, was writing a thesis on improved varieties of wheat – because it was the field of his advisor who was the only Francophone professor in the department – which seems to be of doubtful utility for Senegal, where wheat doesn't grow.

## REFERENCES

- AL-DAJJANI, Ahmad Sidqi. 1967. *Al-Harakat Al-Sanusiyat, Nash'atuha Wa-Numuuha Fi Al-Qarn Al-Taasi Eashar*. Beirut: Maktabat al-tarikhyyat.
- AL-DHIKEL, Hosan A. Al-Rawabit al-Tarikhyyat Bayn 'iqlim Fazan Wa Dawlat Kanem Barnu 656-957 h., 1258-1550 m. *Jami'at Sabha Li-l'ulum al-'insaniyat Majalatan*, v. 21, n. 2), p. 188-198, 2022.
- AL-DIYAF, Ibn A. *It'haf Ahl al-Zaman Bi-Akhbar Muluk Tunis Wa 'Ahd al-Aman*, vol. III. Tunis: Publications du Ministere de la Culture, 1963.
- BERTONCELLO, Brigitte; BREDELOUP, Sylvie. The Emergence of New African "trading posts" in Hong Kong and Guangzhou, China. *Perspectives*, n. 1, p. 94-105, 2007.
- BERTONCELLO, Brigitte; BREDELOUP, Sylvie. Chine-Afrique ou la valse des entrepreneurs-migrants. *Revue Européenne des Migrations Internationales* v. 25, n. 1, p. 45-70, 2009.
- B.O.A. *Başbakanlık Osmanlı Arşivleri [İstanbul, Türkiye]*
- B.O.A. İrade Dahiliye, 915.
- B.O.A. İrade Dahiliye, 15368.
- B.O.A. Sadaret Mektubî Kalemî Umum Vilayetler Evrakı, 35/88.
- B.O.A. Yıldız Esas Evrakı, 122/121.
- BODOMO, Adams. The African Trading Community in Guangzhou: An Emerging Bridge for Africa-China Relations. *The China Quarterly*, v. 203, p. 693-707, 2010.
- BODOMO, Adams. The Bridge is not Burning Down: Transformation and Resilience within China's African Diaspora Communities. *African Studies Quarterly*, v. 17, n. 4, p. 63-84, 2018.
- BRAUN, Lesley N. Wandering Women: The Work of Congolese Transnational Traders. *Africa*, v. 89, n. 2, p. 378-397, 2019.
- BREDELOUP, Sylvie. African Students Turned Entrepreneurs in Asian Trading Posts: A New Facet of South-South Mobility. *Urban Anthropology and Studies of Cultural Systems and World Economic Development*, v. 44, n. 1, 2, 3, p. 17-56, 2014.
- ÇÖLGEÇEN, Sami. *Sahra-Yı Kebiri Nasıl Geçtim*. İstanbul: Özgü Yayınları, 2014.
- D.M.T.L. *Dar al-Mahfuzat al-Tarikhyya al-Libyya [Trablus, Libya]*
- D.M.T.L. Al-Siciliyat al-shariat, 15/6.
- D.M.T.L. uncategorized, dated as 1842.
- DÜSTUR. Birinci tertip, İstanbul 1296, IV.
- GÜNEŞ, Günver. Kölelikten Özgürlüğe: İzmir'de Zenciler ve Zenci Folkloru." *Toplumsal Tarih*, v. 62, n. 11, p. 4-10, 1999.

HAMMANI, Djibo. *Le Sultanat Touareg de l'Ayar - Au Carrefour Du Soudan et de La Berbérie*. Paris: L'Harmattan, 2006.

HILAL, Imad A. *Al-Raqiq Fi Misr Fi al-Qarn al-Taasi Eashar*. Cairo: Al-'Arabi li-l-Nashr wa-l-Tawzi, 1999.

IOM. *Etude Sur la Diaspora Burkinabè au Burkina Faso, en Côte D'ivoire, en Italie et en France*. 2016. [https://publications.iom.int/system/files/pdf/etude\\_sur\\_la\\_diaspora\\_burkinabe\\_fr.pdf](https://publications.iom.int/system/files/pdf/etude_sur_la_diaspora_burkinabe_fr.pdf)

JOHNSON, Marion. Calico Caravans: The Tripoli-Kano Trade after 1880. *Journal of African History*, v. 17, p. 95-117, 1976.

LE BAIL, Hélène. Foreign Migration to China's City-Markets: The Case of African Merchants. China Project – Centre Asie/Ifri, 2009.

LI, Zhigang *et al.* The African Enclave of Guangzhou: A Case Study of Xiaobeilu. *Acta Geographica Sinica*, v. 63, n. 2, p. 207-218, 2008.

LI, Zhigang *et al.* China's 'Chocolate City': An Ethnic Enclave in a Changing Landscape. *African Diaspora*, v. 5, p. 51-72, 2012.

LYONS, Michal *et al.* The 'Third Tier' of Globalization: African Traders in Guangzhou. *City*, v. 12, n. 2, p. 196- 206, 2008.

LYONS, Michal; BROWN, Alison; LI, Zhigang. In the Dragon's Den: African Traders in Guangzhou. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 38, n. 5, p. 869-888, 2012.

NEWBURY, Colin W. North African and Western Sudan Trade in the Nineteenth Century: A Reevaluation. *Journal of African History*, v. 7, n. 2, p. 233-246, 1966.

ŞAUL, Mahir; PELICAN, Michaela. Global African Entrepreneurs: A New Research Perspective on Contemporary African Migration. *Urban Anthropology*, v. 43, n. 1, 2, 3, p. 1-16, 2014.

ŞAUL, Mahir. A Different *Kargo*: Sub-Saharan Migrants in Istanbul and African Commerce. *Urban Anthropology*, v. 43, n. 1, 2, 3, p. 143-204, 2014.

ŞAUL, Mahir. Geçmişten Bugüne Siyah Afrika'dan Türkiye'ye Göçler: Kölelikten Küresel Girişimciliğe. In: ERDOĞAN, Murat; KAYA, Ayhan. *14. Yüzyıldan 21. Yüzyıla Türkiye'ye Göçler*, p. 75-117. Istanbul: Bilgi University Press, 2015. A corrected version in: [https://mahirsaul.com/wp-content/uploads/2022/01/Gecmisten\\_bugu\\_ne\\_Siyah\\_Afrika\\_dan\\_Tu\\_rk.pdf](https://mahirsaul.com/wp-content/uploads/2022/01/Gecmisten_bugu_ne_Siyah_Afrika_dan_Tu_rk.pdf)

TAŞ, Abdullah E. Garp Ocaklarında Birliğin Bozulması: 18. Yüzyılda Cezayir-Tunus-Trablusgarp İlişkileri. *İnsan ve Toplum Bilimleri Araştırma Dergisi*, v. 9, n. 2, p. 1065-1091, 2020.

TAYSEER, Ibn M. *Dirasat Tarikhiat Aa-l-İjtimaeyat Libiyya*. Tunis: Dar Al-Arabiyyat lil-Kitabat. *TDV İslâm Ansiklopedisi*, v. 9, 1988.

TOPRAK, Saydi. Osmanlı Yönetiminde Kuzey Afrika: Garp Ocakları. *İstanbul Üniversitesi Türkiyat Mecmuası*, n. 22, p. 223-237, 2012.

## AUTHOR'S NOTES

---

### AUTHORSHIP

**Mahir Şaul:** PhD in Anthropology. Full professor (retired), University of Illinois at Urbana Champaign USA.

**Kerem Duymus:** PhD Candidate in the University of Leipzig, Department of African Studies, Graduate School of Global and Area Studies, Germany.

### CORRESPONDING ADDRESS

303 E. Colorado Avenue Urbana, Urbana IL 61801 USA  
Beethovenstr. 15, 04107 Leipzig, Germany

### SOURCE OF THE ARTICLE

Not applicable.

### FUNDING

Not applicable.

### ACKNOWLEDGMENTS

Not applicable.

### AUTORSHIP CONTRIBUTION

**Conceptualization and elaboration of the manuscript:** M. Şaul, K. Duymus.

**Data collection:** M. Şaul, K. Duymus.

**Results discussion:** M. Şaul, K. Duymus.

**Revision and approval:** M. Şaul, K. Duymus.

### IMAGE CONSENT

Not applicable.

### ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

### CONFLICT OF INTEREST

There is no conflict of interest.

### PREPRINT

This paper is not a preprint.

### LICENSE OF USE

© Mahir Şaul and Kerem Duymus. This article is licensed under the Creative Commons License CC-BY. With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

### PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

### EDITOR

Jo Klanovicz.



## HISTORY

Received on: March 7, 2024

Approved on: July 2, 2024

How to cite: ŞAUL, Mahir; DUYMUS, Kerem. Commodity production and African migration to Turkey, now and in the premodern past. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 257-271, 2024.





## **MIGRATION POLICIES AND LABOR MOBILITY IN AFRICA**

Políticas de migração e mobilidade laboral na África

Herman Bonabe <sup>a</sup>

 <https://orcid.org/0009-0001-3956-7456>

E-mail: bonabeherman@gmail.com

<sup>a</sup> University of Maroua,  
Cameroon.

**DOSSIÊ/ISSUE**

**MIGRAÇÃO LABORAL E PRODUÇÃO DE COMMODITIES NA ÁFRICA: CONEXÕES GLOBAIS**

**LABOR MIGRATION AND COMMODITY PRODUCTION IN AFRICA: GLOBAL ENTANGLEMENTS**



## ABSTRACT

Labor migration appears to be one of today's solutions to the socio-economic and cultural imbalance in Africa. Its contribution to the growing interconnection of the world over the last century through the commercialization of raw materials is undoubtedly significant, given the relief it has brought to most economies in Africa and beyond. Unfortunately, a panoramic look at the legal atmosphere that hangs over labor migration in Africa leaves one wondering. The aim of this study, which complements many others already carried out on the subject, is to determine the appropriate legal interpretation of migration policies and labor mobility in Africa. According to the results of the analysis and comparison of regional and sub-regional policy frameworks and the various state practices developed in the field of labor migration, a mixed reading reveals that the genuine political will to encourage labor mobility, affirmed at supra-state level, remains inconsistent at state level.

## KEYWORDS

Migration policies. Labor mobility. Africa.

## RESUMO

A migração laboral parece ser uma das soluções atuais para o desequilíbrio socioeconômico e cultural na África. Sua contribuição para a crescente interconexão do mundo ao longo do último século através da comercialização de matérias primas é sem dúvida significativa, dado o alívio que trouxe à maioria das economias africanas e fora do continente. Infelizmente, uma visão panorâmica da atmosfera jurídica que paira sobre a migração laboral na África preocupa. O objetivo deste artigo, que complementa muitos outros já realizados sobre o assunto, é determinar a interpretação jurídica adequada das políticas de migração e mobilidade laboral na África. De acordo com os resultados da análise e comparação dos quadros políticos regionais e sub-regionais e das diversas práticas estatais desenvolvidas no domínio da migração laboral, uma leitura mista revela que a vontade política genuína de encorajar a mobilidade laboral, afirmada em nível supra-estatal, permanece inconsistente nos níveis estatais.

## PALAVRAS-CHAVES

Políticas de migração. Mobilidade laboral. África.

The history of migration in Africa has been three facets: pre-colonial, colonial and post-colonial migration. Over the past 15 years, migration has increased in all regions of Africa, and is characterized by a variety of flows, including seasonal and labor migration. Added to this is an increase in the number of young people seeking decent work and educational opportunities, as well as irregular migration and large numbers of refugees, asylum seekers and internally displaced people. The causes of this phenomenon are varied. They include the absence of socio-economic opportunities and the rule of law, weak governance institutions, clientelism and corruption, inequality, political instability, conflict, terrorism, social strife and climate change, all of which are major factors driving.<sup>1</sup> However, despite the fact that the most emphasized destination for migrants remains Europe, over 80% of inter-African migration takes place (AU, 2018). They are both intraregional<sup>2</sup> and interregional<sup>3</sup> (AU, 2016, p. 9).

It is therefore important to note that, despite its significance and role for development, labor mobility on the continent is far from being a political priority for many governments, who still see migration as a problem to be managed (De Vulpillieres, 2017, p. 95). The problems faced by labor migration have then prompted several specialists to opt for a review of migration governance in Africa. This point of view may be entirely appropriate if labor mobility, which expected to be one of the cornerstones of economic growth and development in Africa, still fails to propel the continent's economic integration. An analysis of regional texts on the subject reveals that a number of policies relating to migration have already been defined, and continue to be defined. Indeed, the AU has on several occasions demonstrated its commitment to making labor migration a key priority in the continent's economic integration drive (Ba; Fall, 2006, p. 3).

However, what is regrettable beyond these efforts is the AU's inability to substitute for states in implementing this will by translating its global objectives into policy frameworks, binding regulations or bilateral treaties and agreements between states. Furthermore, the reality of migratory movements in Africa has revealed that the reluctance of states to implement international and regional standards relating to labor mobility issues has led to the observation that almost all African countries have a genuine interest in abandoning labor migration to the realm of illegality, in order to better control and repel it. Even if, in accordance with the international legal framework, states have the sovereign right to determine the conditions of entry and residence of foreigners on their territory, the enjoyment of certain rights by anyone crossing a border cannot be denied, despite the question of sovereignty (De Vulpillieres, 2017, p. 95; Dupuy; Kerbrat, 2018, § 133; IOM, 2024, p. 20).<sup>4</sup> While the numbers of migrant workers continue to grow according to statistics presented by the IOM, the various migration policies put in place to govern this issue are far from creating a favorable climate to enable states to reap all the related significance and roles.<sup>5</sup> As much

<sup>1</sup> In 2015, there were around 21 million migrants in Africa, 18 million of whom came from Africa and the rest largely from Europe, Asia and North America. In addition, South-South migration to Africa has increased, mainly thanks to Chinese and Asian migrant flows, with over a million Chinese estimated to have entered Africa in the last decade; V. UNECA, 2016, Issue Paper, New Directions and Trends in African Migration, p. 1.

<sup>2</sup> Mainly in western, eastern and southern Africa

<sup>3</sup> That is, from West Africa to Southern Africa, from East Africa/Horn of Africa to Southern Africa, and from Central Africa to Southern and West Africa.

<sup>4</sup> This principle derives from the exclusive sovereignty of the State over its territory. This lack of obligation on the part of the State to authorize the residence of a foreigner is clearly stated in France, for example, by the Constitutional Council in the following terms: "no principle or rule of constitutional value guarantees foreigners general and absolute rights of access to and residence on national territory". This implies, as De Vulpillieres thinks, the possibility of a restrictive regime freely defined by the legislator, since foreigners are often placed in a different situation from nationals in most countries; see also CC, August 13, 1993 *Loi relative à la maîtrise de l'immigration et aux conditions d'entrée, d'accueil et de séjour des étrangers en France* (n. 93-325 DC) Recital 2. See on respect for the rights of foreigners.

<sup>5</sup> At present, the IOM estimates that over 86 million people are working in a country other than their country of origin.

as the rights of migrant workers are violated in host countries, it is more than necessary to dwell on the relationship between the nature of migration policies implemented by African states and the issue of labor mobility,

To get a better grasp of the phenomenon, it's a good idea to clear up any conceptual ambiguities surrounding the key notions that make up the theme in question. That said, in most standard legal and French-language dictionaries, the notion of *migration* is not considered in association with that of *politics*. Nevertheless, it is doctrine that has attempted to define the concept of migration policies. For this reason, Hammar, cited by authors such as Camille Hamidi and Nicolas Fischer, envisages this concept as "the set of policies, actors and institutions that govern the admission and integration of foreign migrants in the host country" (Hammar, 1985, p. 454; Hamidi; Fischer, 2017, p. 28-37). The migration glossary defines the notion of policy by referring it to that of migration as a set of guiding principles for the action of public authorities; a set of decisions and means designed to achieve specific objectives in given areas. In this sense, we can speak of immigration, asylum or migration policies (Perrouchoud, 2007, p. 61). The *Institut National d'Études Démographiques de la République française* (INED) provides a rather negative definition of the concept of migration policy, envisaging it as a set of measures designed to control (or possibly encourage) migratory movements between the country in question and foreign countries.<sup>6</sup>

Finally, the concept of migration policies can be seen as overall orientations or guidelines on migration issues for any country or community. This idea is implemented in the revised Migration Policy Framework for Africa and Action Plan (2018-2030).<sup>7</sup>

The latter concept refers to the ease with which the workforce moves between job locations and from one job to another. It corresponds more closely to the ability of individual workers to move horizontally or vertically in the labor market. Indeed, it's the flexibility with which the workforce can move from one country to another. Studying migration policies in conjunction with labor mobility in Africa is therefore based on the major concern of noting how the orientation of these migration policies can negatively or positively influence the flexibility and ease with which labor can move in Africa. For, the more flexible the migration policies defined by states, the easier it is for the workforce to move around, and vice versa.

The central question to be asked is: *what legal interpretation can be made of migration policies and labor mobility in Africa?* The result of this concern is a mixed interpretation; for, in view of the exegesis of texts, State practice (Carbonier, 2004, p. 415),<sup>8</sup> and the comparison that can be made between these States (Delmas-Marty, 2004, p. 15; Von Wahlendorf, 1978, p. 173, 180; Jaluzot, 2005, p. 34)<sup>9</sup> It is possible to argue that there is a real political will to encourage labor mobility, which can be seen at supra-national level (I). Yet, in several cases, this political will is far from being translated into concrete action at state level (II).

## THE ASSERTION OF GENUINE POLITICAL WILL TO ENCOURAGE LABOR MOBILITY AT SUPRA-STATE LEVEL

This political will can be seen first and foremost in the AU's involvement in creating a climate conducive to labor mobility on the continent (A), to which the contribution of sub-regional organizations to achieving this objective is not insignificant (B). A. The AU's commitment to creating a climate conducive to labor mobility on the African continent. It

<sup>6</sup> Definition of migration policies available at: <https://www.ined.fr/fr/lexique/politique-migratoire>, Accessed on: Jan. 17, 2024.

<sup>7</sup> See: Revised Migration Policy Framework for Africa and Action Plan (2018-2030), published by Migration for Development in Africa, May 2018, p. 34.

<sup>8</sup> In the context of this work, we will use both sociological positivism and the comparative method as a working method.

<sup>9</sup> See: Aspiration 2 of Agenda 2063 for Africa published in 2015.

should be noted here that the AU has signed up to a number of international standards relating to labor mobility (1), before dwelling on its own developed standards for labor migration (2).

## THE AU'S ADHERENCE TO INTERNATIONAL LABOR MOBILITY STANDARDS

Driven by the winds of globalization, the African Union has made several efforts to turn migration into a development opportunity for Africa. This concern is in line with Agenda 2063, in which Africa aspires to be an integrated continent by 2030, where the free movement of people, capital, goods and services will boost trade and investment between African countries to unprecedented levels. The ambition is to consolidate Africa's place in world trade, while at the same time becoming a continent with seamless borders.<sup>10</sup> Recognizing the importance of labor migration to Africa's future, the AU has demonstrated its commitment by signing up to a number of international conventions.

The various international instruments to which the AU has subscribed fall into several categories, depending on whether they are governed by the United Nations (UN) or the International Labor Organization (ILO). Under the aegis of the UN, the first instruments have the simple value of political recommendations intended to guide the attitude of States as a moral imperative. Article 13 of the Universal Declaration of Human Rights (UDHR) sets out the principle of freedom of movement for individuals throughout the world.<sup>11</sup> Despite its limited legal value, it exerted considerable influence worldwide, encouraging and inspiring far-reaching international decisions within the UN and elsewhere, which led to the creation of new rules (Ba; Fall, 2006, p. 11). This initial international legal basis was later consolidated by the adoption of two International Covenants on December 16, 1966, namely the Covenant on Civil and Political Rights, which entered into force on March 23 1976, and the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights, which entered into force on September 3 1976. The binding nature of these two instruments lists a number of rights which are intended not only to create the conditions for greater labor mobility, but also to protect migrant workers in their host countries.<sup>12</sup> This is also the case with the 2000 United Nations Convention against Transnational Organized Crime, the Protocol against the Smuggling of Migrants by Land, Sea and Air, and the Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children (IOM, 2024, p. 20).

The International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families, adopted in 1990 by the United Nations General Assembly, is another instrument issued under the aegis of the UN. Today, this Convention is the most elaborate in terms of protecting the rights of migrant workers at international level.<sup>13</sup>

Other major advances in the application of international texts on labor migration in Africa include the AU's recognition of international instruments drafted under the aegis of the ILO. These include the Migrant Workers Convention, revised in 1949, which lays the foundations for equal treatment of nationals and regular migrants in areas such as recruitment procedures, living and working conditions, access to justice, tax and social security regulations, etc. The latter is complemented by the Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families, revised in 1949. This

<sup>10</sup> See the comparison defined by Barrué-Belou.

<sup>11</sup> Article 13 of the Universal Declaration of Human Rights states in paragraph 2: "Everyone has the right to leave any country, including his own, and to return to his country".

<sup>12</sup> See article 2 paragraph 1 of the International Covenant on Civil and Political Rights.

<sup>13</sup> See Part 5 of the 1990 International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families.

Convention is complemented by the 1975 Convention, which aims to regulate migratory flows, eliminate irregular migration and combat smuggling and trafficking. Finally, there are the various recommendations formulated by the ILO itself<sup>14</sup> regarding minimum standards. Although the latter do not apply specifically to migrant workers, they do contain interesting provisions that could serve as a reference for the Committee of Experts in monitoring their application in the context of labor migration.<sup>15</sup>

The AU's commitment to creating a climate conducive to labor mobility on the African continent has gone beyond adhering to international standards on labor mobility, to shaping its own legal universe where migrant workers will feel secure in their migratory adventures.

## ESTABLISHING AFRICAN STANDARDS FOR LABOR MOBILITY

On a continental level, the legal bases for labor mobility are to be found in simple recommendations or guidelines intended to guide the behavior of states on the one hand, and in binding standards on the other.

The first category of standards is based on AU treaties, and more specifically on the Charter signed on May 25 1963 in Addis Ababa, and revised in 2002 in Chad. This Charter affirms Africa's adherence to the UN Charter and also to the UDHR, by virtue of Article 2, which sets the AU's objective of fostering international cooperation. In addition to the Charter, which defines the general direction that labor migration should take in Africa, several other policy frameworks have been put in place by the Conference of Heads of State and Government in relation to labor mobility. These include, among others, the 2017 AU, ILO, IOM and ECA Joint Program Document on Labor Migration Governance for Development (JLMP). This document then provides a strategic framework guiding the work of member states, social partners and RECs on labor migration on the African continent.

Secondly, the AU Migration Policy Framework and Action Plan 2018 reflects current migration dynamics in Africa and provides a framework of revised strategies to guide AU Member States and Regional Economic Communities in managing migration. It also provides comprehensive and integrated policy guidance to be taken into account in their efforts to promote migration and development, and to address the challenges of migration on the continent. Among the nine themes it addresses, a special place is reserved for labor migration.<sup>16</sup>

It should also be recalled that in 2015, the AU had already adopted the Declaration and Plan of Action on Employment, Poverty Eradication and Inclusive Development in Africa, not to mention the Joint Labor Migration Program, the Cotonou Agreements of June

<sup>14</sup> The main recommendation concerning migrant workers was adopted on June 8, 1949 by the International Labor Conference, and goes much further in the management of migrant workers by providing minimum guarantees for the protection of their rights in receiving countries. It should also be noted that in 2006, the ILO instituted a Multilateral Framework on Labor Migration, which sets out principles and non-binding guidelines for a rights-based approach to labor migration.

<sup>15</sup> These include: Convention No.100 on Equal Remuneration (1951); Convention No.103 on Maternity Protection (Revised); Convention No.111 concerning Discrimination (Employment and Occupation), 1958; Convention No.122 on Employment Policy; Convention No.115 on Workers' Housing; Convention No.138 on Minimum Age; Recommendation No.150 on Human Resources Development; Recommendation No. 164 on Occupational Safety and Health; Convention No.168 on Employment Promotion and Protection against Unemployment; and the Private Employment Agencies Convention, 1997. on Occupational Safety and Health; Convention No.168 on Employment Promotion and Protection against Unemployment; the 1997 Convention on Private Employment Agencies, which most African countries have not yet ratified ( V. Policy Note 10 on the governance of migration and labor mobility in Africa and elsewhere, available at: <https://www.diaspora-centre.org/knowledgeplatform/wp-content/uploads/2021/11/Note-de-politique-10.pdf>, accessed January 21, 2024.

<sup>16</sup> Other themes include: Border management, irregular migration, forced displacement, human rights of migrants, internal migration, migration data management, migration and development, and inter-state cooperation and partnership.

23, 2000,<sup>17</sup> and Agenda 2063, which promote critical areas to facilitate the free movement of workers in order to foster regional integration and development. The migration policy framework therefore recommends a number of strategies that should have a positive impact on several aspects. These include national labor migration policies, structures and strategies, regional cooperation and harmonization of labor migration policies, limiting the brain drain from migration, and harnessing the full benefits of remittances.

As far as binding standards governing labor mobility in Africa are concerned, it is the Protocol to the Treaty Establishing the Economic Community of the African Union on the Free Movement of Persons, the Right of Residence and the Right of Establishment that can be considered the only truly binding standard on the continent today. While almost all of Africa's 55 states have already ratified the treaty establishing the economy community, only a handful of four states have so far ratified its protocol on free movement.<sup>18</sup> This situation therefore has a real impact on the willingness of African states to translate their political commitments to facilitating labor mobility on the continent into concrete action. However, it is also crucial to note that the same desire to move things forward in terms of labor mobility is a concern to which the Regional Economic Communities have not failed to lend an equally attentive ear. The contribution of sub-regional organizations to creating a climate conducive to labor mobility on the African continent. Generally speaking, regional organizations are mandated to translate any topic on the continental political agenda into bilateral policy frameworks, treaties and regulations between countries.<sup>19</sup> With this in mind, we note that, while some Regional Economic Communities are seen today as models in terms of promoting labor mobility in view of the efforts they have made (1), others are still following suit (2).

While it's true that some RECs have made considerable efforts to promote labor mobility, it's also true that others have yet to follow suit. This observation is far from trivial, given the many reasons for it. For example, the Economic Community of West African States (ECOWAS), the Southern African Development Community (SADC) and the Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA), all aware of the importance of free movement, have adopted specific protocols on this subject in addition to their constitutive treaties.<sup>20</sup>

Speaking of ECOWAS in particular, this community has the merit of having the oldest Protocol on free movement, the right of residence and the right of establishment (Ba; Fall, 2006, p. 11).<sup>21</sup> This flagship instrument, provided for in the ECOWAS founding treaty, is an effective tool that contributes to guaranteeing member states all the advantages for both countries of origin and host countries. To this end, article 1 of the treaty stipulates that:

Subject to the provisions of police and public safety laws, as well as health regulations, nationals of member states may freely enter, travel in, stay in and leave the territory of any member state upon

<sup>17</sup> The Cotonou Agreement signed on June 23, 2000 between the European Union and the ACP (African, Caribbean and Pacific) countries updates the former LOME agreements signed in 1975. Three of the hundred articles of these agreements concern migration and migrants: articles 13, 79 and 80.

<sup>18</sup> The 5 states that have not yet ratified the treaty establishing the AU economic community are: Djibouti, Eritrea, Madagascar, Somalia and South Sudan; on the other hand, only four states have ratified the Protocol to the Treaty establishing the Economic Community on the Free Movement of Persons and the Right of Residence and Establishment Mali, Rwanda, Sao Tome and Principe and Niger.

<sup>19</sup> See: Policy Note 10 on the governance of migration and labor mobility in Africa and elsewhere, op. cit. p. 4.

<sup>20</sup> At regional level, several instruments have been drawn up and adopted by SADC member states to promote rights-based labor migration. Most SADC countries have legislated regulations on the entry, stay and employment of foreigners. The issue of labor migration is therefore well managed for incoming migrants.

<sup>21</sup> The provisions of the Protocol directly related to labor migration are contained in articles 3, and 59 paragraph 1, 2 and 3. The effective application of these provisions is made possible by the implementation guarantee mechanisms provided for by ECOWAS. These include protocols, decisions, directives and resolutions.

presentation of a valid national passport, without being required to comply with any prior formality such as an entry or exit visa (Art. 1 of the ECOWAS Protocol on freedom of movement).

Thus, in addition to the protocol on free movement, ECOWAS has developed additional protocols relating to employment, business creation and social protection, not to mention the treaty establishing the West African Economic and Monetary Union (UEMOA), which also contains provisions on the free movement of migrant workers.<sup>22</sup> Indeed, thanks to the support of the ILO and IOM through the facilitation of inter-state dialogue and regional cooperation, regional organizations in general and ECOWAS in particular constitute a key pillar of the AU in the endeavor to facilitate labor mobility on the Continent (IOM, 2024, p. 20). In view of their position, the sub-regional communities have an important role to play in promoting and consolidating regional labor migration policies.<sup>23</sup>

To this end, there is a joint program involving the AU, ILO, IOM and the Regional Economic Communities (CEA) on the governance of labor migration for development and integration in Africa. The main aim of this program is to implement the Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration (GSM). The long-term aspiration is to put in place an effective labor mobility regime promoting integration and development in Africa, with the governance necessary to sustain it. The Joint Program, while supporting African RECs, provides a strategic framework to guide the work of African member states, social partners and RECs on labor migration on the African continent. Other laudable objectives of this program include encouraging the ratification and integration of international labor standards into national legislation; the implementation of free movement mechanisms within the RECs; and the adoption of a policy at national level.

All the efforts made to promote labor migration in West, Southern and East Africa show that these organizations and communities are still some rare prominent examples, which is hard to say same for the cases regarding other RECs.

## THE SITUATION OF OTHER REGIONAL ECONOMIES COMMUNITIES WITH REGARD TO LABOR MOBILITY IN AFRICA

It goes without saying that freedom of movement is one of the main objectives to which Africa aspires through the RECs. Freedom of movement is therefore an essential element that enables people on the move to live, work and do business under the same conditions as nationals. Indeed, as envisaged by Agenda 2063 and the provisions of the treaty establishing the African Economic Community, full integration is a process that must be achieved in several stages according to a well-defined timetable. However, it should be noted that this process is now seriously behind schedule, compared with the forecasts initially set out in the Abuja Treaty.<sup>24</sup>

One of the major regrets in the construction of a united Africa lies in the fact that RECs such as the Economic Community of Central African States (ECCAS), the East African

<sup>22</sup> The WAEMU was created on January 10, 1994. Its main provisions governing the free movement of migrant workers are as follows: Chapter I of Title IV of the Treaty provides for the establishment of guiding principles for the harmonization of Member States' legislation, Article 91 on non-discrimination against migrant workers and the right of residence, Article 92 of the Treaty expressly provides for a right of establishment throughout the Union.

<sup>23</sup> The various tasks referred to here include improving the capacity building of member states, providing practical advice, carrying out national labor market needs assessments, supporting the collection of data on labor migration, improving the skills of migrant workers, access to and portability of protection, fair recruitment and so on. V Policy Note 10 on the governance of migration and labor mobility in Africa and elsewhere, *op. cit.* p. 4 and 5.

<sup>24</sup> Art. 6 al. 1 and 2 of the Abuja Treaty on the African Economic Community of June 1991.

Community (EAC) and the Arab Maghreb Union, have so far only clarified the elements concerning free movement in their constitutive treaties. In ECCAS, the six countries that make up the Economic and Monetary Community of Central Africa have so far only signed a simple free movement agreement in 2017,<sup>25</sup> while protocols are being drawn up for IGAD and the Community of Sahel-Saharan States (CEN-SAD). This is an undeniable fact that testifies to the lack of any real will to promote labor mobility in these different parts of Africa. Thus, today it can only be speculated that, had the opposite been true in terms of efforts, Africa would be at a different level, comparable to certain neighboring African communities where the train of integration on all fronts is well underway.<sup>26</sup>

On top of this, studies carried out on the proportion of Regional Economic Communities that have taken measures in favor of the free movement of people show that most of these communities are still lagging behind in almost all areas essential to the implementation of economic integration. In fact, the vast majority of the areas affected by this lag relate to labor migration. These include, for example, the right of establishment, the free movement of labor, the right of residence and common labor legislation (CEA, 2006, p. 70). Virtually all the RECs have not yet embarked on the six stages of the African Economic Community process provided for in the Abuja Treaty.<sup>27</sup> The fifth phase of the Abuja Treaty is due to be completed by 2023, but this has yet to become a reality.<sup>28</sup>

In addition to all the efforts made at supra-state level, the reluctance of the states must be underlined to encourage these efforts at national level, which have not moved a single step.

## THE INCONSISTENCY OF THE POLITICAL WILL TO ENCOURAGE LABOR MOBILITY AT STATE LEVEL

It is noticeable that the genuine will to promote labor mobility that has always characterized the activities of African regional and sub-regional institutions has not been matched by the same commitment on the national level (A). This reality should have been countered by an acceptable level of regulation of labor migration in host countries, which is clearly far from being the case (B).

### *A) Weak adherence by states to supra-state standards on labor mobility*

It begins with an assessment of the internalization of labor mobility instruments in national legal orders in Africa, which is undoubtedly negative (1), before looking for reasons that may justify this negativity (2).

1) Several instruments governing labor mobility and protecting the rights of migrant workers have still not been ratified by the majority of African states. This means that the many appeals made to Heads of State in numerous regional political frameworks and at various gatherings have remained mere dead letters. If the various studies carried out on labor migration are to be believed, the state of implementation at national level of the elements of the trade policies adopted, although varying from country to country, still leave a lot of work to be done (UNECA; AU, May 2006, p. 83). To illustrate this, some key

<sup>25</sup> In October 2017, the six CEMAC member states proceeded to sign the circular instituting the free movement of people and goods within the CEMAC space for all community nationals. Indeed, they had reached an agreement on free movement in 2013, but the agreement was never implemented due to the refusal of Equatorial Guinea and Gabon, sparsely populated and relatively prosperous oil countries that feared mass immigration in particular. V. Additional Act N°01/13-CEMAC-070 U-CCE-SE abolishing the visa requirement for all CEMAC nationals travelling within the Community of June 25, 2013.

<sup>26</sup> We are referring here to the example of the European Union, which has reached a truly appreciable level of economic, political and even social integration, with the Schengen Passport, the Euro and so on.

<sup>27</sup> Art. 6 al. 1 and 2 of the Abuja Treaty on the African Economic Community of June 1991.

<sup>28</sup> See: African Migration Report, Challenging the Narrative, 2020, p. 83- 91.



examples can be examined. A study carried out by the African Economic Committee, with the support of the AU, shows that while significant progress has been made in abolishing entry and residence visa fees, little progress has been made in granting the right of residence to nationals of member countries of the Regional Economic Communities.

In fact, only 65% of countries have done so, and barely 55% have adopted a passport common to a Regional Economic Community that is also recognized at national level (Ibid. p. 85). In addition, some countries have adopted a selective and discriminatory approach at national level to the application of the right of establishment; a reality that can be observed in almost all CEMAC member countries apart from Equatorial Guinea and Gabon, where entry and residence rights remain rather compulsory (Loungou, 2010 p. 9). It is all this that has led the Economic Commission for Africa to assert that: "Until the countries concerned are able to assert, with confidence, that the benefits of integration outweigh the costs, commitment to integration will remain low" (ECA; AU, May 2006, p. 100).

This weakness can be seen in even more concrete terms at regional level. For example, while the FTAA<sup>29</sup> was massively adopted and ratified, the AU Protocol on the Free Movement of Persons, six years later, was ratified by only a handful of small African countries (Sao Tome and Principe and Mali, Rwanda, Niger have ratified the protocol), despite the fact that more than thirty (32) countries have signed it.<sup>30</sup> Furthermore, despite the existence of free movement protocols at both continental and REC level, not all free movement regimes on the continent are in force.<sup>31</sup> For example, while COMESA's visa protocol is in force, its free movement protocol has yet to be ratified by the required number of countries before it can enter into force.<sup>32</sup> The SADC protocol on the facilitation of the movement of persons is not in force either. In the ECOWAS Community, Gambia and Mauritania, along with countries such as Niger, Gabon, Benin and Cameroon in the CEMAC, stand out for their non-adherence to the 1990 International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families.<sup>33</sup> This means that in Africa, the rate of ratification of international standards specific to labor migration, notably ILO Conventions Nos. 97 and 143 and the 1990 United Nations International Convention on Migrant Workers and their Families, is remarkably low. Only 23 African countries have ratified at least one of these instruments.<sup>34</sup> Nevertheless, multilateral agreements illustrate an opposite picture.

Despite significant progress in visa liberalization (Warn; Abi, 2020, p. 83-91), the slow pace of ratification poses a serious problem for the implementation of EU labor migration policies. Experience has shown that few countries succeed in ratifying treaties and protocols

<sup>29</sup> ZLECAf, Africa's largest trading platform, has entered its fourth year of operation. The agreement establishing the AfCFTA was adopted on March 21, 2018. Actual trade under the ZLECAf began on January 1st 2021. By May 2022, there were 54 signatories (excluding Eritrea), of which 43 (80%) had deposited their instruments of ratification.

<sup>30</sup> The protocol requires the ratification of 15 states to enter into force. The implementation and enforcement of the FTAA is affected by the slow adoption and implementation of the AU Protocol on the Free Movement of Persons. In general, migration in Africa is largely informal and undocumented; See: ZLECAF et migration en Afrique : Enjeux et défis pour les travailleurs, 2023, available at: <https://www.tradeumonsinafcfta.org/fr/zlecaf-et-migration-en-afrique-enjeux-et-defis-pour-les-travailleurs/>. Consulted on January 17, 2024.

<sup>31</sup> See: African Migration Report, Challenging the Narrative, 2020, op. cit, p. 86.

<sup>32</sup> Article 164 of its founding treaty requires that the COMESA visa protocol be fully implemented before the free movement of people comes into force.

<sup>33</sup> It should be noted that Convention no. 17 on Workmen's Compensation, 1925, and Convention no. 19 on Equality of Foreign and National Workers in respect of Workmen's Compensation, 1925, have only been ratified by Cape Verde. Convention No. 97 and No. 143 (supplementary provisions, 1975) on migrant workers, 1949, have only been ratified by Burkina Faso, while Convention No. 102 on social security, 1965, has only been ratified by Senegal and Mauritania. Convention No. 118 concerning Equality of Treatment of Nationals and Non-Nationals in Social Security, 1962, has only been ratified by Cape Verde and Mauritania; Convention No. 155 concerning Occupational Safety and Health, 1981, has only been ratified by Cape Verde; and finally, Convention No. 157 concerning the Preservation of Rights in Social Security, 1982, has not been ratified by any ECOWAS state.

<sup>34</sup> See: Policy Note 10 on the governance of migration and labor mobility in Africa and elsewhere, op. cit, pp. 40-42.

in less than three months; in most countries, the process can take up to a year. In the end, one wonders what the outcome of this negative assessment of the internalization of legal standards relating to labor mobility in Africa might be.

2) There are several possible reasons for the obstacles to ratification and implementation of labor mobility protocols in Africa. The first reasons lie in the resurgence of exacerbated nationalism, manifested in the desire of states to maintain their sovereignty (ECA; AU, 2006, p. 74), by controlling who enters their territory and protecting the labor market within countries (Adepoju, 2009, p. 86). In Africa, however, there are still a number of obstacles to the free movement of people, including police, customs and administrative harassment, residence permits, insecurity at borders, extortion of funds and so on.

Some administrative practices also should be brought into light, which lead to the closure of borders and increasingly repeated expulsions. These various practices lead states to draw up migration laws that run counter to the spirit of community, regional and even international treaties. The reality of the discrepancy between national legislation and international conventions on labor migration and social protection has been observed in several African countries (Joint Labor Migration Program, 2017). As far as national and supranational bodies are concerned, this translates into a lack of coordination in migration management. This greatly slows down the implementation of regional labor migration policy frameworks in Africa.

As for Central Africa, Serges Loungou's analysis of the myths and realities of free movement in the CEMAC zone reveals that labor migration in this part of Africa is fraught with several pitfalls. Looking at the facts, the vast majority of CEMAC countries have ratified few international conventions on migrant workers (Sall, 2005, p. 22). For example, no state in the subregion has yet ratified the International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families, which expired in 2012. Serges Loungou (2010) demonstrates that the ineffectiveness of integration is due to a number of reasons. With regard to the first, which he describes as the subjective underpinnings of discriminatory national migration policies, the author evokes the idea of imaginary constructs revolving around the mythical conception of certain countries<sup>35</sup> that leaning in favor of free movement would risk leading to problems such as demography invasion, economies spoliation, social perversion and delinquency of foreign origin (Loungou, 2010).

To the credit of what he calls objective obstacles, the author notes as reasons, among others, the exclusive and rigid nature of intra-Community borders, the development of a notorious affairism linked to migratory income, and lastly, politico-diplomatic tensions between Community member states. In the same vein, Sall (2005, p. 22-24) speaks of the limiting effect of state interests on the protection of migrants' rights, and of state complicity in the ill-treatment of migrants by clandestine networks, to justify the obstacles to the International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families in Sub-Saharan Africa.

Another reason for the inconsistency of the political will to facilitate labor migration in Africa is the lack of clarity in some of the key instruments intended to achieve this objective. These include, for example, the conceptual ambiguities of most of the ZLECAF provisions. The more difficult it is for states to interpret these provisions, the more difficult it will be to implement them. The weak adherence of states to supranational texts on labor migration has had the immediate consequence of weak regulation of labor migration in host countries.

<sup>35</sup> It should be noted that in Central Africa, countries such as Equatorial Guinea and Gabon have always been opposed to the effective implementation of the free movement of people as desired by the CEMAC, of which these two countries are members. It was this situation that prompted an eminent Professor of Law at a Cameroonian university to say, in a verbal exchange, that the issue of visas and residence cards in the CEMAC zone could be compared to what he called "a sea serpent", which has been abolished in the texts but continues to be subject to controls in practice.

### *B) Weak regulation of labor migration in host countries in Africa*

The vitality of labor fluidity in Africa depends on national and sub-regional capacities. If national institutions are not effective, cooperation on labor migration will suffer. National mechanisms for labor mobility therefore expected to be well structured and equipped to ensure that policy frameworks and supranational treaties are effectively implemented. Decision-makers' attention seems still not to be drawn to the inadequate legal status of migrant workers in host countries (1), and to their lack of social protection (2).

1) Inadequate legislative recognition of the legal status of migrant workers in host countries. It may be highly regrettable that, 75 years after the right to freedom of movement was enshrined in international law,<sup>36</sup> and despite all the interest that the free movement of labor can arouse in States, legal systems of several states demonstrate that the legal status of workers is insufficiently enshrined in host countries.

A survey carried out on the state of regional integration in Africa, specifically on the percentage of Regional Economic Communities that have taken measures in favor of the free movement of people, shows that most of the states representing these communities are lagging behind when it comes to regulating labor migration.<sup>37</sup> As far as the abolition of visas is concerned, there is a notable effort in almost all sub-regions. However, in the CEMAC zone, only Cameroon has ratified the two main conventions (those of 1949 and 1975, proposed by the ILO in favor of labor migration), without actually providing the means to implement them. Consequently, there is a serious problem of effective harmonization and coordination of legislation, to which must be added the dispersal of legislative and regulatory texts to define effective policies to promote labor migration between African states (Sall, 2007, p. 48).<sup>38</sup>

It is also worth noting the absence of structured programs to promote labor migration, as well as the ineffectiveness of certain migration governance structures, such as the Observatoire de la Migration en Afrique Centrale (Migration Observatory for Central Africa), which may have been set up in law, but remains ineffective in practice.<sup>39</sup> This absence of migration policies in the States can also be observed in most West African countries. For, even when some form of migration regulation does exist in these countries, it is often so meticulously tailored to the aspirations of domestic politics that it leaves foreign workers no chance of asserting any rights whatsoever.<sup>40</sup> The weakness of the legislative consecration of the status of migrant workers on the national level is unfortunately completed by that of the social protection of the latter in the countries of origin and destination.

2) Inadequate social protection for migrant workers in countries of origin and destination. It should be recognized that social protection for migrant workers in host countries is a key element in promoting labor mobility (Lola, 2016, p. 106-116). It is envisaged on the one hand as a set of guaranteed rights enabling access to social security (Sabates-Wheeler; Koettls, 2010, p. 125). in countries of origin and destination, and on the other as the transferability of said rights between the countries concerned.<sup>41</sup> The international normative framework relating to social protection has truly evolved over the course of history (Fornalé, 2017, p. 24).

<sup>36</sup> Art. 13 UDHR right to freedom of movement, and Art. 6 of the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights enshrining the right to freely chosen work.

<sup>37</sup> These include the free movement of persons, the right of residence and, above all, common labor legislation.

<sup>38</sup> See also. Policy Brief 10 on the governance of migration and labor mobility in Africa and elsewhere, op. cit. pp. 4647.

<sup>39</sup> On March 11, 2003, the first international meeting on migration in Central Africa was held in Douala, leading to the creation of the Migration Observatory.

<sup>40</sup> Policy Note 10 on the governance of migration and labor mobility in Africa and elsewhere, op. cit. p. 46.

<sup>41</sup> According to CRUZ (2004), portability "is the ability to preserve, maintain and transfer acquired social security rights or rights in the process of being acquired, regardless of nationality or country of residence".

Originally enshrined in the UDHR,<sup>42</sup> migrants' right to social security was endorsed by the 1966 Covenants on Civil and Political Rights and on Economic, Social and Cultural Rights.<sup>43</sup> In addition to these efforts, the ILO has also played an important role in the development of social security standards through its various conventions, notably Convention 102 on Social Security, 1982, and Convention 157 on the Maintenance of Social Security Rights, not forgetting Convention 87 on Freedom of Association and Protection of the Right to Organize, 1948. Even more recently, in 2012, the ILO adopted Recommendation no. 202, on national social protection floors to guarantee coverage for all residents, not just citizens (Fornalé, 2017, p. 26).

Indeed, one of a state's primary obligations is to protect its citizens and all individuals living on its territory, by safeguarding the physical integrity, security and social protection of everyone, and guaranteeing the right to health care, education and means of subsistence. Social protection should therefore be a right recognized for all individuals without distinction of any kind, as enshrined in the UDHR, which sets out the principle of equality in article 1. However, according to numerous studies on social protection, many migrants are unfortunately not covered by social security or any other social protection program, either in their country of origin or in their host country (Cholewinski, 2005). Moreover, access to social protection is generally mediocre, limited or non-existent, and is often a blind spot in bilateral labor agreements.<sup>44</sup> It is with this in mind that the ILO has stated that "while the need for social protection is widely recognized, the fundamental right of everyone to social security is far from being a reality for most of the world's population". This statement is borne out by the practice of states in Africa and elsewhere, the vast majority of which are not only reluctant to ratify international treaties on the social protection of migrant workers, but even less willing to implement national social protection regulations.<sup>45</sup>

This situation can also be observed today with ECOWAS, where most of the countries in this sub-region have not yet ratified almost all the treaties relating to social protection. This situation is similar to that in France, for example, where access to social rights is increasingly restricted (Cholewinski, 2005, p. 42). Restrictions are both legislative and regulatory. The combination of tougher legislation on foreigners' residence and work, and stricter conditions for access to social rights, means that many foreigners are excluded from the fundamental rights normally guaranteed by social protection.<sup>46</sup>

In some cases, bilateral agreements play a very important role in offsetting the social protection problems of migrants caused by non-ratification. This is confirmed by the position of the Senegalese legislator, which is nonetheless appreciable with regard to the payment of retirement pensions, when it places no restrictions on the migrant worker's place of residence (Ba; Fall, 2006, p. 36). This means that they can choose to collect them in Senegal, in their country of origin or in any other place of their choice. In all cases, the cost of making the pension available remains the responsibility of the pension institution.

<sup>42</sup> Article 22 of the UDHR recognizes "the right to social security", while Article 25 specifies "the right to security in the event of unemployment, sickness, disability, widowhood, old age or any other lack of livelihood in circumstances beyond his control".

<sup>43</sup> Article 2 of the Covenant on Civil and Political Rights, which prohibits all forms of discrimination, and article 9 of the Covenant on Economic, Social and Cultural Rights, which provides for "the right of everyone to social security, including social insurance", while article 8 refers to the right to freedom of association. V Also Art. 23 of the UDHR: right to work, to fair wages, right to freedom of association.

<sup>44</sup> African Labour Migration Conference, ALMC23, op. cit.

<sup>45</sup> Until 2006, none of the countries between Cape Verde, Burkina Faso, Mali, Gambia, Senegal and Mauritania had yet ratified Convention No. 157 on the Preservation of Social Security Rights, 1982.

<sup>46</sup> V. Chapter 2, "Foreigners and social protection" in Guide de la protection sociale des étrangers en France, consulted online February 05, 2024, <https://www.gisti.org/doc/publications/1997/social/chapitre-2.html>.

## CONCLUSION

Ultimately, the articulation of migration policies with the issue of labor mobility has revealed that this is not an easy undertaking, given the stranglehold of states on an issue as sensitive as the liberalization of access to the right to work. The various analyses carried out show that, while there is a real interest in promoting access to employment for foreigners in Africa by virtue of its ability to boost socio-economic development, there are nevertheless doubts about the decision to take the foot off the brake altogether. This is why it has been observed that regional efforts to ensure the fluidity of labor mobility have not at all met with the support of all states at national level. For Africa to grasp the full significance and role of labor mobility on the continent, states are not only expected to realize the advantages of migration, but also participate in making it a reality, by implementing regional labor migration policy frameworks at national level.

## REFERENCES

AFRICAN LABOUR MIGRATION CONFERENCE. ALMC23, October 18-20, Abidjan, Côte d'Ivoire 2023.

AFRICAN MIGRATION REPORT. Challenging the Narrative, 2020.

AU, *Revised Migration Policy Framework for Africa and Action Plan (2018 - 2030)*, Addis Ababa, May 2018.

AU, *Evaluation Report of the AU Migration Policy Framework*, 2016.

BA, Hamidou; FALL, Abdoulaye. Rapport sur les législations relative aux travailleurs migrants en Afrique de l'Ouest. *Cahiers des migrations internationales*, Geneva, 2006.

CARBONIER, Jean. *Sociologie juridique*. Quadrige: Presses universitaires de France, 2004.

CHOLEWINSKI, Ryszard. *Étude des obstacles à l'accès effectif des migrants irréguliers aux droits sociaux minimaux*. Strasbourg: COE, 2005.

DE VULPILLIERES, Camille. L'État souverain et le figure de l'étranger: les enjeux d'une hospitalité juridique. *Ethica*, v. 21, n. 2, 2017.

DIASPORA CENTER. Policy Note 10 on the governance of migration and labor mobility in Africa and elsewhere. <https://www.diasporacentre.org/knowledgeplatform/wp-content/uploads/2021/11/Note-de-politique-10.pdf>. Accessed: Jan. 21, 2024.

DUPUY, Pierre-Marie; KERBRAT, Yann. *Droit international Public*. Paris: Dalloz, 2018.

ECA; AU. *State of Regional Integration in Africa II, Streamlining the Regional Economic Communities*, Addis Ababa, Ethiopia, May 2006.

FORNALÉ, Élisabeth. La protection sociale des travailleurs migrants: une analyse multi-niveau des régimes de sécurité sociale. *E-Revista Internacional de la Protección Social*, v. II, n. 2, p. 24, 2017.

HAMIDI, Camille; FISCHER, Nicolas. Les politiques migratoires en Europe, perspective historique et modèle d'analyse. *Idées économiques et sociales*, v. 3, n.189, 2017.

HAMMAR, Tomas. *European Immigration policy: a Comparative Study*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

IOM. Developing labor mobility pathways. *Theme Paper on Labor Mobility Pathways*, accessed online: Jan. 21, 2024.

JOINT Labour Migration Programme, 2017.

LOLA, Isidro. La protection sociale des personnes étrangères. Pour un nouveau critère d'accès aux prestations sociales. *Informations sociales*, n. 194, p. 106-116, 2016/3.

LOUNGOU, Serge. La libre circulation des personnes au sein de l'espace de la C.E.M.A.C.: entre mythes et réalités. *Belgeo*, 3, p. 1-18, 2010.

MIGRATION for Development in Africa. Revised Migration Policy Framework for Africa and Action Plan (2018-2030), May 2018.

PERROUCHOUD, Richard; OIM (dir.). *Glossaire de la migration. Droit international de la migration*, n. 9, 2007.

SABATES-WHEELER, Rachel; KOETTLS, Johannes. Les problèmes de fourniture d'une protection sociale aux migrants dans le contexte de l'évolution des flux migratoires. *Revue Internationale de Sécurité Sociale*, v. 63, n. 3-4, p. 123-157, 2010.

SALL, Babacar. Migration de travail et protection des droits humains en Afrique: les obstacles à la Convention Internationale sur la Protection des Droits de tous les Travailleurs Migrants et des Membres de leur Famille en Afrique sud-saharienne. *Études UNESCO sur les migrations*, n.2, 2007.

THE COTONOU AGREEMENT, signed on June 23, 2000 between the European Union and the ACP countries (Africa, Caribbean, Pacific).

WARN, Elisabeth; ABI, Samir. Reorganizing borders in the age of free movement in Africa. In: IOM. *African Migration Report: Challenging the Narrative*. Addis Ababa: IOM, 2020.

## AUTHOR'S NOTES

---

### AUTHORSHIP

**Herman Bonabe**: International Rights, Université de Maroua, Cameroon.

### CORRESPONDING ADDRESS

JCR8+423, Maroua, Cameroon

### SOURCE OF THE ARTICLE

Not applicable.

### FUNDING

Not applicable.

### ACKNOWLEDGMENTS

Not applicable.



### **IMAGE CONSENT**

Not applicable.

### **ETHICS COMMITTEE APPROVAL**

Not applicable.

### **CONFLICT OF INTEREST**

There is no conflict of interest.

### **PREPRINT**

This paper is not a preprint.

### **LICENSE OF USE**

© Herman Bonabe. This article is licensed under the Creative Commons License CC-BY. With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

### **PUBLISHER**

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

### **EDITOR**

João J. G. dos Santos Junior.

### **HISTORY**

Received on: March 8, 2024

Approved on: July 2, 2024

How to cite: BONABE, Herman. Migration policies and labor mobility in Africa. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 272-287, 2024.





## **O URBAN SKETCHERS COMO FENÔMENO GLOBAL**

UrbanSketchers as a global phenomenon

Paulo Henrique Tôres Valgas <sup>a</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-0190-4864>

E-mail: paulotorres\_1989@hotmail.com

<sup>a</sup> Instituto Federal Catarinense/Universidade Federal de Santa Catarina,  
Florianópolis, SC, Brasil.



## RESUMO

O artigo busca mostrar como ferramentas conceituais e metodológicas da História Global podem contribuir para pensar o movimento de desenhistas urbanos chamado Urban Sketchers (USk). Por se tratar de um fenômeno global, essa análise lança mão de noções alternativas de espaço, escalas flexíveis e explicações causais a nível global, buscando abandonar nacionalismos metodológicos e essencialismos. Sendo um movimento que põe em contato pessoas de lugares os mais distantes possíveis e busca, como seu objetivo, formar uma comunidade global de compartilhamento de desenhos, a abordagem da História Global pode oferecer ajuda de valor para melhor compreender esse fenômeno que tem crescido ao redor do mundo há quase dezesseis anos.

## PALAVRAS-CHAVES

História Global. Desenho urbano. Urban Sketchers.

## ABSTRACT

The paper attempts to show how conceptual and methodological tools of Global History can contribute to thinkin about the movement called Urban Sketchers (Usk). Because it is a global phenomenon, this analysis makes use of alternative notions of space, flexible scales and causal explanations at the global level, and seeks to abandon methodological nationalisms and essentialisms. As a movement that brings together people from the most distant places and aims to create a global community of sharing drawings, the Global History approach can provide valuable assistance in understanding this phenomenon that has been growing around the world for almost sixteen years.

## KEYWORDS

Global History. Urban drawing. Urban Sketchers.



O *Urban Sketchers*, movimento de desenhistas urbanos fundado por Gabi Campanario em 2008, tem tido um alcance muito amplo e se tornou um fenômeno mundial, constituído por entrelaçamentos, compartilhamentos e contribuições internacionais entre seus membros. Assim, este artigo busca pensar o *Urban Sketchers* como um movimento global, destacando noções alternativas de espacialidade, sem restrições fronteiriças e sem o privilégio de um lugar em detrimento de outro. Para isso, a abordagem da História Global oferece conceitos e ferramentas importantes, como o abandono do nacionalismo metodológico e do eurocentrismo e o uso de escalas flexíveis, intercalando o global e o local.

## URBAN SKETCHERS: MOSTRAR O MUNDO, UM DESENHO POR VEZ

Em 2007, o jornalista e ilustrador do *The Seattle Times*, Gabi Campanario, espanhol que havia se mudado recentemente para os Estados Unidos, passou a sair às ruas de sua nova cidade e desenhá-la. Os resultados eram publicados em sua página no *Flickr*. Um ano depois, ele convidou um grupo de pessoas de diversos lugares, como Itália, Espanha, Portugal e Cingapura, que acompanhavam seu perfil, para compartilhar seus desenhos e respectivas narrativas em um *blog* que ele chamou de *Urban Sketchers* (USk). Em 2009, o USk tornou-se uma organização internacional, composta por membros de diversos países. No *site* oficial do movimento, ele é definido como “uma organização internacional sem fins lucrativos dedicada a fomentar uma comunidade global de artistas que praticam o desenho de locação” (Urban Sketchers Blog).

O objetivo do movimento é “elevar o valor artístico, narrativo e educacional do desenho de locação, promovendo sua prática e conectando pessoas ao redor do mundo que desenharam no local onde vivem e para onde viajam”. Conta também que a comunidade se formou “para todos os *sketchers* afora que amam desenhar as cidades onde vivem e visitam, da janela de suas casas, de um café, em um parque, em uma esquina, sempre no local, não de fotos ou pela memória.” Campanario desejava que os leitores do *blog* pudessem “ver o mundo, um desenho de cada vez”, lema principal do movimento. O *blog* ajudou a comunidade a ganhar visibilidade e inspirou entusiastas do desenho de todas as partes, afirma o *site*.

O USk tem um manifesto, que em oito itens aponta aquilo que identifica ou não suas práticas. Embora esteja disponível oficialmente em inglês, há tradução para as mais diversas línguas,<sup>1</sup> o que facilita a compreensão da proposta do movimento, visto que, por exemplo, a palavra mais comumente traduzida para *sketch* em português seria esboço, ou, no meio técnico/acadêmico, croqui. O manifesto em sua versão brasileira traz o termo desenho, que produz uma compreensão melhor para a nossa realidade. Já em espanhol, a palavra utilizada é *dibujo*, e não *diseño*, que evoca uma produção mais profissional, relacionada ao *design* (Valgas, 2017). Segue o manifesto, disponível no *blog* oficial:

1. Nós fazemos desenhos de locação, através da observação direta, seja em ambientes externos ou internos.
2. Nossos desenhos contam histórias do dia a dia, dos lugares em que vivemos, e para onde viajamos.
3. Nossos desenhos são um registro do tempo e do lugar.
4. Nós somos fiéis às cenas que estamos retratando.

<sup>1</sup> São as seguintes: alemã, armênia, basque, bengali, catalã, checa, chinesa, coreana, dinamarquesa, espanhola, francesa, hebraica, holandesa, húngara, italiana, japonesa, latina, malasiana, polonesa, portuguesa do Brasil e de Portugal, russa, suaíli, sueca e ucraniana

5. Nós utilizamos qualquer tipo de técnica e valorizamos cada estilo individual.
6. Nós nos apoiamos e desenhamos juntos.
7. Nós compartilhamos nossos desenhos online.
8. Nós mostramos o mundo, um desenho de cada vez.

O *Urban Sketchers* foi incorporado como uma organização sem fins lucrativos no estado de Washington em 2009 e ganhou reconhecimento como uma organização isenta de impostos pela Receita Federal dos Estados Unidos em 2011. Apesar do registro local, a abrangência do movimento é internacional, como podemos ver no *blog*, quando se descreve o trabalho dos *Urban Sketchers*:

- Mantemos uma rede de blogs e grupos *online* onde os *urban sketchers* podem compartilhar seus desenhos e histórias e interagir uns com os outros.
- Uma vez por ano, organizamos o Simpósio Internacional *Urban Sketchers*, do qual participam centenas de entusiastas do desenho. O evento é realizado em uma cidade diferente a cada ano e inclui palestras, atividades e *workshops* ministrados por educadores profissionais, arquitetos, ilustradores e artistas.
- Organizamos oficinas de desenho urbano em cidades de todo o mundo. Desde nosso primeiro Simpósio internacional em Portland em 2010 e o lançamento de nosso Programa de Workshops em 2011, mais de mil pessoas assistiram às aulas ministradas por nossa equipe de instrutores.
- Publicamos o *Drawing Attention*, uma publicação mensal<sup>2</sup> com notícias de instrutores e comunidades *Urban Sketchers* em todo o mundo.
- Temos parcerias com organizações como escolas, universidades, museus, municípios e associações comerciais para criar eventos que promovam a arte de desenhar no local.
- Oferecemos oportunidades de patrocínio a empresas e corporações para atingir um público global de pessoas interessadas em desenhar e fazer *sketches*.

Para iniciar um grupo de *Urban Sketchers* em um país, criando o que se chama *USk Regional Chapter*, é necessário ter uma comunidade inicial de desenhistas, uma plataforma virtual gratuita e três administradores comprometidos com a missão e o manifesto do movimento, dispostos a organizar os encontros e partilhar seus desenhos. Os interessados preenchem um formulário e aguardam aprovação. Para auxiliar o trio responsável são escolhidos os correspondentes, que também fazem postagens, convidam novos membros e organizam os encontros locais. Assim, um *USk regional chapter*

é uma comunidade que deseja conhecer, desenhar e compartilhar, e que promove a missão e o manifesto *Urban Sketchers*. O *USk* começou como um grupo de desenhistas internacionais compartilhando seus desenhos em um único *blog*. Mas logo esses e outros desenhistas formaram grupos com laços geográficos mais próximos, alguns em cidades, como *USk Seattle*, alguns em países, como *USk Portugal*.

As palestras, oficinas, parcerias e patrocínios ocorrem a partir da organização internacional, mas também das atividades dos grupos locais. Nos simpósios internacionais, é possível perceber de forma mais clara como elas funcionam. Já foram sede destes eventos as cidades de Portland (2010), Lisboa (2011), Santo Domingo (2012), Barcelona

---

<sup>2</sup> Desde 2021 a periodicidade tem sido trimestral.

(2013), Paraty (2014), Singapura (2015), Manchester (2016), Chicago (2017), Porto (2018), Amsterdã (2019) e Auckland (2023)<sup>3</sup>. O simpósio de 2020 deveria acontecer em Hong Kong, mas foi cancelado devido a pandemia do covid-19, assim sucedendo nos dois anos seguintes. Em outubro de 2024 deverá ocorrer o décimo-segundo simpósio em Buenos Aires. Há grupos de *sketchers* em todos os continentes, como vemos no mapa (imagem 1), atualizado em 2024. As regiões que concentram mais grupos estão na América do Norte, sobretudo Estados Unidos, capitais e grandes cidades brasileiras, Europa Ocidental e sudeste asiático, coincidindo que em sua maioria são áreas mais urbanizadas e/ou com mais acesso à internet.

Imagem 1 - Mapa de *Urban Sketchers chapters*. 2024.



Fonte: <https://urbansketchers.org/where-we-sketch/#map>. Acesso em 21 mar. 2024.

Nas duas imagens a seguir, podemos ver saídas pelas ruas para praticar o que foi aprendido nas oficinas dos simpósios: Na imagem 2, vê-se uma atividade proposta pelo *sketcher* canadense Marc Taro Holmes, chamada “*Drawing People in Action*”. Os aprendizes estão compenetrados, integrados ao lugar, sentados no chão ou de pé, enquanto duas pessoas observam a cena, curiosas. Uma delas fotografa o desenho, provavelmente pronto para publicação *online*. Na imagem 3, vemos o *sketch* de Darman Angir, feito no simpósio de 2019, em Amsterdã. Podemos perceber objetos pelo chão, pertencentes a *sketchers* que estão em atividade - inclusive um deles desenha próximo à parede. Vemos os prédios e percebemos que a cena retratada já está modificada: as pessoas do canto no desenho já seguiram e a sombra do sol já se movimentou.

<sup>3</sup> Página de cada simpósio se encontra em: <https://urbansketchers.org/usk-symposium/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

Imagem 2: *Workshop no Simpósio Urban Sketchers em Barcelona, 2013.* Foto por Marc Taro Holmes, 2013.



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/marctaro/10464884545/in/album-72157636914744606/> Acesso em: 16 ago. 2021

Imagem 3: *Simpósio Urban Sketchers em Amsterdã, 2019.* Foto postada por Darman Angir, 2019.



Fonte: <https://www.facebook.com/photo?fbid=2515952615135844&set=pcb.1318014878345946> Acesso em: 16 ago. 2021

## UM MOVIMENTO GLOBAL

Os elementos e características do universo USk citados anteriormente, como a busca por uma comunidade mundial, os eventos que ocorrem em lugares diversos, o objetivo de conectar pessoas e a prática do compartilhamento das experiências e técnicas evidenciam que esse movimento é cosmopolita e global por excelência. O manifesto por si só já evidencia o caráter móvel e viajante (fazer desenhos no local), narrativo (contar histórias vivenciadas), não hierárquico (valorização do estilo individual), sociável (apoio e desenho em grupo) e de compartilhamento (mostrar o mundo) que podemos observar no *urban sketching*.

Na dissertação “*Urban Sketchers Brasil: memória e sensibilidade nas cidades contemporâneas*” (Valgas, 2017), cuja proposta foi escrever sobre o movimento no Brasil, por inúmeras vezes outros países aparecem no texto. São exemplos a influência sobre membros brasileiros ou os encontros que aconteceram em viagens de *sketchers* brasileiros para fora do país, ou vice-versa, casos de *sketchers* estrangeiros que vieram ao Brasil, como no simpósio nacional de 2014, mas também em viagens isoladas. Assim, dificilmente seria possível escrever sobre a história de um grupo local ou nacional de *Urban Sketchers* sem recorrer às influências externas, como um fenômeno endógeno. Ao contrário, o USk é cosmopolita, surgiu dentro de um país com fronteiras delimitadas, mas pelas mãos de um imigrante espanhol e espalhou-se pelo mundo todo através da ação de pessoas de diversas origens e nacionalidades. Como escrever essa história sem destacar sua constituição heterogênea?

Para isso, a História Global pode oferecer conceitos e ferramentas interessantes. Desde os anos 90, essa abordagem, confundida por vezes com a história da globalização, tem levantado muitas discussões sobre suas possibilidades e eficácias, apesar de ter sido utilizada metodologicamente para tratar de assuntos específicos da contemporaneidade e mesmo de períodos passados. Para o *Urban Sketchers*, a História Global pode oferecer noções alternativas de espaço, flexibilidade de escalas, a não priorização das metodologias e fronteiras nacionais, assim como buscar causas a nível global, sem deixar de evidenciar especificidades locais.

É importante evidenciar o alcance mundial, a constituição heterogênea e as interações que acontecem presencialmente e virtualmente no *Urban Sketchers*. “A história global que se pratica atualmente baseia-se na premissa de que é tanto possível como desejável dispor de quadros unificadores e de diálogo entre as diferentes sociedades e culturas”, nos afirma Conrad (2016, p. 246). Além disso, há de se destacar o papel essencial da internet, que possibilita uma interação entre o local e global, fenômeno que afeta diretamente tanto a prática dos membros quanto os caminhos que a organização toma.

É importante superar o nacionalismo metodológico, buscando noções alternativas de espaço, para além da fronteira nacional, que pode ser tomada como um mero fator administrativo. Não se trata de considerar a fronteira como ausente, nem imaginar totalidades planetárias, mas ultrapassar limites das unidades e compartilhamentos que as fronteiras nacionais costumam impor. Para a História Global, um evento não ocorre por si só, isolado geograficamente, mas “rompe com as antigas abordagens de compartimentação e, em particular, com a história nacional” (Conrad, 2016, p. 14). Por isso, abordar um determinado fenômeno ou conjunto de fatos limitando-os às fronteiras nacionais, seja em suas causas ou alcances, é uma das práticas que a História Global procura combater.

A diversidade cultural está presente tanto no *Urban Sketchers* quanto nos objetos de análise da História Global. É muito comum que os *sketchers* gostem de viajar, e são centenas os *sketches* que evidenciam as culturas, paisagens e pessoas encontradas ao

redor do mundo. Essa mobilidade promove o conhecimento e compartilhamento de inúmeras vivências ao redor do mundo. Por isso, nos aproximarmos da História Cultural Global também é importante, como defende Tamm (2020, p. 143), para quem, por meio dela, possamos estudar as trajetórias transculturais de pessoas, coisas e ideias, conectando “o nível microanalítico com um escopo espacial global, sem subestimar as complexidades nas trocas culturais e nas dinâmicas espaciais.” Podemos focar em redes que permitem o movimento de pessoas, coisas e ideias, assim como traçar trajetórias específicas de um ou mais desenhistas.

A imagem 4 mostra uma reunião no Rio de Janeiro com *sketchers* que vieram ao simpósio em 2014 e ficaram mais alguns dias na cidade. Estão desenhando Omar Jaramillo, da Alemanha, Shiho Nakaza e Suhita Shirodkar, dos Estados Unidos, Esther Semmens, da Escócia, Liz Steel e Claudia Jarjoura, da Austrália, Lynne Chapman, da Inglaterra, e Marc Holmes, do Canadá. *Sketchers* de seis países diferentes, reunidos no Brasil para desenhar a paisagem carioca. Esse não é um evento raro, embora em geral membros do país anfitrião também se unam aos visitantes. Nessa fotografia, se agita o passado, já que o Rio de Janeiro foi local de visita e apreciação de muitos artistas viajantes que, impressionados com a paisagem “exótica” do país, sentaram-se ante a ela e desenharam-na. A história do *Urban Sketchers* no Brasil é “invadida” por estrangeiros; da mesma forma, a história do movimento de cada país aqui representado é atravessada pelas paisagens brasileiras (isso fica evidente nas postagens dos blogs locais). Assim, pensar o *USk* fechado em um país ou limite geográfico é inviável e empobrecedor, pois a interconexão é uma de suas características e objetivos principais.

Imagem 4: *Sketchers* desenhando no Pão-de-Açúcar. Fotografia postada por Lynne Chapman, 2014.



Fonte: <http://www.urbansketchers.org/2014/09/eight-urban-sketchers-one-mountain.html>

Acesso em: 14 ago. 2021.

A opção pela abordagem global produz a escrita de uma história do *Urban Sketchers* que não prioriza uma nação específica, seja ela qual for, buscando um tratamento historiográfico mais condizente com sua realidade heterogênea. Os trabalhos acadêmicos em geral apresentam recortes temporais e espaciais para melhor delimitar e abordar seus objetos. Nesta pesquisa sobre o *Urban Sketchers*, porém, não há sequer um recorte

geográfico, porque as experiências citadas e abordadas vêm de diferentes lugares do mundo. Não há também um centro ou grupo local mais importante que outro e a organização internacional é formada por pessoas de diversos países, que contribuem conforme suas habilidades e possibilidades. Os simpósios anuais, que já aconteceram em Seattle, Barcelona e Manchester, mas também em Paraty, República Dominicana e Auckland, deram oportunidade para pessoas de distintos espaços terem mais facilidade de participar - pelo menos em relação à distância geográfica.

## INTEGRAÇÕES

Conrad (2016) distingue três variantes de História Global: a história de tudo, a história das conexões e a história baseada no conceito de integração. Nos deteremos aqui nas duas últimas. “Uma unidade histórica — seja ela a civilização, a nação ou a família — não se desenvolve isoladamente e só pode ser entendida através das suas interações com outras” (2016, p. 85), afirma o historiador alemão. Termos como intercâmbio, relação, vínculos, entrelaçamentos, redes e fluxos são caros à História Global e podem ser encontrados nos discursos sobre si que os *urban sketchers* produzem. A conexão entre as pessoas e o compartilhamento dos desenhos são a chave do *urban sketching* em qualquer lugar do mundo.

O incentivo ao cosmopolitismo e a diversidade cultural estão presentes tanto do *Urban Sketchers* quanto da História Global. Os grupos de *sketchers* são abertos, se comunicam não só uns com os outros, mas com pessoas de lugares os mais diferentes possíveis. Durante os encontros, qualquer um é convidado a participar, independente do seu domínio técnico. Quando viajam, muitos *sketchers* logo procuram seus iguais para desenhar juntos. Esse caráter relacional está bem explícito no uso do termo “nós” no manifesto: “nós nos apoiamos e desenhamos juntos” e “nós compartilhamos nossos desenhos online”. O uso do pronome “nós” evidencia o caráter grupal, dizendo muito sobre os interesses e práticas do movimento: há sempre uma comunidade e ela é diversa.

Embora os grupos se dividam em locais, estaduais e nacionais, o fazer cotidiano propicia o estabelecimento de agrupamentos mais orgânicos. A proximidade geográfica é um fator importante, já que nem todos têm as condições devidas para financiar deslocamentos. Em Florianópolis, por exemplo, muitos encontros contam com a presença de *sketchers* de Curitiba, distante 300 km da capital catarinense, além de *sketchers* de outras cidades do estado<sup>4</sup>. Em 2014, Liege, na Bélgica, recebeu *sketches* da Espanha, Portugal, Itália, França, Dinamarca e Holanda para um encontro e os desenhos ficaram expostos por duas semanas na cidade. Na Espanha, além dos grupos locais, existem também o USk Andaluzia e o USk Catalunha.

André Duarte Baptista, de Torres Vedras, coordena um projeto chamado *Arte ao Centro*, que realiza intercâmbios entre Portugal, Brasil e Espanha, tendo o desenho como plataforma de articulação. Seu diálogo no Brasil é com o USk Araraquara, no interior de São Paulo, que estabeleceu um vínculo com a cidade portuguesa que os colocou em contato muito próximo e prolífico. Baptista já organizou uma exposição de desenhos feitos por colegas dos três países. Em 2016, ele esteve em Araraquara e ministrou um curso de desenho como parte do projeto. O correspondente local de Araraquara, Joel Venceslau, que participara do *Encontro Internacional de Desenho de Rua*, em Torres Vedras, em 2015, escreveu que:

<sup>4</sup> Exemplos diversos estão no grupo *Urban Sketchers* Florianópolis no Facebook:

<https://www.facebook.com/groups/925364647576251>



Nesse encontro pude avaliar como é prazeroso desenhar em grupo, que de uma forma simples e despretensiosa nos apresenta no final de cada oficina uma bela produção de desenhos, a confraternização entre os participantes e também a integração dos desenhistas com o cotidiano local, registrando de forma intensa as paisagens e os costumes (VENCESLAU, 2016).

Ele cobriu o evento, que foi o primeiro no Brasil após duas edições em Torres Vedras. Houve exposições de alguns artistas portugueses e brasileiros em galerias e ateliers, oficinas e *workshops*, além de sessões de desenho em alguns pontos da cidade. O evento tem acontecido com frequência. Na imagem 9, vemos uma imagem da exposição feita após uma sessão, no 4º Encontro Internacional de Desenho de Rua, em Torres Vedras, em outubro de 2018. Essa exposição é muito comum nos encontros USk e acontece em gramados, muretas ou mesas expositivas, dando a chance de cada um mostrar sua produção recém-realizada. É interessante verificar a multiplicidade de formatos, cores, técnicas e locais diferentes representados.

Imagem 9: Exposição de desenhos no 4º Encontro Internacional de Desenho de Rua, em Torres Vedras, 2018. Fotografia postada por Bruno Vieira, 2018.



Fonte: <https://www.facebook.com/media/set/?vanity=bruno.m.a.vieira&set=a.10217366603060159>

Acesso em 16 ago. 2021.

Nos simpósios e na internet, o *sketcher* malásio Kiah Kiean ensinou a utilizar galhos cortados e bambus para desenhar, e a prática foi experimentada por Márcia Milner-Brage (2014), dos Estados Unidos, e Jony Coelho (2012), do Brasil. Mark Leibowitz criou o *Sketch-swap*, que são trocas de desenhos que acontecem após encontros específicos, compartilhando *sketches* com colegas de lugares distantes. Fernanda Vaz de Campos (2014) relatou especificamente o intercâmbio de paulistas com os *sketchers* de Nova York e afirmou que tal prática é uma ótima oportunidade para conhecer seus pares ao redor do mundo. Esses relatos evidenciam a importância de “investigar como a circulação, os movimentos e a mobilidade das pessoas, dos hábitos, das mercadorias e das ideias influenciam a construção das próprias comunidades e de seus espaços” (Silva, p. 10).

Sobre a qualidade e o alcance das conexões, a História Global apresenta algumas advertências. Quando se afirma que o *Urban Sketchers* é um fenômeno global, que atinge pessoas de diversos países, que em um simpósio se encontra o mundo todo, é bom lembrar que essa globalidade é uma figura de linguagem, porque sequer temos um representante de cada país do mundo. Isso não torna o movimento menos global, conforme Conrad (2016, p. 20) aponta: “o alcance das redes e das conexões pode variar e não tem de ser necessariamente planetário.” Ou seja, a História Global não pensa em uma história completa do mundo, que dê conta de cada microestrutura, mas

O que o termo “global” sugere é, portanto, uma abertura para prosseguir conexões e questões de causalidade além dos compartimentos e das unidades espaciais convencionais; revela simplesmente uma preocupação metodológica para ir além das familiares fronteiras geográficas (idem, p. 92).

Assim, escrever uma história global do *Urban Sketchers* não é dar conta de explicar cada micro-evento, em cada país, nem cada macro-estrutura regional onde o fenômeno se desenvolve, mas evidenciar os entrelaçamentos, os contatos, a formação de redes de compartilhamento de desenhos e experiências. Outro ponto a se destacar é que há diferentes graus de conexão. Por isso, embora elas estejam muito presentes na prática USK, não se deve generalizar ou reduzir o movimento ao resultado de conexões. Existem padrões e tensões mesmo entre grupos locais. Existem *sketchers* que sequer costumam viajar ou desenhar em grupo e eles não podem ficar excluídos. O fator linguístico também impede alguns contatos e é um fator limitante para o estabelecimento de conexões, já que o inglês é a língua oficial nas plataformas virtuais e nos simpósios. Ou seja, as conexões, embora presentes e importantes, não são uma chave para *todas* as explicações sobre o USK. Elas também não homogeneizam os grupos, que mesmo em contato, constituem suas identidades locais.

## URBAN SKETCHERS DIANTE DO ESPAÇO

A História Global oferece a opção metodológica de não priorizar o limite nacional, não privilegiar um lugar em detrimento do outro. Trata-se do *Urban Sketchers* não no espaço, mas diante do espaço. Assim, o contexto local e geográfico é um dos fatores na busca por uma caracterização do movimento, mas não uma determinante. Isso transgredir formas mais tradicionais de pensar uma pesquisa acadêmica que delimita o seu objeto geograficamente de forma mais rígida. Assim, os limites são nublados e/ou explodidos: o *Urban Sketchers* existe no mundo, ainda que não seja no mundo, de forma genérica, mas em uma cidade local, que cada *sketcher* atua.

Os espaços visados para o desenho dos *urban sketchers* são, como o nome indica, pedaços da cidade, do espaço urbano construído, preferencialmente praças, cafeterias e prédios históricos e/ou turísticos. São poucas as experiências que não se dão nos centros urbanos, como praias, áreas rurais ou rodovias. Quando elas ocorrem, dão-se *in loco*, para que não destoe dessa característica inegociável do movimento. A escolha e a chegada aos locais para praticar o *sketching* demanda decidir ou ocupar um pequeno espaço onde se possa, tranquilamente, dispor seu material, observar a paisagem e verificar as condições para que o desenho se concretize. Por isso, fatores como a existência de um mínimo conforto para se sentar, sombra para se proteger do sol, chuva e vento e discricção para que os passantes não sejam atrapalhados em suas rotas ou que não se aglomerem excessivamente ao redor de si são levados em conta. Há, porém, diversificadas outras formas de *urban sketching*, com interesses que vão de cemitérios a apresentações

artísticas, movimento de carros, espaços de decadência, festas populares, filas de banco ou vagões de trem.

Para Lefebvre (1974), o espaço abrange a dimensão social e cultural de um determinado local físico, sendo percebido (apreendido por meio de todos os sentidos), concebido previamente em pensamento e vivido, experimentado, que não se deixa exaurir pela análise teórica, mas “permanece um excedente, um remanescente, o indizível, o que não é passível de análise apesar de ser o mais valioso resíduo, que só pode ser expresso por meio de meios artísticos.” (SCHMIDT, 2012, p. 104).

Aplicando essa definição na temática do *Urban Sketchers* e seus espaços de ocupação e abrangência, podemos observar as intervenções, as interações, a produção de significados e apropriações afetivas que a urbe possibilita. A escolha de um ponto para sentar, observar e desenhar é atravessada por interesses múltiplos e condições contextuais. Como, segundo Lefebvre (1974, p. 17), “o espaço social é constituído e experimentado, em primeiro lugar, através da corporeidade dos sujeitos”, esses locais são percebidos pelos sentidos, ocupados de forma a apropriar o espaço urbano, concebê-los como espaços para a concretização do direito à cidade e experimentá-los no sentido de expressar e produzir significados através dos desenhos.

Fortuna (2020, p. 146) desenvolve uma reflexão sobre a (micro)territorialidade, confrontando-a com as macroestruturas e, inserindo-as na realidade urbana, “que acomoda modos micro de apropriação e apresentação de indivíduos e grupos.” Para esse sociólogo português, há na (micro)territorialidade uma dimensão humana e territorial singular, onde o tecido urbano se converte em heterotopia, repleto de múltiplos significados e atividades, sejam elas brincadeiras e divertimentos ou o ato simples de estar parado. “Neste sentido, as (micro)territorialidades podem ser as teias de relações consistentes que se desenrolam nas praças e esquinas da cidade ou no recanto da domesticidade que a esfera da vizinhança e o ‘pedaço’ representam.” (ibidem, p. 37).

Esses (micro)territórios estão diante dos *sketchers* que caminham pela cidade, que sentam-se nos locais e apropriam-se deles, locais compostos por pessoas de diferentes visões de mundo, culturas e práticas. Os *sketchers* vão aos espaços turísticos da cidade, assim como em locais mais afastados, abandonados, “feios” e/ou “desinteressantes” e, ao se apropriarem, física e poeticamente, produzem seus próprios (micro)territórios. Vemos isso na imagem 2, no início do texto, vemos uma ocupação do espaço observada pela corporeidade dos desenhistas. Espalhados pelo chão, os *sketchers* exercem o direito ao espaço da urbe, e fazem desse espaço seu ateliê, seu local de experimentação e aprendizado, de vivenciar sociabilidades e trocas, de dialogar com outros, de observar os espaços, identificar gostos, de refletir sobre como a materialidade é projetada, como é mantida ou mesmo como é abandonada pelas esferas pública e privada.

Tina Koyama (2016), *sketcher* de Seattle, relatou que o *urban sketching* fez com que percebesse que os pontos turísticos de sua cidade nunca tinham sido vistos *de verdade por ela*. Na imagem 5 vemos Marina Grechanik, em um encontro de *sketching* em Tel Aviv, sentada no chão, encostada e desenhando, ocupando o lugar, gastando determinado tempo ali e marcando sua presença, o que é diferente de um passante ou de um turista que fotografa e rapidamente sai. Para além de uma interpretação da paisagem vista, que é transmitida pelo seu desenho, o processo físico/geográfico é importante para a desenhista, que produz algo que diz respeito ao local que vivenciou junto das pessoas que compartilhavam-no (desenhando ou apenas de passagem).

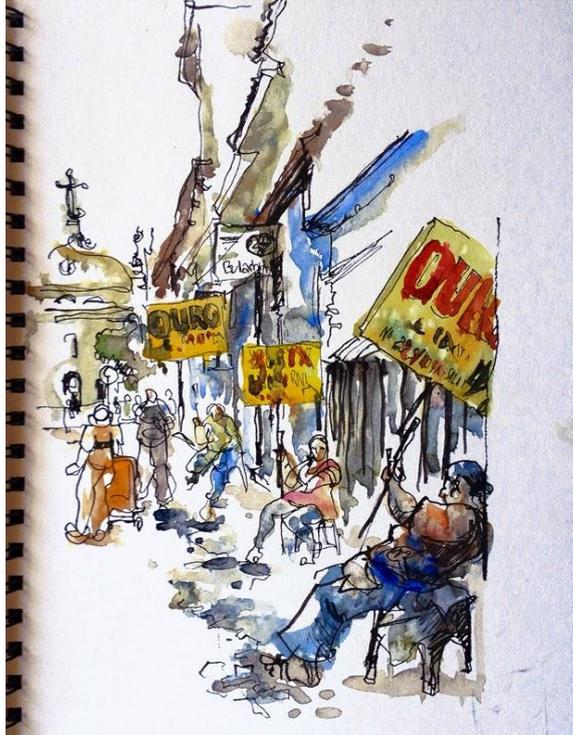
Imagem 5 - Fotografia de Marina Grechanik desenhando em Tel Aviv. 2014.



Disponível em: <https://urbansketchers.org/2014/02/11/all-squares-stage/>. Acesso em: 2 ago. 2023.

Lee Yong-Hwan (2015), *sketcher* de Seul, escreveu que sempre que desenhava prédios à beira da estrada, ficava absorto em um cenário animado com o barulho da rua movimentada. Assim, o espaço reflete a forma como se dão as relações entre os indivíduos, como se criam e entrelaçam as identidades urbanas. A *sketcher* Suhita Shirodkar (2014) publicou algumas das suas memórias de desenhos nas ruas alagadas de Paraty, resultado da subida da maré, e de mulheres nas ruas do Rio de Janeiro segurando cartazes com os dizeres “Nós compramos ouro” (imagem 6). “Ver aquelas placas me fez pensar em todas as histórias que podem estar por trás do ouro que eles compram, de famílias tendo que vender suas heranças e memórias, de peças esculpidas sendo derretidas em apenas um pedaço de ouro”, escreveu a *sketcher*.

Imagem 6 - Desenhos de Suhita Shirodkar em Paraty e Rio de Janeiro. 2014

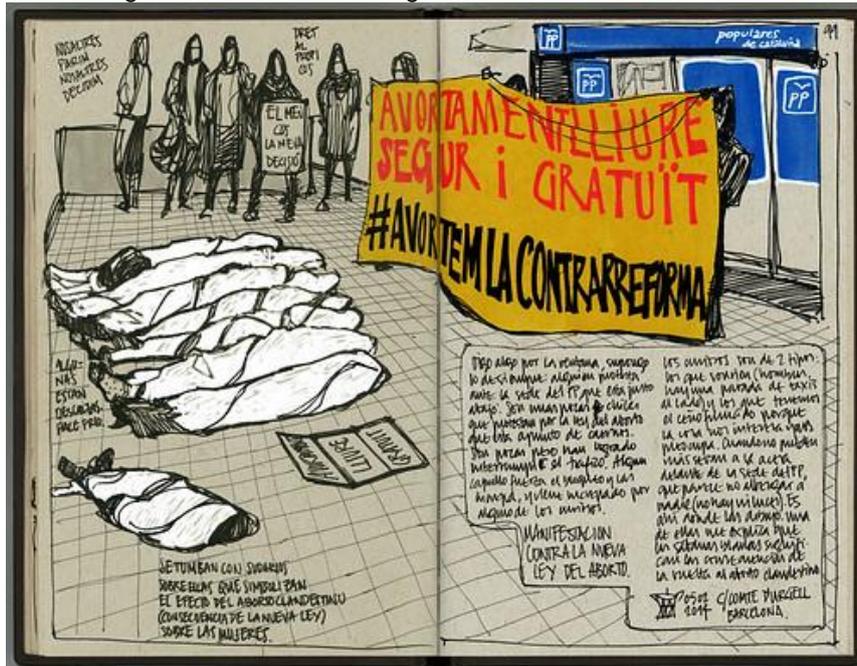


Fonte: <https://urbansketchers.org/2014/09/28/little-favorites-from-brazil/> Acesso em: 31 jul. 2023.

A produção social do espaço, para Lefebvre envolve a interação dinâmica entre relações sociais e o ambiente físico, de modo que não se trata apenas de materialidade física erigida, mas de processos de significação e de representação. Quando os *sketchers* desenham as paisagens urbanas, eles observam e representam não apenas a aparência física dos lugares, mas também as interações sociais e culturais que ocorrem nesses espaços. Assim, lidamos com uma diversificação não apenas de técnicas artísticas, mas de interesses e engajamentos sociais, como *sketchers* que desenham prédios em risco de demolição (Valgas, 2017). A forma pela qual a cidade sofre transformações através do cidadão que cotidianamente a usa e por ela é influenciado fica evidente nos registros que os *sketchers* produzem, seja em desenho, seja nos textos que escrevem sobre suas experiências.

Como exemplo, temos o desenho de Miguel Herranz em 2014 (imagem 7), com mulheres protestando na sede do Partido Popular em Barcelona contra uma lei que proibiria o aborto na Espanha. Elas estão envolvidas em sudários para representar a insegurança dos abortos clandestinos que levam mulheres à morte. Inma Serrano (2014) desenhou o *Corrala Utopía*, em Sevilha, onde os vizinhos encontravam-se num momento crucial e em negociações com o banco visando a não expropriação de seus lares (imagem 8). Eles exigiam à Câmara Municipal fornecimento de luz e água para as suas casas, substituída por um “constrangedor” chafariz na rua onde diariamente enchiam as suas garrafas. Ela escreveu: “Agora, mais do que nunca, eles exigem que a sociedade lute e não relaxe. Eles pedem apoio na luta para ficar em suas casas porque a moradia é um direito fundamental de todos nós. E porque esta luta é a nossa luta também.” No seu desenho há um homem sentado à calçada, com frases quebradas ao fundo, e no lado inverso da página há o poema “No te rindas”, do escritor uruguaio Mario Benedetti.

Imagem 7 - Desenho de Miguel Herran em Barcelona. 2014.



Fonte: <https://urbansketchers.org/2014/02/09/protest/> Acesso em: 4 ago. 2023.

Imagem 8 - Desenho de Inma Serrano em Sevilha. 2014.



Fonte: <https://urbansketchers.org/2014/01/15/corralla-utopia-resists/>. Acesso em: 4 ago. 2023.

Esses desenhos, assim como todo o seu processo, podem ser relacionados ao espaço social global e a História Global pela variedade de cidades conectadas ao redor do mundo pela internet, como veremos melhor a seguir, a troca de experiências e perspectivas culturais que ocorrem nessas plataformas e em encontros presenciais, locais ou nos simpósios anuais internacionais. Enfim, não se trata de apenas uma experiência de desenho de características arquitetônicas e paisagísticas, mas de representação de aspectos da vida cotidiana urbana e das interações e conflitos sociais que cada contexto

cultural guarda, seja a gentrificação, as diversas desigualdades, o cuidado e denúncia dos usos do patrimônio cultural, todos temas que esses desenhos fazem estimular a reflexão.

## UNIDOS PELO DESENHO

Afirmar que o *Urban Sketchers* está além das fronteiras e *diante do espaço* não significa afirmar irresponsavelmente que os contextos locais não são relevantes e determinantes para alguns dos aspectos que os grupos adquirem. Existem práticas que são comuns a todos os *sketchers*, que é o desenho *in loco* e seu compartilhamento *online*. Não se faz *urban sketching*<sup>5</sup> sem isso. Mas como, o que e em que condições se desenha, isso depende do contexto local ou regional.

Durante o inverno, nos países mais ao norte, sair às ruas costuma ser impossibilitado por baixas temperaturas e mesmo fortes nevascas. Por isso, nesta estação do ano, alguns *urban sketchers* desenhavam dentro de casa ou se arriscam a sair de carro e desenhar de dentro dele, ou então dentro de cafeterias e bares. A experiência, assim, costuma ser mais solitária. Isso muda no verão, quando as pessoas se aglomeram, sobretudo em regiões praianas ou gastronômicas. No Brasil, quando quase sempre é calor, o número de desenhos é muito alto e as pessoas sentem-se mais à vontade para sair às ruas e desenhar. Cidades onde há universidades com cursos de Arquitetura ou *Design* tendem a ter tanto mais membros como maior interesse no patrimônio arquitetônico. Em Santa Catarina, por exemplo, as primeiras cidades com manifestações dos *urban sketchers* foram Joinville, Tubarão e Florianópolis, cidades onde existem tradicionais cursos de Arquitetura e onde seus principais organizadores foram arquitetos (Cláudio Santos, Jony Coelho e Jaqueline Silva, respectivamente).

Enquanto o padrão de periodicidade de encontros no Brasil é semanal ou quinzenal, geralmente dependendo do tamanho da cidade e de seu número de seguidores, capitais europeias como Madrid têm encontros a cada dois ou três dias, frequentados por pessoas de idade mais avançada, geralmente aposentadas, em horário comercial. Apesar de não haver um levantamento da classe social dos membros, observa-se que geralmente os *sketchers* são de classe média, já que em geral são arquitetos, artistas, *designers*; já que se demanda tempo livre e gastos com deslocamento e já que o lazer e o hobby não são direitos garantidos a todos. Ou seja, grupos desfavorecidos podem ter mais dificuldade de praticar o *urban sketching*, apesar de que cidades como Buchanan, na Libéria, têm tido um pequeno mas engajado grupo de *sketchers*, que lidam, por exemplo, com as dificuldades econômicas e de acesso a materiais de desenho.

Outros fatores determinantes são a violência e a mobilidade. Locais de fácil acesso são mais desenhados (pontos turísticos, espaços próximos a estações de metrô, cartões-postais). Desenhar com medo ou desviando-se de mendigos e pedintes obriga o *sketcher* a desenhar mais rapidamente, principalmente se estiver só ou em um grupo menor. Locais menos perigosos são mais desenhados. Países com menor criminalidade dão mais segurança para *sketchers* mulheres desenharem sozinhas (no Brasil, dificilmente isso ocorre). *Sketchers* europeias como Nina Johansson, da Suécia, costumam fazer isso e não há relatos de terem sofrido riscos maiores em suas experiências solitárias.

Mesmo que seja possível identificar essas especificidades, não há como determinar qual é o desenho típico de um país ou região. Cada cidade é influenciada pelo contexto, pela geografia, pelo clima, pela cultura, pelos seus correspondentes e organizadores, e mesmo assim cada *sketcher* tem sua *maneira*. Um dos tópicos do manifesto diz respeito a

---

<sup>5</sup> Embora *urban sketching* possa se referir a qualquer prática de desenho urbano, o uso do termo aqui especifica o que se faz dentro deste movimento criado por Campanario.

utilizar todas as técnicas e aceitar todos os estilos individuais. Assim, uma classificação mais uniformizada dos *sketches* produzidos poderia ser feita por tema, por técnica, mas não por região geográfica. No livro de Campanario (2012), *The art of Urban Sketchers*, há um *tour* pelo mundo, cuja intenção é destacar a participação de pessoas de diferentes procedências. Em seguida, há inúmeras páginas com possibilidades de desenho, técnicas e locais, e os exemplos têm inúmeras origens geográficas.

O que a História Global tem a oferecer, então, é a noção de que o local não está isolado, num vácuo, que ele se une a outras cidades por esse fio condutor chamado desenho e que, neste sentido, as fronteiras e os contextos locais são menos relevantes que o caráter global do USk. Assim, cada fenômeno é local, mas diz respeito a algo global: desenhar cidades e compartilhá-las nas redes sociais. Ou seja, há de se caracterizar o movimento, que é mundial e interconectado (um USk nacional é atravessado pelas influências do USk internacional) sem deixar de mostrar a potência das suas especificidades.

Assim, não se trata de propor uma história nacional; tampouco uma história comparativa, que pode correr o risco de propor uma equiparação dos grupos ou então um olhar especial para outros, como se fossem únicos (características identificadas conceitualmente como *teleologia* e *ficção da autonomia*, respectivamente).<sup>6</sup> Devem evidenciados as características específicas dos *urban sketchers* sem atrelá-las essencialmente à sua geografia ou fronteira. Nesse sentido, as conexões demonstram mais potência, e “ao invés de compararem duas unidades — dois países, duas cidades, dois movimentos sociais — como dadas e separadas, situam-nas, com precisão, dentro dos contextos sistêmicos com que ambas se relacionam e aos quais respondem de diferentes maneiras” (Conrad, 2016, p. 60).

O fio que une os *sketchers*, como também já demonstrado, é o desenho urbano *in loco*. Mas apenas isso não é capaz de explicar o fenômeno. Não há apenas membros do *urban sketchers* desenhando as cidades do mundo. Eles mesmos afirmam que antes de fazer parte do USk, já desenhavam, muitas vezes solitários e sem compartilhar *online* (geralmente com fins comerciais). Então, resta uma pergunta que o terceiro paradigma apontado por Conrad pode ajudar a responder: qual o fator global responsável pelo desenvolvimento do *Urban Sketchers* em países diferentes?

A resposta está em um fenômeno da globalização: o acesso à internet. Sem ela, o *Urban Sketchers* não teria essa proporção, tampouco dificilmente sairia do contexto de Seattle e os compartilhamentos se dariam apenas presencialmente, o que impediria sua explosão enquanto fenômeno global. Campanario (2012, p. 22) reconhece que “se não fosse a internet, a comunidade global permaneceria um desconectado grupo de artistas, (...) [ela] tem ajudado os *urban sketchers* a se encontrarem; como resultado, [há] mais encontros para desenhar juntos do que no passado”. Como afirma González (2005, p. 56), “los espacios de interacción que emergen de las redes informáticas, bautizadas tempranamente como comunidades virtuales, representan uno de los fenómenos más sobresalientes del desarrollo de Internet como sistema de comunicación a escala mundial”. Assim, se o desenho *in loco* caracteriza o *Urban Sketchers*, a internet os põe em contato.

“Uma das narrativas mais poderosas usadas para explicar a emergência da coesão global é a da mudança tecnológica e da evolução dos meios de comunicação de massas”, diz Conrad (2016, p. 125-126). A troca entre desenhistas sempre ocorreu, em menor grau, na história da humanidade. Não foram poucos os artistas que viajaram para aprender com

<sup>6</sup> *Sketchers* com muito domínio técnico, experiência e com produção melhor elaborada ganham mais evidência. Não há de se romantizar e pensar que eles não sejam mais seguidos ou imitados, mas essa atitude não está entre os objetivos do movimento, que está menos preocupado com qualidade e mais com a propagação do ato de desenhar, inclusive seu fazer rápido, como a própria palavra *sketch* indica.



outros, ou mesmo para ter experiências locais em lugares diferentes dos seus. Mesmo aqueles que são considerados autodidatas, em alguma medida tiveram contatos significativos que influenciaram suas obras. Esses contatos, porém, em geral foram limitados por fronteiras nacionais ou continentais, mas também impulsionados pela invenção da imprensa ou da locomotiva e do navio a vapor, que ampliaram a circulação de pessoas e de livros/catálogos.

No século XXI, estamos diante de uma temporalidade bastante particular. A era da internet modificou nossas formas de comunicação e relacionamentos pessoais. Redes sociais, blogs, excesso de imagens e de informação são facetas bem contemporâneas e influenciam o desenho de paisagem. Uma imagem desenhada em um tempo mais longo, por exemplo, destoa das milhares de fotografias produzidas instantaneamente pelo turismo de massa. Isso é diferente de uma imagem desenhada por um pintor viajante do século XVIII, cuja representação de um determinado local poderia ser um dos poucos registros disponíveis para um público específico.

Em relação ao alcance, uma cidade pequena do interior do Brasil é afetada por um movimento formado por pessoas do mundo inteiro, assim como é exposta através dos desenhos. A possibilidade de interação, de estabelecer tantas conexões, que deram ao USK esse caráter tão abrangente, é um fenômeno resultante da globalização e da ampliação do acesso à internet. Mesmo quem não costuma viajar pode ser contemplado por esse fenômeno, assim como pela História Global, conforme Daytron (2018, p. 10) aponta, afirmando que “a integração global também engaja pessoas que de outra forma apareceriam isoladas do globo”.

Nenhum outro movimento de desenhistas teve antes esse rápido, mesmo instantâneo, compartilhamento de experiências. Durante a pandemia, houveram encontros virtuais via *Google street view*, por exemplo. Isso está absolutamente além de qualquer experiência anterior e é um exemplo literal da sincronicidade dos eventos históricos integrados globalmente. Assim como a produção simultânea, a exposição virtual também tem esse caráter. Já existiam exposições de desenhos em galerias, museus ou mesmo praças públicas, mas o *Urban Sketchers*, com a internet, abraça um novo modelo de expor.

[...] primeiro, as perspectivas da história global ultrapassam os meros estudos da conectividade, ao examinarem a integração estruturada de larga escala. Em segundo lugar, os historiadores globais perseguem o problema da causalidade até atingirem o nível global (Conrad, 2016, p. 87)

O acesso à internet ajuda a explicar também porque alguns locais aderem amplamente ao movimento. Não à toa, Estados Unidos, Canadá e a Europa Ocidental têm muitos membros, seguidos por países subdesenvolvidos, mas industrializados, como Brasil, Argentina, África do Sul e Singapura. Ou seja, o fenômeno é global, mas global especialmente para quem tem acesso à internet. Comunidades isoladas não têm acesso ao USK, embora façam parte do mundo/globo. No Brasil, as capitais e cidades grandes abrigam os maiores grupos de *sketchers*, mas a realidade é diferente no norte do país ou nas pequenas cidades. Assim, o motivo das conexões acontecerem não é fortuito. Se fosse o caso de depender das viagens e dos simpósios, apenas, os contatos seriam mais tímidos e esporádicos. Através dos *blogs*, *Youtube*, *Instagram*, *Twitter* e *Facebook*, todos os dias são estabelecidas trocas, todos os dias vê-se o mundo, *um desenho por vez*. Inclusive é por meio deles que os encontros são combinados e anunciados. Ferramentas como o “eventos” do Facebook chegam a avisar o usuário, para que não se esqueça. Realidades conectadas, assim, evidenciam o tom ao mesmo tempo heterogêneo e unificado do *Urban*

*Sketchers* sob dois aspectos: o desenho in loco como prática e a internet como ferramenta de compartilhamento e expansão.

## O LOCAL E O SUJEITO DIANTE DO GLOBAL

Importa lembrar, por último, que a ênfase nas estruturas não implica que os indivíduos, bem como a atividade humana em geral, já não sejam cruciais.[...] os processos de integração estruturada dependem dos indivíduos e dos grupos, das suas atividades quotidianas, que lhes conferem duração e estabilidade. [...] As estruturas podem fornecer as condições em que as pessoas atuam e em que os entrelaçamentos ocorrem, mas elas não determinam totalmente estas ações. A originalidade e a criatividade das ações humanas não podem ser previstas pelo simples estudo dos contextos (Conrad, 2016, p. 134).

Se constatamos que as conexões acontecem e sua causa global é a integração via internet, elas só existem porque em menor escala há inúmeros *sketchers* exercendo sua criatividade, movendo-se, inovando, capturando cenas e compartilhando-as. Para Daytron (2018, p. 13), a História Global trata de “uma nova sensibilidade aos agentes, forças e fatores históricos em escalas acima e abaixo das da nação ou região.” Assim, pensar o *Urban Sketchers* é pensar em um fenômeno global que põe em conexão realidades locais, ao mesmo tempo em que é alimentado por elas numa via de mão dupla. À medida que essas realidades locais se constroem, se conectam, se modificam, o caráter e as formatações do USk internacional vão se constituindo. Por exemplo, só houve um simpósio internacional em Cingapura porque houve *sketchers* locais interessados e dispostos a organizar o evento e receber os participantes. Ao mesmo tempo, esse evento impulsionou o USk na Ásia, assim como tem feito em locais onde acontece, pois a mídia também colabora, cobrindo-os:

No processo histórico, as diferentes escalas de investigação constituem-se mutuamente: os macroprocessos colossais afetam as sociedades até chegar ao nível individual, enquanto as mudanças que ocorrem no terreno podem afetar, por sua vez, as estruturas de maior alcance (Conrad, 2016, p. 168).

Deixar isso bem claro serve para não esquecermos que “a analogia das redes serve também para ligar pessoas reais a processos globais e para reabilitar o poder da ação individual face às grandes estruturas.” (Conrad, 2016, p. 155). Um ato de Campanario criou um fenômeno global, agora um fenômeno global alcança o local, altera ações pessoais cujo contexto global do USk torna-se pano de fundo. *Sketchers* vão aos simpósios e participam das oficinas, trazendo para seus países técnicas e ferramentas inovadoras para desenhar. O uso do caderno, o *sketchbook*, que não é uma regra, tornou-se uma ferramenta indispensável no *urban sketching*.

Esses jogos de escalas são bem interessantes, visto que são bastante flexíveis. Ora são demonstradas realidades locais, ora nacionais, ora com encontros de bairro, ora simpósios internacionais. A História Global é intuitivamente relacionada a macro-história, como Conrad aponta, mas a análise de objetos em suas especificidades espaciais pode ser enriquecedora, pois os posiciona no interior de um contexto global. Por isso, um historiador não precisa tentar dar conta de tudo para fazer História Global. Neste caso, não é necessário conhecer todas as cidades de um país para escrever sobre a história deste

país - assim como seus grupos de *urban sketchers*. “Os historiadores globais estão em posição de gerir vários níveis da prática social e de abordar as interações globais, sem terem, forçosamente, de fazer do mundo inteiro a sua unidade de análise”, afirma Conrad (2016, p. 171).

Assim, uma parcela do *Urban Sketchers* pode ser abordada, como se fosse um biólogo que tenta entender uma vegetação e ora se debruça sobre uma folha, ora sobre um arvoredor, para utilizar a metáfora de Conrad (2016). Se as macro-perspectivas tendem a homogeneizar, as micro-perspectivas podem revelar a heterogeneidade de um contexto. Pode-se, desta forma, contar a história do lugar num arco que imprime unidade à diversidade: estar diante do espaço é também estar diante de múltiplas possibilidades, como já abordado anteriormente, pensando no conceito de micro(territorialidade).

Uma última colaboração da História Global para o USk diz respeito ao eurocentrismo. Não basta pensar que combater o eurocentrismo seja dar ênfase ao terceiro mundo: dentro da Europa há um eurocentrismo vinculado às “potências centrais”. Na mídia, nos livros e mesmo na nossa ideia de Europa, nomes como França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Espanha e Portugal têm um destaque muito grande. O *Urban Sketchers* transgredir esse centrismo e coloca em evidência países e regiões, um tanto esquecidas. Rosien Curié põe em evidência a Irlanda, Nina Johanson, a Suécia, Ekaterina Khozatskaya, São Petersburgo, Dan Peterson, Cardiff. É uma forma de conhecer a Europa evitando os clichês do eixo Paris-Londres.

[...] a «Europa» de que falamos aqui foi mais um produto da imaginação do que uma realidade geográfica; foi uma categoria reificada, imbuída de esperanças, medos e repleta de assimetrias do poder geopolítico. O facto de a Europa nunca ter sido uma entidade homogênea, mas antes consideravelmente heterogênea, não afetou a atração exercida pelo conceito. Na verdade, as hierarquias eurocêntricas também foram aplicadas dentro da Europa, como demonstra a imagem de uma Europa Oriental supostamente passiva e atrasada (Conrad, 2016, p. 205-206).

A proposta de olhar o *Urban Sketchers* para além da Europa tradicionalmente imaginada pode ser também a proposta de descentralização do continente, olhando para países que estão fora dos holofotes. Além disso, alguns *sketchers* gostam de desenhar cidades pequenas e que dificilmente conheceríamos se não fosse por compartilhamento dos *sketchers*. Dentro dessas cidades, espaços pouco valorizados são captados, mesmo perseguidos, pelos *sketchers*, que querem fazer da experiência na cidade uma experiência de descoberta do inusitado e do despercebido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das características que Conrad aponta sobre História global, vale destacar que ela não está preocupada apenas com as macro-perspectivas, experimentando noções alternativas de espaço, cuja importância é evidenciada, é inerentemente relacional, dá ênfase na sincronia dos acontecimentos históricos e, por fim, procura não ser eurocêntrica. Se normalmente a maioria das pessoas conhece com qualidade a história do seu próprio país, e o mesmo pode-se dizer dos historiadores, no *Urban Sketchers* essa lógica procura ser invertida, pois a prática permite conhecer tanto o bairro vizinho, antes desconhecido, como o outro lado do mundo, num jogo de escala bem flexibilizado e sem imposição de fronteiras nacionais.



O *Urban Sketchers* é impensável sem o coletivo, sem a conexão com a comunidade, sem a busca de iguais com quem se possa compartilhar momentos e aprendizados. É impensável sem a internet, que promove os contatos. Há uma unidade na percepção do tempo por causa dessas conexões que extrapolam os limites geográficos. Por isso os *urban sketchers* estão diante do espaço, porque cada *sketcher* pode ser um cidadão do mundo e não cidadão de uma pátria - e, diga-se, isso é de grande valor em tempos de extremismos nacionalistas.

Ao destacar a prática e os desenhos produzidos pelos *Urban Sketchers*, observamos os entrelaçamentos entre espaços e pessoas de diferentes locais do globo, constituindo uma comunidade cosmopolita, onde transitam desenhistas e suas imagens, seja fisicamente ou virtualmente. Por isso, a categorização dos seus diversos grupos locais ultrapassa noções nacionalizantes, assim como coloca os grupos não em relações hierárquicas, mas em conexões marcadas por muitas trocas culturais, socialização e aprendizagem mútua de técnicas e estratégias para o *urban sketching*.

Suas publicações no blog oficial ou nas páginas do Instagram não tem caráter nacional, mas cosmopolita, assim como os simpósios anuais já se deram em cidades da Europa, Ásia e Oceania, assim como nas três partes da América (sul, central, norte). Há noções alternativas de espaço, inclusive conexões inesperadas, como a cidade de Torres Vedras e Araraquara, cuja ligação se dá pela facilidade da língua, mas que têm distâncias físicas grandes. Destaca-se também como Seattle, cidade de um migrante espanhol, torna-se local de início de um movimento que atravessaria oceanos e continentes, chegando a uma cidade do interior de Santa Catarina e a metrópoles asiáticas, reunindo pessoas para fazerem coisas muito semelhantes, o desenho urbano *in loco*.

Por fim, como destacado, a prática de uma história global do *Urban Sketchers* não visa a totalidade, mas o fragmento, demonstrando como um fenômeno global é feito de pequenas experiências ao redor do mundo, evidenciadas aqui nos exemplos dados, que são apenas alguns em comparação com os milhares que podem ser encontrados nas diversas plataformas do movimento. Assim, uma noção geral sobre o *Urban Sketchers* é apresentada sem deixar de levar em consideração o clima, o ambiente sócio-político e os elementos culturais locais. Essa também é uma forma de pensar as estruturas sociais mais amplas, como a propagação cada vez maior da internet, mesmo entre classes menos favorecidas e locais menos desenvolvidos.

A História Global não diz respeito a eventos que atingem todos, se fosse assim, seria impossível aplicá-la a qualquer período histórico, visto que ainda hoje numa mesma localidade podem haver pessoas sem acesso a internet ou televisão e outras conectadas com pessoas do mundo todo via tecnologia ou outro modo. Então o USK pode ser visto por essa abordagem global porque é um fenômeno não-nacional que atinge as nações, diminui o efeito das limitações fronteiriças e faz a totalidade não indicar uma presença total, mas que tem alcance a lugares diversos no globo e que em cada local, o global se manifesta.

## REFERÊNCIAS

CAMPANARIO, Gabriel. *The art of Urban Sketchers: drawing on location around the world*. Quarry Books: Beverly, 2012.

CAMPOS, Fernanda. *Urban Sketchers Brasil*. Twin city internacional sketchwap. 2014. Disp. em: <http://brasil.urbansketchers.org/2014/02/twin-city-international-sketchwap.html> Acesso em: 29 out. 2016.

COELHO, Jony. *Urban Sketchers Brasil*. Conheça os correspondentes. 2012. Disponível em:



<https://brasil.urbansketchers.org/2012/04/conheca-os-correspondentes-tubarao-sc.html> Acesso em: 5 jul. 2017.

CONRAD, Sebastian. *O que é História Global?* Lisboa: Edições 70, 2016.

DRAYTON, Richard; MOTADEL, David. Discussion: the futures of global history. *Journal of Global History*, v. 13, n. 1, p. 1-21, 2018.

FORTUNA, Carlos. *Cidades e urbanidades*. Florianópolis: Editora Insular, 2020.

GONZÁLEZ, Ignacio S. *Internet, virtualidad y comunidad*. *Rev. Ciencias Sociales*, n. 108, p. 55-69, 2005.

HERRANZ, Miguel. Protest. *Urban Sketchers*. 2014. Disp. em: <https://urbansketchers.org/2014/02/09/protest/>. Acesso em: 4 ago. 2023.

KOYAMA, Tina. Tina Koyama. *Urban Sketchers*. 2016. Disponível em: <https://urbansketchers.org/2016/01/04/meet-correspondent-tina-koyama-seattle/>. Acesso em: 11 mai. 2023.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1974.

MILNER-BRAGE, Márcia. *Urban Sketchers*. Downeast Maine (part 2). 2014. Disponível em: <http://www.urbansketchers.org/2014/09/downeast-maine-part-2-weather-light.html> Acesso em: 23 ago 2021.

SCHMIDT, Cristian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP – espaço e tempo*, n. 32, p. 89- 109, 2012.

SERRANO, Inma. Corrala Utopia resists. *Urban Sketchers*. 2014. Disponível em: <https://urbansketchers.org/2014/01/15/corrala-utopia-resists/>. Acesso em: 4 ago. 2023.

SHIRODKAR, Suhita. Little favorites from Brazil. *Urban Sketchers*. 2014. Disponível em: <https://urbansketchers.org/2014/09/28/little-favorites-from-brazil/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SILVA, Marcelo C. da. Uma história global antes da globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média. *Revista de História*, n.179, a06119, 2020.

TAMM, Marek. Introduction: Cultural History Goes Global. In: TAMM, Marek; BURKE, Peter (org.) *Debating new approaches to history*. London and New York: Bloomsbury, p. 135-155, 2020.

URBAN SKETCHERS. *Blog*. Who we are/Quem somos nós. Sem data. Disponível em: <https://urbansketchers.org/who-we-are/#mission> Acesso em: 11 jul. 2017.

VALGAS, Paulo H. T. *Urban Sketchers Brasil: memória e sensibilidade nas cidades contemporâneas*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade do Estado de Santa Catarina, 289 p. 2017. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000086/00008638.pdf> Acesso em: 20 ago. 2021.

VENCESLAU, Joel. *Urban Sketchers Brasil*. Encontro de desenho de rua em Araraquara. 2016. Disponível em: <http://brasil.urbansketchers.org/2016/09/encontro-de-desenho-derua-em-araraquara.html> Acesso em: 4 jul. 2017.

YONG-HWAN, Lee. some sketches of different buildings (...). *Urban Sketchers*. 2015. Disponível em: <https://urbansketchers.org/2015/04/02/some-sketches-of-different-buildings-on/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

## NOTAS DE AUTOR

---

### AUTORIA

**Paulo Henrique Tôrres Valgas:** Instituto Federal Catarinense, Mestre em Artes Visuais, doutorando em História, Universidade Federal de Santa Catarina, CFH, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Dom Helder Câmara, 35, H101, 88113-467, São José, SC, Brasil.

### ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

### AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo, coleta de dados, análise dos dados, discussão de resultados, revisão e aprovação: Paulo Henrique Tôrres Valgas.

### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

### DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

### PREPRINT

O artigo não é um preprint.

### LICENÇA DE USO

© Paulo Henrique Tôrres Valgas. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

### PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.



## EDITORA

Eça P. da Silva.

## HISTÓRICO

Recebido em: 22 de janeiro de 2022

Aprovado em: 16 de fevereiro de 2024

Como citar: VALGAS, Paulo H. T. O Urban Sketchers como fenômeno global. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 288-311, 2024.



# **DITADURA MILITAR E O GIRO ÉTICO- POLÍTICO: OS CORPOS SILENCIADOS PELO DISCURSO HEGEMÔNICO NA MPB**

Military Dictatorship and the ethical-political turn: the bodies silenced by the MPB's dominant discourse

Ana Luiza Rios Martins <sup>a</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-2627-5144>

E-mail: luiza.rios@uece.br

Emílio Albuquerque Fernandes <sup>b</sup>

<https://orcid.org/0009-0008-2397-4488>

E-mail: emilio.fernandes@prof.ce.gov.br

<sup>a</sup> Universidade Aberta do Brasil em convênio com a Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, CE, Brasil

<sup>b</sup> Secretaria de Educação do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil



## RESUMO

A historiografia canônica sobre a Ditadura Militar, geralmente oriunda do Sudeste do país, adota uma postura geopoliticamente situada e pretensamente neutra ao destacar as perseguições e resistências em setores formados por estudantes, professores, intelectuais e artistas, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, negligenciaram frequentemente os impactos do regime no cotidiano de pessoas negras e queer residentes nas periferias das grandes cidades, dos habitantes rurais das regiões mais empobrecidas, como no caso do Nordeste, das comunidades indígenas e quilombolas. Como consequência, a historiografia sobre música, vinculada direta ou indiretamente a esta conjuntura pela MPB, sofre os efeitos de uma perspectiva de escrita majoritariamente ligada aos interesses de um sujeito branco, masculino, hétero, cis, de uma classe social emergente, relegando aos corpos dissidentes um lugar de subalternidade. Neste artigo refletimos acerca dessa questão com base na produção do chamado Pessoal do Ceará. Para isso, mobilizamos o conceito de transmodernidade, do filósofo argentino Enrique Dussel e do filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez. Acreditamos que a abordagem do tema a partir de uma perspectiva do pensamento decolonial funciona como uma provocação que tenciona e enriquece a nossa agenda de problemas referentes aos domínios da Teoria da História e da História da Historiografia.

## PALAVRAS-CHAVES

Ditadura Militar. MPB. Transmodernidade.

## ABSTRACT

The canonical historiography on the Military Dictatorship, typically from the Brazilian Southeast region, adopts a geopolitically situated and supposedly neutral approach by emphasizing the persecutions and resistance experienced by groups such as students, teachers, intellectuals, and artists, predominantly from São Paulo and Rio de Janeiro. It often neglected the regime's impact on the daily lives of black and queer people living on the outskirts of big cities, rural dwellers in the most impoverished regions, such as the Northeast, indigenous communities and quilombolas. Historiography of music influenced by MPB often reflects the perspective of a white, male, cis person from a specific social class, relegating dissident bodies to a place of subalternity. In this article we reflect on this issue based on the production of the so-called Pessoal do Ceará. we mobilize the concept of transmodernity, from Argentine philosopher Enrique Dussel and Colombian philosopher Santiago Castro-Gómez. We believe that approaching the subject from the perspective of decolonial thinking serves as a provocation that intends to enrich our agenda of problems relating to the fields of History Theory and the History of Historiography.

## KEYWORDS

Military Dictatorship. MPB. Transmodernity.



**N**os programas nacionais de pós-graduação em História, as teses e dissertações costumam abordar a Ditadura Militar pela perspectiva das perseguições e resistências de setores formados por estudantes, professores, intelectuais e artistas. De maneira semelhante, a historiografia sobre a MPB, que se tornou automaticamente sinônimo para canção de protesto, ganhou destaque como o gênero representante desse momento. Diante desse cenário desafiador, enfrentamos não apenas a necessidade, mas também o compromisso ético-político de abordar a Ditadura Militar pelo olhar daqueles que foram silenciados ou sofreram com a subordinação de suas identidades de maneira artificial e estereotipada pelos discursos hegemônicos. Neste artigo iremos discutir como o chamado *Pessoal do Ceará* nos ajuda a ampliar os sentidos administrados para a MPB.

O crescimento da indústria fonográfica durante a Ditadura Militar contribuiu significativamente para a discussão em torno dos impasses estabelecidos entre tradição e modernidade. Desse modo, desejamos demonstrar como o conceito de transmodernidade, do filósofo argentino Enrique Dussel, pode contribuir para uma melhor compreensão das assimetrias culturais frequentemente perpetuadas pela colonialidade por meio da chamada MPB. Entendemos os estudos decoloniais como um campo abrangente, cujos autores são herdeiros de diferentes tradições teóricas, mas que compartilham de perspectivas epistemológicas disruptivas sobre os impactos historicamente causados aos corpos dissidentes pela interseção entre o capitalismo e o colonialismo.

A transmodernidade desponta como um conceito para superar a visão reducionista e simplificadora da relação entre colonialidade e modernidade. Em seu artigo *Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação*, publicado em 2016, Enrique Dussel articula o conceito de transmodernidade como superação do mito da modernidade, ou seja, investe na ideia de atravessar a modernidade pelo olhar daqueles que foram (e são) marcados pela violência colonial, ao mesmo tempo em que denuncia o sujeito descorporificado da pretensa razão universal. Assim como a modernidade europeia se consagrou como o futuro de todos, também as tradições intelectuais não-europeias se tornaram antecipações inferiores da razão universal.

O ponto de partida da transmodernidade é a alteridade negada, ou seja, assumir os desafios da modernidade, mas respondendo a eles de um outro lugar, das experiências sociais e culturais múltiplas dos sujeitos colonizados. Portanto, a saída desse impasse seria uma espécie de assimilação crítica, criativa e emancipadora da modernidade pelas e a partir das histórias locais. Seria uma modernidade decolonizada por aqueles sujeitos que podem estabelecer as mediações culturais. É necessário reconhecer que as assimetrias culturais ocorreram a partir da constituição de uma cultura europeia, considerada de centro e moderna, que submeteu os países colonizados, classificados como periféricos, primitivos e atrasados, a uma relação de exploração, conflito e aniquilação.

Para Santiago Castro-Gómez (2005) o conceito de transmodernidade sinaliza essa possibilidade de um atravessamento das instituições herdadas da modernidade e não o seu abandono absoluto. Contudo, seria importante traçar essa história com critérios e tomá-los da realidade latino-americana, o que não significa cair no que ele denomina de latino-americanismo. O autor não considera uma estratégia emancipatória efetiva a afirmação essencialista das identidades particulares. Ele defende que não podemos concordar com uma simples recusa do universalismo, negando a luta de pelo menos três instituições fundamentais nascidas na modernidade, que deveriam ser, portanto, reescritas e ressignificadas no projeto transmoderno: a ciência, o estado de direito e a democracia.

Portanto, para além de um diálogo simétrico entre as culturas, que leve em consideração as suas diferenças, é necessário também combater o pacto da branquitude na América Latina que, embora seja uma minoria, sempre esteve engajada com os

interesses da modernidade europeia, exercendo a dominação e exploração dos não-brancos, tais como indígenas, negros, quilombolas e seus descendentes que habitavam as nascentes repúblicas. Esses grupos majoritários não tiveram acesso ao controle dos meios de produção e foram forçados a subordinar a produção de suas subjetividades à imitação dos modelos culturais europeus. Em outras palavras, a *colonialidade do poder* tornou historicamente impossível uma real democratização dessas nações. Por isso, a história latino-americana se caracteriza pela parcialidade e precariedade dos Estados-nação, assim como pelo conflito inerente a suas sociedades.

Achille Mbembe (2018) aponta que no Sul global encontramos territórios onde o Estado age absolutamente determinado pelo direito de matar. O filósofo camaronês chama essa condição de uma guerra sem fim, onde a cidadania existe a contrapelo do Estado, sobrevivendo à opressão produzida pelo próprio Estado. Em razão disso, a ideia de cidadania e soberania não costuma ter efeito para determinados grupos, pois o Estado que comete atrocidades é o mesmo que pressiona com todos os aparelhos repressivos, tais como a política, as forças armadas, a prisão e os próprios tribunais. Estes aparelhos têm a função de assegurar, por meio da força física ou sanções de decretos, portarias e leis, a permanência das relações de exploração em que a classe dominante perpetua o seu domínio sobre o proletariado.

Ademais, a Ditadura Militar<sup>1</sup> não pode ser encarada como um fenômeno isolado, mas como uma experiência infligida pelo Norte global a toda a América Latina em um momento de crise do capitalismo. O historiador inglês Perry Anderson (1995), em um artigo intitulado *Balanço do Neoliberalismo*, defende que precisamos usar o neoliberalismo como chave de leitura para a compreensão das ditaduras latino-americanas. O neoliberalismo tomou forma depois da Segunda Guerra Mundial, por economistas da Escola Austríaca e de Chicago, como reação ao Estado intervencionista e de bem-estar social. A eficácia hegemônica deste sistema se encontra nas suas técnicas de transformações herdadas ao longo do tempo, onde não apenas as empresas se submetem às lógicas de mercado, mas também o próprio Estado.

O neoliberalismo perpetua o padrão de dominação colonial, pois as empresas do Norte global ficaram mais soltas para negociar, desenvolvendo os setores de transporte e de comunicação. Somado a isso, o mundo estava enfrentando a Guerra Fria, o confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial: de um lado o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos e do outro o bloco socialista dirigido pela URSS. O historiador Carlos Fico (2008) analisa as articulações políticas entre os Estados Unidos e os países latino-americanos que levaram aos golpes militares, dando destaque ao que ocorreu no Brasil em 1964 em um livro chamado *O grande irmão*, que deu origem ao documentário *O dia que durou 21 anos*, dirigido por Camilo Tavares.

Carlos Fico endossa a tese de que os Estados Unidos ajudaram a financiar o golpe alegando temer que João Goulart aprofundasse a plataforma de um governo de esquerda e seguisse os passos do cubano Fidel Castro. A aliança feita entre as ditaduras latino-americanas com os Estados Unidos foi chamada de Operação Condor. A CIA, agência estadunidense de inteligência, coordenou as ações. Diversos documentos provenientes de agências governamentais estadunidenses têm sido disponibilizados para consulta pública, em alguns casos sob demanda de países como Argentina, Chile ou Brasil, com o intuito de embasar processos judiciais ou trabalhos de comissões da verdade, relacionados a violações de direitos humanos pelas ditaduras militares nesses países.

<sup>1</sup> Optamos pelo uso do termo *ditadura militar* em consonância com a orientação teórica do historiador Carlos Fico, que defende a predominância dos militares no regime. Ver Fico (2004).

A força e a violência são requisitos de dominação, mas na contemporaneidade não são exercidas de maneiras explícita e direta, pelo menos não de modo contínuo, mas encobertos por estruturas institucionalizadas de autoridade coletiva ou pública e legitimadas por ideologias constitutivas das relações intersubjetivas entre os vários setores de interesse e de identidade da população. Para Aníbal Quijano (2002), as consequências da globalização incidem sobre a América Latina de forma articulada: 1) a colonialidade do poder, isto é, a ideia de raça como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social; 2) o capitalismo, como padrão universal de exploração social; 3) o Estado como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-nação como sua variante hegemônica; 4) o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento.

O conceito de transmodernidade nos ajuda a compreender que todo processo de produção, circulação e consumo de bens culturais, incluindo a música, passa pelo reconhecimento das assimetrias culturais, frequentemente impostas pela colonialidade, e que isto impacta diretamente na construção de subjetividades. O filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres (2013) afirma que o multiculturalismo esconde o racismo mais profundo que apenas reconhece o direito à diferença quando as pessoas estão bem domesticadas pelo capitalismo e pela economia de mercado. O universalismo do regime aparece como pedra angular do capitalismo, onde identidades outras são capturadas a partir de noções essencialistas e/ou deterministas. Portanto, precisamos romper com a lógica que o Norte global difunde sobre a parcialidade deste fenômeno da comunicação que se aprofundou com o neoliberalismo.

Em decorrência do *impeachment* sofrido pela presidenta Dilma e durante o governo Bolsonaro, houve um aumento significativo de ataques aos povos indígenas, pessoas negras, quilombolas, mulheres e pessoas *queer*, situação semelhante à sofrida por esses corpos dissidentes durante a Ditadura Militar. A FUNAI, por exemplo, foi um órgão indigenista criado em 1967 sob a premissa do relacionamento desigual entre o indígena e o Estado. A instituição tratou o indígena, oficialmente, como um ser passivo e primitivo que dependia da tutela estatal não só para sobreviver, mas também para se desenvolver corretamente. Entre 1972 e 1974, indígenas Suruí e Aikewara foram usados por oficiais na perseguição aos guerrilheiros do Araguaia. Enquanto as mulheres eram estupradas e as crianças passavam fome na aldeia, os militares arrastaram os homens para lhes servirem de guia na mata e de escudo humano. Também os forçaram a carregar corpos e a presenciar violência e tortura em uma guerra que não entendiam e que durou muitos anos. (Martin, 2020).

O movimento feminista ocupou um importante papel de resistência à ditadura, conjugando as lutas pela democracia com as lutas das mulheres, sobretudo mulheres brancas, pela equidade e autonomia. No país ele surge na década de 1970, no chamado feminismo da *segunda onda*. A imprensa alternativa atuou como uma importante aliada com publicações que discutiam aspectos e tendências do movimento a partir de temas como o trabalho feminino, a participação política, a liberdade sexual, a igualdade de direitos, o aborto, as políticas públicas para mulher e a violência no lar. A comunidade LGBTQIAPN+ respondeu no fim dos anos de 1970 à forte repressão e perseguição sofrida com a criação e o fortalecimento de movimentos de resistência inspirados nas organizações de luta por direitos de homossexuais, surgidas no contexto internacional (Paranho, 2018).

O movimento negro, embora atuante, enfrentou dificuldades porque a ditadura militar estava engajada com a defesa do mito da democracia racial. Não é à toa que o censo de 1970, organizado pelos militares, suprimiu a categoria raça, o que causou um apagão de dados. Conforme o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, 434 pessoas foram

mortas ou desaparecidas por motivos políticos entre 1964 e 1985. Porém, este mesmo documento afirma que ao menos 8,3 mil indígenas foram mortos em massacres, remoções forçadas e torturas, enquanto esquadrões da morte formados nas polícias do Rio e São Paulo promoviam execuções sob a lógica do justicamento nos subúrbios e periferias das grandes cidades (Costa, 1983).

No final dos anos 1970, jovens negros que dançavam ao som de James Brown foram vistos como uma ameaça pelos militares. O movimento *Black Rio*, que reunia milhares de pessoas em bailes *soul* nos subúrbios da cidade, foi classificado pelos órgãos de inteligência do regime como uma ameaça à segurança nacional. Os militares identificaram nos jovens que se vestiam à moda black a intenção de criar no Brasil um clima de luta racial. As suspeitas da ditadura iam além: o regime entendia que os jovens agiam sob influência dos Panteras Negras, partido político revolucionário que surgiu nos Estados Unidos, nos anos 1960. Para além dos bailes *soul*, a própria MPB apresentava as suas contradições internas. Primeiro com a Bossa Nova, quando a historiografia canônica elege o álbum *Chega de Saudade*, de João Gilberto (1958) como um marco do gênero, perpetuando os silenciamentos em torno de nomes como o de Alaíde Costa, Jonny Alf e Waltel Branco.

Alaíde Costa, mulher negra e periférica, comenta que sofreu pressão do mercado para cantar somente samba. Antes do sucesso da Bossa Nova, Alaíde havia gravado três compactos pela *Odeon*, o que configura seis canções, sendo dois boleros e dois sambas-canção. Nestes registros fica evidente que Alaíde imprimia uma forma diferente de canto, com teor mais intimista, em relação às outras cantoras do rádio. Nos anos de 1950, ela demonstrou ousadia ao cantar com o compositor Jonny Alf, o que logo despertou o interesse de João Gilberto, que a convida durante a gravação do seu primeiro LP com o selo da *Odeon* para uma reunião na casa de Bené Nunes, um dos locais onde o gênero foi elaborado comercialmente. Alaíde contribuiu com o grupo, visto que também era compositora, e estourou o primeiro sucesso da Bossa Nova, uma canção intitulada *Chora tua tristeza* (Portal Geledés, 2013).

Apesar disso, quando o gênero emplacou comercialmente, o trio da Bossa Nova, formado por João Gilberto, Tom Jobim e Vinicius de Moraes, a descartou, optando por não convidar Alaíde para futuras apresentações, incluindo as realizadas no exterior. Ao ler o livro *Chega de saudade: A história e as histórias da Bossa Nova*, de autoria de Ruy Castro, Alaíde descobriu que seus colegas da cena da Bossa Nova a apelidaram de "ameixa" quando ela não estava presente (Revista Prosa, Verso e Arte, 2023). O trio da Bossa Nova desfrutou do talento de Jonny Alf sem lhe conferir os devidos créditos. Jonny Alf, homem negro, gay, nasceu em Vila Isabel e teve educação financiada pelas famílias onde a mãe trabalhava como lavadeira. Era compositor e pianista. De seu repertório, duas composições começaram a se destacar, *Céu e mar* e *Rapaz de bem*, esta escrita por volta de 1953 e considerada, em termos melódicos e harmônicos, como música revolucionária e precursora da Bossa Nova. O trio da Bossa Nova incorporou em suas composições as harmonias não convencionais, melodias lineares e inovações temáticas referentes ao cotidiano. As reverberações da Bossa Nova forjavam novas musicalidades e novos paradigmas que disputavam os rumos da MPB, assim como a inserção de artistas cearenses no mercado fonográfico (Portal Geledés, 2008).

## O PESSOAL DO CEARÁ E A TRANSMODERNIDADE

O disco *Meu Corpo Minha Embalagem Todo Gasto na Viagem - Pessoal do Ceará*, foi gravado em 1972 por Ednardo, Rodger Rogério e Têti e lançado no ano de 1973, com produção de Walter Silva. A frase que deu nome ao LP foi uma homenagem dos artistas ao poema de Augusto Pontes, enquanto o nome *Pessoal do Ceará*, que aparece em destaque na parte interna do disco, foi uma estratégia de vendas do produtor Walter Silva e da gravadora. O álbum possui dez canções, sendo a maioria delas da autoria de Ednardo e Rodger Rogério, além de uma canção de Fagner e Ricardo Bezerra e outra de Humberto Teixeira. Os arranjos das canções foram feitos pelo maestro Hareton Salvanini, que vinha trabalhando com publicidade e em trilhas sonoras para cinema e televisão.

Figura 1 – Capa do LP disco *Meu Corpo Minha Embalagem Todo Gasto na Viagem – Pessoal do Ceará* (1973)



Fonte: Instituto Memória Musical Brasileira – IMMUB.

A década de 1970 começa lucrativa, tendo em vista que 60% das famílias brasileiras consumiam eletrodomésticos como rádio, vitrola e TV. Nesse momento a produção independente conseguiu atenção do mercado e o artista tinha poder de decisão perante as gravadoras mediante o seu prestígio. Os artistas envolvidos com o lançamento do LP *Meu Corpo Minha Embalagem Todo Gasto na Viagem*, deliberaram desde o repertório à confecção dos arranjos, da gravação dos fonogramas à escolha da iconografia da capa, dos aspectos sonoros aos textuais das canções: 1. Ingazeiras, 2. Terral, 3. Cavalo Ferro, 4. Curta Metragem, 5. Falando da Vida, 6. Dono Dos Teus Olhos, 7. Palmas Pra Dar Ibope, 8. Beira Mar, 9. Susto, 10. A Mala.

Qual a conexão entre o conceito da capa e as canções? *Meu Corpo Minha Embalagem Todo Gasto na Viagem* estava preocupado em transmitir a seguinte mensagem: a tradição precisa dialogar com a modernidade. E a escolha da iconografia da capa de fato consegue imprimir esse desejo? A imagem da renda de bilro não transmite um discurso homogêneo, ao invés disso, comunica uma mensagem conforme o lugar epistêmico daquele que a consome. A tradição da renda de bilro tem uma influência maior no interior cearense do que na capital. Essa tradição vem sendo descrita por folcloristas, tais como Câmara Cascudo, como uma prática presente em todo o Nordeste. O Sudeste a

consome como identidades culturais dotadas de essencialismos e não contaminadas pela modernidade.

A renda de bilro ficou na imaginação deles por meio da figura da mulher rendeira, presente na música com o mesmo nome. Esta canção se tornou internacionalmente famosa após a versão adaptada pelo paraibano Zé do Norte e cantada por Vanja Orico para o filme *O Cangaceiro* (1953), escrito e dirigido por Lima Barreto. A origem da canção passou a ser associada ao cangaço e mais especificamente a Lampião, mas não existe nenhum registro que confirme essa informação. Depois ela foi regravação por Luiz Gonzaga, que se apresentava com indumentárias que misturavam a tradição dos cangaceiros e vaqueiros. A escolha da capa da renda de bilro foi sugestão do letrista Fausto Nilo frente à recusa de uma gravura cedida por Aldemir Martins de um menino puxando um burro na caatinga e as fotografias 3x4 de Ednardo, Rodger Rogério e Têti incorporadas à cena.

Rodger Rogério argumenta que a desaprovação da gravura de Aldemir Martins ocorreu porque eles queriam fugir do estigma do retirante nordestino que migra para o Sudeste na tentativa de escapar do flagelo da seca. Eles queriam construir uma imagem de jovens brancos de classe média oriundos da cidade (e não do campo) e pareciam ter consciência de que o olhar deles para o sertão era de alguém da capital. A intenção com a capa era de associar o ponto a ponto da renda à teia de relações que atravessam tradição e modernidade e formam uma cultura híbrida. O historiador Walter Benjamin (1987) defende que não existe obra artística neutra, que todo processo de produção, circulação e consumo de bens culturais envolve um posicionamento no interior da luta de classes.

Essa associação do hibridismo cultural, onde se oculta a colonialidade por meio de um suposto universalismo propagado pelo centro de enunciação do capitalismo, carrega consigo uma lógica cruel, pois situa a tradição como sinônimo de campo, atraso e pessoas não-brancas; enquanto a modernidade se vincula à cidade, progresso e pessoas brancas. Néstor García Canclini (2006) identificou a necessidade de trabalhar com narrativas de subjetividades que ultrapassem as fronteiras locais, o que resultaria em combinações culturais de tradições que continuam se transformando por meio do contato com a modernidade, gerando o hibridismo. Enrique Dussel, por meio do conceito de transmodernidade, apresenta um argumento muito parecido com o de Canclini, mas defende que não podemos negligenciar a diferença colonial que teve início na América Latina no século XVI.

Não se pode negar o processo de aniquilamento de pessoas não-brancas, bem como das suas subjetividades por meio de práticas predatórias do mercado capitalista de bens culturais vinculados à branquitude, que se vale da cultura dos não-brancos para lucrar por meio do esvaziamento de sentido de símbolos de pertencimento e resistência. Esse discurso de uma urbanidade cearense que procura dialogar hierarquicamente com as tradições do campo era reforçado pelo produtor Walter Silva, que declarava na imprensa sobre a afinidade do consumidor do Sudeste com as canções do *Pessoal do Ceará* porque não recorriam às referências do Nordeste às quais eles estavam habituados.

A branquitude é antropofágica e sua relação com o outro só se dá na negação, ocultação e/ou destruição da alteridade. A branquitude do Sudeste reconhece o valor da obra do *Pessoal do Ceará* porque eles são pessoas brancas, letradas, urbanas e de classe média, cujas referências são semelhantes às que circulavam no centro. No entanto, embora a branquitude cearense tenha privilégios em relação aos não-brancos, estes privilégios também são limitados. Belchior<sup>2</sup> parecia ter consciência disso quando escreveu a música *Conheço o meu lugar*, canção do álbum *Era Uma Vez Um Homem e Seu Tempo*, lançado em 1979 pela gravadora Warner.

<sup>2</sup> Antônio Carlos Belchior, mais conhecido como Belchior, nasceu em Sobral, interior do Ceará, em 1946.

### Conheço o meu lugar

O que é que pode fazer o homem comum  
Neste presente instante senão sangrar?  
Tentar inaugurar  
A vida comovida  
Inteiramente livre e triunfante?

O que é que eu posso fazer  
Com a minha juventude  
Quando a máxima saúde hoje  
É pretender usar a voz?

O que é que eu posso fazer  
Um simples cantador das coisas do porão?  
Deus fez os cães da rua pra morder vocês  
Que sob a luz da lua  
Os tratam como gente - é claro! - aos pontapés

Era uma vez um homem e o seu tempo  
Botas de sangue nas roupas de Lorca  
Olho de frente a cara do presente e sei  
Que vou ouvir a mesma história porca  
Não há motivo para festa: Ora esta!  
Eu não sei rir à toa!  
Fique você com a mente positiva  
Que eu quero é a voz ativa (ela é que é uma boa!)  
Pois sou uma pessoa  
Esta é minha canoa: Eu nela embarco  
Eu sou pessoa!  
A palavra pessoa hoje não soa bem  
Pouco me importa!

Não! Você não me impediu de ser feliz!  
Nunca jamais bateu a porta em meu nariz!  
Ninguém é gente!  
Nordeste é uma ficção! Nordeste nunca houve!  
Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!  
Não sou da nação dos condenados!  
Não sou do sertão dos ofendidos!  
Você sabe bem: Conheço o meu lugar! (Belchior,1987).

As eleições de 2022 reacenderam questões latentes que atingiram o cotidiano dos habitantes da região Nordeste com força na Ditadura Militar. Discursos racistas e classistas estouraram nas redes sociais após a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A antropóloga argentina Rita Segato fala que a colonialidade se relaciona a um regime de temporalidade no qual o passado colonial se mantém como latência sempre prestes a irromper no presente, ou melhor, pode ser acionado como uma espécie de *retorno do recalçado* ou de tudo aquilo que queremos silenciar e esquecer porque julgamos ter superado com a saída da condição de colonizados para a de cidadãos dos estados-nação emancipados, mas que se manifesta inadvertidamente com força e violência redobradas (Segato, 2006).



Segundo o economista Celso Furtado (2022), o Nordeste foi a região mais prejudicada economicamente pelo golpe de 1964. Um dos fatores que levou ao aumento da desigualdade foi o esfacelamento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, enquanto instância responsável por intermediar as atividades produtivas desta região. A instituição, que apresentava fragilidades antes da Ditadura Militar, passou por dificuldades ainda maiores com a instauração do golpe, perdendo autonomia e recursos. Contudo, os responsáveis pelo regime não atribuíam a precariedade da região à concentração de renda do centro.

As Ligas Camponesas, importantes representantes dos interesses dos trabalhadores rurais, atuaram desde 1955 frente aos descasos do governo de Juscelino Kubitschek. Suas ideias reformistas, contudo, foram fortemente combatidas pelo regime, pois eram associadas ao temor socialista que os países opositores tinham na época. A Ditadura Militar promoveu intensa caça aos partidários ou simpatizantes dos movimentos identificados como de esquerda. Vários membros de Ligas Camponesas foram presos ou assassinados, juntamente com lideranças do PCB (Montenegro, 2008).

No ano de 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, os governadores nordestinos fundaram um consórcio enquanto instrumento articulador de pactos de governança regional, bem como de integração dos nove estados da região nos âmbitos político, jurídico e econômico. Muito embora o *Consórcio Nordeste* não tenha sido articulado com o objetivo de antagonizar com o governo federal, a relação de Bolsonaro com os governadores sempre foi repleta de tensões. Tais tensões se tornaram ainda mais explícitas quando o presidente, em conversa informal com o então Ministro da Casa Civil Onix Lorenzoni, tem seu áudio captado pelos microfones da *TV Brasil*, que o flagraram fazendo uso de termos pejorativos para se referir aos nordestinos: *Daqueles governadores de “paraíba”, o pior é o do Maranhão; tem que ter nada com ele* (G1, 2019).

Em uma *live*, Jair Bolsonaro confundiu a origem de Padre Cícero e, ao tentar confirmar a informação com assessores, se irritou e os chamou de *pau de arara*. Jair Bolsonaro ainda atribuiu a sua derrota na região aos índices de analfabetismo dos eleitores. Além dos insultos, a *Folha de São Paulo* (2022) denunciou um esquema de poços abertos pelo governo no Nordeste que foram abandonados sem a conclusão das obras que levariam água aos moradores da região. Conforme o jornal, documentos mostram que o governo gastou 1,2 bilhões, sendo que as licitações foram fechadas em minutos e ocorreram reservas de recursos para novas obras sem a conclusão das antigas.

Nesse sentido, precisamos identificar esses marcadores que incidem na construção de estereótipos e, conseqüentemente, ajudam na perpetuação das desigualdades sociais. Santiago Castro-Gómez (2005) defende que eurocentrismo não pode ser sinônimo de universalismo. Contudo, para o filósofo, não podemos iniciar uma busca de uma ancestralidade intocada e não contaminada pela modernidade. Ao mesmo tempo em que Belchior reivindica a sua identidade na MPB, ele parte de um outro lugar. O historiador paraibano Durval Muniz publicou no ano de 2021 um artigo para o *Diário do Nordeste* cujo título se chama: *Belchior avisou: O Nordeste é uma ficção*. Durval Muniz explica que, quando publicou em 1999 a obra *A Invenção do Nordeste*, ainda não conhecia a canção *Conheço o meu lugar*, de Belchior. Em um trecho da canção Belchior anuncia que: *Nordeste é uma ficção, Nordeste nunca houve*.

Belchior com esta afirmação contesta o lugar estereotipado, o lugar do baiano ou *paraíba* que sua origem o reservava no Sudeste. Ao afirmar que não pertencia *ao lugar dos esquecidos, à nação dos condenados, ao sertão dos ofendidos*, Belchior rejeita esse lugar de subalternidade que lhe foi imposto por ser nordestino. A construção de estereótipos deve ser compreendida na chave do eurocentrismo, tendo em vista que todos que não se enquadram no padrão de corpos e de referências da cultura hegemônica geopoliticamente

situada no Norte global são vistos como atrasados e inferiores. Contudo, esses grupos diariamente subvertem essa lógica e a usam como uma arma de resistência. É o que Franz Fanon (2008) defende em *Pele Negra, Máscaras Brancas* e é este o discurso que Belchior assume em *Conheço o meu lugar*. Gayatri Spivak (2018), autora indiana, encontra no essencialismo estratégico uma saída para os dilemas deixados pelo eurocentrismo.

Belchior não assumia uma posição passiva diante do mercado fonográfico, que costumava tratar a cultura da região Nordeste como homogênea, principalmente com o recrudescimento da Ditadura Militar e o exílio dos tropicalistas baianos. Essa conjuntura abriu oportunidades para o *Pessoal do Ceará*, que, mesmo não sendo um grupo coeso, desfrutou comercialmente dessa jogada de marketing. O cantor e compositor Raimundo Fagner soube usufruir dos benefícios gerados pelo selo *Pessoal do Ceará* para alavancar sua carreira como um artista independente. Recorremos à discussão do videoclipe *Revelação* (1979), do álbum *Eu canto – Quem Viver Chorar* (1978), canção que, em consequência dos seus altos índices de execução nos programas de rádio, foi incluída em trilha sonora de telenovela e ganhou uma versão em videoclipe do programa *Fantástico*, da rede *Globo*.

Usados pioneiramente com os Beatles, ainda hoje os videoclipes são peças publicitárias importantes para a divulgação do trabalho de artistas do ramo da música. Com a expansão da internet, a televisão perdeu o monopólio da produção e difusão dos videoclipes, mas as camadas periféricas ainda encontram restrições para o seu consumo. Em 1975 o programa *Fantástico* lançou o primeiro videoclipe brasileiro, uma canção de Ney Matogrosso, chamada *América do Sul*. Como resultado do milagre econômico, o poder de consumo dos brasileiros aumentou e, conseqüentemente, a produção de videoclipes na Ditadura Militar. A rede *Globo* foi a única empresa brasileira responsável pela produção e difusão de videoclipes até os anos de 1980, período em que as produtoras independentes surgiram, dentre as quais a MTV.

Essencialmente, os videoclipes dialogam imagetivamente com as canções e são bens culturais importantes por influenciarem nos padrões comportamentais das sociedades. As interações com essas tecnologias não são construídas passivamente, atingindo o consumidor conforme o seu lugar social. Os videoclipes podem elaborar narrativas (lineares ou não) por meio de associações entre imagem e som. A relação da rede *Globo* com os videoclipes foi impulsionada pelo sucesso das trilhas sonoras de telenovelas. Nesse sentido, a produção de videoclipes envolvia negociações entre setores diversos, predominando as decisões do lado mais poderoso conforme as leis de mercado, ou seja, da rede televisiva.

Em consequência do lançamento dos videoclipes, os artistas tiveram que investir mais na construção de sua imagem, o que atualmente eles desenvolvem em redes sociais, tais como, por exemplo, o *Instagram*. Homens brancos, heterossexuais e cisgêneros tinham uma grande audiência, seguidos de mulheres brancas, heterossexuais e cisgêneros. Raimundo Fagner conseguiu espaço devido ao seu sucesso nos programas de rádio, o que lhe proporcionou posição de prestígio na gravadora CBS e posterior inclusão de sua canção na trilha sonora da telenovela *Cara a Cara*. Seu poder de decisão na CBS, onde passou a ser produtor artístico, contribuiu para que sua obra tomasse o rumo que ele desejava. Do intervalo de lançamento do LP *Orós* (1977) para o *Quem Viver Chorar* (1978), a obra de Raimundo Fagner ganhou maior popularidade, sobretudo nas camadas médias e periféricas.

Tal circunstância gerou um debate sobre a decadência dos padrões artísticos de sua obra mediante a conquista de uma audiência mais ampla. Raimundo Fagner comenta que, antes do lançamento desse álbum, não tinha muita preocupação com as vendas, situação que mudou após um encontro com Roberto Carlos em Los Angeles, em que ele o

aconselhou a *parar de se concentrar em fazer música pra cultura e fazer música pro povo*. Raimundo Fagner acredita que *Revelação* foi a entrada para esse novo segmento. Esse tipo de discussão sobre a distinção entre cultura popular e cultura de massa ganhou fôlego com a Escola de Frankfurt.

Theodor Adorno (2020) estabeleceu o conceito de *indústria cultural* como um mecanismo responsável pela formação de consciência coletiva nas sociedades massificadas, onde os seus produtos artísticos eram apenas simulacros. Isso porque esses produtos seriam exclusivamente dependentes do mercado e não mais representariam uma classe. Enrique Dussel e Santiago Castro-Gómez não negam que as bases da sociedade capitalista estejam na disseminação de uma cultura que favorecia o sistema. Entretanto, essa cultura hegemônica que sustenta o capitalismo não se propaga sozinha, sendo a sua reprodução assegurada pelos interesses do sujeito branco, masculino, heterossexual, cisgênero, burguês e oriundo do Norte global, sujeito este que oculta o seu corpo para negar os seus privilégios.

Dessa maneira, o mercado de bens culturais se baseia nessa opressão aos corpos dissidentes por meio de uma epistemologia dominante. No entendimento de Enrique Dussel e de Santiago Castro-Gómez, os corpos dos sujeitos-outros são corpos que questionam e estão aptos a reconfigurar essa epistemologia que gera para a branquitude, dentre outras coisas, lucros financeiros. A alteridade negada, sempre latente, indica a existência insuspeita de culturas que renascem lentamente como chamas de carvão então enterradas no mar de cinzas centenárias do colonialismo. Essas camadas médias e periféricas, constituídas majoritariamente de pessoas não-brancas, eram destituídas de autoridade epistêmica, como demonstra Raimundo Fagner em entrevistas sobre a recepção de seu LP *Quem Viver Chorar*.

Em contrapartida a essa percepção preconceituosa de setores da imprensa que atendiam aos interesses da branquitude, de que a ampla audiência, chamada genericamente de populares, era sinônimo de consumidores passivos, Raimundo Fagner respondeu que o público não podia ter a sua autonomia subestimada. Assim como Belchior, Fagner nasceu no interior do Ceará, na cidade de Orós, município localizado na microrregião de Iguatu. Eles pareciam compreender a condição de objeto a que o centro tende a submetê-los, visto que sofriam um duplo corte geográfico: além de nordestinos, não nasceram na capital cearense, Fortaleza. Os sujeitos da periferia do capitalismo são vistos como obstáculos quando se mostram atuantes e não servem aos interesses de quem deseja apenas celebrar um passado morto, o que o historiador Michel de Certeau (1995) chama de *a beleza do morto*.

No videoclipe *Revelação*, canção composta pelos irmãos piauienses Clodo e Clésio, Raimundo Fagner aparece com o mesmo figurino da capa do LP *Quem Viver Chorar*. O solo de guitarra de Robertinho de Recife se alinha à voz peculiar de Raimundo Fagner, que incorpora uma dicção característica, que ressalta o sotaque cearense com vogais abertas e um abundante emprego de melismas,<sup>3</sup> frutos de sua ascendência libanesa pelo lado paterno. Outra marca de sua carreira foi o contato estreito com a literatura, sobretudo com poemas. A letra desta canção surgiu de um poema curto chamado *Memória*, de Carlos Drummond de Andrade. A MPB finalmente deixava de atender um segmento muito específico de pessoas brancas e inseridas na universidade, o que incomodou.

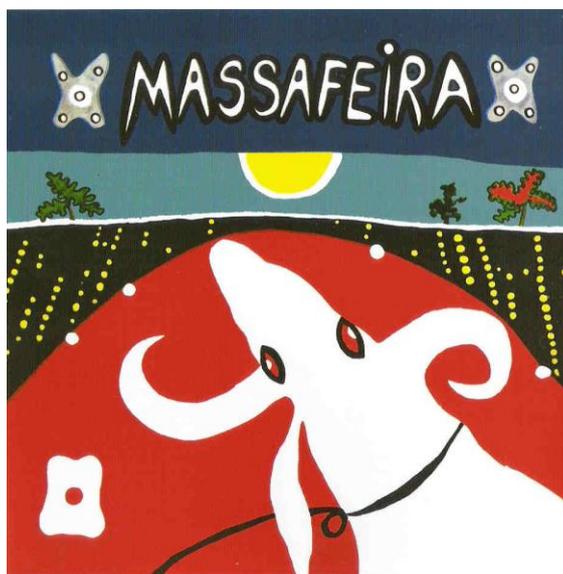
Por fim, discutiremos o *Massafeira Livre*, que foi um festival que ocorreu no Teatro José de Alencar entre março de 1979 e outubro de 1980, e tinha como principal objetivo reunir artistas de diversas áreas (música, literatura, artes plásticas, cinema, fotografia),

<sup>3</sup> Melisma em música é a técnica de transformar a nota (sensação de frequência) de uma sílaba de um texto enquanto ela está sendo cantada. A música cantada neste estilo é dita melismática, ao contrário de silábica, em que cada sílaba de texto corresponde à única nota.

novos e veteranos, da capital e do interior, para criar novas utopias em um momento delicado da Ditadura Militar. Ednardo, que se apresentava no Teatro José de Alencar no ano de 1978 em uma turnê de divulgação do LP *Cauim*, observou que muitos artistas desejavam um espaço para divulgação de seus trabalhos. Foi então que Ednardo se reuniu com Augusto Pontes, Fagner e Fausto Nilo para refletir sobre o projeto. O evento se tornou maior do que eles imaginavam e por isso foram necessários quatro dias para dar conta da apresentação de todos os artistas.

Essa apoteose de ideias vem sendo comparada à *Semana de Arte Moderna de 1922*, visto que com o passar dos anos o festival *Massafeira Livre* tomou contornos de movimento. (Diário do Nordeste, 2022). A Semana de Arte Moderna de 1922 foi um movimento de vanguarda paulista de um pequeno grupo de intelectuais brancos, sendo muitos deles ligados à aristocracia cafeicultora. Eles lideraram um projeto que englobava diversos setores artísticos para refletir o que seria a identidade nacional. Esta identidade estaria assentada num conceito antropofágico, ou seja, a cultura brasileira vai se constituindo por meio de uma síntese da relação entre a cultura de dentro e a de fora. Contudo, essa antropofagia não se deu de forma simétrica. Há uma hierarquia imposta em relação à cultura do Norte global em relação à do Sul global. A narrativa vencedora sobre a Semana de Arte Moderna de 1922 reforça a centralidade de São Paulo na história do Brasil do ponto de vista da cultura e da intelectualidade. O LP duplo *Massafeira*, registro físico do movimento lançado em 1980, contou com a participação de Ednardo, Fagner, Belchior, Patativa do Assaré, Amelinha, Fausto Nilo, Abidoral Jamacaru, Cego Oliveira, Pachelly Jamacaru e muitos outros artistas.

Figura 3 – Capa do LP *Massafeira* (1980)



Fonte: Instituto Memória Musical Brasileira – IMMUB.

O LP duplo tem na capa o desenho de chifres de um carneiro que se entrelaçam e formam um oito deitado, apontando para o caráter visionário do chifre-infinito que o lançava no futuro. O carneiro era carregado de forte simbologia para Ednardo, visto que a canção com o mesmo título que ele escreveu com Augusto Pontes, lançada em 1974, narrava a sua ambição de seguir para o Sudeste e divulgar a sua arte nacionalmente: “*Amanhã se der carneiro, carneiro/ Vou embora daqui pro Rio de Janeiro/ As coisas vêm de lá, eu mesmo vou buscar/ E voltar em video-tape e revistas super coloridas/ Pra menina meio*

*distraída/ Repetir a minha voz/ E Deus salve todos nós?*” A leitura de país proposta pelo Massafeira passava pela constituição de uma identidade mais inclusiva e menos arbitrária que incorporava produções originais do Clube de Esquina, da Tropicália e de artistas do Cariri, que se apresentavam pela primeira vez na capital.

A síntese desse desejo de afirmação ecoava nas palavras de Patativa do Assaré na poesia *Senhor Doutor*, gravada no LP, onde ele declamou: *Eu sou filho do Brasil e meu nome é Ceará*. O Massafeira gerou oportunidades promissoras para Patativa do Assaré, que gravou, ao longo de sua vida, vários outros discos. Antes do Massafeira Livre, o Ceará era conhecido apenas como um receptor de movimentos vindos do Sudeste. As relações eram majoritariamente unilaterais nas produções culturais. Os quatro dias no Teatro José de Alencar renderam aos artistas um convite para gravar o álbum pela CBS. O período de dois meses e meio no qual eles moraram no Rio, no Hotel Santa Teresa, para gravar o LP duplo, foi uma espécie de extensão do festival.

Aos cearenses se juntaram cariocas, paulistas, mineiros e gaúchos, que se reuniram em torno da piscina do hotel e formaram outras parcerias. Entretanto, Ednardo considera que a gravadora CBS não soube lidar com o projeto, visto que o modelo era diferente daquilo com que eles estavam acostumados a lidar. Para Enrique Dussel, o desafio da transmodernidade passa pelo enfrentamento articulado interseccionalmente das assimetrias impostas pelas culturas dominantes e pela tomada de consciência da impossibilidade de autonomia epistêmica mediante a condição de dependência a que o capitalismo nos submete. Essas assimetrias não serão eliminadas por completo, mas precisam ser identificadas para diminuir os ganhos simbólicos e, conseqüentemente, materiais que elas geram aos dominantes.

Ademais, nesse momento o estilo estadunidense estaria se difundindo no mundo baseado no consumo associado às tecnologias de informação. O mundo visto como um conjunto de atividades interconectadas que não são barradas pelas fronteiras locais, o que resultava em combinações culturais, gerando o hibridismo. O impacto negativo do fenômeno da globalização ficaria concentrado nos aspectos políticos, com o aumento das desigualdades sociais e econômicas. Entretanto, Enrique Dussel e Santiago Castro-Gómez demonstram em suas pesquisas que essas assimetrias atravessam os aspectos culturais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar que a postura geopoliticamente situada e pretensamente neutra, que se concentra nas perseguições e resistências de setores formados por estudantes, professores, intelectuais e artistas, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro, adotada pela historiografia canônica sobre a Ditadura Militar, se refletiu na MPB. O resultado disto foi o negligenciamento dos impactos do regime no cotidiano de pessoas negras e *queer* residentes nas periferias das grandes cidades, dos habitantes rurais das regiões mais empobrecidas, como no caso do Nordeste, das comunidades indígenas e quilombolas. As conseqüências dessas omissões ainda são sentidas no presente, sobretudo no governo do ex-presidente Bolsonaro, com o aumento de casos de assassinato de pessoas trans, de indígenas, de lideranças quilombolas, como o caso de Mãe Bernardete, dentre outras.

Interpelando esse ocultamento das marcas de corporeidade implicadas na operação historiográfica, refletimos sobre os protocolos epistêmicos de que dispomos de modo a não reiterar silenciamentos e apagamentos gerados pela colonialidade. Demonstramos que a decolonialidade não se restringe a um compromisso ético-político, mas também se apresenta como um importante instrumento teórico-metodológico de investigação e análise.

Discutimos como o conceito de transmodernidade, de Enrique Dussel e Santiago Castro-Gómez, pode contribuir para a tomada de consciência sobre as assimetrias culturais. E, por fim, ressaltamos que o crescimento da indústria fonográfica durante a Ditadura Militar contribuiu significativamente para a discussão em torno dos impasses estabelecidos entre tradição e modernidade, reconhecendo que o chamado *Pessoal do Ceará* tencionou e subverteu uma tradição essencialista atribuída a determinadas regiões e uma modernidade universalista oriunda do centro do país.

Para bell hooks (2013), a margem não deve ser vista apenas como um espaço periférico, um espaço de perda e privação, mas sim como um espaço de resistência e possibilidade. A margem se configura como um espaço de abertura radical e de criatividade, onde novos discursos críticos se dão. É aqui que opressões são questionadas, desafiadas e desconstruídas. Contudo, bell hooks adverte que essa margem não pode ser romantizada. Não podemos idealizar posições periféricas, pois assim minamos a violência do centro. A margem precisa ser reconhecida como esse espaço que incorpora mais de um local, o de repressão e o de resistência. Ambos os locais estão sempre presentes porque, onde há opressão, há também resistência. Não basta criticar apenas o lugar de silêncio e marginalidade. É necessário criar novas formas de representação fora da ordem colonial, ou seja, fora dos regimes brancos dominantes.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. *Indústria cultural*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In.: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARAGÃO, Daniela. Entrevista com a cantora e compositora Alaíde Costa, *Revista Prosa, Verso e Arte*. Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2023. Disponível em: [https://www.revistaprosaversoarte.com/entrevista-com-a-cantora-e-compositora-alaide-costa-por-daniela-aragao/#goog\\_rewarded](https://www.revistaprosaversoarte.com/entrevista-com-a-cantora-e-compositora-alaide-costa-por-daniela-aragao/#goog_rewarded) Acesso em: 10 de julho de 2024.

BELCHIOR. *Conheço o meu lugar*. Rio de Janeiro: Warner Music Group, 1979. LP Era uma Vez um Homem e Seu Tempo.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. In.: Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO, Ruy. *Chega de Saudade: a história e as histórias da Bossa Nova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”*. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 87-95.

CANCLINI, Néstor G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2006.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. São Paulo: Papius, 1995.

COSTA, Jurandir Freire. *Da cor ao corpo: a violência do racismo*. In.: SOUSA, Neusa S. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. p. 1-16.

DIÓGENES, Luã. Massafeira Livre e os ecos da Semana de Arte Moderna de 1922. Fortaleza: *Diário do Nordeste*. 13 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/lu-a-diogenes/massafeira-livre-e-os-ecos-da-semana-de-arte-moderna-de-1922-1.3191250> Acesso em 02 de fevereiro de 2024.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, 2016.

FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação brother Sam aos anos de chumbo*. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Obras da Codevasf sob Bolsonaro viram elefantes brancos*. 28 de abril de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/04/obras-da-codevasf-sob-bolsonaro-viram-elefantes-brancos-no-maranhao.shtml> Acesso em: 9 fev. 2024.

G1. *'Daqueles governadores de 'paraíba', o pior é o do Maranhão', diz Bolsonaro*. 19 de setembro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/19/daqueles-governadores-de-paraiba-o-pior-e-o-do-maranhao-diz-bolsonaro.ghtml> Acesso em: 9 fev. 2024.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade*. In.: Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses (org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 327-367.

MARTIN, Andrey M. Os suruí/aikewara e a guerrilha do Araguaia: memórias de uma história em movimento. *Trilhas da História*, Campo Grande, v. 10, n. 18, jan.-jul., ano 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MONTENEGRO, Antônio T. *Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (org.). *História do Brasil Republicano*. Vol. 3. Da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MUNIZ, Durval. Belchior avisou: *O Nordeste é uma ficção*. Fortaleza: *Diário do Nordeste*. 30 de março de 2021. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/durval-muniz-de-albuquerque-ir/belchior-avisou-nordeste-e-uma-ficcao-1.3066516> Acesso em 09 de janeiro de 2024.

PORTAL GELEDÉS. *Alaíde Costa derrotou o preconceito para se impor na MPB*. 12 de outubro de 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/alaide-costa-derrotou-o-preconceito-para-se-impor-na-mpb/> Acesso em: 9 fev. 2024.

PORTAL GELEDÉS. *Johnny Alf. 14 de dezembro de 2008*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/johnny-alf/> Acesso em: 9 fev. 2024.

PARANHOS, Adalberto. Música popular, políticas do corpo, mulher e sexualidade em tempos de ditadura no Brasil. *Testimonio: Revista de la Asociación de História Oral de la República Argentina*, v. 7, 2018, p. 39-49.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. *Revista Novos Rumos*, Marília, Ano 17, n. 37, 2002.

ROSA, Lilian da. Celso Furtado, o golpe de 1964 e a Ditadura Militar. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 81, p. 63-83, abr. 2022.

SEGATO, Rita. *O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

## NOTAS DE AUTOR

---

### AUTORIA

**Ana Luiza Rios Martins:** Doutora em História- UFPE (2019), com bolsa CNPq. Leciona no curso de Graduação em História da UAB-UECE e nos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em História do Brasil, da UVA-IDJ e Educação Patrimonial, do IPN-FGE/SP.

**Emílio Albuquerque Fernandes:** Mestre em Ensino de História - ProfHistória-UFC. Professor de História da rede pública do Estado do Ceará - SEDUC-CE.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua França, 1201 A. Cep: 60710-710, Fortaleza - CE.

### ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

### AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

**Concepção e elaboração do manuscrito:** A. L. R. Martins. E. A. Fernandes.

**Coleta de dados:** E. A. Fernandes. A. L. R. Martins.

**Análise de dados:** A. L. R. Martins, E. A. Fernandes.

**Discussão dos resultados:** A. L. Martins.

**Revisão e aprovação:** A. L. Martins. E. A. Fernandes.

### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.





## DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

## PREPRINT

O artigo não é um preprint.

## LICENÇA DE USO

© Ana Luiza Rios Martins e Emílio Albuquerque Fernandes. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

## PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## EDITOR

Jo Klanovicz

## HISTÓRICO

Recebido em: 14 de julho de 2024

Aprovado em: 9 de julho de 2024

Como citar: MARTINS, Ana L. R.; FERNANDES, Emílio A. Ditadura militar e giro ético-político: os corpos silenciados pelo discurso hegemônico na MPB. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 3112-329, 2024.





# TOWARD A GLOBAL HISTORY OF THE NUCLEAR AGE

Para uma história global da era nuclear

**Paul Robert Josephson**<sup>a</sup>  
E-mail: prjoseph@colby.edu

**Tatiana Kasperski**<sup>b</sup>  
 <https://orcid.org/0000-0003-3392-3066>  
E-mail: tatiana.kasperski@sh.se

<sup>a</sup> Colby College, Waterville, Maine, USA.

<sup>b</sup> Södertörn University, School of Historical and Contemporary, Stockholm, Sweden.

## ABSTRACT

The environmental history of the nuclear enterprise has grown increasingly important, not the least because of the strong conviction that an ongoing, and self-proclaimed “renaissance” in nuclear energy must be a major part of world energy scenarios in the battle against global warming and the need to abandon carbon-based energy production. This article suggests a number of ways to take advantage of the recently available primary sources by using a global approach to make sense of nuclear environmental history. It calls for looking at environmental impacts across a variety of ecosystems: desert, Arctic, tropical, limnological and oceanic. It insists on considering the entire nuclear enterprise from mining to enrichment to fission. It suggests focusing on interactions between the atom, nature, and the lives of mammals, fish and birds in the nuclear world. In the end, this analysis shows that the atom is not green, and that the argument that nuclear power is a solution to global warming ignores the troubled relationship between the natural environment and peaceful and military technologies.

## KEYWORDS

Nuclear age. Global history. Environment.

## RESUMO

A história ambiental do desenvolvimento nuclear é cada vez mais importante, sobretudo devido à forte convicção de que um “renascimento” contínuo e autoproclamado da energia nuclear deve ser uma parte importante dos cenários energéticos mundiais na batalha contra o aquecimento global e a necessidade de abandonar a produção de energia baseada no carbono. Este artigo sugere uma série de maneiras de aproveitar fontes primárias disponíveis recentemente, usando uma abordagem global para dar sentido à história ambiental nuclear. Ele também aponta para que se observem os impactos ambientais numa variedade de ecossistemas: desérticos, árticos, tropicais, limnológicos e oceânicos e considera todo o empreendimento nuclear, desde a mineração até o enriquecimento e a fissão. Sugere focar nas interações entre o átomo, a natureza e a vida de mamíferos, peixes e pássaros no mundo nuclear. Por fim, esta análise mostra que o átomo não é verde e que o argumento de que a energia nuclear é uma solução para o aquecimento global ignora a relação conturbada entre o ambiente e as tecnologias pacíficas e militares.

## PALAVRAS-CHAVES

Era nuclear. História global. Ambiente.



**N**uclear histories have generally focused on one nation, on the peaceful or military atom, or on such major accidents as Three Mile Island (1979), Chernobyl (1986) and Fukushima (2011). They have considered bombs or reactors, rarely both in the same works. They have considered protest or regulation, but again usually within one country. This brief article suggests the importance of pursuing a global environmental history of the nuclear age. Such an approach would overcome borders in geophysical, empirical and methodological senses. It would permit deeper comparisons of the environmental soundness of the nuclear enterprise, and it would contribute to fuller understandings of the real risks and benefits of pursuing nuclear power in the twenty-first century as a “green,” meaning as a low-carbon technology.

Since its founding in 1994, the journal *Environmental History* has published 50 book reviews and 33 articles on nuclear topics, covering such issues as anti-nuclear protest, authoritarianism; downwinders; the nuclear fuel cycle; and regulation. *Global Environment* has published only a handful of nuclear articles in its nine years. Similarly, the recently articulated concept of envirotechnical systems that reflects an explicit conceptualization of the relationship between the environment and technology, and that adds to the well-studied social, political and cultural factors that shape technological change, has not integrated the nuclear enterprise, military or civilian, fully into environmental history. The end of the Cold War led to the declassification of documents, reports and studies that enable a more complete analysis of the human, financial, political and environmental aspects of the military and civilian atom.

The environmental history of the nuclear enterprise has grown increasingly important, not the least because of the strong conviction that an ongoing, and self-proclaimed “renaissance” in nuclear energy must be a major part of world energy scenarios in the battle against global warming and the need to abandon carbon-based energy production. Similarly, to indicate the environmental soundness of nuclear technologies, managers of military facilities claim that the closure of plutonium production plants, army bases, and testing facilities since the end of the Cold War has led to the rejuvenation of ecosystems and the fauna in them (Maag, 2020).

This article suggests a number of ways to take advantage of the recently available primary sources by using a global approach to make sense of nuclear environmental history. It calls for looking at environmental impacts across a variety of ecosystems: desert, Arctic, tropical, limnological and oceanic. It insists on considering the entire nuclear enterprise from mining to enrichment to fission. It suggests focusing on interactions between the atom, nature, and the lives of mammals, fish and birds in the nuclear world. In the end, this analysis shows that the atom is not green, and that the argument that nuclear power is a solution to global warming ignores the troubled relationship between the natural environment and peaceful and military technologies (Pritchard, 2012).

## **NUCLEAR SYSTEMS AND THE ENVIRONMENT**

Four theoretical concerns help to frame the importance of understanding nature’s agency in the nuclear enterprise: the social, political and environmental essence of large scale technological systems; “nuclearity” or nuclear characteristics of these systems and their components; the essential overlap of military and civilian nuclear technologies; and the colonial and post-colonial nature of the nuclear enterprise. Regarding the first, the meaning and function of technological systems, we cannot look at objects in isolation, but must consider the messy interaction of engineering, scientific, financial, governmental, and social institutions in giving impetus – or creating obstacles – to the dissemination of technology

(Hughes, 1989; 1998). It is almost technologically determinist to insist on the rigor of examining nuclear history through the lens of large scale systems since they develop, expand, and are augmented by other technological systems as if having a will of their own. Yet precisely they grow extensively in space and time. They involve geological engineering, deployment and construction across vast regions, nuclear tests in laboratories and in various terrains, in the atmosphere and under water, and massive numbers of individuals working on land and at sea, in offices and research sites, also underground or in the air, employed in a variety of public and private organizations, and carrying out a variety of tasks. In a word, the machinery of nuclear production employed – and often housed – hundreds of thousands of scientists, laborers and soldiers engaged across a series of landscapes with complex technological systems concerned with nuclear fuel manufacture and use, pushing the environment and its inhabitants because of national security concerns, economic pursuits, and other reasons.

Political desiderata contributed to the spread of interlinked nuclear systems. They were central to the wartime and postwar military and foreign policy efforts of powerful states and conceived in a military race in the search for unheard of explosive power to decimate the enemy. Adopting industrial approaches, the nuclear nations mass produced tens of thousands of nuclear warheads (weapons of mass destruction, WMD). They carried out dangerous atmosphere tests that employed thousands of soldiers operating in rapidly assembled testing grounds. They expanded further because of connections with Atoms for Peace programs in the 1950s and beyond. By the late twentieth century they were crucial to the export industries of major nuclear states. From laboratories and experimental reactors, they jumped to the construction of almost 450 commercial NPPs worldwide with another 100 or so forecast, planned or under construction. Nuclear technologies massively occupy riverine, lake and ocean ecosystems, taking control of them with extravagant human, capital, legal and other resources as manifested in prospecting, mining, fuel fabrication, weapons and nuclear power facilities (Krige, 2008). By examining the scale and diffusion across nations and ecosystems we can construct more complete understanding of their global environmental impacts independent of borders, fences and other geopolitical and physical barriers.

The geophysical scale of several nuclear sites instructive: by 2015 the US military-scientific enterprise consisted of eight national laboratories, tests sites, weapons facilities, affiliated production units. The facilities spread across hills, forest, and deserts that pulled lakes and rivers into systems that planners believed could be made hermetic. The Oak Ridge, TN, “reservation” for uranium production is 150 km<sup>2</sup>, while the Hanford, WA, reservation at 1,290 km<sup>2</sup> used nine reactors and five plutonium processing complexes to generate more than 60,000 nuclear warheads. Military and public officials selected the huge, open sites precisely for their seeming distance from inhabited areas where they could locate hazardous manufacturing areas and store dangerous wastes, while ignoring local people and undervaluing flora and fauna. In fact, a good question for study is to what extent military and government officials and planners considered sites to be “empty” of people, flora and fauna. That is, by studying the thinking behind the organization of nuclear systems we can better understand the sources of and justifications for the great environmental impacts of the nuclear age.

Large scale nuclear systems have been reproduced in similar environments across the globe for both civilian and military projects. French, Soviet and British military planners similarly sought vast land holdings, to them devoid of human habitation, preferably far from borders, or in colonial possessions, to exploit ore, erect enrichment plants, test weapons and open nuclear power stations. They believed they could keep intruders of all sorts out (terrorists, spies, protestors, fish and other fauna that clog intake pipes or carry away

pollutants on their fur). The extent of takings hardly prevented the movement of radioisotopes throughout the world's ecosystems, not the least from atmospheric nuclear tests that spread fallout especially in the northern hemisphere.

Not only technological systems, reservations, test sites and reactors have become nuclear. Many of the objects and features of this world – humans, fish, birds, uranium and concrete, power lines, construction machinery, rebuilt waterways and so on – are nuclear. How and when do such things as fish raised in NPP effluent become nuclear things? Hecht names this phenomenon “nuclearity” (Hecht, 2011). One way to examine nuclearity in greater depth is to consider how environmental aspects of nuclear applications share features with other industrial activities, and in what ways the nuclear world may be unique. Profligate water use, erosion, ground water pollution, discarded materials considered unimportant or worthless – all of these things occur in other spheres of industry. Similarly, nuclear projects involve terracing, excavating, mining, clearing of forest, draining of wetlands, modification of lakes and rivers, digging, construction, the use of explosives, and shipments of vast quantities of ore and other materials. Yet analysts have tended to keep these elements of production in the nuclear sphere at least hypothetically separate: mining, tailings and high level radioactive waste; reactor cooling water and the lakes and rivers fed by reactor cooling effluent and seeded with fish; isotopes used for medical purposes and consequential exposures to isotopes that may lead to blood poisoning, serious illness and death.

For decades analysts asserted that military nuclear programs significantly differed from civilian ones by virtue of their vast scale in terms of (potential) explosive power, kinds of toxic wastes, and the employment of tens of thousands of employees in research institutes, production plants and bomb making facilities. Mines and enrichment facilities exist equally for civilian and military purposes. Removal of local people and restrictions on entry to various landscapes must occur in civilian and military facilities. Thus, the dissimulation of military and civilian nuclear applications is intended to disarm critics of the dangers and hidden environmental costs of the enterprise (Stirling; Johnstone, 2008). Keep in mind, for example, that enrichment “accounts for almost half of the cost of nuclear fuel and about 5% of the total cost of the electricity generated,” and that historically enrichment was often based on coal-produced electricity (World Nuclear Association, 2022). Many nations embraced the peaceful atom with its promise of immediate modernity and clean electrical energy. But in so doing they ignored the coercive environmental impacts of the atom. A promising approach to a comprehensive global environmental history thus is to recognize that highly complex military and civilian nuclear systems are of the same piece with overlapping institutions, technologies, fuel systems, components, personnel, ionizing radiation and impacts on society and environment.

A last feature of the nuclear enterprise is its colonialist nature with attendant environmental and social costs. The nuclear powers took advantage of their superior military and geopolitical position at the end of World War II and into the 1950s to employ colonial holdings as test sites. The French, Americans, Soviets, British and Chinese tested weapons in such landscapes as deserts and Arctic regions, perceiving them as empty or perhaps occupied by less worthy people. The Algerian Sahara; the homeland of many Aborigines, the Maralinga Desert of Australia; the Mohave desert in Nevada; the Kazakh Steppe; the Nenets Arctic homelands; and the Polynesian and Marshall Islands atolls all were transformed into nuclear military-industrial facilities. The environmental and socio-political impacts on Aborigines, Bikinians, Nenets, Kazakhs and other people remain understudied because of the secrecy that surrounded weapons R and D.

Even before testing, colonialism was crucial to the nuclear age in uranium mines. Mining is heavy, dirty labor, and the uranium industry pushed the miners at each stage, from

drilling and pulverizing rock to breathing in the dust. Miners harvest ore for milling to produce uranium oxide for enrichment into fuel. Miners used their hands, wheelbarrows and burrows as they worked underground. Drillers broke the rock and dug out ore with shovels and back hoes, they dynamited deposits and dumped riprap nearby. Muckers and trammers moved the broken rock; carted the ore with animals and small gauge trains, or bulldozed, loaded and trucked it about; pushed rock and other debris and uranium tailings to the side, in valleys and into streams from which radiation spread in water and air. All of them carried the dust on their clothing – and in their lungs, where it spread into their homes and among their families and friends. This damage to environs and people disproportionately affects colonial and post-colonial spaces: seventy percent of global uranium deposits are located on traditional lands of indigenous peoples. Burke notes that “some of the most advanced scientific industrial and military projects have come into direct confrontation with the world’s oldest human cultures” – in testing of weapons especially in the Pacific Ocean and in mines in the US, Canada, Australia, and Niger – the Navaho, Inuit, Aboriginals, Hausa, Namibians and Kazakhs (Burke, 2017, p. 76).

In the US, uranium production in support of the Cold War arms race reached peak production from approximately 1948 to the 1980s when thousands of mines were opened in the American west. Native Americans in the Colorado Plateau area including Navajo, Southern Ute, Ute Mountain, Hopi, Zuni, Laguna, Acoma, and several other Pueblo nations, with their intimate knowledge of the land, often led miners to uranium resources during this exploration boom. It was mined and milled in four centers of nearby Navajo land near Shiprock, New Mexico; Monument Valley, Utah; Church Rock, New Mexico; and Kayenta, Arizona. Native American land was recast for military purposes across the southwest. Many people who reside near areas of mining or milling have had compromised health. The staggering human costs of mining worldwide can be estimated from the US case. Between 1945 and 1966, in growing numbers year by years, 98 miners died from lung disease, and thousands more were exposed to those levels sufficiently that likely led to many more cancers. But inexpensive ore was more important than worker safety that might be accomplished through ventilation, sealing mine walls, filtering mine air to reduce radon, enforcement and monitoring actually would improve the situation for miners (Eichstaedt, 1994, p. 82-87).

Nuclear colonialism and postcolonialism are also significant from a variety of environmental perspectives concerning Eastern Europe, Kazakhstan, Belarus and Ukraine which relied on the USSR for technology (reactors), the nuclear fuel system of fresh fuel supply and spent fuel removal, and in many cases for radioactive waste and detritus left behind after the collapse of the USSR. In a word, complex material, environmental and institutional entanglements, from uranium ore to fuel, from production to pollution, and from research to widespread applications went forward in colonial and postcolonial circumstances that call for investigation (Bauer, 2018; Biswas, 2014; Churchill and LaDuke, 1992; Dudar, 2019; Endres, 2009; Hecht, 2011; Hill, 2019; Schmid, 2019, 2011; Stawkowski, 2016; Wendland, 2019).

## THE NUCLEAR MACHINE IN THE GARDEN<sup>1</sup>

One possibility for pursuing an environmental history of the nuclear age is through a kind of literary-cultural analysis. In his *Machine in the Garden* (1964) Leo Marx examined a

---

<sup>1</sup> For a pictorial essay on this subject, see Paul Josephson, “Global Nuclear Environmental History: A Photographic Essay,” at [https://globalnuclearenvironment.files.wordpress.com/2022/01/global-nuclear-environment.technology.atom\\_nature.final\\_.pdf](https://globalnuclearenvironment.files.wordpress.com/2022/01/global-nuclear-environment.technology.atom_nature.final_.pdf)

literary trope through which social, literary and artistic figures of the nineteenth century revealed awe, bewilderment and fear of the industrial age. They advanced the image of a mechanical intrusion into pastoral settings as a characteristic expression of a deeply troubled society. This expression of discomfort with rapid industrialization was the “machine in the garden.” The nuclear enterprise has turned this trope on its head, as it were, using enthusiastic accounts of sponsored research, prospectuses, corporate brochures, annual reports, trade group publications, PR pamphlets, calendars and magazine articles to demonstrate the seamless compatibility of the atom with nature, and at the same time to argue that the environmental impacts of their facilities are reasonable given the purpose to produce clean and cheap electricity as demanded by the public. Yet how accurate are these depictions?

Two at once overlapping, yet divergent views of the nuclear world compete for our attention and approbation. One involves a pastoral vision of nuclear power as fitting neatly into the natural world, with its physical intrusions limited to acceptable land takings, manageable thermal pollution and minimal impacts on flora and fauna. A corollary to this view is that unexpectedly high capital costs of nuclear power plants (NPPs) are being reined in by standardized approaches, that catastrophic accidents will be eliminated through inherently safe technologies and new operational culture, and that the problem of radioactive waste is imminently solvable. More important, the atom is “green” in producing energy without contributing to global warming, its fuel volumes of uranium and plutonium are orders of magnitude smaller than those for fossil fuels, and it has a strong public health and safety record when compared with oil, gas and especially coal. As for nuclear weapons: they secured national security and prevented world war, and thus perhaps the environmental costs of the military atom can be overlooked. Or at least, the environmental impacts of nuclear weapons production were hidden from public examination until after the end of the Cold War.

Yet a second, darker vision confronts this nuclear landscape. It draws attention to extensive military nuclear programs that are hardly separable from civilian ones. Both the peaceful and military atom had tremendous and growing environmental impacts that will cost hundreds of billions of dollars to remediate. The darker view acknowledges the spread of radioactivity in every phase of the nuclear enterprise from mining to milling and fuel enrichment, and especially in nuclear weapons tests and accidents, and it points to significant impacts on ocean, river, desert, arctic and other biomes. The darker vision reminds us of the extensive and haphazardly handled radioactive waste that permeates the enterprise – and the 250,000 tons of spent nuclear fuel throughout the world that awaits proper storage.

Since the dawn of the atomic age, industry has framed nuclear power as environmentally sound, especially in comparison with dirty coal with its particulate, air pollution, and fuel volumes much greater than those of uranium. It has celebrated, as it were, the nuclear machine in the garden. Its publications offer vivid images of such cutting-edge technologies as nuclear powered locomotives, spaceships and reactors that are intended to indicate modernity, scientific achievement, energy independence and, at once, control of nature through the atom, yet a pastoral “oneness” with nature. Reactors must be sited on large bodies of water, and they may require extensive reworking of rivers, lakes and ocean coasts. Reactors are built in concert with other large scale technological systems – construction, concrete, transport, mining, iron and steel – but in nuclear publicity they are presented as sleek, simple and safe. A global environmental history of reactors would compare industry publications to explore their similarities. For example, the official photos of Bohunice, Slovakia, NPP; Dresden, IL, NPP; Borssele, Netherlands, NPP; Metsamor, Armenia, NPP; and Forsmark, Sweden, NPP; and many others are taken in fields of



sunflowers and agricultural meadows in the foreground, or vineyards in the background, in lush green agricultural settings near rural towns, and if fauna are involved, then fishermen nearby cast lines over placid water, or a goose sits maternally on her nest outside a station. A happy fox in front of the Paks NPP (with four Soviet-designed pressurized water reactors, PWRs) adorns the cover of *Atomerőmű Magazin* (Hungary). In Taiwan, blue magpies and coral fish coexist with NPPs in official publications.<sup>2</sup> Électricité de France (EDF) publishes its annual environmental reports with hints of blue and green...and rainbows.<sup>3</sup>

From the 1950s, scientists and US Atomic Energy Commission (AEC) officials, working with and encouraging industrialists and utility representatives to pursue nuclear power, embarked on a publicity program to introduce the world to the first generation of nuclear power plants. Significantly smaller than today's standard 1,000 MWe units, often with rudimentary safety systems, they shared the promise of inexpensive energy before peak oil and without coal's filthy emissions. Across the world the standard presentation in visuals or words was green: many nuclear advertisements open in a bucolic setting, a meadow with a winding path, waving flowers, leafy trees, all illuminated by brilliant sunshine to indicate freedom from darkness. In some scenes, wispy clouds move through blue skies overhead. Another common message in nuclear brochures involved demystifying the unlimited possibilities of safe energy production through easy-to-follow discussions of nuclear physics, the chain reaction, and how to build a reactor. In still other publications, operator-priests in white uniforms occupy high tech control rooms with banks of computers and displays to demonstrate that modern science and safety go hand in hand with awe for the atom.

Promotional industry and government agency films presented a narrative of plentiful jobs, clean environment, inevitable progress and manifest public rewards. A film about the first US NPP, Shippingport, Pennsylvania, launched at 60 MW, and that operated from December 1957 until October 1972, stressed that the benefits of the peaceful atom extended far beyond the generation of electricity in "the matching of daring plans and centuries of learning," jobs and a higher standard of living.<sup>4</sup> Another early film about nuclear power professorially intoned, "For centuries the hills and valleys of New England have bred and raised pioneers" in inventions and economic developments – and Yankee Rowe NPP at 180 MWe, was the nuclear example of "Yankee ingenuity." The Yankee Atomic Electric Company, a consortium of ten New England utilities was formed in 1954 to build Yankee Row, New England's first NPP, on the Deerfield River in western Massachusetts. Yankee Rowe was built for a series of reasons, "all of them were sound": to generate electricity in the face of growing demand; demonstrate the power of US private sector, at the same time reflecting the old Yankee spirit; and realize the real potential of nuclear power. Yankee Rowe, unfortunately, was shut down prematurely due to reactor pressure vessel integrity concerns, and then cost \$508 million to decommission between 1992 and 2004, 60% greater than original estimates.<sup>5</sup>

Entire green communities – with engineers and their families living in well-appointed houses separate from the mass of workers -- have been built around nuclear reservations.

<sup>2</sup> The covers of the major journal of the Rosatom, *Vestnik Atomproma* (*The Herald of Nuclear Industry*), show powerful, yet majestic NPPs that occupy picturesque green and blue nature scenes.

<sup>3</sup> Graveline, EDF, *La centrale nucléaire de Gravelines, Produire de manière sûre une électricité bas carbone à un coût compétitif en région*. Hauts-de-France (2022).

<sup>4</sup> US AEC, *Power and Promise: The Story of Shippingport* (1958?) at [https://www.youtube.com/watch?v=6hs\\_S7fUnoY&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?v=6hs_S7fUnoY&feature=youtu.be). See also W. Beaver, *Nuclear Power Goes On-Line: A History of Shippingport* (Praeger, 1990).

<sup>5</sup> Yankee Atomic Electric Company, "Yankee Rowe: Pioneering With Power," (1960?) <https://www.youtube.com/watch?v=H--FbZIED98>. See also Mullin, John R. and Kotval, Zenia, "The Closing of the Yankee Rowe Nuclear Power Plant: The Impact on a New England Community" (1997). *Journal of the American Planning Association*. 25. On decommissioning <https://www.yankee Rowe.com/decommissioning.html>

Prominent among them are sites dedicated to plutonium production reactors to manufacture WMD fuel, national laboratories and NPPs, especially in the former Soviet Union, where centrally-planned urban greenness softens the scale, radioactive risks and industrial essence of the peaceful atom. To this day Russia touts its park-like nuclear weapons and reactor cities that are closed to outsiders, in all some twenty nuclear towns in Russia with a total population of 1.3 million people in 2023, or almost one percent of the country's population. Russian PR focuses on the high quality of life in orderly cities of broad thoroughfares, walkways and parks, playgrounds, movie theaters that moderate the risks of fission.

A Ukrainian film about Pripjat, the city of 50,000 people established to support the Chernobyl NPP, plays up precisely the consonance of reactor and nature. The 1982 film, edited four years before the world's greatest nuclear disaster, provides panoramas of manicured walkways and forests rich with berries and mushrooms available for the picking. Filmed in the summer, the film focuses on children walking to school and at play, as cameras peek out from under branches of trees through rustling leaves to reveal verdant knolls. Like many of atomic cities built to support reactors, Pripjat attracted first of all young families who moved there to get in the front of the line for new apartments and good jobs. (The average age in Pripjat was about 26 years old at the time of the accident; there were 15 kindergartens and elementary schools for 5,000 children, and 5 secondary schools for 6,800 students, and therefore children in place vulnerable to thyroid cancer in case of an accident.)<sup>6</sup> What has been left behind of the once vibrant, blooming community is wasteland of hastily abandoned concrete apartment buildings, rusted playgrounds, a Ferris wheel with paint peeling – and four reactors, the destroyed unit number 4 having been hastily entombed in concrete in summer 1986 (“the Sarcophagus”), and entombed again in 2017 at an international cost of \$2 billion to protect the world from a second radioactive catastrophe when the Sarcophagus eventually collapses.

Many NPPs border nature preserves because of the advantage of being in underbuilt areas close to water sources. The Koeberg, South Africa, NPP is surrounded by a 3,000 hectare (ha) nature reserve it owns that contains more than 150 different species of birds and half a dozen small mammal species. The Davis-Besse NPP in Oak Harbor, Ohio, the most poorly operated station in the US as measured by down time, accidents, incidents and fines, is located adjacent to protective wetlands of the Navarre Marsh of the Ottawa National Wildlife Refuge which is home of several American bald eagle nesting sites and is a major migratory pathway for North American birds. Flamanville, France, NPP, coexists with the peninsula's main economic resource, agriculture, especially dairy and vegetable farming, and oyster and mussel aquaculture. Not far from Flamanville is France's La Hague nuclear reprocessing plant that stores all of the nation's high level waste. All this suggests that suggests agriculture, aquaculture, nuclear power and waste management can fit into the same proximate environments. Global approaches to their analysis will heighten our understandings of how green is the nuclear machine in the garden.

## INDUSTRIAL WASTES

The public pitch to claim environmental stability has raised the objection of skeptics worldwide. These skeptics – homemakers, scientists, plant workers, insurance evaluators, and many others – worry about fallout, waste, accidents, and terrorist acts. The nuclear enterprise, like all industrial endeavors, presents challenges to ensure safe and

<sup>6</sup> Ukrainskaia Studiia Televizionnykh Fil'mov, “О городе Припять, возникшем при строительстве Чернобыльской АЭС,” (1982), at <https://www.youtube.com/watch?v=87wD5t8O8sY>

environmentally sound operations. These include vast quantities of dangerous wastes produced in both the military and the civilian sectors; an immense burden on water that is used for cleaning, diluting, lubricating and cooling industrial processes; and the fact that nuclear power is hardly carbon neutral. First of all, there's a lot of radioactive waste, huge quantities of it, millions of cubic meters of solid and millions of cubic meters of liquid waste, it's very dangerous, it migrates if not properly handled and much of it is poorly stored. Radioactive wastes consist of very low, low, intermediate and high level wastes (RW, VVL, LLW, ILW and HLW). There are about 250,000 tons of SNF in temporary storage with more being produced all the time and that presently would require 25,000 to 30,000 dry casks to store properly – after the fuel has been cooled in basins of water. There is also the waste associated with mining, milling, enrichment and fuel manufacture; clothing, gloves, masks and other work materials; machinery and equipment; decommissioning materials. Only a few dozen NPPs have been decommissioned; decommissioning creates significantly more waste as reactor vessels, containments and auxiliary building are dismantled, chopped up and packaged for onsite storage or removal, and decommissioning costs \$500 million to \$2 billion per reactor. Inventories of military waste which are treated in a special category of “legacy” waste are incomplete (Kasperski, 2019). The IAEA (International Atomic Energy Agency) acknowledges great uncertainty about just how much of the stuff there is worldwide – which surely is not green (IAEA, 2008).

As for water, plant operators maintain that nuclear power is environmentally-sound, in part because cooling towers enable effluent to be returned to its sources when sufficiently cooled. They add the claim that NPPs become a special kind of nuclear animal sanctuary for birds, fish and small mammals. Indeed, the massively-built structures become a kind of nuclear sanctuary when completed; barbed wire fences around NPP exclusion zones certainly contribute to a sense of isolation and security of nature-atom interactions after the extensive construction has completed. Yet the plants are labor, capital and petrochemical intensive to operate. During peak construction up to 7,000 workers are engaged at a typical site in excavation, making and pouring concrete, laying and welding pipe and conduit, stringing wiring, bringing in truckloads of steel and other supplies. When stations enter operation they still require 500 to 800 employees who enter and depart a secured perimeter every day and whose commutes certainly unsettle the landscape and flora and fauna within.

Of course, power stations of all sorts require water to operate. The biologists of Duke Power in the US comment that “the production of electricity at nuclear power plants which are designed to use as little water as possible.” They emphasize that “nuclear plant cooling systems have regulatory requirements established by the US Environmental Protection Agency (EPA), under authority provided by the federal Clean Water Act ... Plants work closely with local wildlife agencies to establish wildlife protection and good environmental stewardship.”<sup>7</sup> Yet – as our discussion of fission and fish shows (chapter 5) – vast quantities of water are heated in the production of electricity whose return to the environment as effluent has significant impacts on animal and plant life including outright fish kills and eutrophication. And what does “using as little water as possible” mean in the final analysis? According to the Union of Concerned Scientists (UCS), the typical 1,000 MWe nuclear power reactor “with a 30°F  $\Delta T$  needs approximately 476,500 gallons (1,800 m<sup>3</sup>) per minute. If the temperature rise is limited to 20°F, the cooling water need rises to 714,750 gallons (2,700 m<sup>3</sup>) per minute” – the amount of water in an Olympic-sized pool, every second (UCS, 2007). Thus: Duke's eleven units heat something like 22,000 m<sup>3</sup> of water – approaching nearly 6 million gallons – every second.

<sup>7</sup> Duke Energy, Nuclear Education, “Importance of Water at Nuclear Plants,” January 22, 2014, at <https://nuclear.duke-energy.com/2014/01/22/importance-of-water-at-nuclear-plants>

## THE CONCRETE ATOM

As for carbon neutrality, how green are NPPs? One of the central claims of the nuclear industry has always been that nuclear electricity is competitive with fossil fuel, certainly much cleaner, and until recently cheaper than solar and wind power. The dreadful anthropogenic impacts of global warming have provided the industry with the opportunity to emphasize this claim of green energy. Nuclear power is significantly better from worker safety, public health and pollution points of view than coal energy at every step – from mining to processing to power generation. Électricité de France (EDF) religiously advances the green atom as the key solution for a low-carbon society. An EDF webpage opens with a chic woman, cooking at an electric stove in a clean, modern kitchen – all made possible with nuclear power.<sup>8</sup> (EDF is behind the times; the very same suggestions of cleanliness, modernity, and women in the kitchen were set forth in a Connecticut Yankee Power film “The Atom and Eve,” [1962] to show how nuclear power would meet the housewife’s desire consumer goods, appliances, and luxury.<sup>9</sup>) Spain’s Endesa repeats the message that nuclear power is the key to clean energy. “We are the first nuclear operator in Spain, so we fully understand the advantages of having this type of energy to guarantee reliable, emission-free supply in the transition to the ‘decarbonisation’ of energy,” reads the Endesa website. The Spanish Nuclear Forum President Ignacio Araluce emphasizes, “Nuclear energy is an extremely important component of the energy mix in Spain, most notably for its stability in the grid, which provides excellent security of supply, and for the absence of CO<sub>2</sub> emissions in accordance with the Paris Agreements” (Endesa, 2017) (Spain, in fact produces almost a quarter of its electricity from wind.)

Yet nuclear construction practices and costs challenge the “green” claims of nuclear energy. The Flamanville NPP with two PWRs has pursued a third, 1,570 MWe reactor since 2004. Everything, it would seem, was in place for the new reactor: a rural setting, content local fishers and dairy farmers, and long term nuclear knowhow and experience. Yet even with 4,000 people from 55 different countries engaged in construction, the cost of Flamanville 3 has ballooned from €3.3 billion to €9 billion and then €12 billion, and with an original forecast to be completed in 2015, the current target date of 2023 looks like a dream. Meanwhile Hinkley Point Hinkley Point C, a 3,200 MWe reactor, one of eight NPPs announced by the British government in 2010, a plant with a forecast sixty-year lifetime, was said to cost £20.3 billion, but final costs are now estimated at £50 billion. This outrageously costly machine is located near an idyllic seaside town in the rolling hills of Somerset county. And the US, whose nuclear boom had been buffeted by the growing costs for all ongoing projects and ended with Three Mile Island (1986), has been struggling to re-enter world industry’s nuclear renaissance of cheaper, safer reactors as the answer to fossil fuels. The first US project completed since the twentieth century, the Vogtle Plant, Georgia NPP, was eleven years late, \$17 billion over budget, and the utility has forced Georgia electric customers to pay billions of dollars before receiving any electricity. Total cost is around \$35 billion (Amy, May 25, 2023).

Even with these costs, the European Nuclear Energy Agency (NEA) claimed in 2020 that “high costs and project schedule overruns are not an inherent characteristic of nuclear technology, but are a reflection of weak supply chains and a lack of recent nuclear construction experience in western OECD countries.” NEA Director-General William D.

<sup>8</sup> EDF, “Nuclear energy, a key solution for a low-carbon society,” at <https://www.edf.fr/en/the-edf-group/producing-a-climate-friendly-energy/nuclear-energy/our-visions>. EDF notes that “each kWh produced by EDF’s nuclear fleet in France emits the equivalent of 4g of CO<sub>2</sub> where the global worldwide average is 12g of CO<sub>2</sub> per kWh. See also EDF “Analyse du cycle de vie du kWh nucléaire d’EDF” (2022) at <https://www.edf.fr/groupe-edf/produire-une-energie-respectueuse-du-climat/energie-nucleaire/notre-vision/analyse-cycle-de-vie-du-kwh-nucleaire-dedf>.

<sup>9</sup> Connecticut Yankee Power, “Atom and Eve,” 1962 at [https://www.youtube.com/watch?v=Fs\\_P7ggt03E](https://www.youtube.com/watch?v=Fs_P7ggt03E)

Magwood, IV, claimed “compelling evidence for highly achievable pathways to dramatic cost reduction in nuclear new build,” and that “higher levels of industrial and regulatory harmonisation could bring additional long-term benefits. Industry still has much to do, but the leadership and timely action by governments is essential” (NEA, 2020).

NPPs are always over cost, and this reality must be weighed against any green claims. After all, any construction project that goes years over budget will require more labor and capital inputs, fuels, building materials and so on, all of which will have global environmental impacts. Already by the 1970s the growing costs and timelines of NPPs construction required the narrative of the green atom to be recalibrated. Costs for NPPs in the US had doubled and even more by the late 1970s over original estimates. At first the promoters of nuclear energy blamed increased costs on interveners for needless legal and regulatory interventions and superfluous or unnecessary safety changes and upgrades on reactors. A 1978 Rand study put to rest the argument that legal wrangling and excessive regulation were at the root of the problem. Rather it was overoptimistic estimates, poor management, and other factors contributed to excessive cost overruns. The standardization of PWR designs have not in the least slowed these trends (Mooz, 1978). Nor are decommissioning costs regularly placed in front of consumers to judge costs. Finally, another cost – a huge cost – has been a series of accidents at NPPs, as the cases of Chernobyl and Fukushima indicate, with evacuation, remediation, job loss, fishery and farm closure, and clean-up bills that could total \$800 billion to \$1 trillion dollars. Even the Three Mile Island reactor meltdown (1979), if relatively limited in radiation releases, cost roughly \$1 billion.

On top of this, the nuclear industry is hardly carbon neutral from its ground up. Not only do NPPs emit carbon dioxide emissions through water vapor and heats. Concrete is essential to reactors and a major contributor to global warming. An environmental foray into nuclear concrete – a large scale technological system consisting of aggregate production, cement manufacture, mixing and pumping equipment, the building of forms and pouring of concrete – indicates significant carbon production in mining, milling, enrichment, fabrication and transport of fuel, and especially in construction. Widely available photos of the Bohunice, Slovakia, NPP, with two operational Soviet-designed PWRs and total capacity of 942 MWe, show an expansive field of sunflowers as the foreground of a magnificent engineered landscape eight concrete cooling towers, each of which is 120 meters (m) tall and 84.4 m at the base. Four of the cooling towers for the decommissioned reactors at the site were demolished in 2018 (Nuclear Engineering International Magazine, October 5, 2018).

Worldwide, 30 billion tons of concrete is used each year, on a per capita basis three times as much as 40 years ago. The cement and concrete industry is responsible for about 8% of global carbon dioxide emissions, more than double those from flying or shipping. Roughly 600 kilograms of carbon dioxide is released for every ton of cement produced (Nature, 2021, p. 593-594). A typical PWR in the 1970s required approximately 75,000 m<sup>3</sup> of concrete. Larger contemporary units require from up to 200,000 m<sup>3</sup> of concrete, with the third-generation Framatome EPR being built at Flamanville NPP at 204,000 m<sup>3</sup> or 500,000 tons of concrete (Peterson; Zhao; Petroski, 2005). On British joy over concrete pouring at Hinkley C, see Bingley, 2020). If roughly 600 kilograms of carbon dioxide are released for every ton of cement, and if reactors require 150,000 tons of concrete per reactor on average, that's 180 million tons of CO<sub>2</sub> per reactor, and over 80 billion tons of CO<sub>2</sub> to build the world's 450 reactors – and many more to be built.

The concrete legacy of Chernobyl includes the original Sacrophagus that took 280 days and 400,000 m<sup>3</sup> of concrete to build and two unfinished cooling towers in the radiation exclusion zone that were intended to cool reactor units 5 and 6 had they been built. Local water supplies from the canals were no longer sufficient to handle the load of cooling two

more units. One was 80% complete, and the other had just begun construction. They are now gravestones of the former Pripiat just 50 meters away from an ad hoc garbage dump the refrigerators abandoned by local inhabitants when they were evacuated where the gamma radiation exceeds the norm tenfold (Abandoned Chernobyl cooling tower, April 18, 2018).

## IS ATOMIC RECOVERY POSSIBLE?

We have examined the “green” atom from a variety of perspectives, each of which suggests a need for further research and analysis. To arrive tentatively at a proper evaluation, it is important to acknowledge the major insults upon the environment from nuclear enterprise. Consider the fallout spread around the globe from atmospheric tests in the 1950s that contributed hundreds of thousands of excess deaths from cancer. Consider the scores of spills and accidents, major and minor: Kyshtym, Russia (1957), Lake Karachai, Russia (1957), and Castle Rock, New Mexico (1979, which released significantly more radioactivity than Three Mile Island; major accidents (TMI, 1979, Chernobyl, 1986, and Fukushima, 2011). On top of nuclear waste, the costs of cleanup of these accidents likely approaches \$1 trillion. Yet nuclear proponents insist that the environment recovers quickly from such intrusions as military reservations, fallout, NPPs, and accidents. Managers of military facilities have claimed the closure of production plants, army bases, and testing facilities demonstrates the “greenness” of the atom as the closed reservations witness the rejuvenation of flora and fauna in the absence of human intervention. Should we therefore lower our estimation of the environmental impacts of the fuel system, weapons tests, and other processes and events? Fernald, Ohio, which for decades produced a variety of uranium metal bomb products, was shut down in 1989, and after a \$5 billion remediation effort was opened for nature walks and bird watching as the green zone Fernald Preserve, a seven-mile network of trails meandering through the wetland, prairie, and forest landscape, although built atop a massive burial mound of hazardous waste that will be dangerous for 1,000 years to come. After the closure of the Pease Air Force Base (New Hampshire) and its fifteen massive nuclear missile bunkers in 1991 that supported B-52 bombers aloft twenty-four hours a day to be prepared to devastate the USSR, the US government turned part of the base into the 430-hectare Great Bay National Wildlife Refuge, and transformed the bunkers into “caves” to encourage bats to roost and naturally to consume the seacoast’s massive mosquito population.

Similarly, the Kazakh steppe, near the Soviet Semipalatinsk test site of 456 nuclear explosions, is now dotted with abandoned rural settlements where sheep, cattle and horses ingest grasses and plants laden with strontium and plutonium, and where their meat is sold openly in market. Strangely, “game” animals have returned to the now-abandoned test site, and local Kazakh officials hope that the numbers of wild boars, roe deer and gazelles will increase, perhaps Bukhara deer will return, and some wildlife managers hope to restore the riparian forest and to reintroduce tigers, as a perverse measure of the recovery of fauna from nuclear destruction (Mikhtaeva, 2017).

The rejuvenation of some wildlife within the post-accident Chernobyl exclusion border zone has contributed to an argument about rapid environmental recovery from the nearly 3 billion Ci of radiation released in the explosion. This narrative gave impetus to a cottage industry of nuclear animal studies trying to confirm – or to dispute – this framing. Pro-industry groups report that bird, bison, wolf and other species recovered quickly after Chernobyl, while other researchers note that chronic radiation syndrome affects small mammals, birds and the now infamous Chernobyl dogs. The latter specialists argue that presence of such “recovered” wildlife is the result of immigration and not from locally sustained populations

(Møller; Mousseau, 2007). Several researchers who have spent 30 years studying the Chernobyl Exclusion Zone and now Fukushima have no doubt about the need to be circumspect about the viewpoint that nature recovers rapidly from nuclear insults: “Long-term observations of both wild and experimental animal populations in the heavily contaminated areas show significant increases in morbidity and mortality that bear a striking resemblance to changes in the health of humans—increased occurrence of tumor and immune-deficiencies, decreased life expectancy, early aging, changes in blood and the circulatory system, malformations, and other factors that compromise health” (Yablokov; Nesterenko; Nesterenko, 2009).

How green is the atom? This is a call for more research.

## REFERENCES

ABANDONED Chernobyl cooling tower. *Chornobyl.com*. April 18, 2018. <https://www.chornobyl.com.ua/gradirnya-chernobylskoj-aes/>

AMY, Jeff. Georgia nuclear rebirth arrives 7 years late, \$17B over cost. *AP*. May 25, 2023. <https://apnews.com/article/georgia-nuclear-power-plant-vogtle-rates-costs-75c7a413cda3935dd551be9115e88a64>

BAUER, Susan. Radiation Science After the Cold War: The Politics of Measurement, Risk, and Compensation in Kazakhstan. In: ZVONAERVA, Olga; POPOVA, Evgeniya; HORSTMAN, Klasien (eds.) *Health, Technologies and Politics in Post-Soviet Settings: Navigating Uncertainties*. New York: Palgrave Macmillan, 2018. p. 225-249.

BINGLEY, Lem. In pictures: Hinkley sets new concrete record despite coronavirus crisis. *Construction News*, June 1, 2020. <https://www.constructionnews.co.uk/contractors/in-pictures-hinkley-sets-new-concrete-record-despite-coronavirus-crisis-01-06-2020/>

BISWAS, Shampa. *Nuclear Desire: Power and the Postcolonial Nuclear Order*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.

BURKE, Anthony. *Uranium*. Cambridge: Polity, 2017.

CHURCHILL, Ward; LADUKE, Winona. Native North America: The Political Economy of Radioactive Colonization. In: JAIMES, M. Annette (ed.) *The State of Native America: Genocide, Colonization and Resistance*. Boston: South End Press, 1992. p. 241–266.

DUDAR, Tamara. Uranium Mining and Milling Legacy Sites: The Ukrainian Case. *Environmental Problems*, v. 4, n. 4, p. 212-218, 2019.

ENDESA. *Nuclear energy, the clean generation*. 2017. <https://www.endesa.com/en/projects/all-projects/energy-sector/nuclear-energy-the-clean-generation>

ENDRES, D. The rhetoric of nuclear colonialism: rhetorical exclusion of American Indian arguments in the Yucca Mountain nuclear waste siting decision. *Communication and Critical Cultural Studies*, v. 6, n. 1, p. 39-60, 2009.

EICHSTAEDT, Peter. *If You Poison Us: Uranium and Native Americans*. Santa Fe: Red Crane Books, 1994.

HECHT, Gabrielle. *Being Nuclear: Africans and the Global Nuclear Trade*. Cambridge: MIT, 2011.

HECHT, Gabrielle. On the Fallacies of Cold War Nostalgia: Capitalism, Colonialism, and South African Nuclear Geographies. In: HECHT, Gabrielle (ed.) *Entangled Geographies: Empire and Technopolitics in the Global Cold War*. Cambridge: MIT Press, 2011. p. 75-100.

HILL, C. Britain, West Africa and 'The New Nuclear Imperialism': Decolonisation and Development during French tests. *Contemporary British History*, v. 33, n. 1, p. 274-289, 2019.

HUGHES, Thomas. The Evolution of Large Technological Systems. In: BIJKER, W. E.; HUGHES, T. E.; PINCH, T. J. (eds.) *The Social Construction of Technological Systems: New Directions in the Sociology and History of Technology*. Cambridge: MIT Press, 1989. p. 51-82.

HUGHES, Thomas. *Rescuing Prometheus*. New York: Pantheon, 1998.

IAEA. *Estimation of Global Inventories of Radioactive Waste and Other Radioactive Materials*, IAEA-TECDOC-1591. Vienna: IAEA, 2008.

KASPERSKI, Tatiana. From Legacy to Heritage: The Changing Political and Symbolic Status of Military Nuclear Waste in Russia. *Cahiers du Monde Russe*, v. 60, n. 2-3, p. 517-538, 2019.

KRIGE, John. The Peaceful Atom as Political Weapon: Euratom and American Foreign Policy in the Late 1950s. *Historical Studies in the Natural Sciences*, n. 38, p. 5-44, 2008.

MAAG, Christopher. Nuclear Site Nears End of Its Conversion to a Park. *New York Times*, September 20, 2006. <https://www.nytimes.com/2006/09/20/us/20park.html>.

MIKHTAEVA, Marina. Сколько стоит возрождение туранского тигра в казахстане? *Ekols Bishkek*, August 7, 2017. <http://ekois.net/skolko-stoit-vozrozhdenie-turanskogo-tigra-v-kazahstane/>

MOOZ, William. *Cost Analysis of Light Water Reactor Power Plants. R-2304-DOE*. Santa Monica: Rand Corporation, June 1978.

MOLLER, A. P.; MOUSSEAU, T. A. Species richness and abundance of forest birds in relation to radiation at Chernobyl. *Biology Letters*, v. 3, n. 5, p. 483-486, 2007.

NATURE. Editorial - Concrete needs to lose its colossal carbon footprint. *Nature*, v. 597, p. 593-594, 2021.

NEA. *Reducing the costs of nuclear power on the path towards a clean energy future*. July, 2020. [https://www.oecd-nea.org/jcms/pl\\_37787/reducing-the-costs-of-nuclear-power-on-the-path-towards-a-clean-energy-future](https://www.oecd-nea.org/jcms/pl_37787/reducing-the-costs-of-nuclear-power-on-the-path-towards-a-clean-energy-future).

NUCLEAR ENGINEERING INTERNATIONAL MAGAZINE. Cooling towers demolished at Slovakia's Bohunice V1. *NEI Magazine*, October 5, 2018. <https://www.neimagazine.com/news/newscooling-towers-demolished-at-slovakias-bohunice-v1-6786719>

PETERSON, Per F.; ZHAO, Haihua; PETROSKI, Robert. Metal and Concrete Inputs for Several Nuclear Power Plants: Report UCBTH-05-001. Berkeley: University of California, 2005.

PRITCHARD, Sara. An Envirotechnical Disaster: Nature, Technology, and Politics at Fukushima. *Environmental History*, v. 17, p. 219-243, 2012.

SCHMID, S. D. A new 'nuclear normalcy'? *Journal of International Political Theory*, v. 15, n. 3, p. 297-311, 2019.



SCHMID, S.D. Nuclear Colonization?: Soviet Technopolitics in the Second World. In: HECHT, Gabrielle (ed.) *Entangled Geographies: Empire and Technopolitics in the Global Cold War*. Cambridge: MIT Press, 2011. p. 125-154.

STAWKOWSKI, M. 'I Am a Radioactive Mutant': Emergent Biological Subjectivities at Kazakhstan's Semipalatinsk Nuclear Test Site. *American Ethnologist*, v. 43, n. 1, p. 144-157, 2016.

STIRLING, Andy; JOHNSTONE, Phil. *A Global Picture of Industrial Interdependencies Between Civil and Military, Nuclear Infrastructures, SWPS 2018-13*. Sussex: University of Sussex, August 2018.

UCS. *Got Water?* Washington Office: UCS, October 2007. <https://www.ucsusa.org/sites/default/files/2019-10/20071204-ucs-brief-got-water.pdf>.

WENDLAND, A. V. Nuclearizing Ukraine – Ukrainizing the Atom. Soviet nuclear technopolitics, crisis, and resilience on the imperial periphery. *Cahiers du Monde Russe*, v. 60, n. 2-3, p. 335-368, 2019.

WORLD NUCLEAR ASSOCIATION. Uranium Enrichment. October 2022. [https://world-nuclear.org/information-library/nuclear-fuel-cycle/conversion-enrichment-and-fabrication/uranium-enrichment.aspx#:~:text=Enrichment%20costs%20are%20substantially%20related,\(180%20MJ\)%20per%20SWU](https://world-nuclear.org/information-library/nuclear-fuel-cycle/conversion-enrichment-and-fabrication/uranium-enrichment.aspx#:~:text=Enrichment%20costs%20are%20substantially%20related,(180%20MJ)%20per%20SWU).

YABLOKOV, Alexey; NESTERENKO, Vassily; NESTERENKO, Alexey. *Chernobyl: Consequences of the Catastrophe for People and the Environment*. New York: New York Academy of Sciences, 2009. p. 255-280.

## AUTHOR'S NOTES

### AUTHORSHIP

**Paul Robert Josephson:** History of Technology; Environmental History. Colby College, Department of History. Waterville, Maine, USA

**Tatiana Kasperski:** History of Technology; Environmental History.

Södertörn University, School of Historical and Contemporary, Stockholm, Sweden

### CORRESPONDING ADDRESS

[prjoseph@colby.edu](mailto:prjoseph@colby.edu)

### SOURCE OF THE ARTICLE

Not applicable.

### FUNDING

US National Science Foundation, Grant 2020024; The Foundation for Baltic and East European Studies, grant number 23-PR2-0030.

### ACKNOWLEDGMENTS

Not applicable.

### IMAGE CONSENT

Not applicable.

### ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.



### **CONFLICT OF INTEREST**

There is no conflict of interest.

### **PREPRINT**

This paper is not a preprint.

### **LICENSE OF USE**

© Paul Robert Josephson and Tatiana Kasperski. This article is licensed under the Creative Commons License CC-BY. With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

### **PUBLISHER**

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

### **EDITOR**

Jo Klanovicz.

### **HISTORY**

Received on: July 9, 2024

Approved on: August 18, 2024

How to cite: JOSEPHSON, Paul R.; KASPERSKI, Tatiana. Toward a global history of the nuclear age. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 330-346, 2024.



## **A ERA DAS REVOLUÇÕES DE PONTA-CABEÇA: A EUROPA MEDITERRÂNICA E A IMPORTÂNCIA DO VINTISMO EM UM QUADRO GLOBAL DE REVOLTAS**

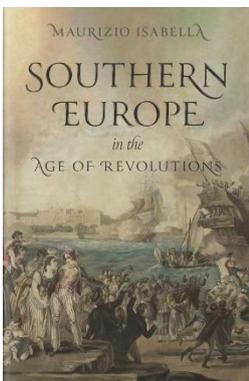
The Age of Revolutions upside down: Mediterranean Europe and the importance of Vintismo in a global scenario of revolts

João Victor Ribeiro Pires<sup>a</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-7173-2191>

E-mail: [jvrpires@gmail.com](mailto:jvrpires@gmail.com)

<sup>a</sup> Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de História, Lisboa, Portugal.



ISABELLA, Maurizio. *Southern Europe in the Age of Revolutions*. Princeton: Princeton University Press, 2023. 685p.

**PALAVRAS-CHAVE:** Revoluções liberais. Era das revoluções. Europa meridional.

**KEYWORDS:** Liberal revolutions. Age of revolutions. Southern Europe.

**F**ruto de uma longa pesquisa do historiador Maurizio Isabella, *Southern Europe in the Age of Revolutions* centra-se na importância que a Europa Meridional teve na construção da moderna política europeia. O autor resgata o papel crucial que as revoluções que ocorreram entre 1820 e 1821 ao longo do Norte do Mediterrâneo tiveram nesse processo ao estabelecer novas pautas políticas e reagir perante a ordem estabelecida, em 1815, após o Congresso de Viena. Apoiado num conjunto diverso de fontes primárias analisadas em arquivos e bibliotecas de Portugal, Espanha, Itália, Grécia e Inglaterra e numa robusta bibliografia, Isabella regressa ao período das guerras napoleônicas para encontrar as raízes da emergência de uma nova ordem social e política no Sul do continente europeu, influenciada, por exemplo, pela gradual entrada dos círculos populares no tabuleiro e pelo crescimento do ativismo militar.

Maurizio Isabella obteve o seu doutorado em 1998, na Universidade de Cambridge, com uma tese sobre a atividade e o pensamento de Giuseppe Pecchio – economista lombardo e ex-funcionário público napoleônico – durante o período revolucionário (Isabella, 1998), sendo atualmente professor de História Moderna na Queen Mary College, em Londres. Publicado em 2023, este livro resulta de uma pesquisa iniciada em 2013, mas o autor credita a ideia inicial desta grande investigação à sua participação no projeto *Re-imagining Democracy in the Mediterranean*, financiado pela Leverhulme, com atividades em diversas cidades europeias entre 2012 e 2015. A partir desse esforço de investigação, Isabella propõe “sintetizar, combinar e reinterpretar uma variedade de tradições historiográficas nacionais” (Isabella, 2023, p. xiii).

Para este propósito, o livro encontra-se dividido em quatro partes: a primeira trata do aspecto militar das revoluções vintistas; a segunda apresenta o impacto do período no que se refere ao constitucionalismo; a terceira aborda o desenvolvimento da esfera pública no período estudado; e, por fim, a quarta repartição se dedica à participação da religião na fundação da nova ordem política.

Isabella elabora uma introdução ambiciosa e bastante esclarecedora não só sobre os propósitos do seu trabalho, mas adiantando já as conclusões a que pretende chegar ao fim do mesmo, com uma análise transnacional do período revolucionário vintista em Portugal, Espanha, Nápoles, Piemonte, Sicília e na futura Grécia. A Constituição de Cádiz de 1812 é um dos pontos em comum, pois, instaurada na Espanha, influenciou e impactou todos os processos constituintes dessas regiões.

A referida constituição, que foi o primeiro documento constitucional aprovado na Península Ibérica, é elevada ao patamar das revoluções americana e francesa como motor de influência no processo de transformação política da chamada Era das Revoluções. O trabalho também insere estas movimentações vintistas num contexto mais amplo, que é a “epidemia de soberania” que varreu o mundo depois de 1776 (Armitage, 2011), sendo a primeira metade do século XIX a primeira leva desse contágio.

O primeiro questionamento de Isabella refere-se ao período sobre o qual a obra se debruça, que se convencionou chamar Era das Revoluções, época que os estudos tradicionais apontam ter tido o seu centro nos “Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França” entre 1789 e 1848 (Hobsbawm, 1977, p. 17). O autor não a enxerga dessa forma, mas como um subproduto de uma crise global, na esteira de pesquisadores como David Armitage e Sanjay Subrahmanyam, que acreditam que esta crise tivera início no princípio do século XVIII. Ainda assim, Isabella defende que, mesmo esses autores que inovaram as análises sobre o período revolucionário, continuaram a ter um olhar de certa forma centralizado para o continente, com o Sul mantendo-se numa posição periférica.

Para provar o seu ponto, Isabella mergulha a fundo neste Sul revolucionário, nas suas origens e consequências. O autor defende a existência de um *script* nas revoluções vintistas na Europa Meridional, notando ainda que todos os insurgentes buscaram a

legitimidade da intervenção nas insurreições populares contra Napoleão, sendo unânime nos movimentos a ideia de que “o que deu legitimidade às exigências do povo por novos direitos e por uma nova relação entre eles e os monarcas foram as guerras napoleônicas” (Isabella, 2023, p. 36-37 e 106). Dentro desse roteiro padrão proposto pelo autor, três pontos são fundamentais: descentralização, participação de sociedades secretas e capacidade dos militares para a comunicação com o povo.

Seguindo o raciocínio do autor, de certa forma todas as revoluções vintistas foram descentralizadas, pois não surgiram propriamente nas capitais, como o caso português, onde o processo revolucionário arrancou a partir da cidade do Porto; espanhol, a partir de Cádiz; napolitano, a partir de Avellino e Salerno; e do Piemonte, a partir da cidade de Alessandria. Também tiveram a participação de sociedades secretas, como, por exemplo, o Sinédrio em Portugal, as lojas maçônicas na Espanha, a Carboneria no Reino das Duas Sicílias, a Federati no Piemonte e a Philiki Etaireia no Império Otomano. Estas sociedades, na forma como estavam implantadas no período revolucionário, diferiam da maçonaria setecentista justamente por terem projetos políticos, ao passo que a maçonaria do século anterior defendia os valores culturais iluministas, mas não tinha projetos políticos radicais (Isabella, 2023, p. 39-40). Também diferiam da maçonaria do tempo napoleônico, época em que estavam associadas ao apoio ao regime francês, ainda que gradualmente tenham começado a incluir indivíduos críticos ao projeto napoleônico, e, no caso português, crescido em associação às lojas maçônicas britânicas (Isabella, 2023, p. 41).

O evento mais marcante desta politização maçônica em Portugal foi a repressão – que se tem associado a uma antecipação depois do conhecimento da revolta republicana em Pernambuco (Araújo, 2018, p. 53) – ao projeto da sociedade designada por “Conselho Supremo Regenerador de Portugal, Brasil e Algarves”, em 1817, na qual teve uma participação limitada o general Gomes Freire de Andrade, ele próprio grão-mestre da Maçonaria, que foi enforcado (Pedreira; Costa, 2009, p. 334-335), sendo transformado em mártir da pátria durante o triênio revolucionário (Isabella, 2023, p. 392-393). Estas sociedades foram, na visão de Isabella (2023, p. 41), importantes para criar uma esfera pública clandestina.

Por fim, o terceiro ponto em comum e fundamental para os acontecimentos revolucionários foi o fato de contarem com militares capazes de comunicar com os círculos populares. Para isso, as guerras contra Napoleão terão contribuído notoriamente, uma vez que obrigaram a participação de grande parte da população nos regimentos, transformando a composição dos exércitos e inserindo novos valores no campo militar (Isabella, 2023, p. 60). Mas, para além disso, foi também preciso manter ideias pré-revolucionárias, como a forte conotação religiosa, com os pronunciamentos sempre começando “em nome de Deus, do Rei e da Constituição” (Isabella, 2023, p. 488).

Se é verdade que a experiência revolucionária francesa produziu uma clivagem política e ideológica, quer entre os civis quer entre os militares, que nunca existiu sob o Antigo Regime (Isabella, 2023, p. 57, 63), deve ser salientado que essa polarização também se instalou gradualmente no interior das classes populares, como se pode ver na divisão deste setor populacional durante as lutas constitucionais, com o povo se dividindo segundo os seus interesses, sobretudo em Portugal e Espanha (Isabella, 2023, p. 146-147). Outros estudos já analisaram esta distribuição no período, com propostas populares do lado liberal e do lado miguelista. A livre importação de alimentos foi uma das políticas adotadas por miguelistas, certamente atentos à necessidade de apoio popular, enquanto a defesa liberal da proteção nacional contou com o apoio de boa parte dos camponeses, já que a eles a proteção à importação de cereais poderia assegurar os rendimentos de seus cultivos (Gonçalves, 2019, p. 263-264).

A experiência de guerra a que a invasão napoleônica sujeitou a maior parte da população teve o efeito crucial de “transformar a doutrina da soberania popular numa realidade de fato”, conforme aponta Charles Esdaile (2007, p. 31). Este historiador analisa o fenômeno para o caso espanhol, mas a argumentação de Isabella leva a crer que este processo pode ter ocorrido também nas outras regiões estudadas, ainda que não tenham estabelecido logo uma nova linguagem política, como ocorreu na Espanha com a Constituição de Cádiz (Isabella, 2023, p. 67), mas fazendo emergir pouco a pouco a importância política e a capacidade de intervenção das classes populares.

Veja-se, por exemplo, o caso português. O exército em Lisboa proclamou apoio à Revolução do Porto de 1820 apenas depois de populares protestarem no Rossio a favor de um novo governo, a 15 de setembro, data em que costumava haver em Lisboa “uma parada militar destinada a comemorar a vitória sobre os franceses” (Valente, 1997, p. 62). Assim, a reação popular de 15 de setembro terá ditado o triunfo da Revolução do Porto e a emergente plebe urbana terá ditado o fracasso da “Martinhada”, que pretendia combater o movimento liberal (Valente, 1997, p. 63-69). Em Palermo, na Sicília, o general britânico Richard Church foi forçado a sair da região com as suas tropas depois de ser atacado por um motim popular em 1820 (Isabella, 2023, p. 220-221).

É importante salientar também os fatores econômicos, que Isabella identifica como transversais nessas regiões mediterrânicas, capazes de despertar o sentimento revolucionário. Uma combinação de fatores resultou no empobrecimento de muitos grupos sociais no período pós-napoleônico: a desocupação e/ou o descontentamento de muitos militares, após uma redução dos contingentes ou, no caso português, a frustração com a preeminência dos soldados britânicos sob a liderança de Beresford; e a crescente necessidade de importação de grãos – relembramos o fato de Estados Unidos e Rússia terem lucrado com as necessidades dos estados europeus (Nelson, 2022, p. 68-77; Herlihy, 1986, p. 9, 41), uma fragilidade, aliás, histórica na região (Braudel, 1995, p. 621) – foram alguns aspectos que afetaram as populações. Particularmente nos casos português e espanhol, o colapso econômico teve início antes, ainda durante as invasões napoleônicas, por causa das perdas coloniais (Isabella, 2023, p. 91).

Um dos objetivos do livro é, conforme já havia proposto Jens Späth (2019), inverter a interpretação tradicional sobre as revoluções do Sul da Europa, até então vistas como uma tentativa falhada de combater a sólida ordem estabelecida pelo Congresso de Viena. Isabella enxerga uma força original nestas revoluções, que, apesar de terem obtido um resultado efetivo efêmero, impactaram e também se valeram da crescente politização das classes populares, além de pautarem o debate político durante as décadas seguintes. Assim, o autor defende que o período vintista evidencia a fragilidade da nova ordem criada em Viena, colocando a periferia europeia no centro do debate e responsabilizando tais movimentos pela implantação do que o autor chama de “cultura constitucional popular” (Isabella, 2023, p. 28), que terá sido fundamental para a modernização do pensamento político europeu.

Ao ler o trabalho de Isabella notamos uma crescente politização das classes populares no Sul da Europa, sendo frequentemente referida a gradual sensibilização política a partir de baixo – fenômeno que tem início nas invasões napoleônicas, que provocaram impactos marcantes nessas regiões do Mediterrâneo – e um modo original de conquistar relevância e intervir na política. Determinadas ações e práticas durante o período vintista denunciam a presença de uma cultura revolucionária popular de alguma forma independente das patrocinadas pelas elites, notando-se meios variados de participação de baixo para cima, com as músicas populares, por exemplo, servindo de apoio para entrelaçar a vida quotidiana e a política (Isabella, 2023, p. 400-410), mas não só.

Num cenário de emergência do espaço público em Portugal (Lousada, 1996), temos conhecimento de como as petições iluminam a crescente participação popular no processo de tomada de decisões (Cruz, 2022), sendo uma das formas dos habitantes de experimentar as possibilidades da Constituição, refletindo importantes mudanças na mentalidade da população (Isabella, 2023, p. 325-326). Ao invés de representarem um grupo que se manifestava de forma despolitizada, os círculos populares atuavam de forma heterogênea – dentro das diversas distinções nos setores populares – e traduzindo e reinterpretando constantemente os novos discursos e práticas, emergindo politicamente.

Do ponto de vista de Isabella, os pactos constitucionais terão sido uma forma de recompensar o povo pela sua luta constante contra os invasores franceses durante as guerras napoleônicas. Ao fazerem da luta contra os franceses um mecanismo de defesa das monarquias, as classes populares ganharam importância no tabuleiro político do Mediterrâneo, o que enfraqueceu a solidez das monarquias então restauradas. Assim, os populares passaram a lutar pelas suas necessidades, como que exigindo recompensa pelo esforço exercido. As constituições atenderiam, segundo o autor, às aspirações generalizadas de participação política vindas de baixo (Isabella, 2023, p. 256). Neste quadro, o sucesso dos pronunciamentos vintistas reside menos numa organizada campanha militar e mais numa capacidade dos organizadores em absorver as demandas populares e coordená-las com os projetos revolucionários (Isabella, 2023, p. 137).

Esta localização da participação popular no período tem sido alvo de estudos recentes, como os de Álvaro Paris (2018, 2019) e Pierre Triomphe (2011), sobre a politização das classes populares durante a Era das Revoluções e a contribuição destes setores, inicialmente pouco analisados nos estudos, durante a transição do Antigo Regime para as novas e mais democráticas formas de governação na Europa. A forma como o autor demonstra, a partir de um argumento que atravessa os diversos capítulos do livro, este processo de politização popular representa uma das grandes contribuições deste trabalho. Se Michael Broers (2017), ainda que praticamente ignorando a experiência portuguesa na sua proposta de estudo, já havia analisado o Sul da Europa em conjunto no que se refere à reação contra os franceses, classificando a região como “Mediterrâneo Napoleônico”, Isabella mostra a continuidade desse conjunto no período seguinte, sendo uma consequência direta da mobilização vinda de baixo durante a época napoleônica.

Numa proposta conhecida como *incorporated comparison*, McMichael (1990) defende que as análises de uma totalidade não podem apenas presumir que as estruturas influenciam as partes, mas, sim, que existe um condicionamento recíproco. Apesar de não o fazer explicitamente, Isabella parece coadunar com esta visão. A sua interpretação avança no sentido de pensar que, se a crise de soberania de longa-duração e especialmente as guerras napoleônicas aplicaram efeitos fortes no Sul da Europa, os fenômenos revolucionários nessas regiões também impactaram as estruturas imperiais e estatais pelo mundo. Assim, tanto as revoluções americana e francesa quanto o período revolucionário vintista do Mediterrâneo são eventos deste longo processo de transição política, uma estrutura maior que os forma e é por eles formada, isto é, condicionam-se mutuamente. Assim, as reações vintistas não podem ser analisadas apenas como tentativas falhadas de subverter a ordem geopolítica criada pelo Congresso de Viena.

A meu ver, um dos pontos que merecia maior aprofundamento no livro é a conexão do Sul revolucionário com o que o autor chama de “onda global de revoltas que se estende da América Latina à Ásia” (Isabella, 2023, p. 34). Apesar de brevemente referidas conexões como a da revolta na Espanha com as lutas pelas independências na América Latina, esta perspectiva num contexto mais global poderia ter sido mais bem costurada. Contudo, diante de um trabalho desta dimensão e com uma ampla proposta de repensar o período, é inevitável que alguns elementos fiquem por aprofundar.

O autor, não obstante, consegue com este monumental trabalho alcançar os seus principais objetivos: identificar um Sul europeu revolucionário; inverter as noções de centro e periferia na Europa da Era das Revoluções; e apresentar de forma convincente a contribuição das regiões mediterrânicas para a modernização do pensamento político nessa época. Dito isto, *Southern Europe in the Age of Revolutions* merece ser analisado pelos historiadores que estejam a arquitetar estudos localizados na Era das Revoluções, mas não só, pois alguns dos movimentos analíticos de Isabella, como o desenho de um *script* revolucionário vintista, que influenciou movimentos variados a seguir, e o posicionamento do mapa europeu de ponta-cabeça, certamente oferecerão ricas contribuições a estudos de diversas linhas. Diante da dimensão do trabalho, o vasto índice remissivo desenvolvido no fim também poderá servir de “guia” aos exploradores da obra.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ana Cristina. Indisponibilidade e fratura do centro político. A dissidência de Gomes Freire de Andrade. In: PEREIRA, Miriam Halpern; ARAÚJO, Ana Cristina. *Gomes Freire e as vésperas da Revolução de 1820*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2018.
- ARMITAGE, David. *Declaração de Independência. Uma História Global*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ARMITAGE, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Age of Revolutions in Global Context, c. 1760-1840*. London: Palgrave, 2010.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II*. Vol. I. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- BROERS, Michael. *The Napoleonic Mediterranean. Enlightenment, Revolution and Empire*. London: I.B. Tauris, 2017.
- CRUZ, Miguel Dantas da. O movimento peticionário do primeiro liberalismo português e a parlamentarização da vida política em Portugal (1820-1823). *Almanack*, Guarulhos, n. 30, 2022
- ESDAILE, Charles. El levantamiento español. In: LYNCH, John (ed.), *Historia de España*, vol. 6. Barcelona: Crítica, 2007, p. 13–31.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. O apoio popular à monarquia no contexto das revoluções liberais. Brasil e Portugal (1820 e 1834). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 35, n. 67, p. 241-272, 2019.
- HERLIHY, Patricia. *Odessa: A History, 1794-1914*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ISABELLA, Maurizio. *At the origins of the Italian Risorgimento. Revolutionary activities and politico-economic thought of Giuseppe Pecchio (1785-1835)*. Dissertação de Doutorado, Universidade de Cambridge, 1998.
- ISABELLA, Maurizio. *Southern Europe in the Age of Revolutions*. Princeton: Princeton University Press, 2023.
- LOUSADA, Maria Alexandre. *Espaços de sociabilidade em Lisboa, finais do século XVIII-1834*. Dissertação de Doutorado, Universidade de Lisboa, 1996.



MCMICHAEL, Philip. Incorporating Comparison within a World-Historical Perspective: An Alternative Comparative Method. *American Sociological Review*, v. 55, n. 3, p. 385-397, 1990.

NELSON, Scott Reynolds. *As Guerras do Trigo, uma história geopolítica dos cereais*. Lisboa: Zigue, 2022.

PARÍS, Álvaro. Politización popular contrarrevolucionaria en la Europa Meridional: reflexiones cruzadas entre Madrid, el Midi de Francia y Nápoles (1789-1850). In: AMELANG, James S. et. al (eds.). *Palacios, Plazas, Patíbulos. La sociedad española moderna entre el cambio y las resistências*. Valencia: Tirant Humanidades, 2018, p. 313-325.

PARÍS, Álvaro. «Porque le olía a negro». Vestimenta, costumbres y politización popular en Madrid (1750-1840). In: BEUNZA, José María Imízcoz; FERNÁNDEZ, Máximo García; ERIBE, Javier Esteban Ochia de (coord.). *Procesos de civilización; culturas de élites, culturas populares. Una historia de contrastes y tensiones (siglos XVI-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2019, p. 99-129.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. *D. João VI. Mem Martins: Temas e Debates*, 2009.

SPÄTH, Jens. Turning Constitutional History Upside Down: The 1820s Revolutions in the Mediterranean. In: HAUSWEDELL, Tessa; KÖRNER, Axel; TIEDAU, Ulrich (eds.). *Re-Mapping Centre and Periphery Asymmetrical Encounters in European and Global Contexts*. London: UCL Press, 2019, p. 111-134.

TRIOMPHE, Pierre. Au nom de Dieu, du Roi et de tous les miens. Imaginaire, sociabilité et expressions politiques des classes populaires royalistes dans la France méridionale (1800-1851). *Annales du Midi*, Toulouse, Tome 123, n. 274, p. 195-212, 2011.

VALENTE, Vasco Pulido. *Os militares e a política (1820-1856)*. Lisboa: INCM, 1997.

## NOTAS DE AUTOR

---

### AUTORIA

**João Victor Ribeiro Pires:** Mestre em História Moderna e Contemporânea. Doutorando em História Moderna e Contemporânea, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de História, Lisboa, Portugal.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Nóbrega e Sousa, 7, 5<sup>a</sup>, Lisboa, Portugal.

### ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

### AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

**Concepção e elaboração do manuscrito, Discussão dos resultados e Revisão e aprovação:**  
J. V. R. Pires

### FINANCIAMENTO

Não se aplica.



#### **CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM**

Não se aplica.

#### **APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Não se aplica.

#### **CONFLITO DE INTERESSES**

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

#### **DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS**

Não se aplica.

#### **PREPRINT**

O artigo não é um preprint.

#### **LICENÇA DE USO**

© Nome Nome do Meio Sobrenome do autor/es. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

#### **PUBLISHER**

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

#### **EDITORA**

Beatriz G. Mamigonian

#### **HISTÓRICO**

Recebido em: 18 de junho de 2024

Aprovado em: 28 de agosto de 2024

Como citar: PIRES, João V. R. A Era das Revoluções de ponta-cabeça: a Europa mediterrânea e a importância do Vintismo em um contexto global de revoltas. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 296-305, 2023. Seção [Resenha]. Resenha da obra: ISABELLA, Maurizio. *Southern Europe in the Age of Revolutions*. Princeton: Princeton University Press, 2023. 685p.

